

**TIAGO AUGUSTO DA CUNHA**

**Conte Comigo.**

**A migração abrindo portas.**

**Migração Interna, Redes de Suporte e Vulnerabilidade Social  
na Região Metropolitana de Campinas.**

**CAMPINAS**

**2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**TIAGO AUGUSTO DA CUNHA**

**Conte Comigo.**

**A migração abrindo portas.**

**Migração Interna, Redes de Suporte e Vulnerabilidade Social  
na Região Metropolitana de Campinas.**

**Orientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Este exemplar corresponde à versão final da tese, defendida pelo aluno Tiago Augusto da Cunha, orientada pelo Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha e aprovada no dia 14/04/2014.

---

Campinas  
2014

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

---

C914c Cunha, Tiago Augusto da, 1982-  
Conte comigo : a migração abrindo portas: migração interna, redes de suporte social e vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Campinas / Tiago Augusto da Cunha. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Redes de relações sociais. 2. Capital social (Sociologia). 3. Vulnerabilidade social. 4. Migração interna - Campinas, Região Metropolitana (SP). I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

---

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Stand by me : the migration providing a gateway: internal migration, social support networks, social vulnerability in Campinas Metropolitan Area

**Palavras-chave em inglês:**

Social networks

Social capital (Sociology)

Social vulnerability

Internal migration - Campinas, Região Metropolitana (SP)

**Área de concentração:** Demografia

**Titulação:** Doutor em Demografia

**Banca examinadora:**

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Eduardo César Leão Marques

Elisabete Dória Bilac

Rosana Baeninger

**Data de defesa:** 14-03-2014

**Programa de Pós-Graduação:** Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 14 de março de 2014, considerou o candidato TIAGO AUGUSTO DA CUNHA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Prof. Dr. Eduardo César Leão Marques

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



## Resumo

Não é de hoje que diversos estudos se propõem a analisar o processo migratório a partir da perspectiva das redes sociais. Para tanto, tais estudos basicamente investigam tanto os efeitos que elas possuem no direcionamento do fluxo populacional, quanto as possíveis mitigações dos riscos e custos inerentes ao processo e, conseqüentemente, a provável maior facilidade de integração do recém-aportado migrante às regiões de destino. Contudo, não é este necessariamente o objetivo final e geral do presente estudo, senão o contrário. Interessa-nos observar o caminho inverso, ou seja, quais os impactos nas redes sociais derivados do próprio ato de migrar? Considerando que a resposta a essa pergunta seria algo relativamente simples de se verificar, sugerimos uma nova indagação: que efeitos (benefícios ou não) são ocasionados por prováveis modificações à estrutura das redes sociais dos envolvidos pós-migração? A partir daí, duas novas dimensões são aqui abarcadas: além das alterações experienciadas pelo componente formal das redes sociais (sua estrutura), há ainda transformações no seu componente substantivo, ou seja, no capital social derivado desta mesma estrutura de relações sociais, bem como das possibilidades de transformações sociais mais gerais (suas vantagens ou limitações). Como ilustração desse último domínio toma-se como conceito operativo o de vulnerabilidade social. Em suma, interessa observar de que maneira as alterações tanto de forma (mais ou menos contatos e quem eles são), assim como de conteúdo (qualidade dos recursos por eles disponibilizados) das redes sociais de migrantes podem ter sido responsáveis, pós-migração, por uma determinada condição de vulnerabilidade social ou pela superação por parte daqueles nela envolvidos. Para tanto, é realizado um estudo acerca da Região Metropolitana de Campinas (RMC) com base nos dados de uma pesquisa domiciliar realizada em 2007 através de um levantamento quantitativo e qualitativo. No primeiro, oferecemos um grande detalhamento sobre a mobilidade da população na região, bem como informações interessantes para a análise de vários elementos relativos à atuação das redes sociais no processo migratório e algumas formas de capital social de que dispõem as pessoas e famílias. No segundo, aspectos qualitativos foram verificados através da aplicação do software EGONET.

**Palavras-Chave:** Redes de relações sociais. Capital social (Sociologia). Vulnerabilidade social. Migração interna – Campinas, Região Metropolitana (SP).



## Abstract

It has not been recent that several studies propose analyzing the migratory process from the social network perspective. To do so, such studies basically investigate the effects those networks have on the drive of population flow, as well as the possible mitigation of risks and costs inherent to the process; hence, the likely easier integration of the immigrant newly-coming to the destination areas. However, that is not necessarily the final and general object of the present study, but otherwise. We are interested in observing the reverse path, i.e. what are the impacts arising from the migration act itself? Considering that the answer to that question would be somehow a simple one to be verified, we suggest a new enquiry: which effects – whether positive or not – are generated by modifications suffered by the social networks structure of those involved after-migration? From that point, two new dimensions are encompassed: besides changes lived by the formal components of social networks (its structure), there are still modifications in its tangible components, i.e. in the social capital derived from the same social relations structure, as well as the possibilities of more general modifications (their advantages or constraints). In order to illustrate that last domain, the operative concept of social vulnerability is applied. In short, it is our interest to observe how changes - either in the form, more or less contacts and who they are, or in the content, the quality of resources they set available, of migrant social networks - may respond for a given condition/situation of social vulnerability or by its overcoming from those involved, post-migration. Based on data from a domicile research performed in 2007, we carried out a study in the Campinas Metropolitan Area - Região Metropolitana de Campinas (RMC) – promoting quantitative and qualitative findings. The first offers large detailing on population mobility in the area, in addition to interesting information for the analysis of several elements regarding the activity of social networks in the migratory process, besides some forms of social capital held by people and families. The second offers qualitative aspects raised by applying the EGONET software.

**Abstracts:** Social networks. Social capital (Sociology). Social vulnerability. Internal migration – Campinas Metropolitan Area (SP).



# SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS, QUADRO, FIGURAS E GRÁFICOS .....	XIX
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: PARA SE ESTABELECEER UM PLANO SÃO NECESSÁRIOS AO MENOS TRÊS PONTOS .....</b>	<b>5</b>
1.1 PRIMEIRO PONTO DE APOIO: PONTES E FONTES .....	6
1.1.1 Surgimento da noção de redes sociais .....	6
1.1.2 Redes sociais e o processo migratório .....	14
1.1.3 Primeiras distinções entre pontes e fontes .....	20
1.2 SEGUNDO PONTO DE APOIO: MOEDA DE TROCA .....	29
1.2.1 O lastro .....	29
1.2.2 Capital social: vinculações horizontais, verticais e seus distintos recursos .....	34
1.3 VULNERABILIDADE E ESTREITA RELAÇÃO ENTRE ATIVOS E RISCOS .....	41
1.3.1 Por que vulnerabilidade? .....	41
1.3.2 A noção de vulnerabilidade .....	43
1.3.3 Diga-me com quem tu andas .....	46
1.3.4 Os ativos .....	49
<b>CAPÍTULO 2: POR FALAR EM REDES .....</b>	<b>51</b>
2.1 PRIMEIRO PONTO DE APOIO: FONTES DE DADOS E MÉTODOS .....	52
2.1.1 Onde? .....	52
2.1.2 Quem? .....	52
2.1.3 Sobre os métodos de mensuração do capital social .....	61
2.2 SEGUNDO PONTO DE APOIO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A RMC .....	67
2.2.1 RMC em foco. Afinal, não há tabula rasa .....	67
2.2.2 Representação gráfica dos fluxos migratórios intrametropolitanos e seus significados .....	73
2.3 TERCEIRO PONTO DE APOIO: MEU NOVO PORTO SEGURO .....	81
2.3.1 Proximidade residencial como estratégia de mitigação de vulnerabilidade social .....	81
2.3.2 Primeiros indícios de uma lógica .....	84
2.3.3 Por que as pessoas migram? .....	90
2.3.4 O Antes .....	95
2.3.7 O agora .....	107
2.3.8 O depois .....	111
<b>CAPÍTULO 3: POR ONDE ANDEI. E OS AMIGOS QUE LÁ DEIXEI .....</b>	<b>115</b>
3.1 PRIMEIRO PONTO DE APOIO: AS DUAS FACES DA MIGRAÇÃO .....	116
3.1.1 Primeiros indícios de que migrar ajuda (e muito! – ao menos alguns) .....	116
3.1.2 Quem, porventura, podem ser os privilegiados da migração? .....	123
3.1.3 Variáveis sociodemográficas clássicas: sexo, estado civil e idade .....	130
3.1.4 Os diversos capitais .....	143
3.2 SEGUNDO PONTO DE APOIO: SEMEANDO E CULTIVANDO RELAÇÕES .....	154
3.2.1 Transformações nas redes de suporte social de migrantes ao longo do tempo e do espaço: nexos com o curso de vida e etapas migratórias .....	154
3.2.1 Redes de suporte social de migrantes e não migrantes em momentos iniciais do seu curso de vida .....	158
3.2.2 Redes de suporte social de migrantes e não migrantes em momentos mais avançados de seus cursos de vida .....	169
3.3 TERCEIRO PONTO DE APOIO: POSSÍVEIS FRUTOS GERADOS PELA MIGRAÇÃO .....	178
3.3.1 Capital social .....	178
3.3.2 Ocupações entre vulneráveis .....	182

3.3.3 <i>As limitações das interações</i> .....	187
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>195</b>

*Com todo carinho dedico esta pequena obra a três grandes corações: aos meus pais, José e Teresa, e a minha esposa, Stephanie.*



## AGRADECIMENTOS

Nos inúmeros trabalhos (dissertações e teses) que consultei nesses seis anos de pesquisa (dois anos de mestrado e outros quatro de doutorado), na maioria dos casos, os autores iniciavam os agradecimentos já pedindo desculpas. Desculpas, em geral, direcionadas a colaboradores porventura negligenciados.

Sempre achei a fórmula um tanto massificada, contudo, hoje, sinto “na pele” os motivos para tanto. E, mais importante do que isso, recorro também a ela neste momento.

Isso porque mesmo sendo o ato de escrever, refletir e investigar extremamente solitário (como dizia uma querida professora da pós), contei ao longo dos últimos quatro anos com diversos colaboradores que se tornaram grandes amigos.

Esforço-me, portanto, em homenagear a todos através deste agradecimento.

Início a lista com meu orientador, Professor José Marcos Pinto da Cunha. Além de sempre me incentivar, foi ele o grande responsável pelas oportunidades que me foram, estão sendo e futuramente me serão ofertadas simplesmente pelo fato de ter participado com ele de uma série de investigações. Quando iniciei o mestrado não tinha noção das transformações pelas quais minha vida passaria (para o bem). E elas nasceram de uma singela conversa com o Professor, ainda em 2008. Meu muito obrigado por tudo!

Há ainda outros amigos/colaboradores. Não posso me esquecer de Alberto Augusto Eichman Jakob e Henrique Frey. São deles importantes contribuições para o que se tornou uma seção desta tese, especialmente a que trata do mapeamento dos fluxos migratórios intrametropolitanos (segundo capítulo).

O mesmo digo da queridíssima Silvana Nunes de Queiroz e seu modo aguçado de discutir mercado de trabalho, seu grande *métier*. Adorei trabalhar contigo, Sil.

À Carol Bertho agradeço todos os e-mails trocados, informações compartilhadas, ajudas de última hora... sem ela seria impossível realizar o sonho de estudar no estrangeiro.

Além dos amigos nacionais, há também a categoria dos internacionais, que colaboraram de modo decisivo principalmente no terceiro capítulo desta tese.

Desse modo, tomarei a liberdade de prestigiá-los arranhando no castelhano. Mil perdões por qualquer erro aqui cometido com este idioma magnífico e tão próximo do nosso.

*Agradezco muchísimo a una persona que para mí es más que un maestro, que ha se tornado un gran amigo: al Profesor José Luis Molina. Ya tuve la oportunidad de decirle una vez que me parecía increíble el hecho de que su producción académica sea tan constante. Algunas veces, me contestaba tan rápidamente cuanto mí tutor brasileño, con la diferencia que se encontraba en Barcelona con una diferencia de más de 5 horas entre nosotros. Además, él es una persona genial, siempre muy amable y tranquilo.*

*Otra persona que se encuentra en la “categoría” de los “amigos internacionales” es Sara (Revilla Gútiéz). Aún me acuerdo (incluso del sabor) de su tarta de chocolate y la frase que estaba escrita en ella: “Hasta Siempre, Tiago!”. Bueno, me parece que esta es una situación particularmente difícil de olvidar. Los paseos y las charlas que tuvimos fueran preciosos. Ojalá, nos veamos una vez más y, ahora, en Brasil.*

*Lo mismo puedo decir de Sarah (Lázare Boix), Judith (Pampalona Tarrés) y Alejandro (García Macías). Sarah es una chica encantadora y una cocinera profesional (su pastel es divino, Sarah. Creame!). Judith tiene una sonrisa preciosa. Y, muchas gracias por el paseo por su La Seu D’Urgell y Andorra. Muchas gracias también por su paciencia conmigo al comprar la cámara fotográfica, Judith.*

*A Alejandro agradezco especialmente toda ayuda dada en la discusión y elaboración de la sección a respecto de capital social. Y, por supuesto, por todas las charlas acerca de las propiedades benditas de los diversos tipos de tequilas, aguardientes y cachaças. Y VIVA MÉXICO!!!*

*No puedo olvidarme de Bruma (Palácios), las primas Daniela y Laura (Satzábal), Felipe (Campo), Roberto (Li Enhan, mi hermano chino) y, por fin, pero no menos importante, Jackson (Itikawa). Son todos para mí como mis hermanos. Una familia con la cual tuve grandes ratos*

*mientras estaba viviendo en Barcelona. Lo mismo digo de todos los otros miembros de la “Constelación”. Una familia compuesta por: mexicanos, brasileños, chinos, colombianos, kenianos, franceses y indios. De todo corazón, miles de gracias por todo!*

*Los Echo a todos de menos! **Morro de saudades de todos vocês!***

*Espero que las caipirinhas que preparé les hayan gustado! Y, sepan que mí casa es su casa!*

*Y, por fin, mis felicidades y agradecimientos especiales a Jairo (Bastidas) por toda su ayuda a lo largo de este camino. Ojalá nos pongamos a comer arepas colombianas en la hermosa y bellísima tierra de sus padres.*

Por fim, como não agradecer toda a compreensão de minha esposa, Stephanie Scherer, bem como seu apoio, suporte, paciência, etc. Afinal, foi ela quem “penou” (sim, frustrou-se em alguns momentos) junto comigo ao longo dessa não pequena, nem sem importância, caminhada. Minha vida mudou, sempre para melhor, com você.

Além dela, no futuro, ficarei mais do que realizado em ter a metade do tamanho do coração de meus pais: José Carlos e Teresa. Seu incentivo sempre foi meu combustível. Tomara que os tenha orgulhado.

E, para finalizar, gostaria de agradecer, sinceramente, ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) pelo apoio financeiro ofertado. Sem ele, essa singela pesquisa não existiria. Sem ele, não teria tido a oportunidade de conviver com pessoas e culturas tão enriquecedoras. E, assim como disse em relação aos meus pais, espero mesmo reverter tal investimento em futuras investigações de qualidade e para todos.

Meu muito obrigado a todos.



## ÍNDICE DE TABELAS, QUADRO, FIGURAS E GRÁFICOS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, por zonas de vulnerabilidade, segundo tipos de contatos prévios no município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	102
<b>Tabela 2:</b> Responsáveis por domicílios urbanos, por ocupação, segundo condição migratória. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	144
<b>Quadro 1:</b> Modelo de Berry – Discriminação de Processos de Integração, Assimilação, Separação e Marginalização de acordo com Sociedades de Origem e Destino .....	40
<b>Figura 1:</b> Zonas de Vulnerabilidade. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	54
<b>Figura 2:</b> Região Metropolitana de Campinas. Estado de São Paulo, 2013.....	68
<b>Figura 3:</b> Municípios da Região Metropolitana de Campinas, 2013.....	68
<b>Figura 4:</b> Diagrama dos fluxos migratórios intrametropolitanos (emigrantes e imigrantes). Região Metropolitana de Campinas, 1991. (Em valores absolutos).....	74
<b>Figura 5:</b> Diagrama dos fluxos migratórios intrametropolitanos (emigrantes e imigrantes). Região Metropolitana de Campinas, 2000. (Em valores absolutos).....	74
<b>Figura 6:</b> Diagrama dos fluxos migratórios intrametropolitanos (emigrantes e imigrantes). Região Metropolitana de Campinas, 2010. (Em valores absolutos).....	75
<b>Figura 7:</b> Taxa geométrica de crescimento média anual. Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000.....	80
<b>Figura 8:</b> Diagrama da rede de suporte social de Franco. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	159
<b>Figura 9:</b> Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Franco. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.....	161
<b>Figura 10:</b> Diagrama da rede de suporte social de Clara. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	163
<b>Figura 11:</b> Diagrama da rede de suporte social de Clara imediatamente após a migração para o atual município de residência. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.....	166

<b>Figura 12:</b> Diagrama da rede de suporte social de Clara no município de residência anterior. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	167
<b>Figura 13:</b> Diagrama da rede de suporte social de Justo. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	171
<b>Figura 14:</b> Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Justo. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	171
<b>Figura 15:</b> Diagrama da rede de suporte social de Cândida. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	172
<b>Figura 16:</b> Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Cândida. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	172
<b>Figura 17:</b> Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Inocência. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	174
<b>Figura 18:</b> Diagrama da rede de suporte social de Inocência no momento de chegada à região. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	175
<b>Figura 19:</b> Diagrama da rede de suporte social de Inocência. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	175
<b>Figura 20:</b> Diagrama da rede de suporte social atual de Inocência. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012. ....	176
<b>Gráfico 1:</b> Índice de eficácia migratória – migrantes intrametropolitanos. Região Metropolitana de Campinas, 1991-2010. ....	77
<b>Gráfico 2:</b> Índice de eficácia migratória – migrantes externos (migração intra e interestadual). Região Metropolitana de Campinas, 1991-2010. ....	78
<b>Gráfico 3:</b> Índice de eficácia migratória – migrantes intrametropolitanos e externos. Região Metropolitana de Campinas, 1991-2010. ....	79
<b>Gráfico 4:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e localização do município de residência anterior. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	86
<b>Gráfico 5:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e tempo de residência no município atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	87

<b>Gráfico 6:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo motivos de escolha da RMC e do município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	92
<b>Gráfico 7:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e motivos de escolha da região. Região Metropolitana de Campinas, 2007. .	93
<b>Gráfico 8:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e motivos de escolha do município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	94
<b>Gráfico 9:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e possibilidade de contar com a ajuda de parentes e/ou amigos para obter emprego no momento de chegada à região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	99
<b>Gráfico 10:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e principais fontes de informação sobre o bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	104
<b>Gráfico 11:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e principais motivos de escolha do bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	106
<b>Gráfico 12:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e situação das relações com parentes após migrar para a região.. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	110
<b>Gráfico 13:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e situação das relações com amigos após migrar para a região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	111
<b>Gráfico 14:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo situação das principais fontes e vinculações sociais após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	118
<b>Gráfico 15:</b> Distribuição dos responsáveis por domicílios urbanos, segundo condição migratória e situação das relações com parentes após migrar para o bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	120

<b>Gráfico 16:</b> Distribuição dos responsáveis por domicílios urbanos, segundo condição migratória e situação das relações com amigos após migrar para o bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	120
<b>Gráfico 17:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo modalidade migratória e tempo de residência na região. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	127
<b>Gráfico 18:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo tempo de residência na região e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	128
<b>Gráfico 19:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo sexo e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	132
<b>Gráfico 20:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo sexo e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	133
<b>Gráfico 21:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo sexo e estado civil. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	134
<b>Gráfico 22:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo estado civil. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	137
<b>Gráfico 23:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo estado civil e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	139
<b>Gráfico 24:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo grupos etários e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	142
<b>Gráfico 25:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo escolaridade e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	146
<b>Gráfico 26:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo linha de pobreza e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	149

<b>Gráfico 27:</b> Distribuição dos responsáveis por domicílios urbanos e seus cônjuges, segundo condição migratória e possíveis fontes de informação acerca de emprego. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	164
<b>Gráfico 28:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos e seus cônjuges, segundo tempo de residência e possíveis fontes provedoras de ajuda financeira. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2007.....	177
<b>Gráfico 29:</b> Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Região Metropolitana de Campinas, 2007. .	184
<b>Gráfico 30:</b> Proporção de migrantes responsáveis por domicílios urbanos com menos de 65 anos de idade, segundo zonas de vulnerabilidade e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Região Metropolitana de Campinas, 2007. ....	186



## INTRODUÇÃO

### *De onde tudo derivará*

O desejo de estudar redes sociais, para mim, não é novo. De modo muito particular, nasceu de experiências próprias, de amigos (colegas de faculdade, mestrado, doutorado, congressos, intercâmbios, etc. ou mesmo parentes) colecionados ao longo do tempo – e da gratidão que sinto por eles em muitos sentidos – a partir de minhas “migrações”. Dessa forma, o tema foi abordado já no mestrado e a presente tese constitui seu desdobramento natural.

Para além das minhas motivações particulares, sabe-se que as redes sociais em muito condicionam a migração e influenciam, sobretudo, o direcionamento do fluxo migratório de origens particulares para destinos não menos específicos. Além disso, atuam decisivamente no processo de integração desse migrante ao destino.

Tal enfoque foi muito bem trabalhado pelos estudos que tomavam em conta movimentos de longa distância, como os internacionais, em que os riscos inerentes à migração seriam progressivamente reduzidos devido aos contatos nas áreas de destino, ou pelo simples fato de se conhecerem envolvidos com experiência migratória prévia (estivessem eles nos destinos almejados ou nas áreas de origem).

Todavia, ao presente estudo interessa trilhar e, logo, esmiuçar o caminho inverso.

Ou seja, posto que a migração é, por vezes, condicionada por redes sociais por meio da preexistência de contatos tanto nas regiões de origem como no destino, como as redes podem, num processo dialético, também ser condicionadas pela migração? Em outras palavras, quais poderiam ser os impactos da migração na estrutura e composição das redes?

Parece evidente que a composição das redes será, de fato, afetada pela migração. Numerosos contatos serão perdidos – ou simplesmente entrarão em estado latente –, ao passo que outros tantos serão agregados a partir de novas relações e interações sociais, ocupando ou não a posição deixada por uns, bem como as ajudas, os recursos e os suportes que poderiam ser mobilizados.

Se parecem evidentes essas transformações na composição das redes (quantidade de contatos e suas características) ao longo do tempo, bem como das diversas etapas migratórias, menos claros são seus efeitos justamente diante dos recursos que podem ser mobilizados por meio dessas mesmas redes transformadas.

Partindo do pressuposto de que há modificações nas redes, em que elas seriam fundamentais para os envolvidos? Haveria pós-migração, por exemplo, mais e maior diversidade e heterogeneidade de recursos, ajudas, suportes, informações, etc.?

De acordo com a mesma linha de raciocínio, tais recursos foram essenciais tanto para o processo de integração do migrante ao destino como, sobretudo, para o rompimento do ciclo de reprodução de vulnerabilidades por meio da aquisição de novos ativos (especialmente sociais e físico-financeiros) que, possivelmente, obrigaram-no a se valer da migração como estratégia?

Possivelmente sim. Provavelmente as redes são mais intensamente ou recorrentemente mobilizadas justamente por aqueles que menos dispõem de outros meios de enfrentamento de riscos e adversidades. Ou seja, justamente aqueles que dispõem de poucos ativos e, logo, limitada capacidade de enfrentamento.

Nesse sentido, são três os principais conceitos a serem aqui manejados. O primeiro corresponde ao de redes sociais. Na verdade, uma circunscrição desta: as redes de suporte social, justamente por melhor representarem os recursos e o capital social a ser mobilizado e retransmitido. O segundo, ao de capital social. E, por fim, ao de vulnerabilidade social.

Parte-se do pressuposto de que transformações na estrutura de uma dada rede de suporte social pós-migração impacta tanto sua estrutura (a quantidade de contatos e suas relações), como seu componente substantivo, ou seja, os recursos que podem – em um momento de necessidade – ser mobilizados.

Em outras palavras, modificações na estrutura da rede social refletem-se em modificações no capital social dessa rede e, por conseguinte, na situação de vulnerabilidade social da pessoa ou do grupo, haja vista que repercutirão sobre seus ativos.

Enfatiza-se que adota-se aqui a noção de vulnerabilidade social – e não de pobreza, por exemplo – justamente por ela balizar-se pela noção de ativos, e o capital social corresponde a um de seus primeiros e mais fundamentais ativos, nascido de uma teia de contatos e suas relações, ou seja, da própria rede de suporte social.

Busca-se, dessa forma, “olhar” para o conceito de redes sociais com outros olhos; com os olhos de quem está interessado em compreender os mecanismos que conduziriam redes a serem mais ou menos acionadas e, principalmente, mais efetivas, no sentido em que podem ser peças-chave na transformação de uma dada realidade social (muitas vezes de privação).

Nesse sentido, ao menos inicialmente, o conceito de capital social mostra-se um elemento fundamental, uma vez que é a “alma” da rede, ou seja, a substância ou os benefícios provenientes de relações e interações sociais inerentes à teia de contatos.

Seria simplista conceber que a migração só afeta positivamente a rede social de uma determinada pessoa. Se esta causalidade, assim como tantas outras, não constitui regra áurea, é de se refletir que uma específica rede possui em si como atributo indissociável uma condição de ser, ou melhor, estar – em um determinado momento (fator temporal/situacional) – vulnerável ou não de acordo com seus contatos compositivos.

Logo, seria ingênuo assumir que uma dada rede está vulnerável devido unicamente à migração, uma vez que a situação de vulnerabilidade poderia ser anterior ao ato de migrar, que por sua vez só teria catalisado as adversidades. Assim, para além da descrição dos contatos da rede social e do seu componente formal, ou ainda da moeda de troca que lubrifica as relações sociais em seu interior (capital social), há que se ter em mente a situação em que a rede se encontrava antes da migração bem como após ela.

Em outras palavras, a situação de vulnerabilidade social individual pode nascer de uma rede cuja estrutura se mostra ineficiente em termos de capital social, seja por possuir poucos contatos, seja por eles serem tão marginalizados ou vulneráveis quanto o sujeito em questão.

Assim sendo, a tese está subdividida em três grandes capítulos.

O primeiro objetiva, em linhas gerais, identificar os conceitos empregados e sua articulação. Já o segundo traça um panorama da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e das características de seus fluxos migratórios, para onde estão sendo direcionados ou de onde são provenientes. Nessa mesma seção trata-se do poder de atração dos contatos, os quais direcionam o fluxo migratório para determinadas áreas da região, ou seja, sobre como as redes, a partir de uma perspectiva clássica do fenômeno, condicionam a seu modo a migração. No terceiro capítulo, o mapeamento da rede é abordado, assim como as características daqueles que relataram as vantagens de ter migrado em relação à proximidade de suas fontes de ajuda. Por fim, aborda-se a eficácia da migração através das transformações na estrutura da rede de apoio e na mobilização

desses mesmos contatos, o que se configura em ativos sociais por meio da interação com pessoas diferentes, o que, por sua vez, poderia garantir uma espécie de mobilidade social ascendente ou, como até agora vem sendo tratado, a aquisição de novos ativos para o enfrentamento de diversos riscos.

**CAPÍTULO 1: PARA SE ESTABELEECER UM PLANO SÃO  
NECESSÁRIOS AO MENOS TRÊS PONTOS**

## 1.1 Primeiro ponto de apoio: pontes e fontes

### 1.1.1 Surgimento da noção de redes sociais

#### *A implosão dos limites físicos da comunidade*

Partindo de uma visão macro, em que fatores econômicos seriam elementos preponderantes na decisão sobre migrar ou não migrar, Borjas (1990) introduz o conceito de *Global Migration Market* ('mercado global de migração'). Segundo tal conceito, o migrante, a partir de decisões individualizadas, sem, contudo, deixar de ser influenciado socialmente, calcularia de modo racional (e quase matemático: ônus e bônus) as vantagens entre migrar ou manter-se no local de origem.

Nesse contexto, as vantagens seriam proporcionadas pelo máximo retorno financeiro possível e o "cálculo" envolveria elementos e fatores como: probabilidade de encontrar um bom emprego no destino, custos materiais da viagem e sua periculosidade, facilidade ou não de adaptação, fatores psicológicos e sociais, etc. Caso o saldo de tal operação se mostrasse positivo, o migrante optaria pela mudança.

É importante frisar que a explicação de Borjas (1990) ainda está alicerçada (ou tem como "pano de fundo") nos diferenciais estruturais entre áreas de origem e destino, mas que imputa grande importância à decisão individual no ato de migrar ou permanecer na origem a partir de uma visão economicista do processo. Ou seja, trata-se de uma tentativa de se compreender os mecanismos individuais da migração, não se esquecendo para tanto de seus condicionantes macroestruturais.

Tal padrão migratório, na maioria das vezes, seria proveniente de países em desenvolvimento ou em estágios iniciais de desenvolvimento e seria direcionado, unicamente, para países ou regiões mais desenvolvidos, tendo o elemento econômico (essencialmente melhores oportunidades de emprego e renda) como o seu principal motivador.

É importante frisar que a perspectiva de Borjas (1990) acaba por sobrestimar os motivos adjacentes do processo migratório ao individualizá-los. No entanto, refuta-se essa concepção, sobretudo quanto trata-se do tema redes sociais, por entender que, ainda que a migração seja um ato individual, conhecer determinadas pessoas aumenta a probabilidade de o grupo ser colocado em marcha e não necessariamente o indivíduo. O foco é mais geral, nesse sentido.

Ademais, outro conjunto de autores, entre eles Sassen (1988), contestam tal conceituação. Se os fatores econômicos (renda, essencialmente) são determinantes, como explicar fluxos populacionais inversos? Como exemplo, a autora cita diversos fluxos migratórios gerados em países desenvolvidos, que usualmente seriam considerados como destinos, e que culminam em países menos desenvolvidos, tradicionalmente as origens. A possibilidade de incremento de renda seria, também aqui, fundamental? O que explicaria esse tipo de inversão?

Outra pergunta que nasce desses seminais estudos é: por que, mesmo com a diminuição das desigualdades estruturais, determinados fluxos se mantêm – e algumas vezes se fortalecem – ao longo do tempo?

Fica evidente que as “clássicas” explicações macroestruturais, mesmo se mantendo válidas, não conseguem abarcar a totalidade de casos e, principalmente, a proeminência de alguns casos específicos. Havia indícios de que em alguns casos particulares outros elementos continuavam estimulando o fluxo migratório – de origens específicas a destinos particulares–, independentemente do cenário situacional (favorável ou não) em questão.

Um proeminente estudo foi o encabeçado por Massey et al (1987), que esmiuçou a perenidade da cadeia migratória – e o sistema de cooptação – de trabalhadores agrícolas mexicanos, seu direcionamento para determinados destinos norte-americanos e seu processo de integração mediado por contatos preexistentes nestas áreas. As redes sociais, portanto, constituem aporte explicativo central do direcionamento do fluxo migratório (quase numa lógica vetorial) e – sua outra embocadura – dos processos de integração do migrante às regiões de destino.

Desse modo, o foco na ação racional dos indivíduos, que agiriam exclusivamente em busca do maior benefício (econômico) possível em proveito próprio, deixa de fora uma parte substancial da análise sobre a migração. Prejudica-se, assim, a análise da influência das relações e interações sociais, já que a decisão sobre migrar, como visto, não compreende uma decisão extremamente individualizada.

Há maior propensão à migração entre aqueles que já tomaram contato – ou mantêm contato – com algum migrante (MASSEY et al., 1987). Este fato explica: a) os motivos pelos quais determinadas origens são “berços” de migrantes; b) os porquês de determinados destinos serem preferenciais (em suma, o estreito vínculo entre determinadas áreas); c) o maior ou menor sucesso de integração dos migrantes. Talvez mais importante do que isso, explicita-se assim a

manutenção do fluxo, ainda que sua causa não seja tão forte em um dado momento quanto fora no passado.

Além disso, reitera-se que a decisão pessoal/individual sobre migrar também é influenciada socialmente, ou melhor, socialmente orientada. O comportamento individual seria condicionado, em grande medida, pela dinâmica social da maioria, ou ainda do grupo imediato da pessoa: de seus semelhantes, amigos, parentes, etc. (FUSCO, 2002). Entender, portanto, o grupo imediato ao indivíduo ou sua rede (composta por amigos, familiares, parentes, conhecidos, vizinhos, entre outros) é, em maior ou menor medida, compreender tanto a causa quanto o motivo da migração.

De acordo com Fusco (2002), igrejas, famílias, associações, clubes de futebol, etc. exerceriam influência sobre o processo migratório e suas decisões tão forte quanto o próprio possível migrante.

Ainda segundo o mesmo autor:

Apesar de não possuir um quadro similar de conceitos para abordar as questões microestruturais, nas quais as diferenças intranacionais da propensão da migração entre indivíduos e comunidades devam ser analisadas, o conceito de redes sociais, ou *social networks*, tem sido cada vez mais enriquecido e utilizado (FUSCO, 2002, p. 14).

Por meio dessa “nova”<sup>1</sup> abordagem ou perspectiva, outros fatores e, logo, aportes explicativos começam a ter maior destaque comparativamente ao fator econômico. Um desses, senão o principal, é a própria família.

Informações sobre mercado de trabalho, condições de vida no local de destino e aspectos jurídicos seriam fornecidas por fontes de confiança. E, dentro deste critério de confiança, talvez os melhores informantes sejam os contatos familiares.

A unidade doméstica, nesse caso, configura-se como uma unidade de sustentação (fonte de recursos, materiais ou não, instrumentais e informacionais; por exemplo: informações sobre oportunidades de trabalho), segundo termo cunhado por Boyd (1989), condicionando, em grande medida, o ato de migrar ou não.

Outros elementos e estudos conectados poderiam ser aqui elencados, entre os numerosos disponíveis: a) *status* socioeconômico da família, b) sua estrutura — idade, sexo e estágios do

---

<sup>1</sup> Nem tão inédita assim. Basta atentar para o trabalho elaborado por Bott (1957) a respeito do mesmo assunto: redes sociais.

ciclo vital familiar de seus integrantes (HARBISON, 1981; SCHMINK, 1984); c) a seletividade migratória – de famílias com poucos adultos, em contraposição àquela composta por muitas crianças (HARBISON, 1981; ROOT; DeJONG, 1986).

Já no tocante aos recursos, outros estudos demonstram que são lares que ocupam situações intermediárias em termos econômicos e financeiros os que possuem maior propensão a migrar, posto que almejam melhores condições de vida e, possivelmente, maiores recursos, ao mesmo tempo que conseguem acumular o mínimo de capital necessário para efetuar a viagem (DINERMAN, 1978; PESSAR, 1982), ou seja, conseguem arcar no mínimo com os custos físico-financeiros da viagem.

Em suma, entender o grupo (a família e também o grupo maior do que ela: a rede de contatos familiares e outros mais), assim como suas interações pode fornecer interessantes subsídios para se compreender a migração.

Caso se tome a família como um primeiro tipo ou ilustração, ainda que rudimentar, de rede social – posto que parte de um tipo de vínculo, laço, e portanto de relação e interação social –, é inegável sua influência sobre o processo migratório. É fato a centralidade da rede social para a migração.

Mas, sem considerar superfícies de contato entre redes e migração, de onde surge o conceito de redes sociais? Em linhas muito gerais, o conceito se origina das discussões a respeito da definição de comunidade, de uma situação muito empírica: qual a delimitação (física) de uma comunidade, principalmente quando se trata uma comunidade urbana?

Em uma situação hipotética, uma comunidade<sup>2</sup> – definida como grupo de pessoas que compartilham afinidades, interesses, ideais, características e normas sociais – compartilha – nesse primeiro momento – um espaço comum, por exemplo, uma aldeia indígena. Supondo-se que essa delimitação espacial tão precisa da aldeia deixe de existir, por qualquer motivo, e que as pessoas se espalhem pela cidade, ou por cidades ou países, pode-se dizer que a comunidade deixou de existir, uma vez que sua delimitação física se extinguiu? Ou a comunidade perdura e é mantida

---

<sup>2</sup> É interessante notar que a palavra comunidade é irmã da palavra comunhão.

**Comunidade:** co.mu.ni.da.de

Sf. (lat communitate). **1.** Qualidade daquilo que é comum; comunhão. **2.** Participação em comum; sociedade. **3.** Social Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. **4.** Lugar onde residem esses indivíduos. **5.** Comuna. **6.** Totalidade dos cidadãos de um país, o Estado (MICHAELIS, 2011).

pela interação/relação social estabelecida entre seus indivíduos, independentemente da distância física entre eles e dos meios utilizados para tanto?

Nesse contexto de transformação da definição de comunidade surge a noção de redes sociais, como uma forma de apreensão das interações comunitárias “independentemente” do espaço, ou melhor, sem definição tão territorialmente precisa – flexível ou ampliada, se assim se pode dizer – dos seus limites espaciais.

The community is not a “place” but a network of meaningful social relations with friends, neighbors, relatives, and work colleagues who do not necessarily belong to the same residential unit (PISELLI, 2007, p. 867).

O denominador comum da definição de comunidade – a partir desse momento – passa a ser o conjunto de relações e interações sociais estabelecidas entre indivíduos que guardam entre si afinidades, apresentam características mais ou menos semelhantes e são regidos pelas mesmas normas sociais, entretanto, sem importar se tais relações ocorrem num território, espaço ou lugar delimitado por fronteiras ou limites precisos.

É inequívoco o papel da migração e da mobilidade (pendular, ou ainda residencial)<sup>3</sup> nesse processo de extravasamento e ampliação do sentido de comunidade, destacando-se a centralidade das relações sociais para além de definição “clássica” de comunidade.

O advento de novas e mais imediatas formas de comunicação (Internet, por exemplo) foi também fator catalisador para a ampliação dos limites da comunidade e, possivelmente, para a manutenção de contatos que antes seriam provavelmente rompidos após a migração.

De um lado, há, portanto, a implosão dos limites físicos do sentido de comunidade tradicional. De outro, tem-se a construção de uma nova comunidade, com a manutenção de antigos contatos e o estabelecimento de novos, na qual a migração desempenha um papel ímpar. Este parece ser um ponto central.

A comunidade do migrante, constantemente transformada pela sua condição, conta hoje com meios muito mais imediatos e eficazes de manutenção de seus antigos contatos. Isso garante que, mesmo não havendo trocas físicas face a face, outros tipos de recursos e suportes imateriais

---

<sup>3</sup> A mobilidade residencial é aqui entendida como a simples mudança de residência ainda dentro dos limites administrativos do mesmo município. A mesma não é, portanto, captada pelas usuais fontes de dados demográficos, mas é essencial para o completo entendimento do estabelecimento de laços de vizinhança, por exemplo.

e instrumentais continuem sendo intercambiados entre as partes: orientação, *feedback*, informações (de emprego, por exemplo), entre outros.

A mesma migração, dessa forma, pode gerar novos laços tão ou mais diversificados e “fortes” (GRANOVETTER, 1973) quanto os primeiros e, assim, tão ou mais importantes nas suas diversas formas de suporte.

Mas é importante frisar que mesmo que a mudança possa vir a se desdobrar em novos contatos, numa nova composição das redes sociais, parte dos laços possivelmente permanecerá inalterado (laços de parentesco, por exemplo, justamente aqueles que mais estão lastreados por sentimentos de confiança e reciprocidade, até porque são vinculações, muitas vezes, perenes, haja vista seus laços de consanguinidade). Ou seja, os mesmos laços podem vir a conectar antigas e novas (atuais) áreas de residência, de modo que a comunidade do migrante por vezes abrange um espaço geográfico muito mais dilatado do que a do não migrante.

A comunidade do migrante, portanto, não deixa de existir. Ela se transforma, com implicações negativas e positivas. No primeiro caso, por exemplo, os antigos contatos podem se romper e a distância física em relação a importantes fontes de apoio anteriores pode se tornar intransponível. Como implicações positivas, cita-se a diversificação de contatos e, logo, de recursos que podem ou não proporcionar novas oportunidades. Estas, por sua vez, podem mitigar a situação de vulnerabilidade social do migrante ou definitivamente retirá-lo de tal situação.

Trata-se de outra “face da moeda”, indissociável do processo migratório, mas nem sempre analisada.

É nesse sentido que o significado de comunidade, quando mediado pela noção de redes sociais, não se circunscreve ao espaço de assentamento original. Trata-se de espaços transterritoriais (CONTI, 2005).

Há que se considerar, portanto, que as redes sociais cumprem importante papel na definição da “comunidade expandida”, inclusive construindo a ponte entre ela e talvez o seu principal condicionante, a migração.

### ***Duas vertentes, mas um mesmo objetivo***

A visão situacionista dos antropólogos de Manchester (PISELLI, 2007), preocupados com uma abordagem processual da integração numa comunidade pontual, foi responsável por novas

formas de coleta e organização de dados. De modo original, tais dados procuravam representar não mais os atributos individuais (renda, ocupação, escolaridade, idade, entre outros), mas as relações sociais entre os atores (A mantém relações sociais com B, C e D), uma vez que a integração não dependeria somente dos atributos inerentes ao indivíduo, mas também de como ele reagiria a um determinado contexto a partir do estabelecimento de relações com outros indivíduos, semelhantes a ele ou não, considerando-se seus atributos.

Tais estudos adotaram um novo tipo de critério para delimitar as suas unidades de análise; em vez de partirem de um recorte espacial – como discutido na seção anterior –, debruçaram-se sobre as relações interpessoais independentemente de onde elas ocorriam (PISELLI, 2007) ou da distância física entre os atores em questão.

Piselli (2007) menciona que há, já nestes seminais estudos, um claro diálogo entre as análises nos planos micro (nível atomizado e particularizado do indivíduo) e macro (contextual, situacional e estrutural), já que eles procuravam esclarecer de que forma a seleção situacional condicionava o comportamento social dos indivíduos em um determinado contexto. Em outras palavras, buscava-se a influência do macro sobre o micro (*up-bottom*).

Para tanto, as situações de conflito ou crise conjecturais foram focalizadas, a fim de se reconstruir, por meio de entrevistas, a teia de relações políticas e sociais dos indivíduos nesses recortes temporais transversais específicos.

Por fim, tais estudos retornaram suas atenções para o aspecto atomizado do indivíduo, haja vista que este vivencia inúmeras e diversificadas situações, adaptando-se e constantemente elaborando novas estratégias de enfrentamento.<sup>4</sup> Desse modo, os estudos percorriam o caminho inverso ao já apontado anteriormente, ou seja, verificavam a influência do micro sobre o macro (*bottom-up*).

Nesse sentido, as redes sociais eram vistas “as a field of interaction that had neither units nor boundaries”<sup>5</sup> (PISELLI, 2007, p. 868).

---

<sup>4</sup> Essencialmente estratégias de sobrevivência. A literatura enfatiza a importância das relações embasadas em laços e vínculos de familiaridade e parentesco – consanguinidade e aliança, principalmente durante a recessão econômica brasileira da década de 1990. A unidade doméstica também é encarada como bojo de recursos e suportes variados que viabilizariam o enfrentamento de situações adversas. Ver, fundamentalmente, o estudo de Montali (1990).

<sup>5</sup> Em tradução livre, ‘como um campo de interação que não tinha unidades, tampouco fronteiras’.

Já a partir da vertente de pensamento estruturalista, pesquisadores da escola de Harvard chegaram a conclusões outras em relação às dos seus colegas ingleses e de acordo com uma perspectiva teórica totalmente distinta.

Uma de suas primeiras hipóteses era a de que transformações sociais associadas essencialmente à urbanidade estivessem enfraquecendo substancialmente as interações entre indivíduos – fragmentando, rompendo, ou ainda desestruturando a comunidade –, ocasionando redes sociais menos densas e, conseqüentemente, repercutindo na menor circulação de recursos em seu interior (COLEMAN, 1988; PUTNAM, 1995). Transformações sociais nos processos de divisão do trabalho, mobilidade social e espacial da população e o advento de novas tecnologias e meios de informação e comunicação condicionariam de certa forma as novas relações de amizade, parentesco e, talvez principalmente, de vizinhança, desestruturando-as. A visão, nesse caso, era apocalíptica.

A partir deste enfoque, o ambiente urbano, por ser bojo dessas mesmas transformações sociais, era compreendido como aquele onde as redes sociais seriam mais seriamente afetadas (leia-se: negativamente).

Assim, apesar de, por um momento específico, as teorias do *mainstream* estarem preponderantemente preocupadas em comprovar o declínio do sentido “clássico” de comunidade nas sociedades modernas, hipotetizando para tanto a emergência cada vez mais frequente de relações sociais insatisfatórias e temporárias, estudos pioneiros (BOTT, 1957) ressaltavam a relevância crescente dessas mesmas relações mais informais, ou seja, aquelas que poderiam ser definidas através de trocas diárias e mais corriqueiramente usuais que suprem os indivíduos de suporte emocional: *feedback* positivo, controle normativo, entre outras.

Ao problematizar a percepção de um urbano nefasto e o seu oposto (a imagem de um rural salutar para as relações sociais, como a do “bom selvagem”), os estudos que priorizam a abordagem da comunidade por meio da noção de redes sociais desconstróem em grande medida a ideia de enfraquecimento das relações sociais por meio das transformações sociais vivenciadas naquele momento e, por conseguinte, a de um mundo cada vez mais individualizado. Contudo, as transformações sociais foram responsáveis por dinamizar as redes sociais (macro condicionando o micro), ao passo que a volatilidade das redes sociais individuais repercutiu também – a seu modo – na macroestrutura social.

Nos estudos sobre fluxos e movimento migratórios parece que esse tipo de abordagem é essencial, haja vista que mesmo com a emergência de novas modalidades e padrões migratórios, essencialmente urbano-urbano (BAENINGER, 1994; CUNHA; BAENINGER, 2007), os contatos provedores de ajuda e suporte dos migrantes podem “estar aqui ou estar lá”,<sup>6</sup> configurando novos espaços de vivência e circulação (MARANDOLA, 2008; 2010), bem como novos motivos relacionados à migração.

Ademais, tomando a migração como um ato de inflexão na forma da rede social de um momento para o outro, fica evidente que parte dos contatos do migrante deverá ser reestabelecida, já que boa parte permanecerá nas áreas de origem, com restrições na mobilização de recurso haja vista a distância físico-geográfica entre requerente e fonte. Seria simplório pensar que a migração leva a carências significativas tão somente porque antigos provedores de ajuda acabam muito distantes.

Parte-se aqui do pressuposto que a migração proporciona novas oportunidades que são ou não aproveitadas, e que essas oportunidades provindas de novos contatos provedores são caras ao migrante.

A migração, além de uma estratégia adotada por muitos e diante de inúmeros riscos, pode ser um transformador da rede social do indivíduo, assim como, conseqüentemente, um catalisador da forma como a estrutura social é também alterada a partir da migração. A comunidade do migrante transforma-se em outra. Suas oportunidades são outras. Seus ativos são diversos também, com desdobramentos na sua capacidade de enfrentamento de riscos e na sua situação de vulnerabilidade social.

### **1.1.2 Redes sociais e o processo migratório**

#### ***Perspectiva “clássica” sobre redes sociais em estudos sobre migração***

Antes de detalhar o conceito de redes sociais aqui considerado axial, seria interessante retomar a forma como ele tem sido abordado nos estudos de população, especialmente os migratórios, mesmo porque a pergunta de partida do presente estudo deriva da inversão da lógica associativa entre os temas: redes sociais e migração.

---

<sup>6</sup> Fazendo menção ao texto de Gláucia de Oliveira Assis, **Estar aqui, estar lá...** – Uma cartografia da vida entre o Brasil e o Estados Unidos (2002).

Dada a diversidade e heterogeneidade dos fluxos e movimentos migratórios atualmente – independentemente da modalidade em questão –, é de se refletir que seus motivos, bem como possíveis condicionantes, também são numerosos. Nesse sentido, outros instrumentos de pesquisa e aportes tornam-se fundamentais na construção de um arcabouço teórico que melhor represente esta mesma diversidade de fluxos ou que, simplesmente, complemente as explicações sobre suas origens.

Há outras possíveis causas migratórias para além das clássicas explicações migratório-demográficas pautadas pelos diferenciais estruturais e econômicos entre áreas de origem e destino (SINGER, 1980) – ainda que elas perdurem como explicações fundamentais, dada a realidade brasileira (desigual e segregante) (SALES, 1995; 1999).

Ainda assim, o conceito de redes sociais não é recente. Os primeiros estudos que de fato as formalizam datam da década de 1940, sendo que um notório estudo — e responsável pela disseminação e popularização do conceito — é o de Bott (1957). Contudo, ao menos nesse momento o conceito de rede ainda não havia sido assimilado pelos estudos migratórios, fato que ocorreu ao menos uma década e meia depois, quando se esmiúçam os condicionantes macroestruturais citados anteriormente.

Nesse momento, nota-se que os fluxos migratórios populacionais, condicionados pelas desigualdades estruturais entre áreas de origem e destino, originavam-se de áreas específicas e se destinavam a áreas também específicas no destino. Nesse cenário, uma espécie de inversão de fluxos foi notada.

Sassen (1988) assevera a presença de novos fluxos populacionais oriundos de países mais ricos e destinados a países mais menos desenvolvidos, assim como fluxos migratórios entre países com características similares. O que poderia direcionar tão fortemente esses fluxos? Segundo Massey (1987), a resposta reside nas redes sociais, ou seja, o elemento que mantinha a cadeia migratória, muitas vezes, independentemente das causas primeiras que a fomentaram.

Todavia, a maioria desses estudos se debruça sobre um tipo específico de movimento migratório, especialmente o internacional, de longas distâncias e com imensas diferenças culturais entre sociedades de origem e destino. Nesse sentido, a presença de contatos prévios nas regiões de destino facilitaria – e muito – a migração para tais áreas, posto que reduziria os custos da migração, fossem eles materiais ou não.

Exemplos são os *decasegui*, pessoas que se destinam ao Japão por meio, muitas vezes, de incentivos provenientes de indústrias japonesas (SASAKI, 2000; HIRANO, 2008) e os fluxos migratórios de brasileiros para os Estados Unidos (FUSCO, 2002; 2007; SALES, 1995; 1999).

O conceito de redes sociais veio, assim, complementar as explicações do processo migratório, vinculando tanto aspectos macroestruturais dos diferenciais entre áreas de origem e destino, como as questões mais individualizadas dos migrantes.

Dois outros eminentes estudos brasileiros – e muito mais recentes – que ainda tomam as migrações internacionais como estudo de caso, mas que, como os próprios autores apontam, vão além do sentido “metafórico das redes sociais”, são os de Soares (2002b) e Fazito (2005). Em ambos os casos, o trabalho de Hanneman e Riddle (2005) e as noções que desenvolveram, como centralidade, densidade, reciprocidade, intermediação, componentes ou cliques, entre outros, bem como grande parte da escola norte-americana sobre o assunto se fazem sentir com mais intensidade e recorrência. Os dois estudos encabeçados por Fusco (2002; 2007) são igualmente relevantes.

Massey et al. (1987) estabeleceram uma tipologia das relações sociais, segundo a qual as redes se desenvolveriam por meio de três vínculos sociais básicos:

- a) laços domiciliares (*household*);
- b) laços familiares ou de parentesco (*kinship*);
- c) laços de origem comum (*community*).

Esses vínculos seriam responsáveis por conectar origem e destino, através dos recém-aportados migrantes e suas relações e interações sociais e daqueles que permaneceram na origem.

Nesse sentido, as redes constituídas por migrantes, potenciais migrantes e não migrantes seriam articuladas por meio de uma complexa teia de papéis sociais, conseqüentemente, de relações interpessoais objetivando sempre a migração, bem como a distribuição de recursos na origem e, por fim, o próprio processo de integração do recém-migrado ao destino (MASSEY et al., 1987). Isso reduziria os riscos e custos inerentes ao processo migratório (MASSEY et al., 1987; BOYD, 1989), facilitando, o movimento, mas talvez mais importante do que isso, condicionando-o, conduzindo-o e direcionando-o de áreas/regiões particulares de origem para não menos determinadas áreas/regiões de destino.

Aqui, são abarcados os custos financeiros do deslocamento, tais como: tarifas de transporte, viagem, estadia, mas não somente estes. Esta visão seria por demasiado reducionista e

redundaria em explicações meramente econômicas sobre os condicionantes da migração – seus incentivos e constrangimentos. Também são considerados custos migratórios o tempo despendido em pesquisa sobre o destino e no acúmulo de informações (sobre língua nativa, moeda e oportunidades de emprego no destino, por exemplo), custos de oportunidade (salários e oportunidades deixados à margem em sua própria origem) e, ainda, custos psicológicos (a dificuldade e o peso de se desvincular da família e dos amigos, como exemplo).

Todos esses custos e riscos reduzem-se, gradativamente, de acordo com a série de contatos pessoais estabelecidos entre migrante e indivíduos que já possuem experiência migratória. Tais contatos não são unicamente estabelecidos com migrantes fixados e localizados nas áreas de destino almeçadas, mas também podem ser tecidos nas áreas de origem, essencialmente com migrantes retornados ou ainda com parentes, amigos e conhecidos destes. Em qualquer um dos casos, a experiência migratória prévia é um aspecto relevante (MASSEY et al., 1987; MASSEY, 1990).

Assim, as vantagens proporcionadas pelas redes sociais nos estudos dos processos migratórios giram em torno da efetiva utilização desse conjunto de contatos, laços, vínculos e relações e interações sociais construídas e estabelecidas, de modo a direcionar e condicionar, em grande medida, as opções do migrante ou do possível (potencial) migrante.

Não é casual, portanto, a maior probabilidade de o potencial migrante ou migrante buscar guarida em destinos onde as relações e interações sociais de amizade, origem comum e parentesco forem mais presentes e atuantes/eficazes ou, no mínimo, mais facilmente mobilizadas em momentos de riscos, adversidades e incertezas – como são os momentos de partida e chegada.

Da mesma forma que há uma espécie de “seleção” de determinadas áreas de destino (e não outras) para onde o fluxo é direcionado, há também uma seletividade dos migrantes e possíveis migrantes. Mais uma vez a rede ocuparia papel central nesse processo, já que possibilita trocas e interações entre aqueles com experiência migratória prévia e novos migrantes.

De acordo com os estudos supracitados, há ao menos dois principais processos recorrentes na associação entre redes e migração:

a) as redes sociais como elemento-chave no direcionamento do fluxo migratório (de áreas específicas de origem para áreas específicas de destino);

b) as redes sociais como elemento-chave no processo de integração do novo migrante ao destino.

Os prováveis selecionados, nesse caso, são aqueles que já conhecem alguém que já migrou.

Ademais, a seletividade proporcionada pela rede pode não se restringir ao conhecimento de contatos que facilitem a migração ao compartilharem informações sobre o destino. Talvez influencie o fato de os integrantes da rede possuírem atributos como escolaridade, renda, idade e sexo semelhantes.

Sob esse ponto de vista, indivíduos de uma determinada rede social que apresentem atributos semelhantes entre si exibem também maior propensão e até mesmo probabilidade em migrar, haja vista que o condicionante (macroestrutural, no caso) que incide sobre um possivelmente recai da mesma forma sobre o conjunto (grupo). Por exemplo, de um grupo em que as pessoas auferem rendas semelhantes, um indivíduo migra tendo em vista melhores oportunidades de emprego e renda. Diante de seu sucesso, é possível que o mesmo se passe com seus conhecidos e demais participantes da rede.

Nesse sentido, está associada sua maior ou menor homofilia – entendida como maior probabilidade de agrupamento entre semelhantes (MARQUES, 2007) –, uma vez que se trata de um primeiro indício de uma seletividade migratória e de processos mais gerais que condicionaram a migração (pauperismo e falta de oportunidades nas áreas de origem) e, por fim, pelo “sucesso” no processo de integração do migrante ao destino, haja vista seus contatos prévios a partir dos ditos laços domiciliares, familiares ou de parentesco ou de origem comum.

Entretanto, como uma via de mão dupla, a migração também influencia a composição da rede social do migrante, ou seja, ela não é mero resultado de redes sociais voltadas à migração mais ou menos ativas, mas sim um processo de construção também influenciado pela migração.

Estabelece-se, dessa forma, uma relação não causal entre o conceito de redes e o processo migratório, em que tanto as redes repercutiriam na migração (a partir dos três aspectos expostos anteriormente), quanto a migração condicionaria os processos de formação, composição e estruturação de contatos, vínculos, relações e interações sociais.

Outra hipótese a ser aqui trabalhada é a de que as transformações ocorridas na estrutura da rede social repercutiriam no seu componente substantivo, ou seja, no montante e na qualidade de seu capital social, por meio de mais recursos, ajudas e suportes, como também na qualidade desses elementos. Busca-se verificar, ainda, como esses câmbios podem ter sido fundamentais para uma possível superação de adversidades, riscos e vulnerabilidades que, de modo geral,

acompanham esses indivíduos possivelmente desde suas áreas de origem. Trata-se de uma perspectiva ainda pouco estudada sobre o mesmo grande tema ou da associação entre os dois: redes sociais e migração.

Pode-se questionar, então, por que essa inflexão pode ser importante ou útil. No presente estudo, tenta-se verificar que a migração foi responsável por dinamizar o meio social dos envolvidos no processo de migração, por meio da diversificação de seus contatos. Nessa perspectiva, a migração não foi unicamente responsável por dinamizar aspectos econômicos da vida do migrante ou do grupo do qual faz parte, por meio, por exemplo, de mais e melhores oportunidades de emprego e renda. A migração, ao menos no recorte territorial proposto – o metropolitano –, foi condicionada por processos de “re”: recomposição, reagrupamento ou, no mínimo, reaproximação familiar, diante da existência de contatos prévios que direcionaram o fluxo populacional para a metrópole.

Em outras palavras, talvez a migração não se limite a uma solução econômica ou a uma estratégia de sobrevivência em relação às condições de pauperismo nas origens. Talvez constitua uma solução social para determinada situação ou condição, uma vez que possibilita o convívio entre os diferentes – mesmo que com certo (e não desprezível) grau de segregação e desigualdade, dada a realidade brasileira.

Vale, desde já, salientar que não se pretende com isso criar tipos de redes sociais de acordo com as especificidades da migração (tempo de residência, modalidade migratória ou outros atributos e variáveis), visto que tal fato demandaria uma padronização dos processos e câmbios pelos quais os migrantes passaram, o que não é verossímil nem aconselhável. Tampouco se pretende conduzir o leitor a uma afirmação absoluta sobre uma possível “equação migratória”. Por exemplo: “migre tantas vezes e sua rede será de tal tipo, com tais e tais resultados”, ou, pior, “vantagens”. O intuito do trabalho não poderia estar mais longe da racionalização de uma diversidade tão grande de situações, causas e motivos. Contudo, as implicações da migração extrapolam a simples explicação de achar emprego, tendo reflexos e associações na forma como o migrante passa a se relacionar com outros (migrantes ou não).

### **1.1.3 Primeiras distinções entre pontes e fontes**

*Um olhar sobre as pontes*

*Redes sociais*

*Métodos relacionais*

A seguir discutem-se algumas noções relevantes derivadas do conceito de redes sociais.

É consenso (LOZARES; MOLINA, 2011) que as redes sociais podem ser aqui definidas e subdivididas a partir de suas duas principais dimensões compositivas:

a) sua estrutura (componente formal);

b) seus componentes substantivos, ainda que, segundo os mesmos autores, está é uma categorização mais formal do elemento rede, uma vez que a estrutura é indissociável da sua substância. Na verdade, a estrutura é a própria substância, ou seja, é ao mesmo tempo fonte e recurso.

A estrutura das redes sociais compreende o conjunto ou os numerosos contatos que comporão a entidade rede. Os nós, vértices ou contatos (muitas vezes representados por meio de pontos nos *graphos*) podem ser tanto indivíduos como grupos ou coletivos de indivíduos (por exemplo, famílias, associações, empresas, sindicatos, igrejas, clubes, etc.). Esses estão sempre associados, ao menos no presente estudo, a um ego (sujeito/entrevistado central nesse cenário). No presente estudo, especial atenção será dada aos indivíduos e não necessariamente aos coletivos.

Nesse sentido, as redes sociais serão compreendidas como parte de um conjunto de nós (indivíduos) que mantêm algum tipo de interação social entre si e, mesmo que de modo indireto, com o ego em questão – representando sua estrutura ou a forma pela qual pode ser mapeada.

Desse emaranhado de indivíduos e, principalmente, de suas interações surge algum tipo de fruto, recurso, apoio ou suporte que ilustra o capital social, ou seja, a substância que emana dessa estrutura de interações sociais original.

No presente estudo, pressupõe-se que essas transformações na rede do migrante podem ser mais fidedignamente apreendidas a partir da caracterização de seus contatos individuais, já que eles podem ser mais voláteis – facilmente construídos ou rompidos. Não se consideram vértices que representem grupos de indivíduos, ainda que esta seja também uma interessante perspectiva de análise, que, porém, não possui a mesma dinâmica e efervescência. Ademais, os

coletivos são compostos por indivíduos. Assim, apreender as pessoas significa, mesmo que de forma indireta, apreender também o grupo.

Marques (2007) realiza numerosas considerações acerca do conceito de redes sociais, bem como de sua validade e pertinência para diversas áreas de estudo. Elabora um breve apanhado sobre suas potencialidades e, conseqüentemente, riscos e limitações inerentes. Assim, o autor descreve as origens do conceito e situa as redes sociais em um plano intermediário de análise dos fenômenos e processos sociais.

Desse modo, Marques (2007) não leva em conta somente as estruturas e os sistemas sociais mais gerais que atuam sobre as decisões individuais, tampouco se restringe ao modo como as decisões individuais condicionam os diversos processos e fenômenos sociais – mesmo considerando que os diferentes níveis (micro, *mezzo* e macro – assunto tratado mais adiante) estão intrinsecamente associados entre si e que eventos ou características de cada um deles repercutem nos demais.

Eventos marcantes e contextuais, situacionais ou não (nascidos de uma estrutura que a reproduz constantemente, por exemplo, uma severa crise econômica), podem se desdobrar numa maior mobilização das redes sociais pela população mais afetada no período transversal em questão.

Assim, se não é possível contar com o Estado, possivelmente nem com o mercado, a quem então recorrer neste momento? Possivelmente, o socorro vem da comunidade ampliada e sem fronteiras, como discutido anteriormente, ou especificamente das redes sociais.

Em contrapartida, o micro pode reverberar nas redes, por exemplo, a partir das características individuais. Em outras palavras, a “cara” da rede social a que um indivíduo pertence segue os atributos deste último: escolaridade, renda, ocupação, entre outros, – ou seja, condiciona-se por seus outros capitais: humano e físico-financeiro. Isso pode conduzi-lo, de antemão, a uma situação de vulnerabilidade social ou, pelo contrário, tirá-lo desta de acordo com seus ativos.

Nesse sentido, a análise das redes sociais parte do pressuposto de que as relações sociais (e não somente os indivíduos) são o cerne ou a unidade básica de compreensão da sociedade (MARQUES, 2007). O foco, desse modo, deixam de ser os atributos individuais, mesmo que

estes ainda se mostrem fundamentais para conformar os atributos, as propriedades e características das relações estabelecidas entre os atores.<sup>7</sup>

Ademais, as relações sociais, além de se mostrarem diversas entre si (tipos e intensidade das relações, laços de parentesco, amizade, vizinhança, institucionais, etc.), também são mutáveis ao longo do tempo. Basta lembrar o exemplo dado acerca dos impactos de uma crise econômica na maior ou menor mobilização de uma rede social.

Vignolli (2006), ao discutir os câmbios sociodemográficos da população e sua possível situação de vulnerabilidade social, discorre sobre a forma como momentos particulares do curso de vida de um sujeito podem aproximá-lo ou distanciá-lo desse limiar de vulnerável ou não. O autor cita que os idosos que podem ser mais vulneráveis – ou mais suscetíveis a inúmeros riscos – do que o restante da população justamente porque boa parte de seus contatos – ou de sua rede social – foi rompida, por causa do distanciamento físico e social ou ainda devido a marcadores biológicos, como a morte (de amigos, conhecidos, parentes, etc.).

Essas transformações ao longo do curso de vida individual é também assunto de Marques e Bichir (2011). Tal estudo é também interessante a fim de se discutir as definições conceituais das “subnoções” de redes, passando por: redes totais, redes pessoais e redes egocentradas.

Como estas outras definições repercutirão sobre o próprio método e técnicas utilizadas no presente estudo, vale aqui minimamente abordá-las ainda que superficialmente.

O principal objetivo das redes totais é retratar a totalidade de contatos tanto do ego (principal entrevistado), quanto dos alteres (contatos vinculados ao ego). Neste caso, a pesquisa deve inquirir, inclusive, os alteres, transformando-os em um dado momento em egos. Nesse sentido, é de se refletir que não há egos ou alteres aqui, já que há o mapeamento de todos. Tal artifício é principalmente utilizado nos estudos de pequenas comunidades, a fim de ilustrá-las completamente e, também, dados os esforços inerentes a um levantamento tão extenso.

Por sua vez, a figura do ego é, em efeito, central nas redes pessoais. A diferença em relação às redes totais é que os contatos dos alteres (alteres dos alteres) não são levados aqui em consideração.

---

<sup>7</sup> Mesmo que a importância dos atributos individuais seja ponderada a partir da perspectiva de redes sociais, uma vez que se focalizam as relações sociais, esses atributos condicionam em maior ou menor medida a composição da rede. O assunto será abordado de forma mais detalhada mais adiante.

O estudo de redes pessoais parte do conjunto de contatos de um dado indivíduo em sua sociabilidade, incluindo vínculos diretos e indiretos (os amigos e os amigos dos amigos, por exemplo), utilizando geradores de nomes e técnicas de bola de neve (MARQUES; BICHIR, 2011, p. 1).

Por fim, e retomando o estudo de Marques e Bichir (2011):

As redes egocentradas representam um recorte analítico das redes pessoais dos indivíduos. O seu estudo não parte de considerações ontológicas individualistas sobre os padrões de relação, mas de uma restrição produzida pelo método das redes de sociabilidade mais amplas. Conceitualmente, portanto, redes egocentradas são redes pessoais, mas centradas no ego e com distância máxima de um passo a partir dele (MARQUES; BICHIR, 2011, p. 1).

No presente estudo, discorre-se sobre redes pessoais, no entanto, a partir de técnicas de inquérito associadas às redes egocentradas, onde as relações entre os alteres foram obtidas a partir do próprio ego/entrevistado. Tal artifício possibilita pressupor a circulação de recursos no interior da rede sem os esforços de se entrevistar todos os contatos daquela rede pessoal.

Jariego e Holgado (2005) consideram que as redes são mutáveis ao longo do espaço. Os autores estudaram as redes de estudantes que se deslocam da cidade onde residem para a cidade onde estudam e as compararam às redes daqueles estudantes que não efetuam tal deslocamento. Constataram que elas são diferentes entre si e, mais importante do que isso, que oferecem oportunidades diferentes aos seus integrantes. Tal achado parece ser um interessante paralelo com o presente estudo e seus objetivos.

Diante do que foi exposto, pode-se pressupor que as redes sociais de um migrante são distintas de acordo com a modalidade do movimento realizado (migrante externo, retornado, intrametropolitano, intraurbano, internacional, etc.). Essas redes também diferem daquelas estabelecidas por pessoas naturais (não migrantes), posto que a migração praticamente obriga à construção de novos contatos e à ruptura (ou simplesmente hibernação ou latência) de antigos vínculos.

Vale lembrar que os recursos que fluem através das relações têm relevância ainda maior, já que esses recursos são os primeiros indícios da construção do componente substantivo das redes, aqui entendido como o capital social. Tais recursos são, em grande medida, responsáveis pela manutenção dessas relações.

Marques (2007) também aponta a noção de reciprocidade como um importante elemento para a manutenção das redes e para que os recursos não cessem de fluir no seu interior.

Os tipos básicos de recursos que repercutem na forma como as relações são construídas são, grosso modo, dois: material e imaterial (ou instrumental).

O recurso material compreende ajuda financeira, medicamentos, alimentos, entre outros. Já o recurso imaterial ou instrumental corresponde a informações sobre oportunidades de emprego, *feedback*, desabafos, acolhimento, reconhecimento, etc.

Outra noção associada ao conceito de redes sociais é a de homofilia, aqui entendida como a tendência de agrupamento de indivíduos semelhantes entre si, ou seja, redes em que a semelhança entre os atributos individuais provoca maior propensão à atração de iguais. As redes, dessa forma, são compostas por indivíduos com características semelhantes e que de certo modo pensam e agem de forma muito parecida. Por conseguinte, as redes se configuram como importante unidade de investigação do grupo e do conjunto da sociedade (MARQUES, 2007).

A delimitação da rede social de acordo com o tipo de recurso empregado (material ou imaterial) pode, assim, dar os primeiros indícios dos tipos de vinculações mais ou menos mobilizadas pelos indivíduos.

Esta pode ser uma forma de apreensão interessante e, quiçá, de mapeamento da rede social, ainda que pouco trivial quando se consideram os migrantes, posto que seu processo de integração ao destino depende não somente dos contatos, mas também dos recursos por eles garantidos.

Dessa forma, inclusive como meio de operacionalização da pesquisa, uma outra delimitação teórico-conceitual adicional será aqui proposta. Para além do mapeamento das interações sociais que simplesmente conectariam indivíduos – independentemente do fato que as motivou (pontes) –, sugere-se a apreensão destes contatos por meio daquilo que de fato é trocado entre as pessoas, a fim de elucidar quais são as possíveis fontes dos migrantes recém-aportados.

### ***Um olhar sobre as fontes***

#### ***Redes de suporte social***

#### ***Recorte e forma de representação das redes sociais***

Barrera (1980) argumenta que os estudos sobre redes foram e são considerados fundamentais como provedores de conceitos e métodos para a discriminação e a apropriação das diferentes formas e sistemas de suporte social. Desse modo, tal campo de pesquisa é de grande

interesse para áreas de estudo que objetivam investigar mecanismos de integração e interações sociais íntimas (de confiança e reciprocidade).

O referido autor elaborou uma metodologia específica denominada *Arizona Social Support Interview Schedule* (Assis), que mapeia uma rede social pessoal visando, acima de tudo, apreender quais são os indivíduos efetivamente<sup>8</sup> provedores de suporte, quais as formas de ajuda ofertadas e qual a importância desses recursos e formas de ajuda para o sistema de suporte social dessa rede em particular.

Desse modo, para Barrera (1980), a abordagem contemporânea ao suporte social é ilustrada pela imagem de um indivíduo sendo embasado, fortalecido e até mesmo protegido de situações adversas e riscos a partir de recursos disponibilizados e mobilizados por meio do estabelecimento de relações sociais<sup>9</sup> e, logo, por meio de redes sociais.

Contudo, o desenvolvimento de métodos para captação, mapeamento e caracterização de redes de suporte social, principalmente para pesquisas que se debruçam essencialmente sobre a comunidade, apresentam questões de mensuração e principalmente de apreensão e operacionalização que não são necessariamente compartilhadas com as aplicações e métodos utilizados nas análises de redes sociais, principalmente a respeito de seus “geradores de nomes”. Estes correspondem a perguntas associadas às pesquisas de campo que, como o próprio nome diz, são responsáveis pelo mapeamento da rede de suporte social do entrevistado.

Barrera (1980) argumenta que raramente tais métodos associados ao conceito de redes especificam quem são os indivíduos efetivamente provedores de suporte social. Parte do objetivo do autor é, portanto, elaborar um método para a apreensão desses indivíduos provedores e dos papéis desempenhados pelos mesmos na rede em questão.

Desse modo, para o autor:

---

<sup>8</sup> Corresponde àqueles que realmente disponibilizam recursos, ajudas e suportes. Não são levados em conta aquelas relações mais superficiais ou efêmeras, como de pessoas que se conhecem, mas cuja interação não passa do simples cumprimento matinal. Não há, nesse caso, qualquer troca; nenhum recurso material ou imaterial trocou de mãos.

<sup>9</sup> Essa questão pode ser problematizada, uma vez que nem todas as relações sociais, mesmo aquelas provedoras de ajuda e suporte, são necessariamente e unicamente “positivas”. Mesmo nesses casos as relações são ambivalentes, ou seja, possuem aspectos positivos de ajuda e cooperação, mas concomitantemente mostram aspectos negativos, por exemplo, coerção. Portes (2000), em seu clássico artigo sobre o conceito de capital social, aponta essa direção, ou seja, o pertencimento a uma rede e a aquisição de capital social a partir desta pressupõe muitas vezes a coerção de todos aqueles “diferentes” em relação aos demais.

**social support is a somewhat specialized function that may not be supplied by all friendships, family ties, or other significant social relationships.** For researchers specifically interested in social support as a construct, assessment methods must be developed to directly identify those individuals who provide the functions that define social support (BARRERA, 1980, p. 1, grifo nosso).

As diferenças entre os dois conceitos (redes sociais e redes de suporte social) não se restringem aos seus métodos de apreensão, ou seja, não se limitam a aspectos até certo ponto operacionais da elaboração do questionário e da pesquisa. Há diferenças conceituais entre os dois tipos de rede.

Nas redes de suporte social, *a relação existente entre seus indivíduos é embasada em uma troca de recursos (materiais ou não), objetivando formas de ajuda e suporte entre eles.* Já nas redes sociais essa troca de recursos, ou melhor, a existência de relações sociais voltadas especificamente para essas trocas não são essenciais.

Nesse sentido, as redes de suporte social representam os efetivos contatos provedores de ajudas, recursos e suportes dos migrantes, captando aqueles que lhes foram fundamentais e, assim, proporcionando uma discussão aprofundada sobre seu capital social. Não se trata, pois, de simplesmente conhecer ou não aquele integrante, mas de estabelecer com ele trocas de qualquer natureza, desde que elas tenham implicado formas de suporte e ajuda.

Já aqui, portanto, o presente estudo se atém a uma rede composta por laços e interações mais efetivas, para não dizer concretas, uma vez que as trocas e os recursos disponibilizados realmente “trocam de mãos” ou são compartilhados e divididos entre os integrantes da rede social, gerando, por sua vez, capital social a partir da estrutura da rede dada. Essas trocas tendem a ser, em muitos casos, recíprocas e com expectativas futuras.

Nem todos os indivíduos membros de uma rede social cumprirão o papel de provedores de suporte social. Dessa forma, a rede de suporte social é um recorte da rede social, ilustrando de fato seu componente substantivo.

Os recursos por meio dos quais serão captados os contatos provedores são motivo de preocupação e merecem especial atenção do pesquisador, uma vez que a sua definição repercutirá diretamente no processo de elaboração do questionário e, de modo geral, na própria pesquisa.

Barrera (1980) explicita esse tipo de preocupação:

When social support is the central concern, asking a subject to name key family members, friends, coworkers, etc. is imprecise since not all of these individuals are likely to actually provide support (BARRERA, 1980, p. 1).

A fim de evitar esse tipo de problema, ou ao menos minorá-lo, Ratcliffe, Zelhart e Azim (1978) e Jones e Fischer (1978) desenvolveram um arcabouço conceitual que especifica um conjunto de necessidades a serem supridas. Estas são tanto materiais quanto imateriais. Os provedores são captados e a rede de suporte social é delineada por meio de perguntas indiretas sobre as necessidades que conectam provedores e requerentes.

Identificar os indivíduos efetivamente provedores de uma rede social permite apurar dados e realizar análises mais confiáveis e seguras sobre a rede, uma vez que ela está necessariamente atrelada ao suporte ofertado.<sup>10</sup>

Barrera (1980) define a seu modo seis necessidades básicas que cobrem possivelmente um grande conjunto de relações e recursos:<sup>11</sup>

- a) **ajuda material** (*material aid*) – provimento de ajuda material na forma de dinheiro ou por meio de qualquer outro tipo de objeto físico (alimentos, roupas, medicamentos, etc.);
- b) **assistência física** (*physical assistance*) – com o compartilhamento de tarefas;
- c) **interação íntima/discreta** (*intimate interaction*) – interação de uma maneira não direta, ou ainda, não causal, em que sentimentos e preocupações pessoais são expressados e trocados;
- d) **orientação** (*guidance*) – oferta de aconselhamento e também orientação;
- e) **feedback** – de modo a prover os indivíduos com informações a respeito deles mesmos;
- f) **participação social** (*social participation*) – engajamento em interações sociais, a partir das quais se almejam diversão, relaxamento, etc.

A partir do momento em que todos os membros da rede foram identificados, uma breve coletânea de dados caracterizando os mesmos é também realizada.

---

<sup>10</sup> A partir desse método, são captadas as redes pessoais dos indivíduos (migrantes, por exemplo) e não suas redes totais (*full networks*). Ainda assim, através de tal procedimento, garante-se o mapeamento preciso de “quem” é responsável por “o quê”.

<sup>11</sup> Trata-se de uma aproximação ou simplificação, ou seja, uma representação mais ou menos eficiente da rede social. Pode-se pensar em outras necessidades a serem satisfeitas. Todavia, cabe frisar que este é um método relativamente completo de mapeamento da rede, haja vista que engloba tanto recursos materiais quanto imateriais.

Os dados individuais, aqui mencionados, referem-se a: **a) idade** e **b) sexo**; quanto às características das relações entre os indivíduos/entrevistados, apuraram-se informações tais como: **a) parentesco/familiaridade**, **b) amizade/coleguismo** e **c) vizinhança**,<sup>12</sup> ilustrando possíveis esferas de sociabilidade (e o peso das mesmas na composição da rede de suporte social) do ego entrevistado (ver Anexo 1).

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a distância física associada à mobilidade residencial e a migração podem romper laços que até um dado momento eram considerados importantes fontes de recursos, ajuda e suporte. Ademais, esses laços (captados a partir da utilização do conceito de redes de suporte social e não necessariamente por meio da noção de redes sociais) podem ser, portanto, mais suscetíveis a estas migrações, visto que a distância física pode ser um empecilho para a manutenção do contato e da relação estabelecida com ele, a depender do tipo de recurso envolvido.

As fontes utilizadas em um dado momento e em determinado contexto não são necessariamente as mesmas utilizadas em uma situação diversa. Isso é essencial para se compreender o processo de composição da rede social de um migrante, bem como sua situação/condição de vulnerabilidade social atual.

Todavia, da mesma forma que laços podem ser rompidos a partir da mudança de residência e por meio da migração, laços e interações podem ser construídos a partir delas. Novos contatos e novas relações podem ser estabelecidos e estes podem ocupar papel semelhante ao dos antigos laços.

A construção de tais laços pode contribuir para o processo de integração do “migrante”<sup>13</sup> à região, já que, como mencionado anteriormente, os recursos financeiros não são os únicos considerados, mas também os recursos imateriais têm relevância.

Ademais, pressupõe-se que as redes de suporte social de migrantes podem ser muito mais heterogêneas do que as dos naturais. Tal suposição pode estar atrelada à distância física de

---

<sup>12</sup> As duas últimas categorias guardam entre si grandes semelhanças, o que poderia gerar futuramente indefinição dos termos aqui utilizados. O entrevistado poderia se confundir e alocar um vizinho na categoria amigo. Tal fato merece ser ressaltado, principalmente no momento da entrevista, para que não ocorra subenumeração de uma categoria e, conseqüentemente, sobreenumeração de outra.

<sup>13</sup> No presente estudo, não se utiliza o sentido “clássico” de migrante. Aqui, o migrante é todo aquele que mudou de residência, sem que para tanto transpassasse qualquer limite administrativo. Assim, são considerados migrantes inclusive aqueles que mudaram interiormente ao município de residência. Tal abordagem possibilita tratar a respeito do processo de mobilidade residencial, fosse esta considerada uma migração no clássico sentido do termo ou não.

antigos pares provedores de ajudas e suportes, o que obrigaria ao estabelecimento de novos contatos. Concomitantemente, há um quê de homogeneidade e coesão do intragrupo, dados os seus mecanismos intrínsecos de homofilia e, principalmente, os possíveis processos de reagrupação familiar ou a existência de contatos prévios na região para onde as pessoas se direcionaram.

De modo geral, a rede de suporte social pode ser um interessante conceito de que os estudos baseados, em aspecto amplo, no conceito de redes sociais podem se apropriar e que podem manusear, visto que garante tanto a operacionalização da pesquisa, tanto quanto um arcabouço teórico-conceitual menos difuso e genérico.

## **1.2 Segundo ponto de apoio: moeda de troca**

### **1.2.1 O lastro**

#### *Origens*

Na presente seção, pretende-se definir capital social e circunscrever os seus significados, haja vista que eles, muitas vezes, se perdem na vastidão de áreas do conhecimento em que são utilizados (econômicas, sociais, filosóficas, éticas, legais, etc.). O intuito é tratá-lo à luz dos estudos migratórios, logo, encarar suas potencialidades, bem como suas limitações neste específico domínio.

O simples mapeamento e conhecimento da estrutura da rede ou suas metamorfoses após a migração não seriam capazes de elucidar os motivos pelos quais migrantes encontraram os meios necessários para permanecer nas áreas de destino, nem como obtiveram êxito na superação, total ou parcial, de suas vulnerabilidades – fato que, da mesma forma, garantiria sua permanência no local.

De um lado, seria possível pensar que estaria em curso um processo de construção e estabelecimento de novos contatos, que guardam novos recursos, antes intangíveis, diversificando a estrutura e os apoios daí oriundos. De outro, poderia ocorrer um processo de coesão intragrupo, a partir de processos de reagrupação (familiar-domiciliar, como aqueles vinculados a laços de amizade, ou coleguismo, cuja origem comum parece ser seu elemento aglutinador).

O capital social, derivado de uma estrutura em mutação, pode, dessa forma, ser o elemento-chave para a superação de parte das vulnerabilidades (através da aquisição de ativos), assim como, no mínimo, garantir as condições para que essa situação não se degrade ainda mais.

Bourdieu (1986) e Coleman (1988) definiram e problematizaram primariamente o capital social. Para o primeiro, o capital social consiste em:

Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – **or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a ‘credential’ which entitles them to credit, in the various senses of the word** (BOURDIEU, 1986, grifo nosso).

As diversas tipologias e formas de capital (capital econômico ou físico-financeiro, capital humano, capital social, etc.) não são hermeticamente fechadas, ao contrário, interagem e se relacionam entre si, sem, contudo, perderem propriedades, especificidades e particularidades. Cada uma delas, nesse sentido, ajuda a construir a outra a partir de um processo dialético. Dessa forma, para adquirir as diferentes formas de capital, são necessárias negociações e trocas. Qualquer montante de capital social dificilmente será adquirido sem o dispêndio de capital físico, como um investimento em educação, ou ainda sem a posse de bens culturais para que, a partir daí, relações sejam estabelecidas com outros indivíduos e capitais (BOURDIEU, 1986).

O campo de onde essas interações provêm é tão importante quanto a constatação da interpenetração dos distintos capitais na construção de um uno. É notória a relevância de uma rede de interações, no caso específico social, para o fomento dos distintos capitais e, em especial, do capital social. Sem a rede, o capital social simplesmente inexistiria (e vice-versa).

Para Bourdieu (1986), as relações sociais são um fator explicativo dos diferenciais de poder, injustiças e desigualdades econômicas. Nesse sentido, o capital social é muito mais do que um recurso utilizado por indivíduos, trata-se de um recurso – segundo sua perspectiva – inerente da classe social, uma vez que, mesmo que difusamente, há uma rede mais ou menos institucionalizada de interações que almejam de fato o acúmulo de benefícios e reconhecimento para aquela classe em particular (sindicatos, por exemplo).

Já Coleman (1988) define capital social a partir da sua função. Ele não é composto somente por uma entidade, ou melhor, tipo de entidade, mas por uma grande variedade destas que visam, essencialmente, facilitar e promover ações, interesses e recursos, convertendo-os

principalmente em capital humano para os indivíduos dentro desta estrutura comum às quais as entidades pertencem.

Diferentemente de Bourdieu (1986), para o qual o capital social se refere à classe social e é diretamente apropriado por esse conceito, Coleman (1988) parte de uma escala bem mais restrita: a partir dos indivíduos ou coletivos. Ao restringir a escala, ele introduz algumas noções, tais como identidade, pertencimento e inclusão, que, se não passavam despercebidas anteriormente, não eram de fato tão pormenorizadas.

**Social capital is defined by its function.** It's not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist in some aspects of social structures, and **they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure.** Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievements of certain ends that in its absence would not be possible. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others (COLEMAN, 1988, grifo nosso).

Em suma, Coleman (1988), ao abordar a funcionalidade do conceito, acaba por situá-lo como elo entre micro e macronível de análise. De modo geral, o conceito de capital social conectaria duas vertentes específicas do conhecimento, as explicações sociológicas e as econômicas.

Não há como negar um considerável ganho analítico, haja vista que as primeiras explicações (de cunho sociológico) levavam em consideração as regras, normas, obrigações e condicionantes sociais mais gerais e que atuavam “de cima para baixo” sobre os indivíduos, condicionando-os ou, ao menos em grande parte, condicionando suas decisões individuais. A partir dessa perspectiva, a decisão individual seria socialmente orientada ou condicionada. A potencialidade dessa vertente se embasa na contextualização social do ator. Todavia, explicações desse tipo tendem à generalização ao mesmo tempo em que subtraem do indivíduo seu poder de decisão e transformação do grupo social (*empowerment*) (COLEMAN, 1988).

Já a corrente econômica pode ser encarada, em linhas gerais, como a antítese da primeira. O escopo são o indivíduo e seu poder de decisão e transformação de uma dada realidade social. Nesse caso, o indivíduo tem suficiente poder de transformação e atuação sobre o contexto, transformando-o continuamente (COLEMAN, 1988).

Mas, assim como os poréns relativos ao pensamento sociológico, na perspectiva econômica também há lacunas, já que sua visão dos mais distintos processos de geração de capital social tende à individualização e atomização, supervalorizando o poder de decisão individual e principalmente a transformação de uma realidade social, bem como à apreensão da realidade empiricamente. Não se considera que as ações individuais também são moldadas e condicionadas socialmente (*embeddedness*). Ademais, mesmo que indiretamente, responsabiliza – para não dizer culpabiliza – o indivíduo por seu “sucesso” ou “insucesso” social, o que se refuta veementemente no presente estudo.

Esses dois grandes pilares sobre o tema, por sua vez, influenciaram outros tantos, cujas contribuições não ficam aquém dos pioneiros. Putnam (1993; 1995), Portes (1998) e Burt (1997) são alguns deles.

Putnam (1995) centra o conceito nas interações estabelecidas e principalmente pautadas por ideários de confiança mútua e normas acordadas, numa espécie de *favor bank*. Tais ideários podem ser também os responsáveis pela real efetividade na utilização e mobilização das redes de suporte. Como afirma Putnam (1993, p. 2): “Trust lubricates social life”.

A bibliografia discutida até o momento parece compor o conceito de capital social como algo somente “positivo”, uma vez que ele necessariamente gerará apenas ganhos para os integrantes de redes sociais. É necessário, entretanto, ponderar todas essas positivities, uma vez que os mesmos mecanismos que levam indivíduos e coletivos a se relacionarem e a interagirem uns com os outros podem também conduzir a efeitos muito menos desejáveis. Assim, Portes (2000) foi preciso ao revelar – ou no mínimo relembrar – uma outra possível face do capital social:

The heuristic value of the concept suffers accordingly as it risks becoming synonymous with each and all things that are positive in social life (PORTES, 2000, p. 3).

Para o autor, três pontos principais estão associados e implícitos ao conceito e merecem atenção especial.

O capital social desdobra-se em:

- a) uma fonte de controle social;
- b) em uma fonte de benefícios e recursos mediada pela família;
- c) em uma fonte de recursos mediada por redes não familiares (PORTES, 1998).

Através de normas acordadas entre os integrantes da rede, o capital social pode ser utilizável e apreensível somente por aqueles que se dispõem a aceitar tais normas, o que se configura como um condicionante e, para além disso, como um elemento coercitivo.

Na comunidade, no grupo ou nas famílias, a participação também é institucionalizada, quando não hierarquizada, o que pode gerar, em determinado sentido, uma sedimentação de atitudes e pensamentos, ou seja, uma conformação. Novos ideários, nesse sentido, podem não ser tão bem-vindos quanto se supõe (PORTES, 1998). Ou seja, aqueles que não se adéquam às normas não poderão usufruí-lo.

Entretanto, mesmo quando a coerção se faz sentir mais fortemente (em grupos mafiosos, por exemplo, conforme estudo mencionado de Portes), o recurso – mesmo que exíguo e de pouco alcance transformador – parece ser essencial para seus integrantes, ainda que reproduza assimetrias e desigualdades.

A fim de obter um “denominador comum” do que é entendido por capital social a partir das distintas visões de um pequeno apanhado bibliográfico (e que nem por isso deixa de ser axial), utilizou-se uma ideia já presente em Lozares e Molina (2011). Os autores destrincham o conceito em dois componentes principais:

a) a estrutura de relações e interações sociais, cuja rede social é o seu elemento mais visível e facilmente apreensível;

b) um componente substantivo que remete aos recursos compartilhados por meio de interações de confiança, reciprocidade, etc.

Como os autores afirmam:

No hay relación o red sin contenidos y no hay recursos con contenido que, en pertinencia sociológica, no tengan su reflejo o se basen en unas relaciones-interacciones y, por ello, en una red (LOZARES; MOLINA, 2011, p. 3).

Para além da constatação de que o capital social surge necessariamente de uma estrutura dada por uma ou mais redes sociais (independentemente se as redes são compostas por indivíduos, grupos de indivíduos, associações, instituições, etc.), qual seriam os possíveis pontos de intersecção entre os conceitos de redes sociais e capital social?

Lozares e Molina (2011) encaram o componente formal do capital social como previamente definido, como aquele que “dá pie y forma a las posiciones o estatus sociales

diferenciados de los individuos y colectivos en la estructura de la red”. Ou seja, a rede passa a ser a estrutura formal do capital social. Sem o primeiro não há o segundo; interessantemente, sem “moeda de troca” (leia-se capital social) também não há redes sociais ou, no mínimo, não há efetividade dos contatos existentes.

Tal afirmação leva à discussão do segundo componente do capital social, seu componente substantivo, em outras palavras, os recursos que fluem no interior da rede. Ele é composto por recursos de qualquer natureza (materiais ou instrumentais, por exemplo), efetivamente apropriados no presente ou com expectativas de apropriação e mobilização futura por indivíduos ou coletivos que participam de fato como entidades na teia de relações e interações de uma rede social.

Em suma, com a união dessas duas partes pode-se vislumbrar o conceito como aqui passará a ser encarado, ou seja, como *a fluência de recursos (materiais ou não) ou a possibilidade de aquisição/mobilização deles no interior de uma dada rede social, ou seja, por meio das interações sociais estabelecidas entre seus integrantes/participantes, mediadas por sentimentos e ideários de confiança e reciprocidade (fossem eles laços fortes ou fracos), garantindo trocas presentes e expectativas futuras.*

Parece ser esse um primeiro esboço de definição que vincula tanto estrutura (redes) como recursos trocando de mãos (capital social). Assim, dá-se especial atenção tanto ao mapeamento dos contatos do migrante ao longo do tempo e de suas consecutivas etapas migratórias, como também aos seus reais e efetivos contatos que possivelmente muito lhe ajudaram no processo de “sobrevivência dos mais fortes” (MARTINE, 1980).

### **1.2.2 Capital social: vinculações horizontais, verticais e seus distintos recursos**

#### ***Mecanismos de geração e distribuição do capital social intra e inter-redes***

Na seção anterior comentou-se que as redes sociais são o substrato básico para a geração, distribuição e, principalmente, mobilização de capital social entre indivíduos e/ou coletivos, pois são seu próprio componente estrutural ou formal. Isso posto, quais podem ser as particularidades do processo de distribuição deste tipo de capital, haja vista que há uma infinidade tipológica de redes de apoio?

Dessa forma, torna-se imprescindível categorizar alguns tipos de redes – mesmo que superficialmente – a partir dos tipos de vinculações estabelecidas entre seus integrantes para que esta questão seja elucidada. Até mesmo porque há estreita vinculação entre os tipos de recursos disponibilizados e os tipos de relações sociais (MARQUES, 2007).

Dois grandes grupos iniciais podem ser indicados:

- a) relações intragrupo;
- b) interações intergrupos.

Antes de detalhar tais grupos, vale um breve parêntese a respeito de uma das principais premissas no tocante ao capital social: o conceito de “campo social” e “valor social” como elaborado por Bourdieu (1986).

Em poucas linhas e, portanto, de modo muito geral, para Bourdieu o campo consiste na dinâmica interativa entre diversos domínios e dimensões da vida social, como o econômico, cultural, familiar, político, artístico, cognitivo, etc. Por sua vez, o valor social pode ser encarado como o desdobramento natural do campo. Em outras palavras, é o resultado, o bem ou o recurso que produz a dinâmica interativa do campo social. Ambos, portanto, se retroalimentam.

A dinâmica que se dá e se constrói no campo social consiste de relações **reais** entre os agentes, através da apropriação do valor gerado pelas mesmas interações e por processos daí derivados, fossem eles intencionais, fossem estratégicos (LOZARES; MOLINA, 2011).

Mas e o capital social?

El Capital social consiste, cualquiera que sea el contenido que conlleve (económico, informativo, sostén y apoyo, artístico...) y por tanto en el Campo en que se aplique, en la apropiación de los resultados que produce la dinámica interactiva o relaciones. Por las diferencias que genera esta apropiación y por provenir de la interacción entre agentes, el Capital social adquiere pertinencia social (LOZARES; MOLINA, 2011, p. 5).

Nesse sentido, o capital social é o resultado, diferencialmente distribuído entre os agentes e grupos, dos processos de apropriação tanto das dimensões e da dinâmica do campo social, quanto dos valores sociais. O capital social *repercute diretamente no status e na posição ocupada por estes mesmos agentes e grupos na rede.*

Os conceitos de campo social e valor social são fundamentais para se compreender as posições ocupadas pelos participantes da rede social, uma vez que o estudo não focalizará somente as relações internas ao grupo, mas também aquelas estabelecidas entre grupos.

As particularidades, propriedades e características mais elementares de cada um dos tipos de vinculação (intra ou intergrupos) conduzem a tipos distintos de recursos trocados, logo, a “oxigenação” das relações e interações (para as trocas intergrupos), ou a “efetividade” das trocas (para as trocas internas a ele). O maior acesso a esses benefícios depende, portanto, da posição do indivíduo na rede da qual faz parte.

Talvez a discussão pautada em interações de reciprocidade e confiança sobrestime o que Granovetter (1973) definiu como “laços fortes”. Nesse sentido, o processo de composição da rede focaria exatamente os tipos de interações entre os indivíduos a partir de seus laços de familiaridade, consanguinidade e parentesco, o que não gera somente benefícios (é preciso ter em mente que os recursos, nesse caso, são pouco diversificados, dada a homogeneidade-homofilia entre os componentes da rede).

Outra propriedade que interessa ressaltar nas interações intragrupo – também conhecidas como *bounding* – corresponde a sua horizontalidade, ou seja, elas se dão entre agentes equivalentes socialmente. Tal fato apresenta também os seus prós e contras. Pró, na medida em que o coletivo é mais introspectivo (independentemente da composição e frequência entre laços fortes ou fracos) e assim possivelmente suas interações são ainda mais fortemente arraigadas ao ideário de confiança e reciprocidade. Neste caso, havendo dificuldade (qualquer que seja), o recurso pode ser mais facilmente, rapidamente e efetivamente mobilizado, disponibilizado, acessado e apropriado pelos integrantes da rede.

Todavia, uma vez que os agentes são semelhantes entre si, o recurso disponibilizado não seria obrigatoriamente o melhor, mas talvez o mais imediato. Isso poderia reproduzir, por exemplo, situações de pobreza ou, como se tem discutido, vulnerabilidades, já que novas informações e recursos não são necessariamente incorporados.

Vale lembrar o outro lado do capital social iluminado por Portes (2000), em que o agente, para participar do grupo, precisa se sujeitar a suas normas. Há um elemento altamente coercitivo em suas relações.

Contudo, quais as particularidades inerentes às relações intergrupos na geração de capital social?<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Segundo a literatura internacional de análise de rede social (LOZARES; MOLINA, 2011), as relações *linking*, *bridging*.

As relações intergrupos são tecidas entre agentes oriundos de grupos diversos, cuja filiação e referência diferem daquelas com as quais o agente está acostumado, ou seja, do grupo do qual ele faz parte. Nesse sentido, o capital social gerado por este tipo de relação/interação é totalmente diferente daquele primeiro.

As relações intergrupos conduzem à intermediação de coletivos ou agentes com características e atributos diferentes, fato que contrapõe, ou melhor, complementa um dos poréns das interações intragrupo, mais especificamente a sua homogeneidade de estrutura e de recursos. Esse tipo de interação poderia, portanto, romper ou minimizar o processo de reprodução da pobreza citado anteriormente, uma vez que a relação passa a ser verticalizada. Ademais, essa interação facilita ou promove as modificações normativas do grupo justamente por meio de alianças exógenas. Ela poderia complementar o segundo percalço das interações intragrupo, ou seja, o seu caráter altamente coercitivo, na medida em que características dos outros progressivamente são incorporadas pelos integrantes do grupo original. De um modo geral e sucinto, são responsáveis por diversificar o grupo e, por consequência, seus recursos.

Todavia, todas essas “positividades” dificilmente serão extremamente capilarizadas entre todos os participantes de rede. Ao menos no primeiro momento de interação, dificilmente os aspectos positivos serão apropriados por todos os integrantes da rede. Isso confere àqueles que fazem a ponte entre grupos papéis mais centrais e notórios na rede de apoio de ambos os grupos com os quais passa a se relacionar ou a interagir.

O tipo da vinculação é comparativamente distinto. Se a analogia das interações intragrupo remete aos “laços fortes”, as interações intergrupos são encaradas como “laços fracos”, haja vista que possuem caráter muito mais instrumental. Não se pretende aqui uma categorização rígida dos elementos. É dizer: laços fortes são compostos unicamente por parentes, responsáveis obrigatoriamente pela transmissão de recursos materiais e pela composição geral de redes mais coesas. Há que se ter em mente que laços fracos podem ser tão efetivos na mobilização de recursos materiais, quanto àqueles oriundos de parentes.

Contudo, é preciso dizer que há um relação entre os elementos.

Por estes motivos, a questão é saber – tendo em vista um coletivo – qual o ponto de equilíbrio entre os benefícios ou limitações geradas pelas relações intragrupos ou intergrupos. Enquanto umas proporcionam unicidade, coesão, interiorização, homogeneidade e eficácia, as outras garantem variedade, diversidade, heterogeneidade e possivelmente mobilidade social

ascendente ou diversidades de ativos, entre outros fatores. Cada uma delas proporciona, a seu modo, capital social essencial ao migrante.

Novamente, a interlocução entre capital social e redes sociais é umbilical, uma vez que cada um dos conceitos repercute no outro.

*Cada um no seu quadrado (?)*

*Ou como tipos de relações são relevantes para a coesão e integração social*

Para a migração, os processos de *coesão* e *integração social* são particularmente instigantes, por um motivo até certo ponto simplório: bruscamente o migrante se vê, quase de modo forçado, deixando uma rede coesa cujas relações eram prioritariamente intragrupo, para no momento seguinte adentrar uma nova situação, sendo obrigado a tratar com novos agentes externos ao grupo de origem, com todas as implicações decorrentes (heterogeneidade, variedade, diversidade de recursos, interações/relações e capitais sociais, etc.), “ventilando” o que antes se encontrava restrito ao seu próprio grupo por meio de relações horizontalizadas.

Se a utilização do termo *integração social* é mais ou menos intuitiva pela força que encontra nos estudos migratórios, a primeira pergunta norteadora seria: por que *coesão social* é relevante para o processo de *integração* do migrante ao destino, haja vista que ela pressupõe o convívio e a interação social entre iguais (relações sociais intragrupo)? A *coesão* vai além da presença ou não de trocas recíprocas entre seus integrantes; a *coesão* é a “cola” que aglutina esses mesmos integrantes. Para tanto, ela está embebida em sentimentos de reconhecimento, pertencimento, identidade, legitimidade, atração (a um grupo ou lugar), solidariedade e objetivos comuns/compartilhados (LOZARES; MOLINA, 2011).

Para Beck, Van der Maesen e Walker (1997), a *coesão social* acaba por vincular o conjunto do grupo ou sociedade (mesmo que o olhar aproximado demonstre nuances variadas); sem ela não há interação e sem esta não há vida social e identidade coletiva.

Na perspectiva de Jeannotte (2003), a *coesão social* pode ser mais facilmente apreendida a partir da dicotomia entre algumas disjuntivas: **pertencimento** *versus* isolamento, **inclusão** *versus* exclusão, **participação** *versus* não envolvimento, **reconhecimento** *versus* rejeição/negação e **legitimidade** *versus* ilegitimidade (JEANNOTTE, 2003 *apud* LOZARES; MOLINA, 2001).

Em suma, a coesão social é aqui entendida *como o cimento que sedimenta as relações entre indivíduos integrantes de uma rede e/ou grupo através de ideários de reconhecimento, pertencimento, identidade, legitimidade, atração, solidariedade, confiança e reciprocidade, repercutindo diretamente no processo de estruturação do capital social intragrupo e, por conseguinte, na sua situação de vulnerabilidade social na medida em que dá direito a acessar de modo mais imediato recursos, ajudas e suportes necessários para sua integração ao destino:*

Definidos los bounding como formas relacionales hacia dentro y horizontales, de distribución del Capital social en un colectivo, los bondings generan Cohesión social en su componente formal; sus contenidos son los plurales a la Cohesión social. **Así pues la Cohesión social es una forma de distribución interna del Capital social y por tanto lo estructura** (LOZARES, MOLINA; 2011, p. 15, grifo nosso).

Todavía, como dito anteriormente, a integração do migrante ao destino seria incompleta se fosse balizada unicamente por processos de coesão intragrupo. Ela pressupõe a existência de diversos grupos/coletivos dentro de uma mesma sociedade, sendo que para a real integração de indivíduos e grupos são necessários vínculos que se constroem fora do grupo de origem ou referência (intergrupos). Isso já seria capaz de gerar diversidade de contatos e recursos. Nesse sentido, o termo carrega um potencial altamente “positivo” vinculado principalmente à complementaridade em relação à dinâmica intragrupo.

Como resultado, as interações e principalmente seu desdobramento imediato (os recursos gerados) possuem grandes chances de não redundância:

En este sentido se puede afirmar que la mayor acumulación de roles diferentes y mayor diversidad relacional y vice-versa, pero no se ha de olvidar que el aislamiento total es la total pobreza social (LOZARES; MOLINA, 2011, p. 16).

Contudo, o conceito de integração apresenta algumas dificuldades de conceituação e delimitação similares à de coesão social. A mais importante delas é a de que a integração também abarca diversos campos: socioeconômico, cultural, legal, etc.

Dessa forma, são inúmeros os possíveis significados de integração e, como dito anteriormente, são também infinitas as explicações e os processos que, como “pano de fundo”, a condicionam.

Com relação ao assunto, Berry (1992) parte essencialmente de dois grupos ou coletivos:

a) o grupo de população autóctone (de origem);

b) o grupo de acolhida do imigrante (de destino) (Quadro 1).

**Quadro 1: Modelo de Berry – Discriminação de Processos de Integração, Assimilação, Separação e Marginalização de acordo com Sociedades de Origem e Destino**

		Sociedade de Destino	
		Sim	Não
Sociedade de Origem	Sim	Integração	Separação
	Não	Assimilação	Marginalização

Fonte: Berry (1992) *apud* Lozares e Molina (2011). Elaboração do autor.

Se para o migrante a referência cognitiva-cultural é tanto a sua como a de destino (ou seja, dupla afirmação – “sim-sim”), há a integração. Se a referência provém somente da sociedade de origem e não da de destino, há a separação, com a formação de grupos de iguais na sociedade de destino, retornando a um processo de intragrupos (coesão social), só que, agora, no destino. Se, porventura, a sociedade de referência é a de destino e não a de origem, ocorre um processo de assimilação. E, por fim, com um duplo não, há um processo de marginalização, este último com impactos diretos e óbvios na situação de vulnerabilidade social dos migrantes.

Mas quais as possíveis relações entre capital social e integração social?

O pressuposto é simples. O processo de integração social pode contemplar relações entre grupos sociais distintos, logo, diversifica o tipo (a qualidade) e talvez o montante de capital social de uma rede de suporte social. As interações, lastro da integração social, distribuem o capital social em diversas outras redes, grupos e coletivos, uma vez que ele passa a ser compartilhado por grupos diferentes entre si.

Para os migrantes esta pode ser uma experiência salutar, desde que eles efetivamente entrem em contato, troquem recursos e, de fato, estabeleçam diálogo com os outros.

Nesse contexto, a discussão no tocante aos recursos, como encetada por Barrera (1980), pode se configurar como uma *praxis* importante, tanto para o mapeamento dos contatos e, conseqüentemente, da rede de apoio, quanto para o estudo que visa abordar a efetividade da rede.

Vale ressaltar que os processos de coesão e integração não são excludentes do ponto de vista migratório, pois a integração social do migrante nas áreas de destino é almejada, mas, para tanto, é também dependente do processo de coesão social. Ou seja, ao mesmo tempo em que o migrante necessita diversificar seus contatos e recursos e estabelecer trocas com a população de

destino, precisa encontrar seus semelhantes, a fim de também compartilhar com eles contatos e recursos. Desse ponto de vista, mesmo as relações horizontais e homogêneas presentes e características do intragrupo e ilustrativas do processo de coesão social são fundamentais, inclusive, para o processo de integração do migrante ao destino.

Não basta, portanto, “heterogeneizar” e verticalizar contatos. Tais elementos são relevantes para a diversificação de recursos, principalmente os instrumentais, do migrante e logo do seu grupo, coletivo ou população de origem, todavia, a distribuição dos recursos no interior de sua rede de “origem” depende de eles realmente trocarem de mãos ou tornarem-se, de fato, oportunidades.

### **1.3 Vulnerabilidade e estreita relação entre ativos e riscos**

#### **1.3.1 Por que vulnerabilidade?**

Nesta seção explicitam-se os motivos pelos quais a incorporação do conceito de vulnerabilidade é caro, para não dizer central, ao presente estudo. Uma possível questão que pode vir a ser formulada pelos leitores deste trabalho é: “em que o conceito de vulnerabilidade pode contribuir para a discussão de redes sociais e sua relação com o processo migratório?”.

Retornando à pergunta de partida do trabalho, não basta conhecer as alterações de estrutura de uma determinada rede de suporte social pós-migração. Procura-se elucidar como elas foram ou não cruciais para a superação de riscos e adversidades, assim como para a geração de ativos. Reside essencialmente aí o motivo para a adoção do conceito de vulnerabilidade. As transformações na estrutura da rede de suporte podem ter sido fundamentais na mitigação ou superação de uma dada situação de vulnerabilidade social a partir da aquisição de ativos, em suma, de capital social derivado, interessante, da própria migração. Tal concepção seria totalmente diversa caso se considerasse o conceito de pobreza, ou ainda, outras características socioeconômicas.

Não se trata, pois, de restringir a discussão a partir da perspectiva da pobreza, ou seja, de um risco, mas das possíveis relações entre riscos e ativos e a superação dos primeiros de acordo com os ativos, a partir de uma teia de contatos provedores de ajudas. No entanto, é possível

ponderar que a migração possui duas facetas. É uma espécie de solução ou estratégia de enfrentamento para diversos riscos macroestruturais e para desigualdades regionais, como falta de emprego e moradia na origem e busca de novas oportunidades no destino. Contudo, a migração agrega também risco, na medida em que pode ter impactos negativos sobre a rede de ajudas do migrante, rompendo determinados vínculos (familiares, inclusive) e interações sociais, conduzindo-o a uma situação de vulnerabilidade social e a reproduzindo (CUNHA, 2007a).

É preciso, portanto, cuidado no tratamento dessa questão, não havendo afirmações absolutas ou do tipo valoradas (bom – ruim, bem – mal, sim – não).

A migração é também capaz de estabelecer relações/interações do tipo *linking/bridging* (LOZARES; MOLINA, 2011) por meio dos “laços fracos” (GRANOVETTER, 1973), tidos como fontes de recursos imateriais e instrumentais (MARQUES, 2007) entre indivíduos ou grupos cujas características, atributos e propriedades diferem imensamente entre si (novos vizinhos, novos amigos, novos colegas, etc.). Isso poderia significar novos recursos, ou seja, mais capital social e, por conseguinte, mais ativos e minimização de riscos.

Não é, portanto, intuito do presente trabalho tratar somente das vantagens ou desvantagens da migração e seus impactos na rede social do migrante, uma vez que o esforço seria enorme e provavelmente impossível de ser concluído sem que, em determinados momentos, o foco fosse perdido, ou que ele se tornasse um mero devaneio balizado por perspectivas particulares. Ademais, tal preocupação poderia ser apropriada futuramente como uma espécie de “receita”: “migre ao menos duas vezes, assim, sua rede será diversificada. Não migre mais do que isso, pois grande parte de seus contatos será rompida”. O objetivo deste estudo não poderia estar mais longe desse tipo de simplismo.

De fato, a migração pode inicialmente conduzir o migrante a uma condição de vulnerabilidade social, devido à desconstrução de contatos, à perda de ativos e à maior exposição a riscos. Mas a migração é (ou foi) uma solução e estratégia viável para muitos que já se encontram nessas mesmas condições de vulnerabilidade. Constitui (ou constituiu) o simples desdobramento desta última, ou seja, a vulnerabilidade social como causa da migração. Não menos importante, a migração pode ser utilizada como estratégia de mitigação da situação de vulnerabilidade social justamente pelos mais vulneráveis, que dispõem de poucos ativos e estão expostos a muitos riscos, de modo que é plausível que tanto sua rede, quanto seu capital social sejam mais seriamente afetados (para o bem ou para o mal).

### 1.3.2 A noção de vulnerabilidade

#### *Algumas definições da noção*

Vale iniciar este exercício de definição de vulnerabilidade afirmando que ela é polissêmica.<sup>15</sup> É tão ampla e tão utilizada em diversos estudos, bem como pelo senso comum, que é questionável se ela é ou não um conceito. Ainda assim, há relativo consenso de que sua definição se compõe por “exposição aos riscos, a incapacidade de resposta e a inabilidade de adaptação” (VIGNOLLI, 2006, p. 4).

Sob essa perspectiva, a utilização desse conceito propicia de modo umbilical (mas não necessariamente causal) tanto o enfoque da condição e situação dos atores, quanto a discussão sobre os riscos a que eles estão expostos e, por fim, seus ativos ou capacidades/habilidades de superação desses riscos. Isso tem relevância, tendo-se em vista que os ativos podem ser um interessante gancho para o desenvolvimento do conceito de capital social e, assim, da discussão sobre a eficácia das transformações sofridas pelas redes de suporte após a migração.

Cunha (2004) utiliza o mesmo arcabouço teórico-conceitual a respeito de vulnerabilidade, todavia, nos estudos preponderantemente sociodemográficos, tomando como recorte territorial duas importantes regiões metropolitanas do interior paulista: Campinas e Santos. O autor busca um enfoque de vulnerabilidade:

voltado à apreensão de fatores que tornam os indivíduos e/ou famílias mais ou menos vulneráveis, deixando de enfatizar – embora não necessariamente abandone – as concepções deste conceito com relação ao território. **Nesse caso, são as vulnerabilidades de pessoas e não dos recursos naturais que serão o centro de atenção. Assim sendo, o enfoque de vulnerabilidade aqui adotado inclui também o papel de processos sociodemográficos no direcionamento do ônus desses fatores** (CUNHA, 2004, p. 344, grifo nosso).

Ao retrabalhar a noção, incorporando-a a discussões sociodemográficas, Vignolli (2006) propiciou um triplo enfoque (também demográfico):

a) voltado à discussão dos “riscos” sociodemográficos (gravidez na adolescência, envelhecimento, morte, etc.);

---

<sup>15</sup> Segundo Hogan et al. (2001), Cutter (1996) chega a identificar 18 definições diferentes de vulnerabilidade.

- b) outro interessado nas capacidades de resposta e adaptação;
- c) uma terceira dimensão preocupada em discorrer sobre os instrumentais que estão associados diretamente à capacidade de resposta, ou seja, os ativos (capital físico/financeiro, capital humano e capital social, essencialmente).

A utilização dessa noção em particular permite, portanto, ao pesquisador o triplo enfoque dos processos e fenômenos sociais. Este triplo enfoque, por sua vez, preza pela associação entre os fatores,<sup>16</sup> uma vez que aborda em conjunto tanto os riscos que conduziram o ator a uma determinada situação adversa, quanto as possíveis formas de enfrentamento a partir de elementos instrumentais variados. O caminho inverso é também contemplado, ou seja, como a falta ou carência de determinadas habilidades e capacidades e dos mesmos elementos instrumentais pode tornar o ator mais suscetível aos riscos e, conseqüentemente, mais propenso a uma situação ou condição de vulnerabilidade.

Tal perspectiva associativa pode ser fundamental para a compreensão holística do processo de formação, estruturação e composição das redes sociais do migrante, logo, do capital derivado desta estrutura e dos seus processos de transformação, haja vista que a migração, as redes e a condição de vulnerabilidade do indivíduo ou grupo (família) influenciam-se de forma recíproca, não havendo direção ou sentido preponderante.

Ademais, ao tornar o processo de estruturação da rede social e do capital social mais complexos, a perspectiva associativa permite, mesmo que de forma indireta, tratar tanto das “positividades” quanto dos “efeitos indesejados” de cada um dos fatores (leia-se migração, redes sociais e ativos).

Diferentemente do ocorrido nos estudos psicológicos ou ambientais, o cerne da questão passam a ser os ativos (e não os riscos) de que indivíduos e grupos dispõem ou que conseguem mobilizar. Há aqui um ponto de inflexão no sentido usual dado à vulnerabilidade ou ao menos como esta é compreendida, visto que os riscos sempre existirão e serão transformados ao longo do tempo e que o mais importante é a “caixa de ferramentas” que cada um possui:

---

<sup>16</sup> E não necessariamente por uma relação de dependência entre fatores. Esse raciocínio poderia conduzir a problemática, hipóteses e explicações causais. Ou seja, a uma assimetria de relações e à maior dependência de um fator em relação ao outro, perspectiva que pode ser severamente criticada nas ciências sociais.

O enfoque da vulnerabilidade tem como potencialidade contribuir para identificar indivíduos, grupos e comunidades que **por sua menor dotação de ativos e diversificação de estratégias estão expostos a maiores níveis de risco por alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida individual, familiar e comunitária** (BUSSO, 2001, p. 25, grifo nosso).

Kaztman et al. (1999a), ao delinear minimamente as condições que deveriam ser tomadas em conta a fim de caracterizar a situação de vulnerabilidade, fornece um importante nexos para o presente estudo. Para os autores, três aspectos básicos devem ser considerados:

- a) inserção e estabilidade no mercado formal de emprego;
- b) o grau de regularidade de acesso a serviços públicos e outras formas de proteção social (a geografia de oportunidades);
- c) *a debilidade de suas relações sociais.*

As redes são, nesse sentido, importantes formas de enfrentamento e adaptação aos riscos diante do encolhimento do Estado e da desproteção inerente ao mercado. Cabe à família e à comunidade, que Kaztman et al. (1999a) definem como “instituições primordiais”, serem ou se tornarem a fonte de subsídios, recursos, informações, ajudas, suportes, etc. para seu enfrentamento.<sup>17</sup>

Esta é uma preocupação também constante em Cunha (2004), já que ele, ao apreender algumas dimensões da organização familiar dos domicílios metropolitanos, sugere que a composição familiar e domiciliar pode interferir na condição de vulnerabilidade destes mesmos domicílios e indivíduos, já que passa pela “força (ou debilidade) das redes sociais, além da sua dimensão comunitária” (CUNHA, 2004, p. 346).

Em suma, ao caracterizar a situação de vulnerabilidade dos migrantes é possível:

- a) compreender melhor os motivos que os levaram a migrar (pensando sempre de uma forma mais geral, referindo-se ao grupo/coletivo);
- b) conhecer os motivos pelos quais possivelmente continuam mais expostos aos riscos, permanecendo vulneráveis ao longo do tempo;

---

<sup>17</sup> Isso não quer dizer que as instituições primordiais necessariamente se tornaram ativos, mas que são base e estrutura para a sua formação, reprodução e disponibilização.

c) entender os impactos decorridos da migração na estrutura de suas redes de apoio, logo, nos seus ativos e no capital social daí oriundo, fato que gera uma interessante discussão sobre a efetividade da migração como estratégia e das redes como fonte de suporte.

### 1.3.3 Diga-me com quem tu andas

Uma das primeiras noções de redes são oriundas dos estudos de Granovetter (1973; 1985) e Coleman (1988) e da noção de *embeddedness*, segundo a qual a ação dos atores se encontra inserida em um tramado de redes de relações sociais que proporcionam acesso a (ou, o contrário, impedem-no de acessar) determinados recursos, influenciando em suas atitudes, comportamentos, apreensões, etc. De forma resumida, trata-se da perspectiva na qual o sujeito é condicionado socialmente.

Mas há também o caminho oposto, ou seja, a forma de transformação oriunda do micro e que reverbera no macro. Nessa linha se enquadra a noção de *empowerment*, segundo a qual é possível ativar processos de fortalecimento e transformação comunitária a partir da coordenação das interações estabelecidas entre seus “sujeitos-chave” (BONET i MARTI, 2006).

Vignolli (2006) sugere ao longo de diversas passagens de seu texto que a incapacidade/inabilidade de enfrentamento das adversidades (e, conseqüentemente, persistência das condições de vulnerabilidade) deve-se, também, à carência de fontes de apoio externas. Tais fontes de apoio, segundo o autor, poderiam ser mais facilmente e rapidamente mobilizadas em momentos adversos, principalmente por meio de redes familiares ou intradomésticas, uma vez que “atuam como instituição formadora, transmitem ativos e se posicionam socialmente” (VIGNOLLI, 2006, p. 126).

Tal discussão acerca das positivities da rede remete ao estudo seminal de Granovetter (1973) sobre a relevância dos “laços fracos” (*weak ties*), caracterizados como relações sociais estabelecidas principalmente entre colegas, amigos, conhecidos e que são fundamentais para a circulação de recursos imateriais ou instrumentais, como informações sobre oportunidades de emprego, por exemplo.

Sua oposição é feita pelos “laços fortes” (*strong ties*), compostos por vinculações e interações sociais tecidas (casamento) ou herdadas (consanguinidade) entre parentes e familiares

e que são responsáveis pela circulação de recursos materiais (ajuda financeira, material, etc.), mas também por recursos imateriais. O diferencial em relação aos recursos imateriais dos laços fracos é que os laços fortes se embasam em relações de extrema confiança (cuidado disponibilizado com crianças, idosos enfermos, *feedback* positivo, etc.). Isso não quer dizer que nenhum laço forte seja composto por relações de amizade ou vizinhança e não necessariamente de parentesco/familiaridade (BARRERA, 1980), significa que esse tipo de laço é mais responsável pela transmissão prioritária de determinado tipo de recurso.

Lozares e Molina (2011) discutem a importância de cada um desses tipos de laços na geração de capital social. Para tanto, recategorizam os laços de acordo com noções presentes nos estudos de Análise de Redes Sociais (ARS). Nesse sentido, os “laços fracos” seriam ilustrações de interações sociais do tipo *linking*<sup>18</sup> ou *bridging*,<sup>19</sup> enquanto os “laços fortes” corresponderiam às relações sociais do tipo *bounding*.<sup>20</sup>

Laços fracos desdobrar-se-iam em processos mais eficientes de integração social (por exemplo, do migrante, usualmente visto como “o” outro, “o” diferente nas sociedades autóctones), pois podem acarretar maior diversidade e heterogeneidade de interações sociais entre indivíduos com características diferentes entre si, logo, maior diversidade de recursos, haja vista que a informação disponibilizada por um pode ser totalmente diferente daquela, porventura, disponibilizada por outro.

Já os laços fortes seriam os grandes responsáveis por um processo de coesão social mais sedimentado e fortalecido, uma vez que as interações sociais são estabelecidas prioritariamente entre integrantes internos ao grupo. Possivelmente quanto mais coeso ele for, mais eficaz e rápida será a disponibilização e a transmissão de recursos de primeira necessidade contra numerosas adversidades, fato essencial para a reflexão acerca do processo migratório, principalmente o crítico momento de chegada do migrante ao destino. Contudo, verifica-se coerção social maior e mais intensa sobre aqueles que não se adéquam plenamente a suas regras internas (PORTES, 2000). Os autores, ainda discorrendo sobre o artigo de Lozares e Molina (2011), dão grande

---

<sup>18</sup> “Los lazos linking expresan, en la literatura del CS, las relaciones que los miembros de un colectivo tienen con los de otro u otros colectivos diferentes. [...] Emplearemos pues la expresión linking para estas relaciones inter, externas y verticales.” (LOZARES; MOLINA, 2011).

<sup>19</sup> “La orientación de las relaciones es hacia fuera [...] son horizontales; es decir, los vínculos se hacen entre las entidades de los colectivos de una misma envergadura social” (LOZARES; MOLINA, 2011).

<sup>20</sup> “Así pues, las relaciones que definen la Cohesión son las internas o dentro del colectivo, que se denominan lazos Bonding.” (LOZARES; MOLINA, 2011).

ênfase às “vantagens” proporcionadas por redes que conseguem que parte de suas interações sociais extrapolem o grupo, ou seja, aquelas do tipo *linking/bridging*. Mas, mesmo nesse caso, as relações não culminam, *a priori*, em “vantagens”, essencialmente por dois motivos. Primeiro porque as relações podem ser estabelecidas com indivíduos provenientes de grupos com características muito semelhantes em relação ao grupo de origem do migrante, e possivelmente fluiriam recursos muito semelhantes entre os grupos, fato que agravaria determinados problemas e conseqüentemente acentuaria sua reprodução (ao longo do tempo, do espaço, das gerações, etc.). Já o segundo: há ainda que se ponderar que estas relações podem nascer de uma desigualdade ou assimetria de poder (por exemplo, a relação entre patrão e empregada doméstica). Nesse sentido, a heterogeneidade de contatos de fato existe, mas a transmissão de recursos não necessariamente.

Bonet i Martí (2006) tem um ponto de vista semelhante. O autor problematiza a perspectiva “otimista” acerca das redes sociais, uma vez que ela desempenha um papel crucial como agente da reprodução social, inclusive de suas carências (reprodução da pobreza e vulnerabilidades, por exemplo). Bonet i Martí aponta uma condição de *vulnerabilidade relacional* identificada como “aquella situación generada por la ausencia o debilidad de los vínculos de inserción comunitaria” (BONET I MARTI, 2006, p. 4). Essas situações são particularmente presentes no cotidiano dos migrantes, ao menos nos seus momentos de chegada ao destino.

Todavia, como discutido na seção anterior, essa mesma ruptura inicial pode provocar – posteriormente – o florescimento de novos contatos, fato que também apresenta as suas vantagens (diversidade e heterogeneidade de recursos).

Ou seja, o simples pertencimento a uma rede social de tal “tipo” (na verdade, com atributos e relações sociais que lhe são particulares) não é, *a priori*, uma vantagem ou proporciona soluções de enfrentamento a problemas ou adversidades. Não é, portanto, só um ativo (mesmo que a partir de sua estrutura possibilite sua geração), pois apresenta, de modo indissociável, riscos, negatividades, deficiências e carências.

Se a migração – por romper determinadas relações sociais por meio do “desenraizamento” e da distância física entre contatos – e as redes sociais podem, ao mesmo tempo, ser ativos e riscos, qual pode ser um ativo no seu sentido estrito, ou seja, um ferramental que de fato

repercutirá na forma como a rede social e a migração serão mobilizadas, ou seja, a fim de que se tornem solução de problemas e não seus geradores ou reprodutores?

#### **1.3.4 Os ativos**

A situação de vulnerabilidade não se caracteriza unicamente pela presença de riscos, mas também por meio da incapacidade ou inabilidade de resposta perante contingências ou adversidades, sejam elas endógenas sejam exógenas, essencialmente pela falta de ativos. Desse modo, uma das principais chaves para se entender a condição de indivíduos e grupos como vulneráveis ou não vulneráveis gira em torno dos ativos de que eles dispõem ou que conseguem mobilizar.

Mesmo a noção de ativo não sendo inédita, sua releitura proporcionada a partir de Moser (1998) assevera diversas potencialidades, particularmente aquelas relativas a sua dimensão política. Essa mesma releitura serviu para expandir consideravelmente as tradicionais definições de pobreza, muitas vezes restritas a um recorte econômico-financeiro (a partir da variável renda), mesmo que apresente também os seus poréns ao responsabilizar, em grande medida, o indivíduo por sua condição de vulnerabilidade. De acordo com tal posicionamento, para a superação de adversidades, as políticas públicas devem estar atentas para os ativos que os pobres possuem e para formas efetivas de mobilizá-los e manejá-los:

Identifying what the poor have, rather than they do not have, focuses on their asset [...] The asset framework goes beyond a “static” measuring of the poor, toward classifying the capabilities of poor population to use their resources to reduce their vulnerability [...]”(MOSER, 1998, p. 1; p. 14).

Nesse sentido, é por demais ampla a gama de ativos, mas pode-se pensar em três grandes grupos: a) capital físico-financeiro; b) capital humano; c) capital social.

A este estudo cabe observar com especial atenção o capital social, aqui entendido como a “moeda de troca”, base e motor para o dinamismo interno de uma dada rede social – assim como seu fruto imediato –, haja vista que gera expectativas de trocas futuras embasadas em relações de reciprocidade e confiança daí necessárias.

As redes sociais constituem estrutura básica para o surgimento deste ativo, contudo, o simples pertencimento a uma delas não significa que ela constituirá uma vantagem. Contudo, existem vantagens.

As vantagens de cada um desses tipos de redes só podem ser acessadas por aqueles que dispõem de capital social e o mobilizam e manejam adequadamente, uma vez que este, por ser uma espécie de “banco de favores”, lubrifica as interações sociais no interior da rede, fomentando-as (COLEMAN, 1988), permitindo que migrantes adquiram ajudas por meio de seus “laços fortes” ou incrementando seu instrumental de informações e recursos por meio de seus “laços fracos”.

Assim, para compreender como um indivíduo ou grupo chegou a uma situação de vulnerabilidade social e como pode também superá-la passa pela *quantidade e qualidade de capital social que ele possui e constrói por meio de suas redes de suporte social* e não necessariamente pelo tipo de rede a que pertence, ou ainda, pelo simples fato de ter ou não migrado. Em suma, a relação entre migração, redes sociais e vulnerabilidade é muito mais complexa do que inicialmente se imaginava.

As noções e os conceitos mantêm entre si uma relação associativa e dialética. Não há causalidade nem “unidirecionalidade”. Ademais, carregam em si certa ambivalência, fato que complexifica ainda mais a análise, mas que, em contrapartida, leva a uma perspectiva mais crítica.

Neste caos original, parece que a noção de ativos e a de capital social podem se configurar como importantes chaves de entendimento dos motivos pelos quais a migração e as redes sociais podem ser, para alguns, mecanismos e estratégias de solução de problemas e adversidades e não elementos responsáveis pela sua reprodução. Em suma, mecanismos que podem retirar (como também colocar) indivíduos da condição de vulnerável. Isso se dá pois, mesmo em redes sociais caracterizadas por interações sociais intragrupo do tipo *bounding*, o capital social apresenta inegável valor como elemento aglutinador – o cimento que mantém unido –, garantindo que recursos de primeira necessidade sejam transmitidos de modo mais efetivo e rápido.

De modo geral, e em termos não científicos, o capital social pode ser responsável por “tirar leite de pedra”, aquele que, mesmo com estrutura (leia-se rede social) carente e vulnerável, pode reelaborá-la a ponto de transformá-la em fonte de apoio, suportes e recursos, por mais restritos que sejam.

## **CAPÍTULO 2: POR FALAR EM REDES**

*Fontes, métodos, contextualização e o poder de atração das redes  
na Região Metropolitana de Campinas*

## 2.1 Primeiro ponto de apoio: fontes de dados e métodos

### 2.1.1 Onde?

#### *Por que a Região Metropolitana de Campinas?*

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) configura-se como um interessante recorte territorial por se tratar de uma região cujos movimentos de mais longa distância, prioritariamente os inter-regionais, foram fundamentais para seu crescimento urbano e demográfico. Não é casual, portanto, que boa parte dos migrantes que hoje residem nesse território é considerada externa – pessoas cujo município de residência anterior não faz parte da referida região. Nesse sentido, a RMC pode ser um interessante estudo de caso, já que é destino de um considerável contingente de indivíduos e grupos cujas redes de apoio foram severamente impactadas pela distância física entre contatos provedores e requerentes de suporte.

No entanto, ao longo do tempo, a modalidade migratória interna passa a ser cada vez mais proeminente. Assim, da mesma forma que se trata de uma região propícia para a análise dos efeitos da migração nas redes de apoio daqueles que tiveram que percorrer grandes distâncias, é também oportuna para se compreender os mesmos impactos nas redes daqueles que migram – segundo critérios de residência anterior – internamente.

Ademais, boa parte dos dados secundários aqui manejados se refere à Região Metropolitana de Campinas. Cabe dizer que tais dados não são provenientes das fontes usuais de dados (pesquisas amostrais e Censos Demográficos), mas sim de um *survey* intitulado “Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”, levado a cabo pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

### 2.1.2 Quem?

#### *Os selecionados*

A fim de retratar as redes de suporte social dos migrantes e não migrantes – como grupo de controle – ao longo do tempo e do espaço foram estabelecidos alguns critérios de seleção

anteriores ao levantamento de campo e às entrevistas semiestruturadas (uma vez que tais dados inexistem nas fontes de dados secundárias).

Entretanto, há um esforço prévio na definição de migrante e não migrante. Fica aqui entendido que migrante é todo aquele indivíduo cujo município de residência anterior difere do atual. Por sua vez, não migrante é todo aquele natural do município. Já os intrametropolitanos são aqueles que apresentaram residência anterior como sendo um município integrante da RMC. Sendo os externos todos cuja residência anterior não era um município da região. Por fim, migrantes recentes residem no atual município a menos de 10 anos, enquanto que os antigos (ou longa data) a mais de uma década.

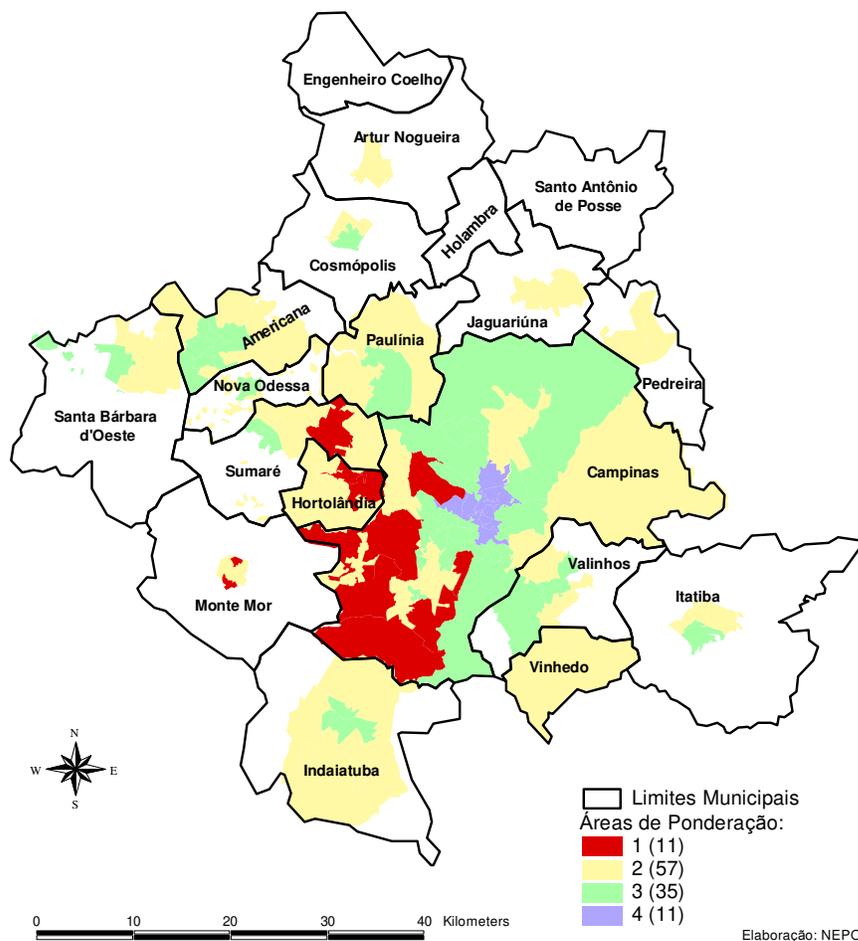
Tendo em vista que a ideia geral era verificar a relevância da migração na diversificação da rede de apoio desses indivíduos, retirando-os, mesmo que indiretamente, de uma condição de vulnerabilidade social, dadas as novas oportunidades associadas à diversificação da rede, foram selecionadas algumas áreas geográficas dentro da Região Metropolitana de Campinas caracterizadas por esta condição adversa e denominadas pelo referido projeto como “zonas de vulnerabilidade” (ZV) (CUNHA et al., 2006a).

A pesquisa domiciliar realizada na Região Metropolitana de Campinas contou com cerca de 1.824 questionários domiciliares, envolvendo 5.902 pessoas. Os questionários foram aplicados a partir de uma amostra estratificada em dois estágios utilizando para tanto as zonas de vulnerabilidade, estratos socioeconômicos criados com base nos dados do Censo Demográfico 2000 (CUNHA et al.; 2006a, JAKOB; CUNHA; CUNHA, 2009).

Outra importante característica da pesquisa refere-se à focalização nos setores censitários urbanos para o levantamento das informações, uma vez que a população rural da RMC não ultrapassava 3% do total. Pode-se afirmar categoricamente que, a respeito dessa região e de seus indivíduos, são abordados assuntos urbanos e relações sociais quase em sua totalidade urbanas, mesmo porque a parcela de população rural não guarda características necessariamente “Rurais” (com R maiúsculo), como problematizado em estudos como de Graziano da Silva (1996; 1997) e Veiga (2002).

As ZV representam grupos homogêneos de áreas de ponderação (AP) não apenas do ponto de vista sociodemográfico, mas também quanto ao grau de acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana (Figura 1).

**Figura 1: Zonas de Vulnerabilidade.  
Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Para o levantamento de campo e, assim, para as entrevistas qualitativas e semiestruturadas, foram selecionados apenas indivíduos residentes nas ZV1, situadas em municípios com forte crescimento do mercado de trabalho (oportunidades claras de emprego e renda, independentemente do tipo de trabalho e da renda em questão) e expansão imobiliária (novas moradias). Supunha-se que nesses casos novas relações sociais estariam ainda sendo estabelecidas, ou seja, as redes de suporte estariam sendo compostas e transformadas aí.

Como contraponto comparativo, foram também selecionados indivíduos residentes na ZV3. A ZV4 era a menos vulnerável, porém, se tratava de uma área cuja população era muito mais homogênea e composta por poucos migrantes, por isso não foi aqui analisada.

A ZV3 distribui-se por municípios com características opostas aos escolhidos anteriormente (Municípios com forte presença de ZV1), uma área mais heterogênea e muito mais consolidada da cidade.

As zonas de vulnerabilidade podem ser descritas da seguinte forma:

- a) **zona de vulnerabilidade do tipo 1 (ZV1):** zona mais periférica, tanto geograficamente, quanto socialmente. Do ponto de vista urbano, são áreas menos consolidadas, além de apresentarem infraestrutura mais deficitária. Sua população apresenta carências significativas tanto em termos econômicos, quanto educacionais; além de elevado grau de desproteção social
- b) **zona de vulnerabilidade do tipo 2 (ZV2):** Trata-se de uma zona intermédia, entre a periferia mais distante e menos valorizada e o centro mais valorizado e bem servido de infraestruturas urbanas da região. É uma zona mais consolidada urbanisticamente em comparação com a Zona de Vulnerabilidade do Tipo 1. Em contraposição ainda concentra grande parte de seu contingente populacional caracterizado como baixa-renda. Entretanto, comparativamente a zona anteriormente citada, apresenta melhores índices de proteção social.
- c) **zona de vulnerabilidade do tipo 3 (ZV3):** compreende zonas urbanas mais centrais. Como área mais consolidada e, conseqüentemente, mais valorizada, apresenta população de mais alta renda, além de outras particularidades, como domicílios menores, unipessoais e mais envelhecidos.

Acredita-se que há significativas diferenças na forma como a rede de apoio é composta e, sobretudo, mobilizada segundo os residentes das distintas zonas de vulnerabilidade. Esse fato leva a crer que as redes são para uns mais fundamentais do que para outros.

Afora os motivos de escolha dos recortes espaciais, cabe frisar que toda a análise aqui realizada não focou – ao menos em boa parte das análises de dados quantitativos – a totalidade dos residentes nos domicílios, mas somente o seu responsável. Para essas pessoas, coletaram-se diversas informações, que inclusive serviram de base para a construção da entrevista semiestruturada e qualitativa. Tal opção metodológica decorre de um pressuposto: em geral, para estudos migratórios, a família<sup>21</sup> deve ser a unidade básica de análise, uma vez que boa parte das

---

<sup>21</sup>Deve-se reconhecer que a família, da forma como é definida nos censos e, de maneira geral, nas pesquisas domiciliares, não corresponde necessariamente à visão “sociológica” da mesma. Mesmo que as relações de

decisões, em particular aquelas envolvendo os deslocamentos residenciais, é tomada no interior da família. Mas, então, por que considerar somente as características do chefe, ou seja, por que tomar a parte pelo todo? Presume-se que a decisão migratória é tomada dentro da unidade domiciliar, mas não necessariamente por todos.

Vale ainda mais cuidado. Especialmente quando se trata acerca do conceito de vulnerabilidade, a cautela no recorte metodológico e, conseqüentemente, na simplificação deve ser redobrada. Afinal, a vulnerabilidade de um não é necessariamente a do conjunto. Ou, ainda, a vulnerabilidade de um pode ser minimizada diante da não vulnerabilidade dos outros. Em contrapartida, em famílias com grande razão de dependência, a vulnerabilidade de um pode ser a vulnerabilidade de todos, particularmente quando a vulnerabilidade é a do responsável pelo domicílio.

Todavia, a perspectiva aqui é outra. As vulnerabilidades do grupo condicionariam a migração de seus indivíduos. Tomar a parte pelo todo, desse modo, daria indícios de processos maiores e estruturais relacionados ao fenômeno que teriam condicionado a migração do grupo. Nesse sentido, é possível depreender as vulnerabilidades do grupo a partir das do seu responsável.

Dessa forma, mesmo consciente de alguns riscos metodológicos, o uso do responsável do domicílio como uma *proxy* do processo migratório experimentado pela unidade doméstica não representou grandes perdas em relação ao processo mais geral que se estudou.

Esse procedimento permitiu evitar certos vieses de interpretação, como na análise da variável “motivo da migração”. A categoria “acompanhar a família” atingiu, via de regra, percentual elevado de respostas. Não é casual a preponderância desse tipo de motivo, posto que são muitos aqueles dependentes (crianças, por exemplo) que migraram de acordo com as intenções do responsável pelo domicílio (possivelmente, um de seus pais).

Talvez um dado contribua para sustentar que o fato de se considerarem apenas os responsáveis não implicou viés importante para os resultados: na RMC, a mediana da participação dos chefes na renda domiciliar era, em 2007, superior a 65%, sendo que mais de 45% destes respondiam por mais de 70% da renda total.

---

parentesco sejam definidoras dessa categoria na forma de captação, há possibilidades de interpretações errôneas, sobretudo em domicílios com formações mais complexas que o modelo “nuclear” (biparentais ou monoparentais com ou sem filhos). Como isso em mente, adotou-se uma tipologia de família que evita ao máximo tais problemas. Uma referência a respeito pode ser encontrada em Bilac (2006).

Ademais, a trajetória migratória familiar tende a ser mais complexa que a do responsável pelo domicílio, mas este último indivíduo é central para se compreender parte significativa da história do grupo.

Além disso, o propósito não foi quantificar os movimentos migratórios envolvendo a RMC, o que necessariamente obrigaria a tomar toda a população residente. Com esse tipo de objetivo, o tamanho da amostra recolhida pela pesquisa domiciliar e sua respectiva expansão baseada em projeções demográficas constituiriam problemas.

No entanto, como dito anteriormente, parte importante da rede de apoio do responsável é intradomiciliar, sobretudo para os casados. Nesse sentido, mesmo as características do chefe fornecendo um bom panorama das vulnerabilidades do grupo, o mesmo não aconteceu para o mapeamento de sua rede de apoio. Até mesmo porque ela (novamente, ao menos para os casados ou para aqueles que experienciaram esse evento) não foi uma construção tão somente particular, pois parte dos contatos provedores de ajuda podia ser também proveniente da rede de apoio do cônjuge (seus parentes, seus conhecidos e amigos).

Dessa forma, para a análise dos dados qualitativos foram tomados tanto o responsável pelo domicílio quanto seu cônjuge, por se entender que a trajetória de seus cursos de vida e especialmente seu entrelaçamento foram processos centrais para se compreender suas redes de suporte.

A partir de tal procedimento, mapeou-se a rede de suporte social de ao menos parte do domicílio, já que não se consideraram as redes dos “dependentes” (questão que pode ser problematizada principalmente quando se aborda o suporte social) (BIDART, 2008). Cabe frisar que, tendo em vista o amplo conjunto de suportes sociais que são demandados por um domicílio, seria imaturo pensar que todos eles são supridos por um único ator.

Há que se refletir também que as diferenças de gênero existentes entre responsável e cônjuge enviesariam a pesquisa, o que igualmente justificou a consideração dos contatos de ambos.

Inicialmente foram selecionadas quatro categorias distintas de redes de suporte social de acordo com também quatro categorias de grupos de pesquisa, que representam boa parte da realidade da região: casais de migrantes e não migrantes que se encontram em momentos distintos de seu curso de vida.

Como a diversidade de arranjos e de momentos do curso de vida em que cada um desses arranjos poderia ser situado é muito ampla, os critérios de definição de cada grupo associaram-se a pelo menos três dimensões específicas:

a) a condição migratória (ser migrante ou não migrante), bem como a modalidade migratória e o tempo de residência na região;

b) o momento do curso de vida em que esses pares se encontravam;

c) em que Zona de Vulnerabilidade (ZV) residiam no momento da pesquisa.

O pressuposto era de que esses três domínios (migração, tempo/curso de vida e espaço/ZV) repercutiriam, de forma conjunta, sobre os processos de formação da rede de suporte social desses indivíduos, casais e grupos e, conseqüentemente, sobre sua composição atual – como hoje se encontra.

Foram realizadas 20 entrevistas com 10 casais, sendo que cada delas tomava cerca de 2 horas. Só algumas delas são aqui apresentadas, pois representam boa parte das demais.

Foram recolhidas algumas informações básicas a respeito do entrevistado para cada uma de suas etapas migratórias ou eventos marcantes de seu curso de vida, tais como: idade, sexo, estado civil e posição/cargo de trabalho, presença ou não de filhos e se estes já eram adultos ou não.

Ademais, foi utilizada a perspectiva de mapeamento de redes sociais egocentradas por meio do *software* computacional EgoNet,<sup>22</sup> tanto para a confecção do questionário, quanto para a imputação dos dados e, por fim, sua análise. Ele possibilita a armazenagem de características tanto do entrevistado, quanto dos seus contatos e o gerador de nomes da sua rede social se embasava na metodologia de captação intitulada Assis, de Barrera (1980), conforme relatado no Capítulo 1.

Há um desdobramento imediato neste tipo de escolha. O que foi mapeado e ilustrado não corresponde necessariamente à rede social pessoal desses migrantes, logo, desses casais, ou seja, não se indicam todas as pessoa com quem os indivíduos mantêm qualquer tipo de relação social – por vezes muito superficial, por exemplo, um simples olá matinal. O que se ilustrou compreende a rede de suporte social pessoal desses sujeitos, os contatos que, quando mobilizados, fornecem

---

<sup>22</sup> A última versão de EgoNet está disponível de forma gratuita em *Sourceforge*. Disponível em: <<http://sourceforge.net/projects/egonet/>>.

algum tipo de ajuda, suporte, recursos e informações de acordo com as seis necessidades sociais básicas aventadas por Barrera (1980).

Partiu-se do pressuposto de que talvez essa rede de suporte seria a mais afetada a partir do processo migratório, tanto em termos de ruptura de contatos, quanto na geração de novos (HASELL; SCANZONI, 1997; HEDMAN, 2012). Nesse sentido, importava saber, tendo-se em vista que se focalizaram pessoas que buscavam se integrar ao destino, quem de fato as ajudava. Ou seja, quem de fato poderia retirá-las de uma dada situação (momentânea ou perene) de vulnerabilidade social.

Assim, também foram recolhidos dados sobre seus contatos (ou *alteres*, conforme a nomenclatura usual nos estudos sobre redes sociais). Incluíram-se dados básicos, como nome, sexo e idade (categórica e não idade simples), e também dados sobre sua esfera de sociabilidade, como parentesco (consanguinidade ou aliança), amizade (originária do emprego, dos estudos ou outras – clubes, igrejas, associações de bairro, amigos de amigos, etc.) ou, por fim, vizinhança (pregressa ou atual).

Assim, para cada uma das seis necessidades sociais básicas estipuladas por Barrera (1980) foi possível definir quais os tipos de contato que mais as forneciam – laços fortes ou laços fracos (GRANOVETTER, 1973). Ademais, foi possível, mesmo que rudimentarmente, compreender alguns mecanismos de homofilia ou diversificação da rede de suporte social dos entrevistados.

Por fim, ao menos tendo-se em vista o mapeamento da rede de suporte social, o entrevistado (ou ego, segundo os estudos sobre redes) foi interrogado a respeito de cada uma das relações que porventura poderiam ou não existir entre os contatos (*alteres*) de sua rede.

A rede mapeada é, portanto, uma mescla entre redes pessoais e egocentradas que mapeia exclusivamente os contatos provedores de recursos (ver Anexo 1).

Nesse sentido, foi captada também a possível fluência de recursos em seu interior. Ou seja, possivelmente quanto maior o número de relações estabelecidas entre os contatos, maior também seria esta fluência de recursos entre eles. Pode-se tratar, neste caso, de uma rede mais efetiva, mais coesa, mais preparada a responder as adversidades e, portanto, menos vulnerável.

Outra questão levantada correspondeu à permanência ou não de antigos contatos nas redes de suporte social do ego em cada um dos momentos de sua transformação e, conseqüente, transição. Portanto, foi inquerido se determinado contato era ou não repetido (se se encontrava ou

não em redes de suporte anteriores). Dessa maneira também foi possível aquilatar os impactos que a migração e os eventos marcantes tiveram sobre sua rede de suporte:

método tiene la ventaja que recoge de una forma solvente el mundo social que rodea a cada ego en todas sus dimensiones institucionales. **Desde un punto de vista cognitivo, la memoria acerca de las relaciones sociales está organizada en gran parte por contextos de interacción, seguramente debido a que recordamos eventos conexos en el tiempo o en el espacio** (MOLINA; LERNER; MESTRES, 2008, p. 41, grifo nosso).

De acordo com os dados quantitativos (conforme a primeira seção do terceiro capítulo), os quatro grupos se conformaram por:

- a) não migrantes que acabaram de se casar (sem filhos ou com filhos menores de 18 anos);
- b) não migrantes cujos filhos já eram adultos (maiores de 18 anos);
- c) migrantes que acabaram de se casar e eram recém-aportados (sem filhos ou com filhos menores de 18 anos);
- d) migrantes cujos filhos já eram adultos e com diversas etapas migratórias internas à Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Como dito, o casamento foi aqui entendido como um marcador importante no curso de vida desses indivíduos, por entrelaçar mais de uma história de vida. Não se pretendeu sobrevalorizar o casamento de modo conservador e qualquer forma de união entre dois indivíduos foi considerada, inclusive quando eram do mesmo sexo. Pretendeu-se discutir o processo de agregação de ajudas provindas de contatos do parceiro, fosse ele quem fosse, havendo ou não divórcio ou morte. Isso porque é muito difícil não entender a rede de suporte social de um como sendo também a do outro (BIDART; LAVENU, 2005) ou, no mínimo, parte considerável de sua composição.

A ideia é mais ou menos a mesma para os filhos e suas respectivas idades. Filhos menores de idade demandam redes de suporte específicas – familiares mais próximos, por exemplo. Já filhos adultos podem agregar novos componentes à rede de suporte de seus pais, como seus próprios cônjuges e suas famílias (HEDMAN, 2012; HEDMAN; VAN HAM; MANLEY, 2011).

Por fim, como até agora vem sendo aqui tratado, investigaram-se o número de migrações e seus impactos na rede de suporte dos indivíduos (MAGDOL; BESSEL, 2003).

Há que se ressaltar que os dados das entrevistas qualitativas semiestruturadas não são longitudinais. Ou seja, as entrevistas se deram em um determinado momento, e tudo o que foi daí extraído guarda em si o efeito da memória do entrevistado, também transformada ao longo do tempo. Tal artifício foi adotado tendo-se em consideração o curto período para a elaboração da pesquisa, haja vista que ela não é, por exemplo, um grande projeto temático – em que o fôlego seria maior. Se ela tivesse sido desenhada no formato de painel talvez os resultados fossem outros.

### **2.1.3 Sobre os métodos de mensuração do capital social**

Bourdieu (1986) encara o conceito de capital social como instrumento a ser utilizado para fins da classe social e não necessariamente para fins individuais, ainda que eles existam – como dito anteriormente. Nesse sentido, o simples fato de pertencer a uma classe social ou grupo (ver a discussão dos recursos disponíveis intragrupo e intergrupos no Capítulo 1) ou ainda a uma camada da pirâmide de estratificação social (LIN, 2001) propicia recursos que não estão disponíveis a outros.

Compreender a posição do indivíduo neste cenário e, sobretudo, a alteração de sua posição nesta mesma estrutura hierárquica e piramidal após a migração pode, ainda que de forma indireta, sugerir ganhos ou perdas de capital social. Mas elucidar a posição dos integrantes de sua rede de apoio talvez seja mais importante do que entender a posição do indivíduo, haja vista que eles podem fornecer ajudas de outros grupos ou estratos. Nesse sentido, quanto maior a presença de indivíduos de estratos mais elevados do que o do entrevistado, possivelmente maior será o seu capital social ou, no mínimo, maior será efeito transformador, já que pode guardar mais ativos.

#### ***Por que não trabalhar só com a variável educação?***

Este é um dos dados mais costumeiros nas investigações sobre posição de indivíduos no sistema de estratificação social. Alguns preferem operacionalizá-la a partir dos anos de estudo, outros segundo os diferentes níveis/ graus de escolaridade. Porém, manuseá-la como uma variável discreta e dados o atual sistema de ensino e o contexto nacional da Progressão Continuada, há um

claro descompasso entre anos de estudo (que poderiam ser uma ilustração da escolaridade) e o processo de geração e acúmulo de capacidades e habilidades, ou ativos, inerentes à formação educacional, visto que há “buracos” significativos na formação de parcela considerável dos estudantes ao final de sua vida escolar.

Em contrapartida, ao trabalhar com a categorização segundo níveis, parte-se do pressuposto de que há “gargalos” e consideráveis esforços para transpô-los e que eles mantêm estreita relação com os anos de estudo, bem como são recompensados com melhores oportunidades de trabalho e remuneração. Todavia, a partir da intensa expansão do ensino, presume-se que as vantagens decorrentes da maior escolaridade tenham se retraído ao longo dos anos.

Ademais, em circunstâncias específicas (como agudas crises econômicas), até mesmo os efeitos da maior escolaridade são limitados. Nessas situações, possuir maior escolaridade não significa ter soldo. A situação de vulnerabilidade social criada, mesmo que momentânea, é evidente nesse caso.

Por fim, não que a educação e a escolaridade sejam totalmente menosprezadas no país, mas ao dissociá-la da variável renda, seu prestígio é seriamente questionado, dada esta mesma realidade. Pouco interessa um indivíduo possuir o título de doutor, por exemplo, se dele não é possível obter recursos mais palpáveis (indiferentemente se são materiais – dinheiro, por exemplo – ou não – indicação para um trabalho).

Em suma, a utilização isolada da variável escolaridade como forma de apreensão da posição no sistema de estratificação social de indivíduos e, conseqüentemente, dos frutos daí gerados (leia-se: capital social) pode ser problematizada.

### ***Por que não trabalhar só com a variável renda?***

O mesmo acontece com a variável renda.

A coleta de dados a respeito de renda por meio de fontes secundárias é não menos corriqueira e usual, podendo ser descrita por meio de variáveis discretas e categóricas, da mesma forma como a escolaridade. As faixas e os limites de divisão das categorias – assim como sua quantidade – são infinitas e voltadas para os mais diversos fins. No caso brasileiro, uma

conceituação e operacionalização clássica é a proposta por Rocha (2003) ao tratar acerca da definição de uma linha da pobreza.

Porém, são notórios os problemas de fidedignidade do quesito renda nas mais diversas fontes de dados, sendo necessários processos outros para sua estimação mais próxima da realidade. Por exemplo, aqueles que muito ganham tendem a diminuir seus rendimentos, já os que pouco ganham tendem a sobrestimá-los. Ademais, qual a perspectiva a ser adotada, a do cômputo do total de rendimentos ou do rendimento relativo ao trabalho?

Por fim, a unidade de análise torna-se um assunto central. Melhor referir a renda individual ou aquela que considere o grupo familiar, haja vista que unidades familiares ou domiciliares são relevantes fontes de suporte?

### ***Por que eleger a variável ocupação?***

Um dos principais motivos é justamente a maior veracidade – ademais, o país vive um momento de pleno emprego, diminuindo a influência do mercado informal de emprego e renda –, portanto, acurácia da resposta obtida para aquele determinado momento da pesquisa. Parte da renda deixa de ser apreendida a partir de tal artifício, essencialmente aquela que não é proveniente diretamente do trabalho.

Por sua vez, como o intuito aqui é justamente discorrer sobre as possíveis vantagens e benefícios decorridos do *status* ou do prestígio de determinado contato de acordo com sua posição na pirâmide de estratificação, a ocupação acaba por associar as duas variáveis anteriormente discutidas, escolaridade/educação e renda.

De acordo com Lin (2001) e Degenne (2004), qualquer esforço de mensuração do capital social deve levar em conta:

- a) quão extensa pode vir a ser a estrutura da rede social que o gera;
- b) o nível mais elevado do sistema de estratificação social atingido pelos seus integrantes;
- c) como se dão as relações sociais entre entrevistado (*ego*) e seus conhecidos (*alter*), bem como entre conhecidos (*alter-alter*).

Ou seja, não basta apreender a forma ou composição da estrutura, mas também visualizar a hierarquia das posições ocupadas pelos seus integrantes, uma vez que elas “abrem portas” para novos mundos.

Lin (2001) ainda estabelece ao menos seis postulados sobre as possíveis repercussões do esquema esboçado no parágrafo anterior na geração do capital social individual, mas que de uma forma ou de outra é também coletivo, pois disseminado no interior de sua rede social. Assim:

1) há correlação diretamente proporcional entre posição ocupada no sistema de estratificação social e maiores e melhores oportunidades de mobilização de capital social realmente eficaz – entendido como aquele que pode, de fato, transformar uma determinada situação de vulnerabilidade social;

2) novamente, há correlação positiva e diretamente proporcional entre “força” da interação social entre sujeitos e recurso almejado. Na verdade, estabelecendo um paralelo entre este e o trabalho de Lozares e Molina (2011), é evidente que recursos mais eficazes, ou no mínimo, mais urgentes e imediatos originam-se dos “laços fortes”, como definido por Granovetter (1973), pois são lastreados em processos de coesão intragrupo;

3) quanto mais “fraco” o elo estabelecido, provavelmente mais instrumental será o recurso objetivado. Ademais, a possibilidade de diversificação do recurso – aquele que o ego não atingiria de outra forma – é imensa, haja vista que ele nasce da própria heterogeneidade das relações sociais intergrupos (LOZARES; MOLINA, 2011);

4) a maior presença de indivíduos que fazem a ponte entre diferentes grupos sociais do sistema de estratificação garantiria uma rede mais heterogênea, logo, a maior quantidade de recursos distintos. Nesse caso, o capital social pode ter um efeito transformador de uma dada realidade social ao romper o ciclo de reprodução, por exemplo, da vulnerabilidade social do que o capital social de grupos extremamente coesos, já que eles compartilham características e recursos de mesma natureza. Ou seja, o recurso destes últimos possui um alcance limitado;

5) conforme propõe Degenne (2004), “O poder de uma posição (em termos de sua proximidade a uma ponte) depende do diferencial de nível, dentro da estrutura social, entre as extremidades dessa ponte”. São dois os aspectos a serem aqui observados: as características da ponte e a proximidade em relação a ela. As vantagens do capital social são mais fortemente sentidas por aqueles que se relacionam com pontes com grande fluência entre distintos estratos sociais;

6) os efeitos do capital social tendem a ser mais limitados no topo e na base da hierarquia social, dada a dificuldade de se manterem relações com os indivíduos pontes, já que eles próprios em muitos casos são as ditas pontes.

Mas como operacionalizar esses princípios, captá-los, mensurá-los? Segundo Van der Gaag, Snijders e Flap (2008), a fim de analisar e dimensionar o conceito de capital social (CS) comumente utilizam-se três tipos de instrumentos:

1) o gerador de nomes (GN), tão usual nas Análises de Redes Sociais (ARS), dado que discorre sobre a composição e a estrutura das redes sociais ao capturar as interações que uns estabelecem com os outros, bem como suas propriedades (tipo de vinculação, recorrência, etc.);

2) o gerador de recursos (GR), como definido por Snijders (1999), Van der Gaag e Snijders (2005) ou mesmo Barrera (1980), que consiste em inquirir os entrevistados sobre aqueles sujeitos que são de fato os reais provedores de alguns tipos específicos de ajuda, recursos, suportes, etc., ou seja, sobre suas factíveis possibilidades de acessar tais recursos por meio de outros indivíduos;

3) o gerador de posições (GP) proposto originalmente por Lin (1986).

O método GP lastreia-se em três aspectos essenciais: a presença e determinadas características de específicos *alteres* (com os quais as relações sociais do ego são estabelecidas), os recursos que podem ser acessados e mobilizados e que são provenientes deles (*alteres*) e, por fim, a disponibilidade desses recursos para o ego (entrevistado em questão) (GARCÍA; MAZA, 2013).

Usualmente os questionários GP tomam como ilustração do sistema piramidal e estrutural de estratificação social as ocupações no mercado de trabalho, a fim de inferir o acesso desigual dos sujeitos a estes diferentes níveis da estrutura social, contudo, a partir de seus contatos pessoais (GARCÍA; MAZA, 2013). Cada uma dessas ocupações recebe uma pontuação conforme seu prestígio ocupacional, culminando em um *ranking* que se refere à estratificação social de uma sociedade desigual.

Pergunta-se aos entrevistados se eles mantêm relação com ao menos uma pessoa que desempenhe uma das ocupações elencadas.<sup>23</sup> As respostas afirmativas recebem o valor previamente estabelecido pelo prestígio que possuem. Em linhas gerais, com esses dados em mãos é possível estudar diferentes aspectos do capital social acessível, mobilizável, manejável, etc. desses entrevistados a partir, por exemplo, de uma abordagem que leve em consideração o

---

<sup>23</sup> No presente caso, o entrevistado foi questionado sobre a ocupação de cada um dos integrantes de sua rede de suporte social (todos eles e não só aqueles que ocupavam posições delineadas em questionários prévios), sendo o valor total computado de forma a permitir comparações entre as redes e, conseqüentemente, o capital social de migrantes e não migrantes.

volume e a diversidade de suas redes, o *ranking* de acessibilidade a diferentes posições hierárquicas, etc. (LIN, 2001).

Todavia, como hierarquizar as ocupações? A Classificação Internacional de Ocupações desenvolvida pelo Padrão Internacional de Classificação de Ocupações (*International Standard Classification of Occupations* — Isco) seria um começo. No entanto, o processo de padronização pode levar a não menosprezíveis vieses de análise, posto que a realidade e o contexto de uma sociedade não são necessariamente os mesmos de outra. Por exemplo, quanto mais informal for o mercado de trabalho de uma dada sociedade, mais distante ele estará da realidade desenhada e possível de ser captada por meio da Classificação Internacional de Ocupações.

Mas não parece ser esse o caso de uma região metropolitana altamente urbanizada e conectada nacional e internacionalmente, como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), e que viu seu mercado de trabalho se formalizar consideravelmente ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, boa parte das ocupações presentes na listagem do Isco possivelmente será também encontrada na RMC.

Ademais, a sistemática do Isco estabelece categorização por áreas e algumas vinculações com atributos individuais, tais como tarefas e habilidades necessárias para executar as ocupações, nível educativo obrigatório para desempenhá-las, etc.

O sistema de catalogação brasileiro (Classificação Brasileira de Ocupações — CBO) mantém estreita conexão com o esquema mais geral e internacional, obviamente, com algumas particularidades, muitas delas relativas à informalidade do mercado de trabalho nacional.

Há inúmeras formas desenvolvidas ao longo dos anos e por diversos autores com o intuito exclusivo de captar e, principalmente, mensurar o conceito de capital social de acordo com a posição ocupada pelos indivíduos ou, em resumo, segundo seu prestígio ocupacional (GARCÍA; MAZA, 2013): o trabalho de Goldthorpe (1987), o estudo de Eric Olin Wright (1985), o sistema de classificação de ocupações francês, a categorização socioprofissional suíça (CSP-CH), a escala de estratificação e interação de Cambridge (CAMSIS), o prestígio ocupacional de Treiman (Siops) (1977) e o índice socioeconômico internacional de *status* ocupacional (Isei) de Ganzeboom e Treiman (1996).

Contudo, como arrazoam Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992), o processo de valoração do prestígio ocupacional deveria se ater a critérios (e variáveis) não subjetivos. Nesse sentido, seu *International Socio-economic Index* (Isei) é fundamentado unicamente nas seguintes

variáveis-tipo: a) educação; b) ocupação; c) renda. Seu objetivo primordial é atribuir um valor (escore) à ocupação captada nas mais diversas pesquisas e que, por derivação, explicitem a escolaridade e a renda do entrevistado e, obviamente, seu prestígio e posição no sistema de estratificação (ALVES; SOARES, 2009).<sup>24</sup> Parte do pressuposto de que há, de fato, uma valorização da ocupação segundo seu *status* e, em adição, ao seu prestígio, pode-se pensar que há benefícios que lhe são inerentes.

Trabalha-se aqui com a CBO, pois é derivada da Classificação Internacional de Ocupações da Isco, que, por sua vez, é a base do Isei de Ganzeboom e Treiman (1996). Ela é, portanto, utilizada aqui como categorização básica das ocupações, sendo que o entrevistado é convidado a responder sobre sua própria ocupação e a de cada um dos integrantes da sua rede de apoio, a fim de ilustrar a possibilidade de obtenção de recursos de distintos estratos sociais. Em suma, de seu capital social. A partir daí são atribuídos os mesmos valores/escores sugeridos por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992) a cada uma das ocupações elencadas. Tal exercício propicia uma análise comparativa entre migrantes vulneráveis e não vulneráveis, bem como comparações internas à rede ao tratar a respeito do valor do *status* ocupacional do entrevistado (ego) em relação ao seus conhecidos (*alteres*).

## **2.2 Segundo ponto de apoio: breve contextualização sobre a RMC**

### **2.2.1 RMC em foco. Afinal, não há tabula rasa**

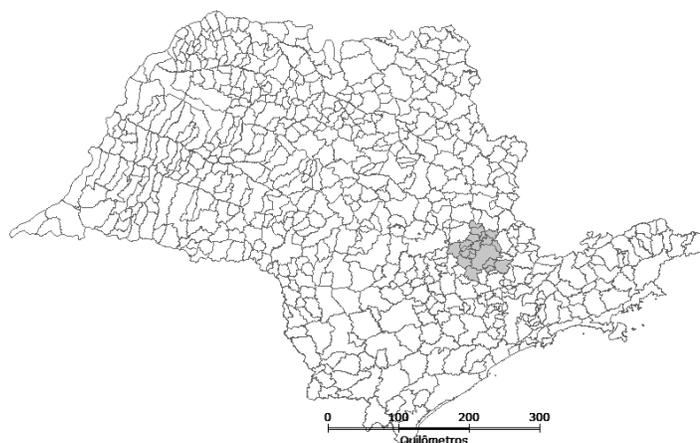
A Região Metropolitana de Campinas, composta por 19 municípios e por aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, segundo dados do Censo Demográfico 2000, é hoje uma das mais importantes regiões do país, não apenas por sua força econômica, mas também por se tratar de um dos mais importantes polos tecnológicos brasileiros.

---

<sup>24</sup> Conforme relatam Alves e Soares (2009), o menor escore da escala Isei é 16 (atribuído às ocupações manuais) e o maior, 90 (juiz). O Isei foi desenvolvido a partir da Classificação Uniformizada das Ocupações (CISCO68, cuja sigla em inglês é ISCO68). A escala foi criada combinando-se dados comparáveis sobre educação, renda e ocupações masculinas de 16 países. O Isei foi revisto em outro estudo (GANZEBOOM; TREIMAN, 1996) para incluir a última revisão publicada do Cisco (ISCO, 1988). A escala do Isei foi validada quanto a sua aplicabilidade em diferentes contextos e possui forte correlação com outras escalas, como a escala de prestígio conhecida como *Standard International Occupational Prestige Scale* (Siops), produzida por Treiman (1977).

Sua invejável infraestrutura – rodovias, ferrovias, aeroportos, gasoduto –, a qual lhe assegura a articulação com os principais mercados e cidades brasileiras, associada à presença de moderno parque industrial e à variada gama de instituições de ensino, contribuíram para que a região recebesse grande parte de investimentos mais intensivos em tecnologia realizados no país nos últimos dez anos. As empresas já instaladas no município e na região constituem um ambiente extremamente favorável à atração de novas unidades empresariais. [...] Campinas é uma cidade onde são criadas novas empresas de base tecnológica, onde se faz ensino e pesquisa de qualidade e que polariza uma vasta área industrial e agroindustrial rica e diversificada. (CAIADO; PIRES, 2006b, p. 292,294).

**Figura 2: Região Metropolitana de Campinas. Estado de São Paulo, 2013.**



Fonte: IBGE. Malha Municipal Digital (LatLong – SAD69). Elaboração do autor.

**Figura 3: Municípios da Região Metropolitana de Campinas, 2013.**



Fonte: IBGE. Malha Municipal Digital (LatLong – SAD69). Elaboração do autor.

Caiado e Pires (2006a) discutem os processos que em maior ou menor medida fomentaram a RMC. Nesse sentido, sua conformação, bem como seus processos internos de expansão urbana, não conseguem ser desvinculados da sua história de industrialização, ou melhor, da “concentração quase absoluta das condições de produção industrial nas áreas metropolitanas no período de substituição de importações” (CAIADO; PIRES, 2006a, p. 2).

As raízes da Região Metropolitana de Campinas remontam à década 1970 e à progressiva interiorização da indústria paulista (CAIADO; PIRES, 2006b).

Isso posto, novos vetores de expansão foram criados, ou ainda, incentivados, haja vista que nem todas as cidades possuem os atributos necessários para receber a nova indústria paulista (ou a velha, aquela recém-saída da capital num claro processo de redistribuição de seu parque fabril). Dessa forma, já desde os anos 1960, e principalmente depois de 1970, Campinas e outros municípios da atual RMC, tais como Americana, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Indaiatuba, receberam grandes investimentos governamentais, tornando-se um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do Estado, devido, em grande parte, ao processo de desconcentração industrial verificado a partir da Região Metropolitana de São Paulo (NEGRI, 1992; CANO, 2008).

Isso intensificou o ritmo de crescimento populacional em toda a RMC, em especial no seu município-sede, desdobrando-se, porém, em crescimento desordenado, com todos os problemas daí decorrentes e de modo tão semelhante ao de outras grandes metrópoles. Notaram-se falta de moradia e o consequente processo de favelização, loteamentos irregulares e clandestinos, ocupações, especulação imobiliária desenfreada, baixos salários, etc. (CUNHA et al., 2006c).

A redistribuição da indústria teve sempre como alvo cidades com inerente vocação de polo regional ou que apresentavam os meios propícios para o desenvolvimento da produção fabril: impostos baixos, mão de obra barata, proximidade de vias de acesso e escoamento, etc. Campinas é nesse sentido privilegiada, já que possui inquestionável infraestrutura: algumas das principais rodovias do estado, quiçá do país. O mesmo pode-se dizer de suas ferrovias. Ademais é cruzada por gasodutos, possui aeroportos, etc. Foi também pela presença de instituições de pesquisa e ensino que seu parque industrial foi, é e talvez será cada vez mais voltado para a área tecnológica. Em suma, constitui um importante “nó” – ponto focal – no território (do Estado e do país).

Não é casual, portanto, que a centralidade de Campinas seja notória até os dias de hoje. De acordo com esse cenário, é inegável sua relevância para a região e seu papel centralizador de atividades, serviços, produção, etc. É também inegável que a influência da sede não se atém aos seus limites administrativos, ao contrário, em maior ou menor medida repercute nos municípios vizinhos, conduzindo “à formação de um aglomerado de cidades cuja integração depende menos do tamanho populacional do que das demandas geradas a partir das especificidades da dinâmica regional” (CAIADO; PIRES, 2006a, p. 3).

Após 1980, a situação torna-se completamente distinta. A reestruturação do sistema produtivo canalizado a largos passos por novos meios de comunicação e informação provoca um rearranjo dos papéis antes tão precisos entre centro (sede) e periferia. Diante deles, o padrão de urbanização brasileiro também se transforma, por exemplo, com a redução do ritmo de crescimento de algumas metrópoles e o incremento do peso ou participação das cidades médias no cenário da rede urbana. Dessa forma, o “novo” processo de expansão urbana é pautado pela dispersão tanto de atividades econômicas quanto de oportunidades mais viáveis e acessíveis de moradia e emprego no território metropolitano, decorrentes, na maioria das vezes, da sede.

A outra face dessa expansão foi o processo de dispersão e, logo, redistribuição urbana e populacional (novos empreendimentos imobiliários, por exemplo) para além dos limites da sede. Como consequência, aumentou a mobilidade pendular (casa-trabalho, trabalho-casa), configurando novos espaços intraurbanos de vivência, como definido por Villaça (2000).

Tal processo de crescimento da RM de Campinas foi caracterizado essencialmente por um padrão de crescimento físico horizontal em espaços descontínuos, de ocupação rarefeita, principalmente nas direções sudoeste e sul, estendendo a periferia para além dos limites municipais da sede regional, absorvendo progressivamente porções dos municípios vizinhos.

Vale frisar que este tipo de expansão urbana foi resultado tanto do impacto das políticas públicas setoriais (como a de transportes) como, e talvez principalmente, da ação especulativa dos mercados imobiliários (CUNHA et al., 2006).

Quando os dois fatores se manifestavam conjuntamente, seus efeitos eram os mais perversos possíveis, acarretando, por exemplo, áreas cada vez mais socialmente segregadas e isoladas geograficamente, sobretudo em relação ao centro/sede.

Cunha et al. (2006b) ressaltam a importância da migração para entender o processo de consolidação da RMC. Destarte a maior contribuição dos fluxos inter e intraestaduais ao longo

das últimas décadas, as trocas populacionais intrametropolitanas constituem importante elemento para compreensão da estrutura da região.

Os dados analisados no referido estudo apontam que “na medida em que a região vai se consolidando, o peso da migração intrametropolitana, ao longo das últimas décadas, incrementa-se nas cidades-dormitórios onde reside a população de baixa renda, como os do eixo Oeste, Hortolândia, Nova Odessa, e também em outros que abrigam os estratos socioeconômicos mais abastados, como Valinhos.” (CUNHA et al., 2006b, p. 348).

Caiado e Pires (2006a) confirmam, a partir da intensificação desta modalidade de deslocamento, a configuração de novos espaços de migração no interior da RMC. Nesse sentido, se até então os movimentos migratórios interestaduais e mesmo intraestaduais eram os “motores” da expansão urbana, principalmente da cidade de Campinas, em décadas mais recentes, essencialmente a partir de 1980, há, porém, um claro processo de desconcentração populacional deste mesmo núcleo em direção aos seus municípios limítrofes. Mais do que um processo de desconcentração, pode-se pensar em um processo de “expulsão”, que culminou na redistribuição populacional de parte dos indivíduos e famílias até então residentes na sede por meio de diversos incentivos e constrangimentos (CUNHA, 1994), em um contexto em que a valorização fundiária e imobiliária cumpriu papel fundamental.

Tão fundamental parece ser a importância da migração na constituição da RM de Campinas e nos processos daí decorrentes que Caiado e Pires (2006a) asseveram que sua mancha urbana aumentou cerca de 30% entre o final da década de 1980 e os anos 2000. Os autores chamam a atenção para “uma mancha urbana, praticamente contínua, ao longo da Via Anhanguera, de Vinhedo a Sumaré, e de Sumaré a Santa Bárbara d’Oeste, configurando uma extensa conurbação de sete municípios” (CAIADO; PIRES, 2006a, p. 280).

Interessantemente, tal processo de redistribuição populacional pautado por processos especulativos não foi exclusividade dos menos favorecidos financeiramente. Como desdobramento imediato de tal processo contextual, a RMC é altamente segregada, como atesta o estudo de Cunha et al. (2006b). Há, nesse sentido, áreas restritas a cada grupo, bem como vetores de expansão voltados a cada grupo.

Não menos curioso é que, apesar de serem vistos como “cidades-dormitórios” (fossem eles “ricos” ou “pobres”), vários destes municípios periféricos acabaram por desenvolver

dinâmicas urbanas próprias, por exemplo, com a instalação de parques industriais em seu território.

Como decorrência desse processo, novas periferias surgiram – não como as da década de 1970, mas ainda muito dependentes de suas sedes – que não gravitam o entorno de Campinas, mas sim os municípios mais próximos. Esse é o caso de Americana, que incorpora sob sua esfera de influência os municípios de Santa Barbara d’Oeste e Nova Odessa (nesse caso, “periferia da periferia”).

Esta disseminação de periferias ou esta segunda esfera de periferias mostra-se fundamental para a compreensão de determinados fluxos migratórios intrametropolitanos que não se originam da sede ou não se destinam a ela, ou seja, é relevante para a compreensão de determinadas trocas populacionais ocorridas entre determinados pares periféricos.

Contudo, ainda que cada subcentro regional tenha muitas vezes adquirido dinâmicas urbanas próprias, tal fato não se desdobrou em incremento da qualidade de vida; ao contrário, a RMC continua apresentando alta concentração de pobreza, desemprego, violência, desenvolvimento socioeconômico desigual e, sobretudo, um forte grau de segregação social em seu território,<sup>25</sup> onde não só as desigualdades sociais imperam, como também as desigualdades de acesso a infraestruturas e amenidades urbanas.

Desse modo:

Aquela Campinas da população mais abastada não apenas é muito distinta daquela reservada para a população de mais baixa renda, **em termos das disponibilidades de infraestrutura e serviços, como também o é em termos dos espaços ocupados por ambas as camadas sociais.** (CUNHA et al., 2006, p. 338, grifo nosso).

Não é casual, portanto, o intenso processo de periferização que ocorre na região. Contudo, há algumas particularidades, pois a periferização não se espraia de forma homogênea para todas as direções, nem com a mesma intensidade, nem com as mesmas propriedades e características. Estudos atestam diferenciais significativos e internos à região que repercutem diretamente no preço da terra e da moradia, por conseguinte, na apropriação de determinadas áreas por determinados estratos sociais.

A bibliografia até aqui utilizada de modo a contextualizar a RMC já fornece os primeiros indícios de suas desigualdades e diferenciais internos. Assim, mesmo num recorte territorial tão

---

<sup>25</sup> Cada uma das subcentralidades reproduz, a seu modo, os processos pautados por Campinas.

circunscrito há municípios de origem e outros de destino que são preferenciais. Será, então, que o progressivo aumento do preço da terra e o incremento de infraestruturas e amenidades urbanas, assim como maiores e melhores oportunidades de emprego e renda, estão condicionando ou direcionando fluxos migratórios, deslocando indivíduos para determinadas áreas da região? A partir de uma visão mais espacializada e voltada à descrição dos fluxos migratórios, há alterações substanciais ao longo dos anos?

## **2.2.2 Representação gráfica dos fluxos migratórios intrametropolitanos e seus significados**

### ***Valores absolutos das trocas migratórias***

#### ***Principais canais***

Curiosamente, os dados provenientes das matrizes migratórias dos Censos 1991, 2000 e 2010 aqui trabalhados reiteram o estudo de Caiado e Pires (2006a; 2006b).

Trabalha-se aqui com um instrumento específico para a ilustração das principais trocas migratórias – em valores absolutos – entre os municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas: o *software* computacional UCINET. Ele foi especialmente desenvolvido para o estudo e a análises de redes sociais, permitindo cálculos específicos como centralidade, densidade da rede, número de componentes, reciprocidade, intermediação, proximidade, etc.

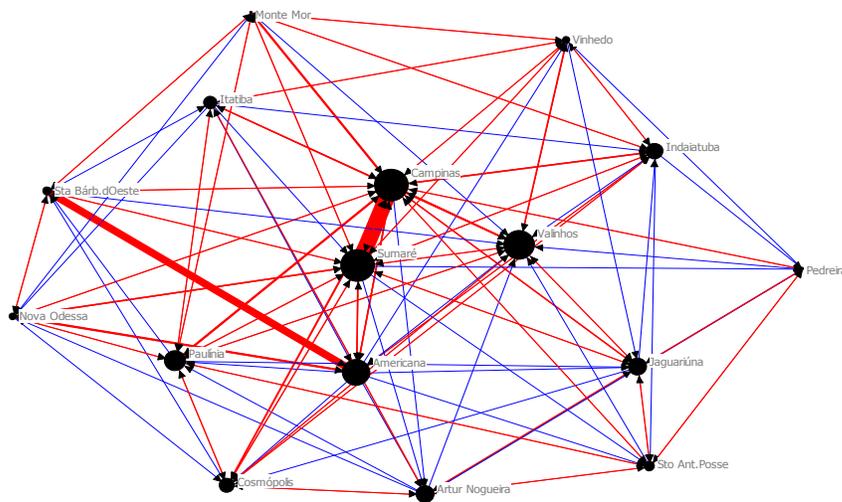
No entanto, não é este o principal intuito da presente seção. Não se adota uma perspectiva geográfica, por exemplo, na discussão dos pontos nodais de uma rede de cidades conectadas por meio de seus fluxos populacionais. Esse tema é particularmente debatido por Matos e Braga (2004), Lima e Braga (2010) e Cunha, Frey e Jakob (2013). Em contrapartida, focalizam-se as trocas intrametropolitanas, ainda que a migração de fora da região seja também tratada.

Dessa forma, a representação gráfica dos fluxos migratórios intrametropolitanos da RMC, pode ser encarada como mais um instrumento de análise e contextualização da região, uma vez que mostra a intensidade das trocas e dos fluxos populacionais entre determinados municípios. Em linhas gerais, também são evidenciados os processos de redistribuição populacional internos, o que poderia significar que novas relações sociais estão sendo tecidas em outros locais. Salientam-se, ainda, os efeitos de cadeia migratória associados às causas primárias da migração

intrametropolitana, por exemplo, mercado fundiário e a díade casa-trabalho como argumentado por Villaça (2000)<sup>26</sup>.

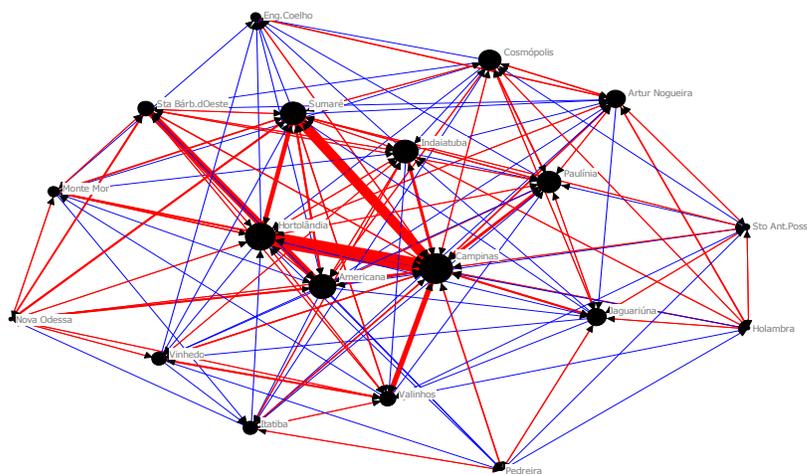
O resultado de tal exercício pode ser visualizado nos diagramas a seguir.

**Figura 4: Diagrama dos fluxos migratórios intrametropolitanos (emigrantes e imigrantes). Região Metropolitana de Campinas, 1991. (Em valores absolutos)**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991. Elaboração do autor.

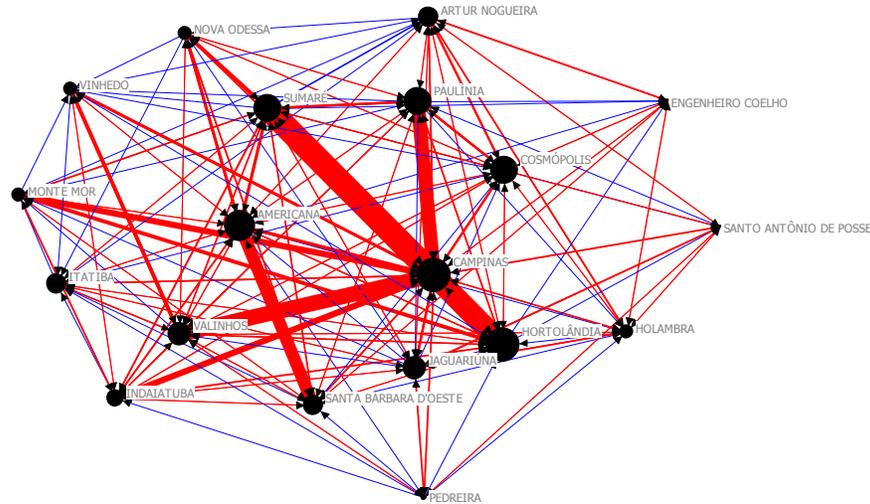
**Figura 5: Diagrama dos fluxos migratórios intrametropolitanos (emigrantes e imigrantes). Região Metropolitana de Campinas, 2000. (Em valores absolutos)**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

<sup>26</sup> Foram utilizados os valores absolutos das trocas migratórias, obtidos por meio das variáveis VAR 0321 e VAR 3211 do Censo Demográfico 1991 (referente ao ano de 1986) e variável V4250 (município em que residia cinco anos antes) em 2000 (data fixa 1995).

**Figura 6: Diagrama dos fluxos migratórios intrametropolitanos (emigrantes e imigrantes). Região Metropolitana de Campinas, 2010. (Em valores absolutos)**



**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

A partir dos diagramas pode-se perceber quais são as trocas recíprocas (linhas vermelhas) ou não (linhas azuis). Por reciprocidade compreende-se que o município “A”, ao mesmo tempo em que fornece emigrantes ao município “B”, recebe dele um determinado contingente de imigrantes. Desse modo, os arcos não recíprocos representam unicamente saídas (emigração) ou tão somente entradas (imigração).

A partir dos diagramas, é possível vislumbrar quais municípios são prioritariamente o destino de fluxos populacionais ou a origem deles. Também é possível notar a transformação, ao longo do tempo, das características dessas mesmas localidades. Assim, ganharam relevância no cenário migratório regional: Hortolândia, Valinhos, Paulínia, Indaiatuba e Monte Mor.

Concomitantemente, os municípios que se destacam no cenário migratório intrametropolitano são os mesmos que mais recebem migrantes externos à região. Por exemplo, em 1991, enquanto Americana recebeu aproximadamente 2.000 imigrantes intrametropolitanos, foi também alvo de cerca de 17.000 externos. De acordo com o mesmo Censo, Santa Bárbara d’Oeste foi alvo de aproximadamente 8.500 imigrantes intrametropolitanos (oriundos, sobretudo, de Americana). Todavia, foi destino de cerca de 22.000 externos. O mesmo se deu com Sumaré:

20.063 intrametropolitanos (especialmente de Campinas: quase 17.000) e 41.023 imigrantes de fora da RMC, segundo dados do IBGE.

O contingente de emigrantes externos em 1991 – mesmo intrametropolitanos (exceção feita a Americana) – foi muito inferior ao de imigrantes. Isso atesta que essas áreas constituíam preferencialmente destino e não origem de fluxos. O único município que subvertia essa tendência era justamente a sede regional, pois Campinas recebeu cerca de 5.000 imigrantes intrametropolitanos e forneceu um contingente muito maior: algo como 25.000 (direcionados particularmente para Sumaré: aproximadamente 17.000). Já com a migração de externos Campinas continuou a ser um destino importante, haja vista que recebeu cerca de 88.000 (especialmente internos ao Estado de São Paulo) e repeliu algo como 44.000 (da mesma forma, internamente ao Estado).

Em suma, naquele momento, a região ainda era um relevante destino de fluxos migratórios, sobretudo de externos (e intraestaduais), fato que atesta a importância dessa modalidade migratória para seu processo de crescimento urbano e demográfico.

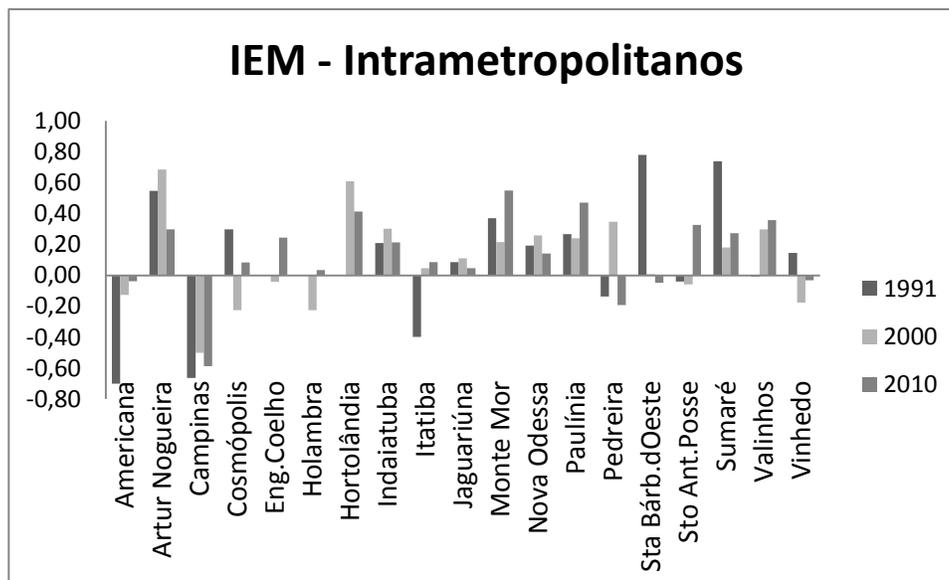
O cenário é mais ou menos semelhante de acordo com o Censo Demográfico 2000. No entanto, com a incorporação de ao menos mais dois municípios no conjunto daqueles que já se destacavam em 1991: Hortolândia (criado ainda em 1991) e Valinhos.

Merece ser frisado em relação ao Censo anterior o fato de que tanto a migração intrametropolitana se incrementou consideravelmente, quanto a de externos, sendo que a emigração para fora da região começou a dar mostras de um processo cada vez mais intenso. Mesmo com a efervescência dos movimentos migratórios intrametropolitanos, dando os primeiros indícios de processos de redistribuição populacional internos, possivelmente balizados por processos especulativos do solo urbano, os movimentos migratórios de mais longa distância – e, novamente, os intraestaduais – continuaram a se destacar.

Em 2010 a tendência geral se manteve: os valores absolutos dos movimentos intrametropolitanos se mantiveram, da mesma forma que os movimentos migratórios de mais longa distância. A diferença mais significativa compreendeu novos municípios de destino de fluxos migratórios intrametropolitanos, caso, por exemplo, de Valinhos (que, ainda assim, já figurava no diagrama referente ao Censo 2000), Indaiatuba e Monte Mor. Tal constatação mostra-se em consonância com a literatura que discorre sobre os possíveis vetores de expansão da região (CAIADO; PIRES; 2000).

Os dados do índice de eficácia migratória apresentados nos gráficos a seguir complementam o que já foi discutido até aqui.

**Gráfico 1: Índice de eficácia migratória – migrantes intrametropolitanos. Região Metropolitana de Campinas, 1991-2010**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Elaboração do autor.

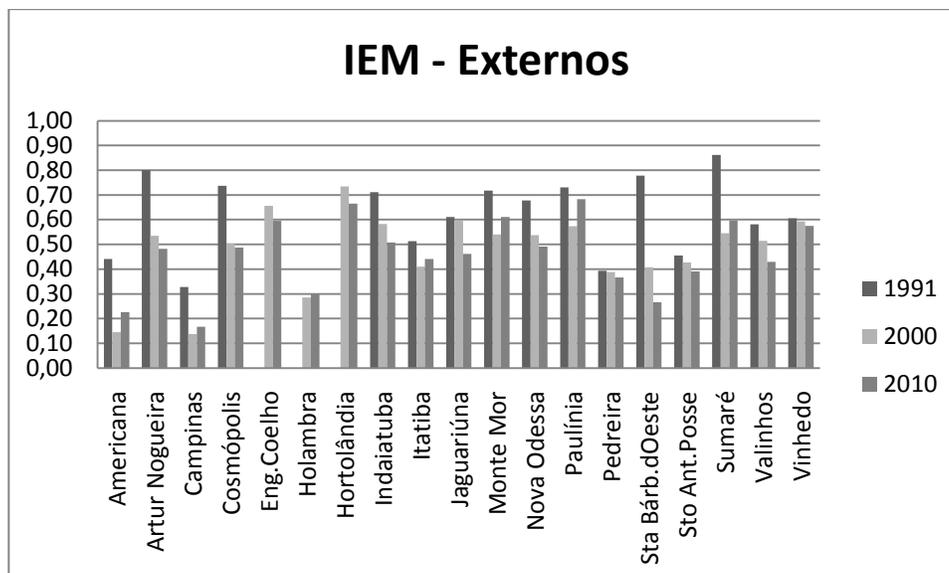
O Gráfico 1 e as Figuras 4, 5 e 6 elucidam quais municípios são origem e quais são destino de fluxos migratórios intrametropolitanos. Assim, Americana é prioritariamente origem, da mesma forma que Campinas, enquanto Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste constituem destinos.

Vale pontuar que outros municípios figuravam como importantes destinos ou origens em 1991 (caso de Artur Nogueira, por exemplo), mas com fluxos populacionais reduzidos em valores absolutos e por isso a hierarquia de seus fluxos no diagrama não é tão chamativa.

Em relação aos Censos 2000 e 2010, ressalta-se a situação de Paulínia, Monte Mor e Valinhos como importantes destinos para a população migrante da RMC. No entanto, o que explicaria a ausência de Indaiatuba desse grupo de destinos intrametropolitanos, uma vez que esse município consta da Figura 6? Indaiatuba apresenta de fato um índice de eficácia migratória intrametropolitano mais modesto em relação aos demais. Todavia, o valor absoluto de sua troca, particularmente com Campinas, é digna de nota.

Entretanto, como discutido até o momento, os movimentos migratórios intrametropolitanos, mesmo sendo notórios, não são os únicos. Tão importantes quanto eles, ao menos no caso da Região Metropolitana de Campinas, são os externos a ela (Gráfico 2).

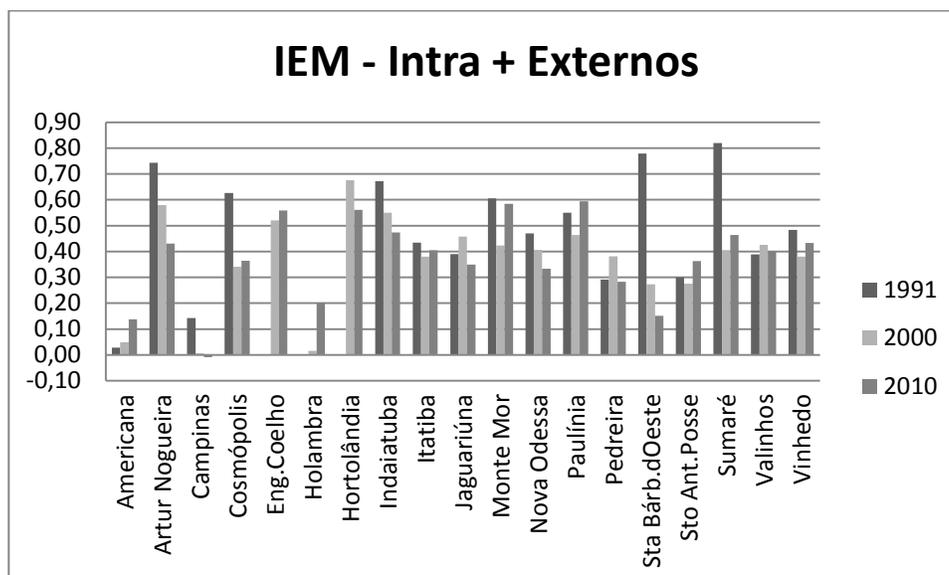
**Gráfico 2: Índice de eficácia migratória – migrantes externos (migração intra e interestadual). Região Metropolitana de Campinas, 1991-2010.**



**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Elaboração do autor.

A migração de externos em direção à região arrefeceu ao longo dos anos, o que se constata por meio da barra que representa 2010, na maioria dos casos menor do que a de anos anteriores. Ainda assim, é evidente a importância desse tipo de migração no crescimento demográfico da região, tanto que todos os municípios apresentam índices de eficácia migratória notadamente positivos segundo esta modalidade específica. Talvez por isso os municípios da região apresentam índices de eficácia migratória total (intrametropolitanos + externos) também positivos (Gráfico 3).

**Gráfico 3: Índice de eficácia migratória – migrantes intrametropolitanos e externos. Região Metropolitana de Campinas, 1991-2010.**



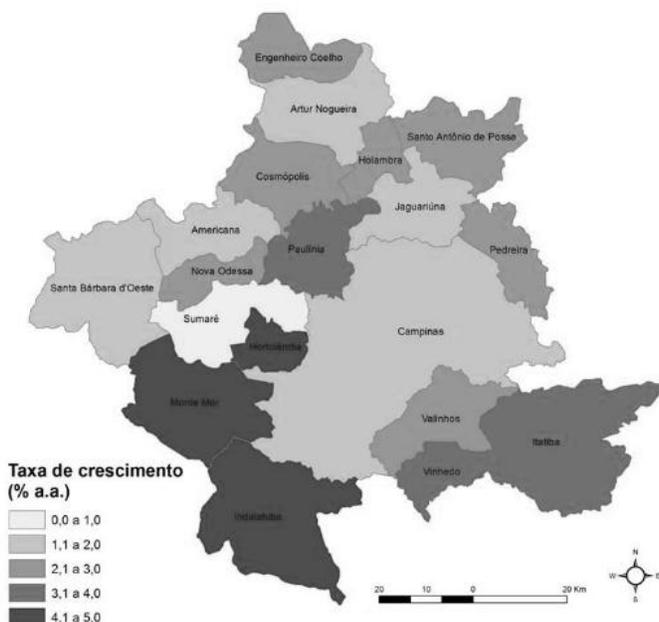
**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Elaboração do autor.

A exceção cabe ao município-sede da RMC, Campinas, que recebe muito, mas também fornece muito.

Interessantemente, os dados sobre fluxos, seus valores absolutos e o índice de atração ou repulsão migratória parecem coincidir com vetores específicos de dispersão de oportunidades, sobretudo de moradia, sugerindo a centralidade do tema, ao menos quando se trata de movimentos circunscritos a este território.

Por exemplo, a variação do estoque de domicílios urbanos permanentes de Paulínia entre 1991-2000 foi de aproximadamente 71%, enquanto de Campinas não passou de 28% e da RMC, de 42%. O mesmo aconteceu com Monte Mor (66,3%) e Indaiatuba (aproximadamente 74%) e, numa intensidade menor, com Valinhos (45,3%). Por sinal, justamente os municípios constantemente tratados aqui são os que manifestaram as maiores taxas de crescimento populacional – ao menos no período intercensitário de 1991 e 2000 (Figura 7).

**Figura 7: Taxa geométrica de crescimento média anual. Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000.**



**Fonte:** Frey; Dota (2013).

A localização na Figura 1 (Localização das zonas de vulnerabilidade) dos municípios referidos anteriormente mostra que estão dispostos ao longo do vetor Sul de expansão de Caiado e Pires (2006a) ou na “cordilheira da pobreza” de Cunha et al. (2006b), exceção feita a Valinhos. Ou seja, presume-se que a fixação no território desses indivíduos e grupos não está, ao menos para boa parcela deles, sendo realizada de modo satisfatório, uma vez que significativa parte desses municípios corresponde a zonas mais vulneráveis socialmente.

Devido às carências dessas áreas (inclusive em termos de infraestrutura), mas também considerando a característica de maior vulnerabilidade de seus indivíduos e, por fim, a sabida pouca atuação dos poderes públicos nestas periferias, pressupõe-se que os indivíduos para aí direcionados sejam mais dependentes de outras fontes de apoio, possivelmente de contatos aí existentes ou futuramente aí estabelecidos.

## 2.3 Terceiro ponto de apoio: meu novo porto seguro

### *Contatos como imãs ou âncoras?*

#### *Migração, redes de apoio e vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Campinas*

### 2.3.1 Proximidade residencial como estratégia de mitigação de vulnerabilidade social

O envelhecimento da população, a redução do tamanho das famílias, a vulnerabilidade social e relacional, migrações, etc. são fatores que afetam formas, mecanismos, meios, estratégias e soluções como indivíduos e grupos passam a mobilizar recursos tendo em vista a superação de um risco, de uma dada situação/condição adversa ou tão somente a sobrevivência (MONTALI, 1990; BILAC, 1997; QUASHIE; ZIMMER, 2013).

Dentro do leque praticamente infindável de instrumentos e meios para tanto, a proximidade física entre requerente e fonte é particularmente utilizada pelo primeiro, mas não menos almejada pelo segundo, visto que a proximidade física pode vir a gerar maior reciprocidade, sendo ela um dos elementos motores das relações e interações sociais de uma dada rede de apoio. Há uma expectativa futura, posto que aquele que hoje fornece uma ajuda pode, num momento futuro, requerê-la justamente àquele que um dia ele já ajudou.

Se a proximidade física não chega a ser necessariamente um empecilho de acordo com determinados recursos e suportes em questão (imateriais e instrumentais: informações sobre empregos, por exemplo), ela pode ser fundamental para o apoio do tipo material. É isso o que sugerem, por exemplo, Quashie e Zimmer (2013) em seu estudo sobre a importância na proximidade residencial (ou mesmo coresidência) entre idosos e seus filhos como forma de provimento de necessidades — materiais ou não — intergeracionais, afirmando que:

older adults with a coresident child have a better chance of receiving support than those with their nearest child in a different community, city or country [...] Proximity is important for both of these perspectives since they each suggest that distance enables or constrains exchange between parents and children. Close proximity, for instance, is an important factor in fostering personal or functional relationships between age groups. (QUASHIE; ZIMMER, 2013, p. 321-322).

A questão do envelhecimento e a importância de contatos geograficamente próximos como forma de enfrentamento a diversos riscos constitui assunto pujante no meio científico,

como também dão mostras os estudos de Bravo, Gonzales e Martín-Baranera (2012) e Waite e Das (2010). Os autores também sugerem que a mitigação da vulnerabilidade está correlacionada à proximidade física de contatos provedores. Tal estratégia está associada a quem a utiliza e, logo, à própria condição/situação de quem a utiliza.

De um lado, há os estudos que positivam a influência das redes sociais e do localismo delas como solução ou, no mínimo, mitigação/minimização da vulnerabilidade social, tais como o de Lombe e Ssewamala (2007). De outro, há aqueles que enxergam o processo de modo mais complexo, descrevendo-o pela tríade a) proximidade residencial, física ou geográfica; b) redes sociais; c) vulnerabilidade social (NYGREN; MYATT-HIRVONEN, 2009; OFFER, 2012; BALDERRAMA; MOLINA, 2009; PHAN; BLUMER; DEMAITER, 2009), incluindo diversos estudos de gênero como os de Thieme e Siegmann (2010).

De acordo com estes últimos, é muito provável que os mais vulneráveis recorram essencialmente a outros pares, que são – em maior ou menor medida – tão vulneráveis quanto eles. Haveria, nesse caso, um possível processo de reprodução de uma dada situação de penúria, uma vez que os atores envolvidos são muito parecidos entre si, ou seja, detendo parcos ativos. Em suma, mesmo que o recurso disponibilizado seja importante para a superação da adversidade ou do risco em questão, provavelmente ele não possuirá um efeito realmente transformador dessa realidade, uma vez que o localismo (aqui entendido como proximidade física entre os contatos) gera também uma concentração de iguais e, logo, de recursos, ajudas, suportes, informações, etc., também similares entre si.

O limite da proximidade geográfica como solução e estratégia de superação da pobreza e da vulnerabilidade social é abordado também por Mitra (2010). O autor problematiza a homogeneidade dos contatos e seu localismo no território – particularmente no processo de escolha do bairro –, uma vez que

individual preferences to reside in the neighbourhood of the work place and in the areas where their contact persons reside also result in excess supplies of labour, weak bargaining strength of the workers and subsequently meagre incomes. (MITRA, 2010, p. 262).

O autor não nega, contudo, o valor desses contatos como uma solução inicial relevante para uma situação pregressa ainda mais nefasta.

A perspectiva aqui é outra. Parte-se aqui do aporte teórico de vulnerabilidade social (MECHANIC; TANNER, 2007; KAZTMAN et al, 1999a). Em outras palavras, essa solução pode ter sido adotada principalmente pelos mais vulneráveis socialmente, mesmo que ela possa ser, em diversos sentidos, muito limitada.

Dessa forma, mesmo a questão sendo muito mais complexa do que a simples dicotomização entre vantagens e desvantagens de redes sociais locais, há que se ter em mente que elas podem ser uma solução real, imediata, acessível e efetiva para os mais vulneráveis, ao menos no primeiro momento, ainda que o perdurar e reiterar essa dependência inicial, principalmente em relação aos vínculos e laços familiares, pode significar estagnação em uma dada situação/condição de vulnerabilidade.

É mais ou menos isso o que afirmam Lyons e Snoxell (2005) em seu estudo sobre a geração de capital social entre comerciantes quenianos: “Moreover, among migrants and non-migrants, help from relatives had been important in giving them a start in trade” (LYONS; SNOXELL, 2005, p. 1093).

Jacobi (2006) incita uma interessante discussão ao sugerir que mesmo que as redes sociais dos mais vulneráveis sejam mais limitadas, dadas sua coesão e sua homogeneidade de recursos e contatos (homofilia), o viver em áreas urbanas dinâmicas — como as regiões metropolitanas — possibilitam, com o passar do tempo, a diversificação e heterogeneidade desses contatos e recursos por meio da relação social com o outro. Como consequência, isso permitiria a superação da condição de vulnerabilidade social pregressa.

Nesse caso, o estímulo viria de incentivos à participação em outras redes, não necessariamente de indivíduos, mas também de instituições (escolas, igrejas, associações profissionais, etc.).

Com o passar do tempo e da experiência metropolitana, redes homogêneas passariam a ser mais diversificadas, possibilitando – de fato – uma mobilidade social ascendente (fato que não ocorria anteriormente).

Parece ser esta uma interessante questão a ser tomada em conta dado o recorte territorial aqui escolhido, bem como sua dinâmica de relações interpessoais. A metrópole poderia constituir o lócus ideal para a superação de desvantagens oriundas de se conhecer e se relacionar somente com pessoas semelhantes.

Nesse quadro, afora a importância das redes no direcionamento do fluxo e na troca de experiências com os contatos preexistentes no destino (como forma de integração), a proximidade física e residencial é de fato almejada como meio de enfrentamento a diversos riscos e adversidades, ou seja, como ativo. Presume-se que há, portanto, um processo de reagrupamento familiar, motivado também por laços de origem comum (e não necessariamente de parentesco – coesão intragrupo), apropriado principalmente pelos mais vulneráveis socialmente, ou por aqueles em piores condições socioeconômicas. Isso repercute tanto no processo de escolha do destino como na forma como esse mesmo destino passará a ser visto pelos migrantes. De modo indissociável, há possivelmente um efeito colateral: um processo de segregação socioespacial e a manutenção de desigualdades sociais estruturais, haja vista a possível existência de localismo/concentração espacial de contatos e homofilia entre eles.

### **2.3.2 Primeiros indícios de uma lógica**

#### ***A migração como estratégia de enfrentamento de situações de vulnerabilidade***

Segundo os dados da pesquisa Vulnerabilidade, 76% dos responsáveis por domicílios urbanos e seus cônjuges não são naturais da RMC. Entre eles, 82% vivem no atual município há 10 anos ou mais e aproximadamente 82% dos migrantes (ou seja, 75,6% dos responsáveis ou cônjuges) são externos à região. Ou seja, o forte peso dos migrantes acumulados (de toda a vida) mostra que se trata de uma região onde a migração de indivíduos e grupos de outras regiões historicamente tem tido claro e inequívoco impacto.

Há mobilidade intrametropolitana e especialmente intramunicipal, mas ela é sensível em relação à migração externa – como discutido em seções anteriores. Na ZV1, a porcentagem de migrantes recentes (14%) é ligeiramente maior que a participação de migrantes de longa data (8%). O mesmo se verifica em zonas menos vulneráveis socialmente, como é o caso da ZV3 (32% e 29%, respectivamente). Na ZV4, por sua vez, há 11% de migrantes e recentes e 7% daqueles de longa data.

Tais informações dão os primeiros indícios de que atualmente há dois tipos muito específicos de fluxos migratórios em direção à região. O primeiro deles direciona-se para áreas ainda muito vulneráveis da RMC, e o outro, para áreas mais abastadas. Ou seja, ao menos para parte da população que continua chegando à região, seu primeiro contato com ela ainda se dá a

partir da periferia ou enclaves socialmente vulneráveis. Essa situação assemelha-se ao que provavelmente ocorria anteriormente, ou seja, em momentos de franca expansão urbana caracterizada muitas vezes por processos de periferização, já que atualmente os migrantes de longa data estão concentrados essencialmente na ZV2 (57%) e, em menor proporção, na ZV3.

Algo mais ou menos semelhante se dá quando a migração é analisada de acordo com as modalidades migratórias. Parte dos migrantes externos continua a chegar às áreas mais vulneráveis (10% deles, em comparação a 8% dos intrametropolitanos). Há também nova tendência migratória, com a imigração de externos diretamente para áreas menos vulneráveis (35% deles concentrados na ZV3 e na ZV4).

Por sua vez, os intrametropolitanos alcançaram uma espécie de mobilidade residencial ascendente, aqui entendida como incremento na qualidade de vida e do ambiente construído. Isso se dá por meio da migração ou por meio de melhorias experimentadas por esses locais ao longo dos anos, já que 58% deles residem atualmente na ZV2 (em comparação a 55% dos externos).

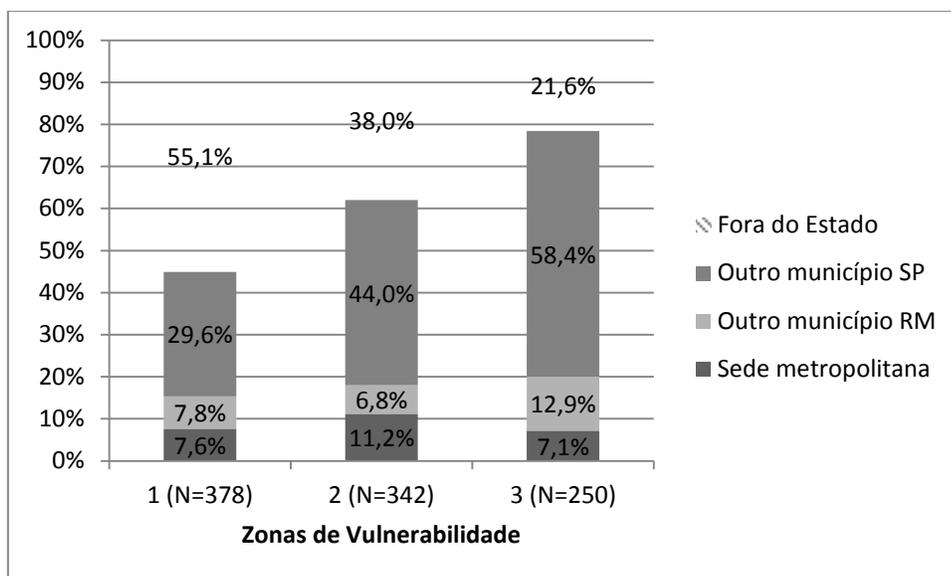
Como foi possível perceber até o momento, a pesquisa possibilita relativa desagregação amostral, contudo, a comparação entre grupos é restrita. Isso se deve principalmente a duas questões. A primeira delas é técnica: o tamanho da amostra. Ela não permite muitas desagregações sem que se incorra em grandes erros estatísticos. O segundo motivo é mais teórico-conceitual. Parte-se do pressuposto de que há diferenças significativas na forma como atuam ou atuaram as redes sociais de migrantes de acordo com ao menos três características básicas: a) tempo de residência; b) modalidade migratória; c) Zona de Vulnerabilidade. Isso porque as redes foram, para alguns, mais essenciais do que para outros. Resta compreender os motivos dessas diferenças.

Assim, segundo as dimensões explicitadas anteriormente, um dos grupos é delimitado a partir do tempo de residência na região (migrantes de longa data, com mais de 10 anos de residência, ou migrantes recentes, com menos de 10 anos de residência, haja vista o tamanho da amostra). Nesse caso, o efeito de “sobrevivência dos mais fortes” (MARTINE, 1980) merece ser levado em consideração.

Considerando apenas a última origem dos responsáveis por domicílios, percebe-se que na RMC 61,3% das pessoas residiram previamente em outros municípios (dentro ou fora da região), em contraste a 23,3% que nunca realizaram qualquer migração. Há que se considerar, pois, que é realmente expressivo o contingente de migrantes – de acordo com esses critérios – na RMC.

Focalizando os migrantes (aqueles que apresentaram município de residência anterior diferente do atual), nota-se que a maioria dos responsáveis<sup>27</sup> pelos domicílios urbanos (aproximadamente 82%) origina-se de fora da RMC (Gráfico 4).

**Gráfico 4: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e localização do município de residência anterior. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Não foram considerados os migrantes cujo município de residência anterior não foi declarado.

Como mencionado anteriormente, há movimentos migratórios intrametropolitanos, mas eles apresentam participação reduzida em relação à migração de externos no conjunto da RMC. Os processos de expansão urbana, espraiamento e periferização da RMC seguem lógicas distintas daquelas de uma grande desconcentração populacional a partir de seu núcleo, assim como se deu na RM de São Paulo, por exemplo, ou mesmo na Região Metropolitana de Santos.

O Gráfico 4 também permite notar que existem diferenças significativas entre as distintas zonas de vulnerabilidade. Enquanto na ZV3, a mais central e com melhores condições socioeconômicas, é muito maior a importância de migrantes provenientes do Estado de São

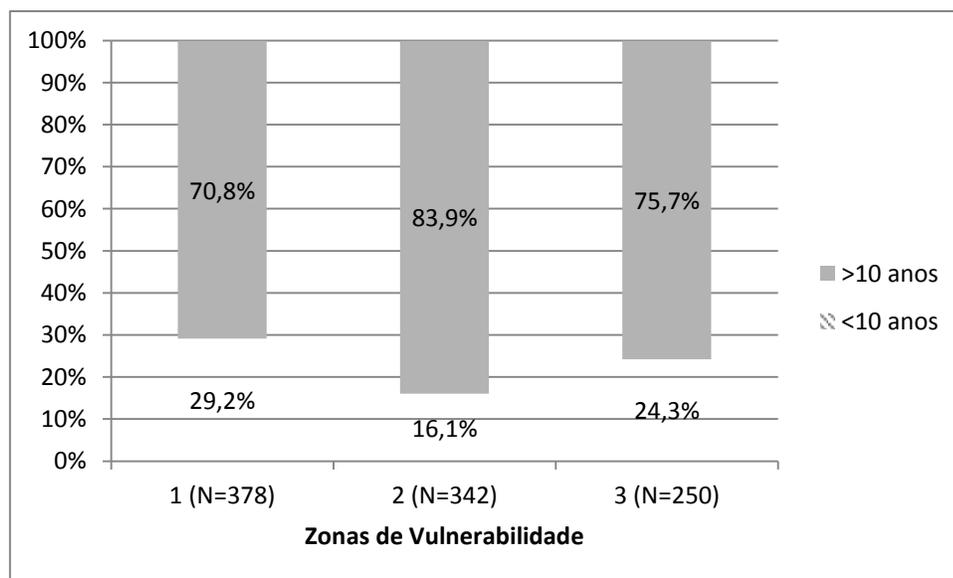
<sup>27</sup>Utilizou-se a informação apenas dos responsáveis pelos domicílios visando reduzir o efeito que as crianças que nasceram no local de residência atual poderiam ter sobre o perfil da migração recebida.

Paulo, na periferia mais distante o peso da migração de última origem de mais longa distância – proveniente de outras unidades da Federação – é bem mais elevado.

As diferenças de modalidades migratórias de acordo com as zonas de vulnerabilidade podem sugerir então que há uma possível vulnerabilidade dos migrantes de acordo com suas origens, o que reforça a clássica explicação sobre os diferenciais histórico-estruturais entre áreas de origem e destino como importante condicionante da migração para a região e, talvez mais importante do que isso, na sua alocação aí. Deduz-se daí que essas diferenças ainda persistem, ou seja, muito ainda há por se fazer – em termos de políticas públicas, inclusive – para a minimização ou supressão dessas desigualdades, prioritariamente sociais e regionais.

Outro dado que reforça a persistência dessas desigualdades ao longo do tempo é apresentado no Gráfico 5.

**Gráfico 5: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e tempo de residência no município atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

No Gráfico 5 é perceptível a presença de migrantes recentes em zonas mais vulneráveis. Os novos migrantes – muitos deles em uma situação/condição prévia de vulnerabilidade social e com diversas carências – continuam, mesmo mais recentemente (ao menos na última década em

relação à data de tomada dos dados, 2007), a ser direcionados para áreas mais periféricas, com a menor presença do poder público, com piores infraestruturas e, logo, onde se encontram mais vulneráveis socialmente.

Há também uma outra parcela dos migrantes recentes que se destinam justamente para áreas menos vulneráveis: na ZV3, 24,3% dos migrantes estavam há menos de 10 anos no município. Mais recentemente, portanto, o a maior parcela do fluxo migratório é de longa distância e interestadual, composta possivelmente por migrantes vulneráveis socialmente e direcionada também para áreas mais vulneráveis socialmente.

Do lado contrário, nota-se a presença de fluxo migratório intraestadual, caracterizado por movimentos de mais curta distância, composto por indivíduos e grupos menos vulneráveis socialmente e que têm como alvo regiões mais centrais, mais valorizadas, mais bem servidas, etc. Possivelmente tais movimentos são motivados por melhores oportunidades de mercado de trabalho, posto que é notória a presença de empresas e indústrias de calibre na região.

São necessários muito mais dados para uma afirmação absoluta a respeito de tal processo, mas em linhas gerais parece ocorrer, mais recentemente, um processo de segregação socioespacial, com polarização acentuada, tão intenso como o de décadas anteriores. Ou, no mínimo, um processo de segregação que não conseguiu ser mitigado.

Há que se ressaltar também a maior presença de migrantes de longa data na ZV2. São inúmeras explicações para tal fato. Não obstante, duas delas parecem ser mais verossímeis ou mais acuradas. A primeira se refere a transformações vivenciadas pelo espaço ao longo do tempo. A segunda, ao processo de acumulação econômico-financeira, mas também de capacidades instrumentais (capital humano e social, por exemplo) de indivíduos e famílias ao longo do tempo (CUNHA; JAKOB, 2010).

No que toca às transformações do espaço, antigas áreas periféricas, menos servidas de infraestrutura, com maiores carências, de acordo com a noção de “geografia de oportunidades” apontada também no trabalho de Kaztman et al. (1999b), passaram a ser mais centrais, mais servidas e com maiores e melhores oportunidades. Ou seja, assim como o que ocorre com indivíduos, há também aqui um processo de acumulação – de infraestrutura, de equipamentos, de serviços, etc. – que leva uma zona de vulnerabilidade a passar, ao longo dos anos, a ser mais bem abastecida de serviços, equipamentos e infraestrutura do que era anteriormente. Associado à

dimensão espacial, ocorre um processo de acumulação de diversos capitais (físico-financeiro, humano e social), agora, por parte de indivíduos e grupos ao longo do tempo.

Em outras palavras, muitos dos antigos residentes dessas zonas de vulnerabilidade não o são mais, uma vez que ao longo de suas vidas conseguiram poupar, acumular e manejar/mobilizar algo: dinheiro, propriedades, escolaridade ou contatos, por exemplo, que quando mais jovens não possuíam.

Outra dimensão a ser considerada: a mobilidade. O processo de acumulação de capitais pode ter gerado uma mobilidade residencial ascendente e, assim, garantido a saída de uma ZV1 em direção a uma ZV2. Por esse motivo a ZV2 é composta prioritariamente por migrantes de longa data e intrametropolitanos, ou seja, por aqueles que conseguiram acumular e possivelmente se utilizaram da migração intrametropolitana ou intramunicipal como estratégia de mobilidade residencial e, talvez, social ascendente.

Parcela considerável dos migrantes responsáveis por domicílios vieram diretamente para o atual município de residência (aproximadamente 52%). Mas não é de se menosprezar aqueles que passaram por dois (aproximadamente 29%) ou mesmo três localidades (9,5%).

Se há pouca mobilidade intermunicipal o mesmo não pode ser dito da intramunicipal, essa experiência “migratória” (já que não pode ser entendida no seu sentido clássico de cruzamento de fronteiras administrativas bem limitadas) poderia ser ainda maior, posto que apenas 19,7% dos migrantes nunca se moveram dentro do município atual. É significativa a parcela daqueles que realizaram duas ou três mudanças intramunicipais: aproximadamente 29% e 24%, respectivamente. Tal dado dá indícios da efervescente dinâmica migratória de acordo com territórios ainda mais espacialmente localizados e prioritariamente condicionada pelo mercado fundiário e pelo mercado de trabalho, mas possivelmente condicionada também pela condição/situação de vulnerabilidade social dos indivíduos. Não é trivial também a influência das redes sociais como mais um elemento condicionante – mesmo que individual – da migração.

Em suma, são indivíduos com diversas etapas migratórias – ainda que não no sentido clássico do termo (mudança residencial entre distintos limites administrativos municipais), o que sugere que a migração é, de fato, adotada como uma solução, ou melhor, uma estratégia de sobrevivência ou, no mínimo, de superação de adversidades e riscos iminentes – ao menos frente ao mercado habitacional e de trabalho.

Quando esse dado é analisado à luz das redes sociais, pode-se pressupor que numerosos contatos foram estabelecidos ao longo dessas diversas etapas migratórias. Ou ainda, que essas diversas etapas migratórias foram essenciais para se chegar até esses contatos, direcionando-os.

Chama a atenção a situação dos residentes na ZV2: poucos nunca realizaram uma mudança intramunicipal (16,4%), sendo que 82,5% realizaram uma ou mais mudanças. Na ZV3, a parcela dos que se encontravam na mesma situação é significativamente menor (70,5%) e, na ZV1, a proporção é de 75,7%. Este dado dá indícios da maior presença de migrantes intrametropolitanos de longa data na ZV2 e os motivos para tanto (melhorias urbanas, acumulação de capitais e migração como estratégia mitigadora de uma condição/situação de vulnerabilidade social), como sugerido em parágrafos anteriores. Não é casual, portanto, que se encontre aí a maioria daqueles que experimentaram ao menos uma mudança intramunicipal.

Os dados não permitem análises mais aprofundadas acerca da zona de vulnerabilidade de origem desses movimentos. Ou seja, não é possível ser categórico a respeito de uma mobilidade residencial ascendente (ZV1 – ZV2), tampouco sobre uma descendente (ZV3 – ZV2). Todavia, para ambos os casos a migração pode ter sido adotada pelos mais antigos e pelos intrametropolitanos na busca por melhores condições de vida, assim como para superar adversidades momentâneas ou perenes afeitas ao local (território), como a sua própria condição social.

### **2.3.3 Por que as pessoas migram?**

#### ***O gatilho***

Os dados exibidos na seção anterior levam a crer que a migração foi utilizada como alternativa possível, estratégia ou solução de enfrentamento a uma dada adversidade, possivelmente se desdobrando em uma espécie de mobilidade social e residencial ascendente. Ademais, a experiência migratória foi particularmente utilizada por migrantes intrametropolitanos de longa data, haja vista que foram eles os que exibiram maior número de etapas migratórias e se encontraram atualmente em áreas de vulnerabilidade social intermediária (ZV2).

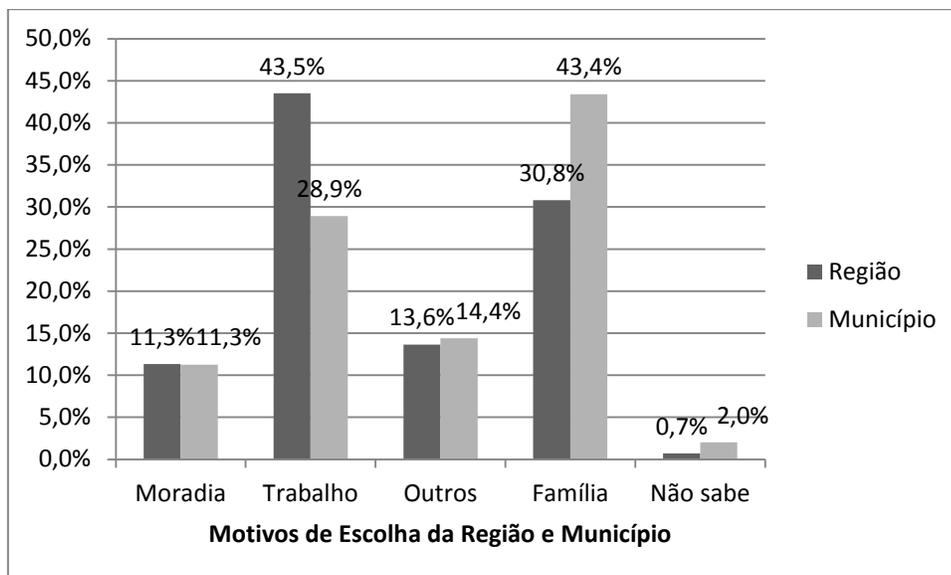
Como se pode observar a partir das informações relativas aos motivos<sup>28</sup> externados pelas pessoas para migrarem, estes variam significativamente segundo a modalidade do movimento realizado, inter ou intrarregionais. Da análise desses dados pode-se inferir sobre os condicionantes mais profundos que levam as pessoas ou os grupos de pessoas a optarem pela migração.

Cunha (1994; 2012) discute dois principais motivos associados à migração intrametropolitana da RMSP: o mercado de trabalho e o habitacional. Jakob (2003), ao abordar especificamente a Região Metropolitana da Baixada Santista, descreve seu processo de expansão urbana por meio do extravasamento populacional dos seus municípios-sede (já saturados devido aos seus condicionantes físico-territoriais). Assim, embora não seja o objeto central do presente texto, é interessante notar que as questões relativas ao mercado de trabalho e ao mercado de terra continuam a ser fundamentais para se compreender, em sua plenitude, parte significativa dos movimentos migratórios envolvendo a RMC. De maneira geral, as motivações predominantes, tanto para escolher a RMC como destino quanto um de seus municípios metropolitanos em particular, são as mesmas (Gráfico 6).

---

<sup>28</sup>Da mesma forma que Singer, distinguem-se os motivos (pessoais) das causas (estruturais ou mesmo conjunturais) de migração. Assim se procede de modo a evidenciar que, para o cabal entendimento do processo migratório, é fundamental conhecer de modo aprofundador os fatores que levam grupos populacionais – e não apenas indivíduos isolados – a se movimentarem.

**Gráfico 6: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo motivos de escolha da RMC e do município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

O fator trabalho mostra-se muito importante: cerca de 43,5% dos responsáveis por domicílios o indicaram como motivo para escolher a região e aproximadamente 29%, para a escolha do município. Para este último caso, como seria de se esperar, parecem pesar outros elementos no processo de seleção, por exemplo, motivos relacionados aos estudos ou simplesmente “aproveitar os benefícios oferecidos pela região” (como consta em um dos quesitos do *survey*). Percebe-se que os condicionantes dos processos migratórios variam significativamente de acordo com a modalidade dos movimentos e o recorte territorial em pauta, ou ainda, a escala de análise dessa dimensão.

Pode-se pensar que enquanto melhores oportunidades de emprego e renda seriam os principais motivos a influenciar a escolha da região, a questão moradia teria mais peso para a escolha do município. No entanto, não é isso o que se constata a partir dos dados.

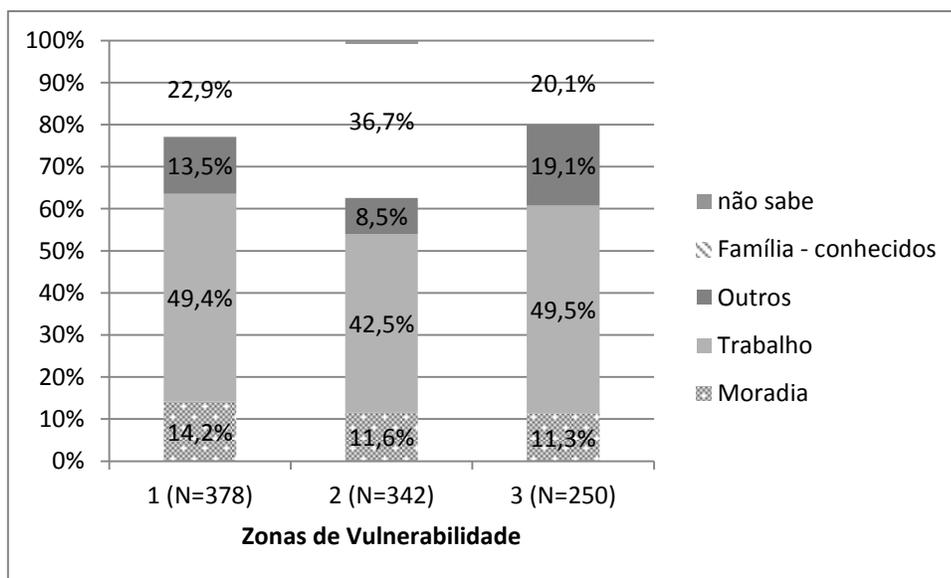
É realmente notável a porcentagem daqueles que relataram que a migração para o atual município de residência foi condicionada pela família (43,4%). Muito menos importante ela é na escolha da região (cerca de 31%) – mas, ainda assim, uma cifra considerável, haja vista que supera todos os outros motivos de sua escolha (exceção feita ao motivo “trabalho”).

Vale lembrar ainda que o importante percentual alcançado pelo motivo “acompanhar a família” está em boa medida ligado ao fato de que estes responsáveis migraram ainda muito jovens, com a sua família original.

De fato, os dados da pesquisa mostram que entre os responsáveis que declararam tal motivo, no momento da pesquisa 18,2% residiam na localidade há mais de 10 anos e, entre estes, 74,5% possuíam tempo de residência superior a 20 anos. Tal fato permite inferir que no momento da migração essas pessoas eram ainda crianças ou adolescentes, em suma, dependentes, já que a idade mediana dos migrantes responsáveis por domicílios na pesquisa é de 51 anos (CUNHA, 2012).

Curiosamente não há diferenças significativas nos motivos explicitados pelos entrevistados segundo suas Zonas de Vulnerabilidade (Gráfico 7).

**Gráfico 7: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e motivos de escolha da região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

É clara a relevância do motivo trabalho para todos os grupos, independentemente da zona de vulnerabilidade. Entre os moradores da ZV2, porém, 37% relataram que a família foi também um importante condicionante. Todavia, como mencionado anteriormente, a maioria deles migrou

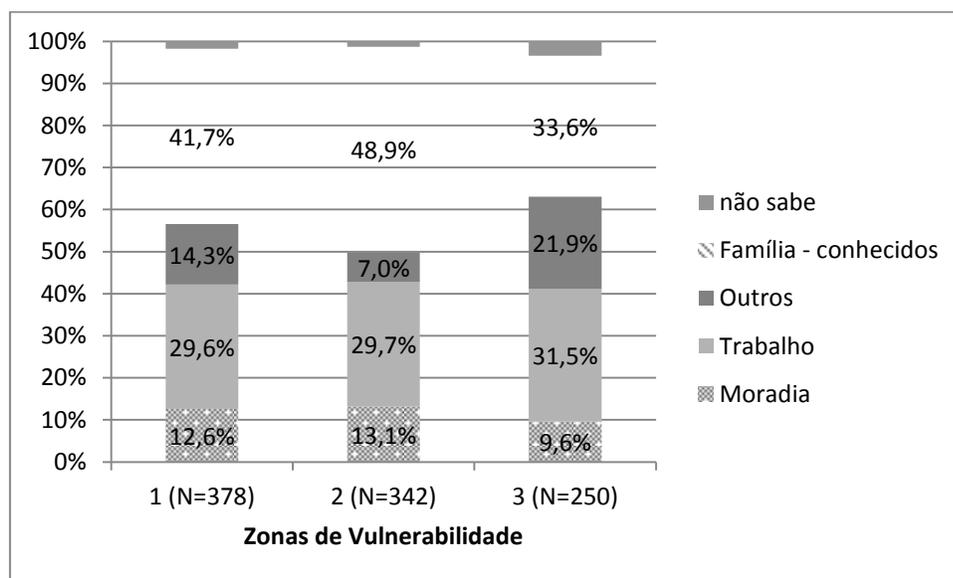
há bastante tempo, provavelmente como dependentes. Ainda assim, surpreende a expressividade do motivo “família” no total.

Fica evidente, portanto, que a grande causa que alavancou a migração para a região é, de fato, o mercado de trabalho. Tal constatação se encontra em consonância com estudos anteriores (CUNHA; 2012; 1994; DOTA, 2011; FREY; DOTA, 2013). Cunha (2012) evidencia as diferenças entre a migração para a região (oportunidades de trabalho e renda) e as internas a ela (moradia).

Presume-se que para boa parte desses migrantes a preexistência de contatos na região, sobretudo os familiares, foi primordial condição para a escolha da RMC (e não outra região) como destino. Fontes de apoio, suporte e ajuda se configuraram como mais um motivo para aí migrar, afóra o mercado de trabalho.

A tendência é mais ou menos a mesma quando os motivos são analisados de acordo com o município de destino (Gráfico 8), ainda que a resposta “trabalho” sofra considerável redução em relação a sua participação como causa para a escolha da região.

**Gráfico 8: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e motivos de escolha do município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

A família passa a assumir papel cada vez mais central para a escolha do município, com diferenças interessantes entre os entrevistados de acordo com a ZV de residência.

Enquanto os moradores de zonas mais vulneráveis afirmaram que a família foi um importante fator condicionante da migração para o atual município de residência (41,7% na ZV1 e aproximadamente 49%, na AV2), a parcela de residentes da ZV3 que relatou o mesmo condicionante é ligeiramente – mas estatisticamente significativa – menor (33,6%).

Curiosamente, a categoria “família” é significativamente mais expressiva para a escolha do atual município de residência do que para a escolha da região, indicando a complementariedade entre causa e motivo da migração de acordo com a escala territorial de análise. Acredita-se que a preexistência de contatos no município de residência atual, sobretudo entre os mais vulneráveis, foi decisiva para sua eleição. Há que se ter em mente que as pessoas conhecidas geram, a sua maneira, uma significativa força de atração, condicionando o morar em específicos destinos.

Nesse sentido, pressupõe-se que entre os mais vulneráveis a proximidade física em relação a suas possíveis fontes de suporte é algo almejado, influenciando decisivamente na escolha do município de residência e, logo, nos condicionantes de uma migração de mais curta distância, como um “ímã”. Sugere-se, enfim, a existência de um efeito de cadeia especialmente atuante em escalas internas à região.

### **2.3.4 O Antes**

#### ***A região***

#### ***Aonde ir? A quem recorrer?***

Mesmo considerando que, como mostrado anteriormente, os motivos de migração estejam em grande medida ligados a questões econômicas ou mesmo habitacionais, com variações significativas segundo as modalidades de movimentos, não se pode deixar de considerar que as redes sociais têm papel importante no entendimento do processo migratório segundo: a) aonde ir e b) como se integrar, a partir essencialmente do compartilhamento de experiências e outros recursos, materiais ou não. Tal assertiva deve-se ao fato de que os fluxos, uma vez desencadeados, podem ganhar força, serem redirecionados ou mesmo interrompidos a partir das redes sociais.

Efetivamente, não apenas o suporte material que pode ser prestado por parentes, amigos ou mesmo conterrâneos, mas também as informações decorrentes destas relações podem ser relevantes, senão para explicar as causas dos movimentos migratórios, cujos condicionantes são muito mais complexos, ao menos para ajudar a compreender certas características ou mesmo consequências da migração. Ainda que, como visto anteriormente, as redes sejam fundamentais para se compreender a escolha do município onde estabelecer residência.

No que diz respeito à migração interna, especialmente aquela observada nas maiores aglomerações urbanas, o reconhecimento da ação das redes pode ajudar a compreender alguns fluxos estabelecidos e também as consequências da mobilidade espacial sobre as condições de vida e vulnerabilidade de certas famílias ou pessoas. Como sustentam Kaztman et al. (1999a), a mobilidade ou a possibilidade desta podem ser entendidas como ativos que permitiriam, ao menos em algumas dimensões da vida, a superação de riscos ou, no mínimo, sua mitigação, com a mobilização de recursos justamente por meio dos contatos presentes e integrantes de suas redes sociais, particularmente das redes de suporte social. No entanto, os mesmos autores reconhecem que a migração pode também afetar a disponibilidade de capital social e informações quando se dá de um local já conhecido para outro local parcialmente desconhecido, sem que nesse novo destino haja a presença de prévios (CUNHA, 2011). Ou seja, embora sendo bastante variável em termos do seu impacto, a ação das redes sociais pode ter influência decisiva sobre a vida das pessoas, particularmente dos migrantes recentes, que provavelmente seriam mais vulneráveis nas grandes cidades, aglomerações e metrópoles, tanto por sua condição econômica em geral desfavorável, quanto pela menor informação e conhecimento sobre as oportunidades aí existentes em termos de mercado de trabalho e de terras, entre outros fatores.

Dessa forma, um dos primeiros aspectos que podem revelar a ação das redes sociais diz respeito à forma de inserção residencial do indivíduo na sua chegada a uma região. As redes, nesse sentido, poderiam funcionar como pontes, principalmente quando há contatos preexistentes nessas áreas de destino. O processo de integração do migrante à região seria facilitado, haja vista que pelo menos os riscos (e também custos) referentes a oportunidades de moradia, inerentes à migração, seriam minimizados.

De fato, 56,5% dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos tomaram conhecimento da região por meio de parentes ou amigos. Essa porcentagem pode ser ainda maior, já que aproximadamente 17% deles já tinham ouvido falar da região em suas áreas de origem. A

transmissão de informação nas antigas localidades de origem pode ter ocorrido através de migrantes retornados ou por aqueles que voltavam ocasionalmente (para passar as férias com familiares, por exemplo).

Não é de se menosprezar, ainda, a parcela daqueles que já conheciam a região de alguma forma (20,5%), tendo-a visitado anteriormente, por exemplo.

As redes sociais constituem, assim, outro fator da equação geral que baliza as decisões tomadas por indivíduos e grupos, embora, como sugerido na seção anterior, os mercados de trabalho e de moradias sejam os dois grandes condicionantes da migração para e na região associados às diferenças estruturais entre áreas de origem e destino. As redes sociais se somam às causas estruturais que condicionaram de fato o movimento. Isso não quer dizer que elas não tenham sido fundamentais na explicação do fenômeno, ao contrário, sua relevância reside justamente no fato de explicitarem o motivo da escolha da região e o sucesso de integração e, logo, permanência nela.

Nesse sentido, os dados aqui apresentados estão de acordo com a literatura a respeito do tema, que sugere que a migração para uma determinada região pode se originar das diferenças estruturais entre áreas, essencialmente diferenças econômicas (maiores oportunidades de trabalho, por exemplo). Contudo, o fluxo migratório é mantido, muitas vezes, muito mais pela força da cadeia migratória gerada pela presença das redes sociais do que necessariamente pelas mesmas diferenças regionais que, como um estopim, condicionaram a migração original (dos pioneiros) (SASSEN, 1988).

Há pouca variação entre os migrantes segundo a zona de vulnerabilidade de sua residência. Ou seja, a utilização de um contato para obter informações a respeito da região é tão importante que a condição de vulnerabilidade social dos indivíduos e grupos é praticamente indiferente, ou seja, a mobilização da rede de contatos é feita tanto pelos mais vulneráveis quanto pelos menos.

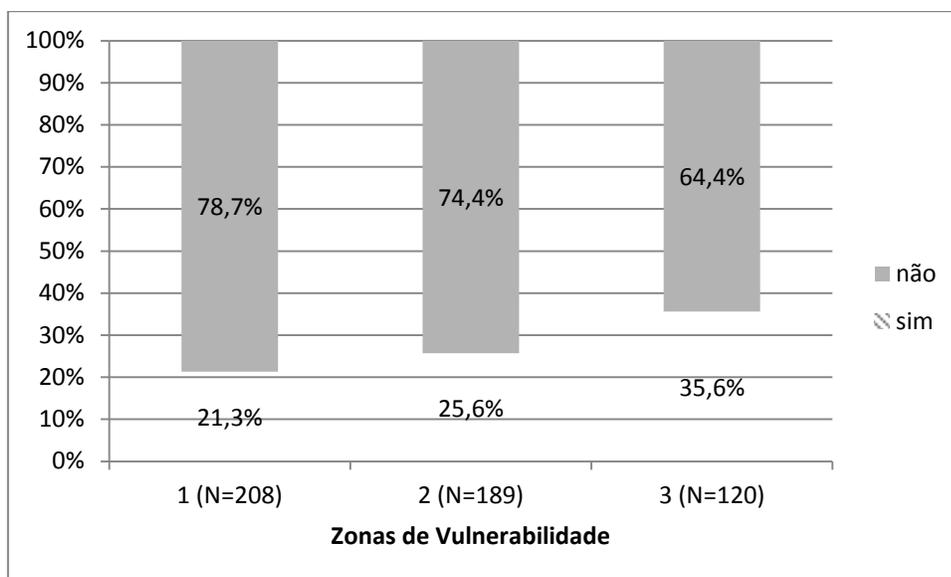
Assim, aproximadamente 60% dos migrantes atualmente residentes na ZV1 — mais vulneráveis — recorriam a informações de parentes e amigos, enquanto 55,4% dos menos vulneráveis (ZV3) se utilizavam da mesma fonte. Possivelmente há outro direcionamento, não só para a região, mas também para a ZV de destino, ao menos para os mais vulneráveis, tendo em vista seus escassos recursos.

O indício mais claro desse processo de concentração espacial de iguais reside no fato de que 11,5% dos migrantes foram residir na casa de parentes ou amigos quando chegaram à região. Para os migrantes residentes na ZV1 essa ajuda e, logo, direcionamento para áreas mais vulneráveis socialmente da região foi ainda mais significativa, haja vista que 21,0% deles foram residir inicialmente na casa de parentes ou amigos, provavelmente tão vulneráveis quanto eles, haja vista sua localização espacial. Ao mesmo tempo, somente 13,3% dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos da ZV2 adotaram a mesma estratégia e aproximadamente 4,5% dos da ZV3 se utilizaram do mesmo artifício.

É de se supor que as carências, inclusive econômicas, associadas à situação de vulnerabilidade social forcem os migrantes mais vulneráveis a mobilizar, de forma mais intensa, os contatos de amizade e de familiaridade/parentesco. As pessoas menos vulneráveis, pela sua condição, dispõem de outros meios/ativos (principalmente financeiros) e, logo, mobilizam de maneira menos recorrente os mesmos contatos.

De uma forma ou de outra, os dados demonstram que a presença de contatos em prováveis regiões de destino direcionam os fluxos migratórios para essas regiões e não outras, muito provavelmente a partir da minimização dos custos inerentes a tal processo, como elucidado no caso de onde morar no momento de chegada. O Gráfico 9 permite visualizar que os contatos foram realmente essenciais para aqueles que precisavam.

**Gráfico 9: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e possibilidade de contar com a ajuda de parentes e/ou amigos para obter emprego no momento de chegada à região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 170 pessoas (ZV1), 153 pessoas (ZV2) e 130 pessoas (ZV3).

Somente 21,3% dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos da ZV1 que tomaram conhecimento da região por meio de informações de parentes e amigos tinham emprego garantido no momento de chegada à RMC. Ou seja, a maioria deles (78,7%) realmente precisava contar com a ajuda de parentes e amigos. Nesse sentido, a presença de contatos aí realmente minimizou os custos e, principalmente, os riscos de uma empreitada desse porte. Os dados indicam, portanto, que indiferentemente da garantia ou não de emprego, o fluxo é mantido justamente pela presença de contatos pré-existentes no destino. Mesmo a questão do emprego sendo apontada por muitos como o real motivo da migração para a região (prenunciando as causas da migração: diferenças e desigualdades estruturais entre origem e destino, bem como sua permanência e reprodução ao longo do tempo), o emprego muitas vezes sequer existia. Nesse sentido, o real motivo da migração para a região era, de fato, a falta de emprego nas origens (ou a qualidade deste emprego), assim como a expectativa de uma nova oportunidade no destino.

Pode-se pensar, assim, que muito mais do que as desigualdades estruturais entre origem e destino, a inexistência de oportunidades (ou a qualidade das oportunidades existentes) nas regiões de origem representam grande incentivo à migração, em especial para os mais vulneráveis. Isso

sugere que não se trata obrigatoriamente de desigualdades entre origem e destino, posto que os empregos nos destinos são pouco numerosos e, por vezes, de má qualidade. A perene reprodução da pobreza e de carências nas regiões de origem seriam responsáveis por “empurrar para fora” grandes contingentes populacionais, ainda que os destinos não apresentem as melhores condições possíveis.

Os contatos e, por conseguinte, a rede social do postulante a migrante constituem elemento-chave. As redes parecem funcionar como um “colchão de amortecimento”. Talvez as expectativas dos migrantes sejam frustradas quanto às oportunidades de emprego almejadas desde a origem, contudo, a “queda” não é tão grande, uma vez que um conhecido pode dar algum tipo de alento. Provavelmente isso estende o tempo para sua possível integração ao novo local, via independência financeira, por meio da obtenção de um emprego na região, já que os contatos existentes podem ajudar momentaneamente.

Fica evidente que os moradores de zonas mais vulneráveis se valem mais frequentemente de suas redes de apoio, muito provavelmente pois são as únicas alternativas ou estratégias de que dispõem para enfrentar os riscos a que estão expostos. Nesse sentido, —em conformidade com boa parte da literatura sobre o assunto (MASSEY et al., 1987), pode-se também afirmar que além do direcionamento do fluxo migratório, as redes sociais atuam fortemente no processo de integração do novo migrante ao destino, ainda que isso reitere ou ratifique processos de segregação socioespacial dado o localismo e a homofilia desses contatos.

### *O município*

Os dados confirmaram a relevância de contatos preexistentes como condicionante do fluxo migratório para a região, complementando as explicações que giram em torno das buscas por melhores oportunidades de emprego e renda. O que se sucede, então, em relação ao município?

A escolha do município de residência atual parece ser, ainda mais, pautada por redes de contatos, sobretudo contatos provedores de ajudas e suportes variados e, concomitantemente, pelo cenário almejado de proximidade física em relação a eles.

De fato, aproximadamente 64% dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos contaram com as informações propiciadas por familiares e amigos na escolha do atual município

de residência. Para a escolha da região, 56,5% dos migrantes usufruíram desse tipo de informação.

A comparação entre residentes de acordo com suas zonas de vulnerabilidade também evidencia contrastes. Assim, 69,3% dos migrantes responsáveis pelo domicílio atualmente residentes na ZV1 recorreram às informações de parentes e amigos, enquanto 59,3% dos atualmente residentes na ZV3 o fizeram. A diferença entre os grupos é de 10%, ao passo que para a escolha da região a diferença entre esses grupos não chegava a 5%.

Os dados permitem inferir que, em uma escala mais aproximada de análise territorial (a municipal), tem diminuído a distância física entre os pares, ou melhor, entre o requerente da ajuda e a possível fonte dela. Parece ser essa uma estratégia adotada principalmente pelos moradores de zonas mais vulneráveis, haja vista que eles não conseguem apelar diretamente para o mercado, tampouco para o Estado. Resta, portanto, recorrer à comunidade ou a essa rede de suporte para que desempenhem o papel de provedores de ajudas e recursos.

Os dados atestam a presença física desses contatos no atual município de residência, posto que 72,2% dos chefes migrantes conheciam alguém no atual município de residência antes de se mudarem. Novamente, a diferença apresentada de acordo com as zonas de vulnerabilidade merece ser levada em consideração. Enquanto 82,0% dos chefes migrantes residentes na ZV1 conheciam alguém no atual município de residência, nas zonas menos vulneráveis (ZV3) a proporção é de 73,7%. Ou seja, o encurtamento da distância física entre requerente e fonte parece ser de fato uma estratégia adotada entre aqueles que possivelmente são mais vulneráveis socialmente ou, no mínimo, se encontram em piores condições socioeconômicas.

Independentemente da zona de vulnerabilidade, os contatos familiares predominam entre as pessoas já conhecidas nos municípios de destino (87,5%, na ZV1, 88,4%, na ZV2, e 82,5%, na ZV3). Para além da proximidade física requerente-fonte, pode estar em curso um processo de reagrupação familiar, não necessariamente dentro de um mesmo domicílio, mas em um determinado território (município), motivado essencialmente pela importância da família na disponibilização de diversos tipos de recursos. Essa parece ser – novamente – uma solução encontrada pelos mais vulneráveis (Tabela 1).

**Tabela 1: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, por zonas de vulnerabilidade, segundo tipos de contatos prévios no município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**

Em porcentagem

Contatos prévios		Zonas de vulnerabilidade		
		1	2	3
<b>Total</b>	<b>Exp. (1)</b>	21.479	106.289	49.106
	<b>N. (2)</b>	210	167	113
	<b>%</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Pai, mãe</b>		8,1	6,8	7,9
<b>Irmãos</b>		19,7	12,7	15,2
<b>Outros parentes</b>		59,6	68,9	59,5
<b>Amigos</b>		12,5	11,6	17,5

**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

(1) Dados de 189.184 casos não disponíveis (Valores Expandidos).

(2) Dados de 480 casos não disponíveis (Valores não Expandidos).

**Nota:** Dados não disponíveis para 168 pessoas (ZV1), 175 pessoas (ZV2) e 137 pessoas (ZV3).

Entre os migrantes responsáveis por domicílios residentes na ZV1 que possuíam algum contato no município antes da mudança, 87,5% citaram o contato de parentes (8,1% referiram pai ou mãe; 19,7%, irmãos e 59,6%, outros parentes). A participação dos parentes como contatos prévios para os residentes da ZV2 é ligeiramente maior, passando para 88,4% (6,8% indicaram pai ou mãe; 12,7%, irmãos e 68,9%, outros parentes). Por fim, há ligeira diminuição (82,5%) na participação de parentes nas redes dos residentes da ZV3 (7,9% apontaram o contato de pai ou mãe; 15,2%, de irmãos e 59,5%, de outros parentes).

É interessante notar que, ao menos para os migrantes residentes em zonas mais vulneráveis (ZV1 e ZV2), parece ocorrer de fato um processo de reagrupação familiar ou, no mínimo, um processo de encurtamento da distância física entre seus membros. Para os migrantes de zonas mais vulneráveis, essa proximidade parece ser almejada, posto que a família pode ser uma primeira fonte de recursos, ajudas e suportes a ser mobilizada. Contudo, isso não compreende necessariamente uma vantagem a longo prazo, já que não garante a mobilidade social ascendente ou, no mínimo, o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza ou de vulnerabilidades sociais.

Os dados permitem outras análises, mais apuradas inclusive. Permitem, por exemplo, explicitar os motivos que condicionaram o fluxo para determinado município, assim como aqueles que motivaram a saída do município anterior, de modo a explicitar diferenças entre origem e destino intrametropolitanos.

Desse modo, aproximadamente 27% dos migrantes responsáveis por domicílios relataram que se mudaram para o atual município por motivos associados à dimensão mercado de trabalho; aproximadamente 49% indicaram questões relativas à família; 12,5% apontaram o mercado habitacional-fundiário e 9,6%, outros motivos. Ressalta-se que os motivos relativos à família devem ser relativizados, uma vez que entre os entrevistados há migrantes de longa data que provavelmente acompanharam suas famílias, contudo, como dependentes.

É expressivo o percentual daqueles que afirmaram que o mercado de trabalho foi determinante para a migração intrametropolitana. Se o vislumbre de novas ou melhores oportunidades de trabalho condicionou a migração, a falta de emprego parece ter sido, de fato, central para se deixar o município anterior. Afinal, 45,2% dos chefes migrantes deixaram seus municípios de origem por simplesmente não encontrarem emprego ou considerarem as situações de emprego insatisfatórias – algo semelhante foi apontado com relação ao migrar para a região.

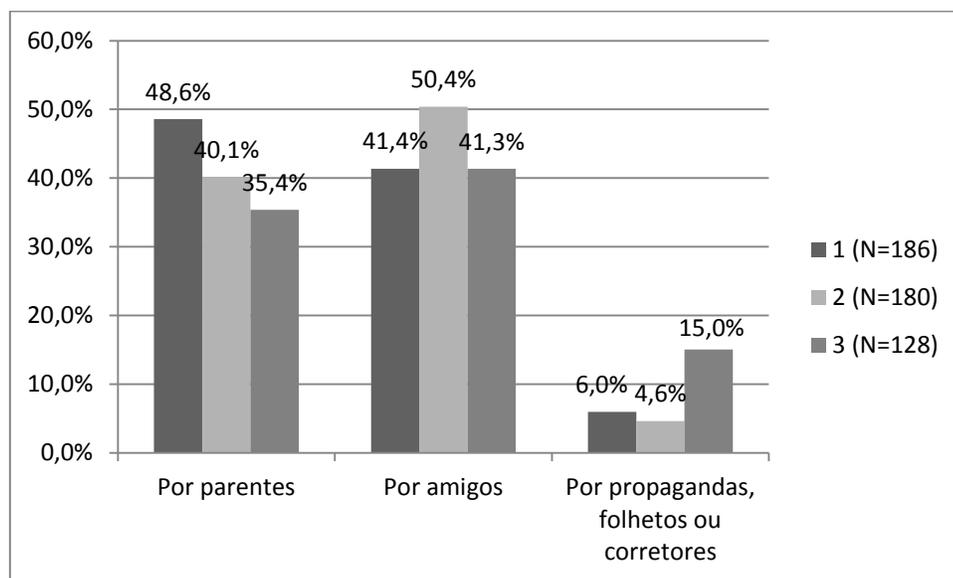
Interessantemente, não há diferenças significativas segundo zonas de vulnerabilidade quando se apuram os motivos para sair de um determinado município, como também para se direcionar a outro. Mesmo nesse caso, os motivos relacionados ao mercado de trabalho continuam a ser preponderantes em relação aos demais. Assim, apesar da influência de uma provável rede de apoio, os dados sugerem que as diferenças regionais, nesse caso intrarregionais, continuam a ser um dos principais “motores” da migração.

### ***O bairro***

As seções anteriores evidenciaram que os contatos da rede social do migrante se mostram essenciais no processo de escolha tanto da região, quanto do município. O mesmo vale, ainda, para a escolha do bairro. Assim, 46,8% dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos recorreram a informações de amigos para selecionar o bairro de residência atual e outros 39,5% contaram com informações de parentes, computando 86,4% de chefes migrantes que se utilizaram de seus contatos para a tomada de tal decisão. A parcela daqueles que escolheram o

atual bairro de residência por meio de outras fontes (imobiliárias, propagandas, etc.) foi muito inferior comparativamente. Já de acordo com as zonas de vulnerabilidade há certas particularidades que merecem ser destacadas (Gráfico 10).

**Gráfico 10: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e principais fontes de informação sobre o bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 192 pessoas (ZV1), 162 pessoas (ZV2) e 122 pessoas (ZV3).

Praticamente metade dos migrantes que residem em zonas mais vulneráveis (ZV1) se embasou nas informações de parentes para a escolha do bairro de residência. Como já discutido, os parentes constituem fontes mais facilmente mobilizadas, provedores de ajudas e recursos principalmente materiais e com quem se estabelecem laços fortes.

Por sua vez, os residentes da ZV2 se apoiaram principalmente nas informações proporcionadas por amigos. Essa diferença em relação aos mais vulneráveis não é casual, principalmente quando se leva em conta que a maioria dessas pessoas é migrante de mais longa data e intrametropolitana, ou seja, com maior experiência migratória dentro da metrópole. Isso significa que tiveram mais tempo para estabelecer relações de amizade com outras pessoas, diferentemente dos migrantes mais recentes e externos. Para os migrantes de mais longa data, a proximidade física em relação a parentes (fontes mais facilmente mobilizadas) não é uma

necessidade tão premente quanto para os migrantes externos e recentes da ZV1. Ademais, por residirem na localidade há mais tempo, essas pessoas acumularam mais contatos em sua rede de suporte social, justamente entre amigos e vizinhos.

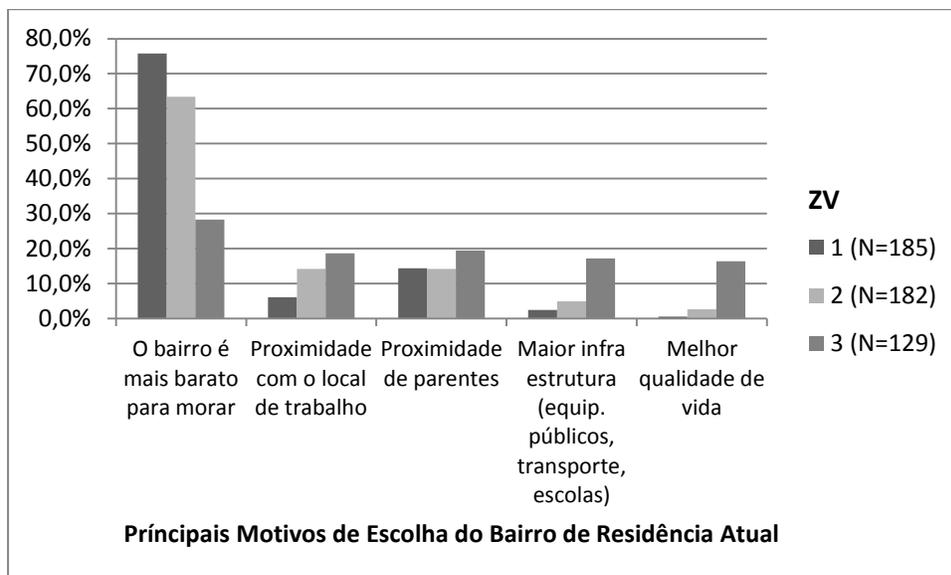
Já de acordo com os migrantes de zonas menos vulneráveis (ZV3), mesmo sendo considerável a proporção de informações oriundas de parentes e amigos, faz-se notar também a proporção daqueles que simplesmente recorrem a outras fontes, como as imobiliárias, por exemplo. A explicação para tanto parece residir na sua condição financeira privilegiada, que possibilita outras “saídas”, estratégias, soluções, etc.

Contudo, a ajuda provinda de amigos e familiares não quer dizer, necessariamente, que o principal motivo para a escolha do bairro seja a influência desses mesmos contatos. Afinal, 54,1% dos chefes migrantes relataram que se dirigiram para o atual bairro porque nele era mais barato para se morar, seguidos por 15,8% daqueles que afirmaram que a proximidade em relação a parentes era algo desejado e, por fim, de 14,8% que decidiram viver no bairro para diminuir o deslocamento diário em relação ao trabalho.

Tal informação é interessante, pois em comparação aos motivos explicitados em relação à região e ao município é a primeira vez que os motivos relacionados ao mercado fundiário e de moradias ultrapassam aqueles associados ao mercado de trabalho. Nesse sentido, os dados sugerem que a dinâmica migratória intramunicipal é pautada por um dos elementos da tríade trabalho-moradia, nesse caso, pelo último: moradia, e pelas suas características (CUNHA, 2011).

Há, ainda, diferenças expressivas nos motivos da escolha do bairro de residência de acordo com as zonas de vulnerabilidade (Gráfico 11).

**Gráfico 11: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e principais motivos de escolha do bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 193 pessoas (ZV1), 160 pessoas (ZV2) e 121 pessoas (ZV3).

Para os migrantes residentes em áreas mais vulneráveis (ZV1), a questão da moradia foi determinante, o mesmo valendo para os residentes da ZV2. Para os residentes da ZV3, os motivos para escolha do bairro são mais igualmente distribuídos. Para estes, os motivos relacionados a amenidades urbanas, tais como maior infraestrutura e melhor qualidade de vida, são tão importantes quanto o valor da moradia e as oportunidades de trabalho. Em suma, para este último grupo a possibilidade de escolha é imensamente mais variada se comparada à dos mais vulneráveis. Por um lado, os habitantes da ZV3 possuem mais meios financeiros para comprar (ou alugar) uma boa moradia e, por outro, possuem meios financeiros para arcar com os custos de transporte se a distância física entre casa e trabalho for considerável. Parece ser esta uma situação deveras distinta em comparação à dos moradores de zonas mais vulneráveis.

Dessa forma, enquanto os condicionantes macroestruturais diferem consideravelmente (intercalando-se mercado de trabalho e habitação) de acordo com a escala territorial em análise (região, município e bairro), a influência e relevância da rede social no processo de escolha de um destino, não. Na verdade, o peso dessa influência aumenta à medida que a escala se reduz.

Pode-se inferir daí que a proximidade em relação às fontes de ajuda é algo verdadeiramente almejado, já que o recurso que pode ser requerido está mais acessível – alguém de confiança que cuide das crianças, por exemplo.

Pode-se também pensar que há, portanto, um processo de concentração populacional de acordo com similaridades, ou seja, uma certa homofilia que se materializa no território, principalmente na escala intramunicipal. Nesse sentido, não é fortuito afirmar que o processo de segregação socioespacial continua tão forte como fora no passado, nascido ainda de imensas desigualdades sociais e territoriais (custo da terra, da moradia, do transporte, etc.).

O interessante é notar que as redes são mais intensamente ou recorrentemente mobilizadas pelos mais vulneráveis. Nada mais óbvio, uma vez que os menos vulneráveis dispõem de muitos outros tipos de ativos (principalmente o físico-financeiro) para o enfrentamento de diversas questões, entre elas o entendimento sobre “onde fincar suas raízes na metrópole”.

Nesse sentido, as redes – ao menos para os mais vulneráveis – são de fato um primeiro ativo, pois se configuram como soluções, saídas, estratégias, etc. mais facilmente apreendidas, utilizadas ou mobilizadas.

### **2.3.7 O agora**

#### ***O que mudou?***

A migração, além de estratégia adotada para solucionar ou remediar possíveis carências em oportunidades de emprego ou moradia, pode também ter papel significativo na alteração das relações sociais e da rede de apoio daqueles que migram e, portanto, pode ter impactos sobre a vulnerabilidade destas pessoas. Nesse sentido, a migração funciona como “uma faca de dois gumes”. Ao mesmo tempo em que possibilita a construção de novos contatos (e talvez a construção de contatos mais diversificados entre si), pode também romper contatos preexistentes (CUNHA, 2011).

Determinados recursos podem momentaneamente deixar de fluir no interior da rede social do migrante, empurrando-o para situações mais críticas, com maiores riscos envolvidos. Consequentemente, existe a possibilidade – ainda que momentânea – de vulnerabilidade social em comparação àqueles que não migraram.

Contudo, como ressaltado na seção anterior, há indícios de impactos positivos provocados pela migração nas redes sociais daqueles que a realizaram. Um deles é a proximidade em relação aos contatos, ou seja, a diminuição da distância física entre fonte e requerente, o que se faz sentir imediatamente, visto que 74% dos migrantes responsáveis por domicílios afirmaram que, em comparação com a vizinhança anterior, a atual é mais amigável e participativa, proporção realmente digna de atenção.

A mudança para um determinado bairro do município, além dos condicionantes macroestruturais (trabalho e sobretudo moradia), obedece a outros condicionantes dentro da equação geral de incentivos e constrangimentos. Tais condicionantes estão relacionados a um plano micro de análise do mesmo fenômeno, ou seja, condicionantes que operam associados ao indivíduo e ao grupo imediato a ele (família, amigos, vizinhos e conhecidos).

Leva-se em consideração, assim, não só a proximidade em relação ao trabalho (ou a existência de um), ou o preço mais acessível de moradia (tanto para comprá-la, quanto para alugá-la), mas também a possibilidade de conviver mais e melhor com a vizinhança a partir do estabelecimento de relações sociais.

Como desdobramento imediato, não só a migração é condicionada pela presença e influência das redes sociais, como também afeta a estrutura e, por conseguinte, a qualidade das relações sociais de uma rede. O interessante é notar que, entre esses, 85,6% eram migrantes externos e aproximadamente 92% se encontravam na região há mais de dez anos. Ademais, 9% residiam na ZV1, 65% na ZV2 e aproximadamente 26% na ZV3.

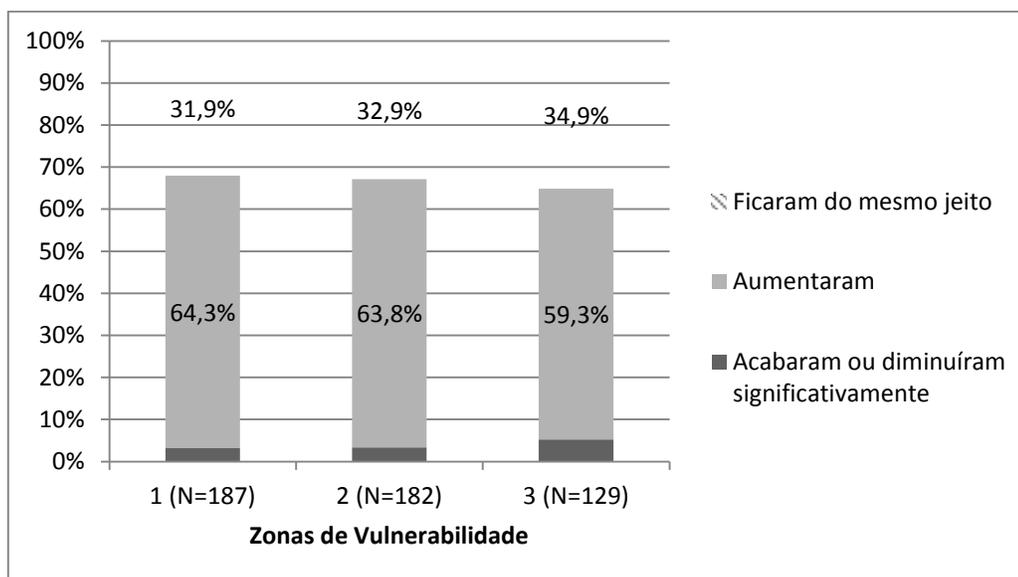
Os dados – apresentados nas seções anteriores – sugerem que os residentes da ZV1 são os que mais dependiam dos contatos de suas redes sociais tanto para chegar às áreas nas quais residem atualmente, quanto para ali se fixarem. Contudo, foram eles também os que menos sentiram as vantagens dessa proximidade física. Pode-se supor que a interação social era dificultada nessas áreas pela possível situação de vulnerabilidade social de seus integrantes. Se a maioria se encontrava na mesma situação adversa, fica a pergunta, pedir ajuda a quem?

Por esse mesmo motivo pode-se afirmar que as redes são mais mobilizadas pelos mais vulneráveis, mas os recursos disponibilizados por elas possuem um alcance (de modificação de uma determinada realidade social) limitado.

Provavelmente a ajuda efetiva provinha de alguns poucos contatos que já se encontravam na localidade de destino, posto que 82% dos migrantes conheciam alguém no atual município de residência, possivelmente contatos alicerçados em vínculos de familiaridade e parentesco.

Em contrapartida, a maioria dos residentes da ZV2 relatou que a atual vizinhança é mais participativa. Trata-se de uma zona de vulnerabilidade intermédia entre a mais vulnerável e a menos. Nesse sentido, pode ser um terreno fecundo para a interação social, haja vista que a população aí residente não é tão vulnerável socialmente, dispondo de mais recursos que podem ser compartilhados. Ademais, por constituir um plano intermédio, o papel da comunidade ainda é relevante. Em outras palavras, essas pessoas dispõem dos meios físicos e materiais, inclusive financeiros, suficientes para se ajudarem, mas não o suficiente para que pudessem recorrer unicamente ao mercado. Mesmo aqui a participação da família é importantíssima, como sugerido na Tabela 1 da seção anterior. Todavia, não se trata mais necessariamente da família original (pai, mãe e irmãos), mas possivelmente da família construída a partir, por exemplo, de laços de filiação e parentesco. Ou seja, uma família mais ampla, estendida e diversa que a primeira. Se ela é mais ampla que a família original, é de se supor que um dos fatores para os residentes da ZV2 mais se utilizarem dela seja também quantitativo, conforme o Gráfico 12.

**Gráfico 12: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e situação das relações com parentes após migrar para a região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 191 pessoas (ZV1), 160 pessoas (ZV2) e 121 pessoas (ZV3).

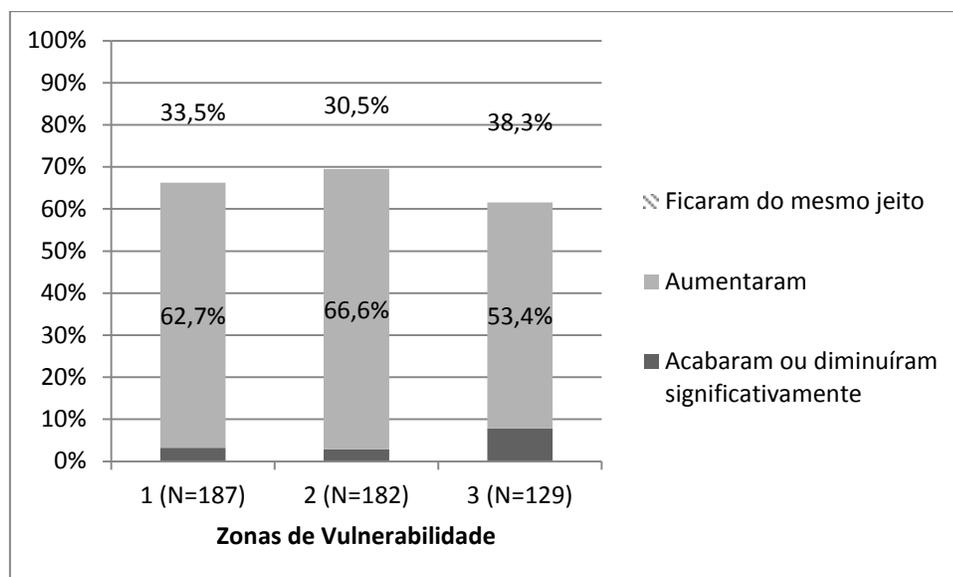
Mesmo com diferenças não tão expressivas de acordo com as zonas de vulnerabilidades, a mudança para o atual município de residência propiciou considerável incremento das relações familiares para os residentes nas zonas 1 e 2.

Os dados reiteram a relevância da proximidade da família. Corroboram, portanto, diversos aspectos da importância das redes sociais no processo migratório, como até aqui vem sendo discutido. Assim, os contatos preexistentes na região de destino mostram-se importantes:

- a) no direcionamento do fluxo para essa área;
- b) no processo de integração desse novo migrante;
- c) na proximidade física entre requerente e fonte (o que significa facilidade na mobilização de recursos).

Algo semelhante ocorre com relação ao vigor das relações estabelecidas com amigos, com algumas nuances dignas de atenção (Gráfico 13).

**Gráfico 13: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo zonas de vulnerabilidade e situação das relações com amigos após migrar para a região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 191 pessoas (ZV1), 160 pessoas (ZV2) e 121 pessoas (ZV3).

Independentemente da zona de vulnerabilidade, a possibilidade de interagir com amigos aumentou consideravelmente a partir da mudança para o atual município de residência. No entanto, para as zonas 1 e 2, a mudança parece ter sido mais eficaz. Dessa forma, em linhas gerais, a rede social dos mais vulneráveis é peça-chave para se entender por que estão naquela localidade e não em outro lugar e por que conseguiram se manter ali.

### 2.3.8 O depois

#### *Criando raízes*

Afora a relevância da rede social no direcionamento do fluxo e no processo de integração do migrante ao destino, a pesquisa apresenta um novo e interessante dado. Entre os chefes migrantes que afirmaram que a mudança para a atual vizinhança aumentou a chance de contar com a ajuda de parentes, praticamente todos (96,7%) dizem que não pretendem mais mudar de endereço. O mesmo se dá com relação àqueles que relataram que a mudança aumentou a possibilidade de ajuda de amigos, com proporção ainda mais expressiva nesse caso: 97,2%.

É bem verdade que os condicionantes macroestruturais continuam operando, principalmente os relacionados à moradia. Os dados de acordo com as zonas de vulnerabilidade dão indícios disso, posto que os menos dispostos a uma nova mudança eram os residentes da ZV2 (99,1%), seguidos pelos residentes da ZV3 (94,7%) e, por fim, os da ZV1 (88,0%). Os resultados são semelhantes para aqueles que relataram incremento na ajuda de amigos: 99,1% dos residentes na ZV2 não cogitavam nova mudança, 96,1% da ZV3 e 87,1% da ZV1.

Interessantemente os residentes da ZV2 eram os menos dispostos a uma nova mudança, fosse ela intramunicipal ou uma migração propriamente dita (intermunicipal ou até mesmo inter-regional). Contudo, deve-se lembrar de que eles eram os que mais contavam com a ajuda de parentes, além de residirem em uma zona menos vulnerável que aqueles da ZV1.

Assim, a proximidade em relação a parentes e alguma infraestrutura qualidade de vida urbana garantem maior estabilidade e permanência no local de residência. Nesse sentido, redes e qualidade de vida são peças-chave para se entender o processo de fixação de raízes e transformação de antigos destinos em novas origens/lares.

Não menos interessante é o fato de serem os migrantes de zonas mais vulneráveis os mais propensos a uma nova mudança/migração, de modo que 61,4% deles mudariam/migrariam em busca de maior qualidade de vida. Ou seja, as carências encontradas nessas zonas ainda são fortes condicionantes da migração, independentemente dos contatos aí presentes.

Mas é digno de nota que, mesmo nessas condições adversas, a maioria deles não mudaria da atual vizinhança, muito provavelmente por já terem encontrado um local onde se solucionou a equação que envolve preço da moradia (aluguel ou preço da terra), proximidade em relação ao trabalho e valor gasto em deslocamento. Mesmo porque mais um elemento passa a ser levado em consideração: a presença de parentes e amigos na nova localidade. Ou seja, a presença de fontes de recursos, suportes, apoios e ajudas que podem vir a ser mobilizados em um momento de urgência supera as próprias carências físicas das áreas.

Nesse sentido, as redes sociais são fundamentais para o direcionamento do fluxo e para a integração do migrante, como também para a sua manutenção no novo destino. Em outras palavras, são responsáveis também por fixá-lo no novo território, para que crie suas raízes aí.

Pode-se dizer que o destino, ou a vizinhança na qual vivem atualmente, tendo-se em vista a proximidade em relação aos contatos provedores da sua rede de suporte (parentes e amigos), transformou-se em seu novo porto seguro. Nesse sentido, mesmo os clássicos condicionantes da

migração intrametropolitana e intraurbana sendo ainda determinantes, a existência de contatos em determinadas áreas da região e do município induzem uma possível mudança residencial – em caso de necessidade – para esta zona e não outra.

Pode-se afirmar que as redes sociais foram especialmente utilizadas e mobilizadas possivelmente pelos mais vulneráveis socialmente (haja vista que são migrantes residentes de áreas mais vulneráveis). As redes foram também importantes para os residentes de zonas menos vulneráveis, entretanto, eles dispunham de outros meios (inclusive financeiros) de enfrentamento das adversidades e riscos. Ou seja, dispunham de outros ativos que para os primeiros eram escassos.

O papel do capital social gerado por meio das redes sociais, ainda que limitado, não deve ser negligenciado, mesmo se reconhecendo que a questão da vulnerabilidade social de famílias e indivíduos somente poderá ser completamente solucionada com a devida inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e também com o seu acesso aos serviços de infraestrutura básicos.



## **CAPÍTULO 3: POR ONDE ANDEI. E OS AMIGOS QUE LÁ DEIXEI**

*Nessa minha vida*

### **3.1 Primeiro ponto de apoio: as duas faces da migração**

*Possíveis alterações ocasionadas pela migração na estrutura das redes de suporte social segundo características e os diversos capitais dos egos*

#### **3.1.1 Primeiros indícios de que migrar ajuda (e muito! – ao menos alguns)**

*Pra debaixo da asa*

A migração pode funcionar como uma “faca de dois gumes”, pois permite o desenvolvimento de numerosos contatos e vínculos, mas também pode surtir o efeito oposto, ou seja, desestruturar ou mesmo romper contatos (mesmo que momentaneamente), o que impacta a estrutura da rede de suporte do migrante.

Ademais, é intuitivo o fato de que levará certo tempo para minimizar ou mitigar a ruptura provocada pela migração. Tanto em termos quantitativos, quanto em qualitativos (características dos contatos), ao menos inicialmente a migração pode, portanto, ter efeitos deletérios sobre a rede de suporte social de indivíduos e grupos em geral. Talvez isso não se verifique, ao menos no primeiro momento, para aqueles que já dispõem de contatos prévios nas regiões de destino. Nesse caso, diferentemente do usual, não há distanciamento físico entre fonte e requerente; pelo contrário, a aproximação garantiria acesso a recursos até então indisponíveis ou intangíveis devido à distância física entre os pares.

Todavia, a validação de tal pressuposição é difícil de ser comprovada, haja vista que aqueles que não “sobreviveram” (MARTINE, 1980) à migração podem ter já retornado ou voltado a migrar. Nesse sentido, pode de fato haver um certo viés na pesquisa e nos dados analisados, pois – para bem ou para mal – somente aqueles que “sobreviveram” permaneceram na região e puderam ser captados, dado o caráter transversal da pesquisa. Uma forma de acompanhar tanto os casos de sucesso como aqueles que se viram obrigados a deixar o recorte territorial em questão seria por meio de pesquisas de caráter longitudinal, como as pesquisas painéis.

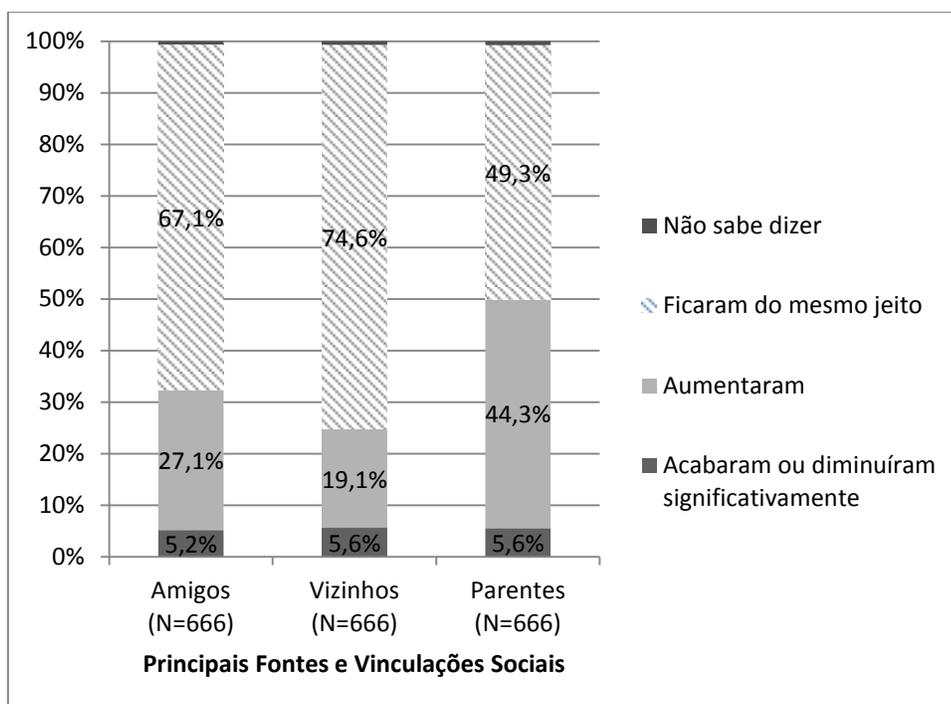
Mesmo sabendo de antemão que os não sobreviventes não foram captados, não é de se menosprezar o fato de a pesquisa captar também aqueles que estão em vias de deixar a região. Aqueles que, por motivos variados, mas também devido à inabilidade de mobilizar seus contatos ou à dificuldade em gerá-los, aos poucos recursos disponibilizados por suas redes, etc.,

aproximam-se, mais um vez, da migração como possível solução para uma situação adversa ou um risco efetivo.

Particularmente para migrantes a efetividade na utilização de uma rede social pode ser fundamental para sua integração (ou não) à região. Todavia, a forma da rede de suporte social é apenas um dos aspectos a serem levados em consideração, ou seja, ao abordá-la, abordamos tão somente a estrutura da qual os recursos, ajudas, informações, suportes, etc. são derivados. Outro elemento a ser considerado é o banco de favores que os migrantes possuem e disponibilizam, como estoque de recursos, ajudas, informações e suportes.

É de se esperar que, de modo associativo, ao impactar a estrutura (a rede social do migrante), a migração afete também a quantidade e a qualidade de recursos, independentemente dos tipos de laços estabelecidos — “laços fortes” (*bounding*, essenciais para a coesão do grupo, logo, da rede) ou laços do tipo *linking/bridging*, fundamentais para o processo de integração do migrante ao destino, ao diversificar contatos e recursos. Em suma, é de se supor que a migração repercute no capital social do migrante (Gráfico 14).

**Gráfico 14: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo situação das principais fontes e vinculações sociais após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 380 pessoas (amigos), 380 pessoas (vizinhos) e 380 pessoas (parentes).

De fato, os dados sugerem que a migração não impactou negativamente as relações sociais estabelecidas entre migrantes responsáveis por domicílios e seus amigos, vizinhos e, principalmente, parentes. Somando-se os quesitos “ficaram do mesmo jeito” e “aumentaram”, constata-se que mais de 90% das relações sociais aqui categorizadas por amigos, vizinhos e parentes não sofreram qualquer tipo de rompimento oriundo da migração.

Todavia, é realmente digna de atenção a parcela daqueles responsáveis migrantes que afirmaram que, contrariamente ao que se supunha, a migração aumentou a possibilidade de contar com a ajuda dessas mesmas fontes. Para parcela considerável de migrantes, suas redes de suporte social foram positivamente impactadas pela migração para o atual município de residência. Mas qual seria o motivo para tanto?

A maior possibilidade de mobilização de amigos, vizinhos e parentes atesta ainda que a migração impactou positivamente tanto os laços fracos (responsáveis pela disponibilização de recursos instrumentais), como os fortes (associados à mobilização de recursos materiais), sendo que para estes últimos (representados pela categoria “parentes”), 44,3% dos entrevistados relataram maior ajuda. Pode-se inferir que possivelmente está em um curso um processo de reagrupação familiar, senão debaixo do mesmo teto, ao menos com o encurtamento da distância física em relação a parentes. Por exemplo, 19,2% dos migrantes responsáveis por domicílios contam com a ajuda de parentes (corresidentes ou não) na guarda das crianças enquanto estão trabalhando.

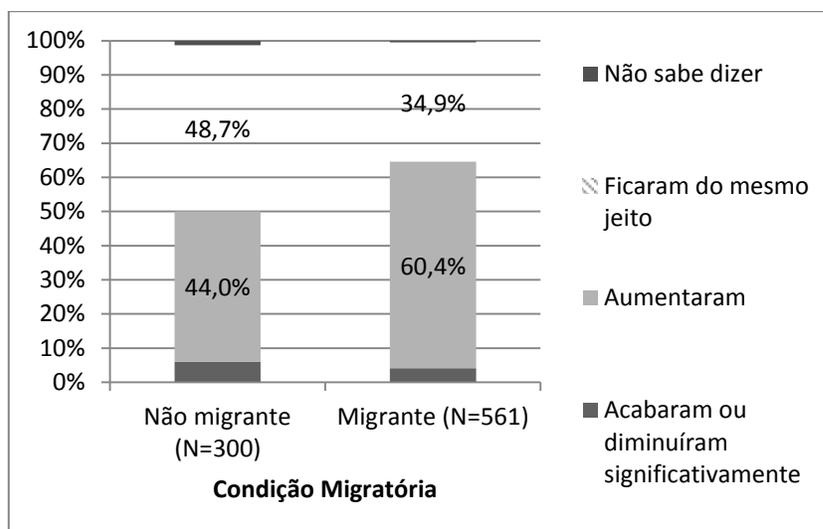
Nesse sentido, a migração está sendo utilizada como uma forma de aproximação física entre requerente e fonte, o que ratifica um efeito cadeia migratória. Isso leva a crer que, para os migrantes, a presença de contatos em determinadas áreas, no caso municípios, induza ou ao menos norteie a migração (direcionamento do fluxo migratório), como também facilite o processo de integração a esse destino.

Ao menos nestes casos, os “clássicos” estudos sobre redes sociais e migração podem ser elucidativos, já que sugerem que a existência de contatos nas áreas de destino viabilizam a migração ao diminuírem imensamente seus riscos e custos inerentes (MASSEY et al., 1987; 1998; BOYD, 1989).

Assim, os dados demonstram que a migração foi fundamental na maior mobilização tanto dos laços fortes como dos fracos, diversificando-os e, conseqüentemente, diversificando ao mesmo tempo seus recursos, informações, ajudas e suportes. Os dados ilustram “o melhor dos mundos”, haja vista que a migração pode fomentar tanto as interações sociais do tipo *linking/bridging*, quanto aquelas do tipo *bounding*. Há, pois, um processo de diversificação de contatos e recursos e coesão do grupo social do qual o migrante faz parte.

Ademais, os dados permitem comparar migrantes e não migrantes a partir de sua mobilidade residencial intramunicipal, ou seja, “migração” entre bairros de um mesmo município (Gráficos 15 e 16).

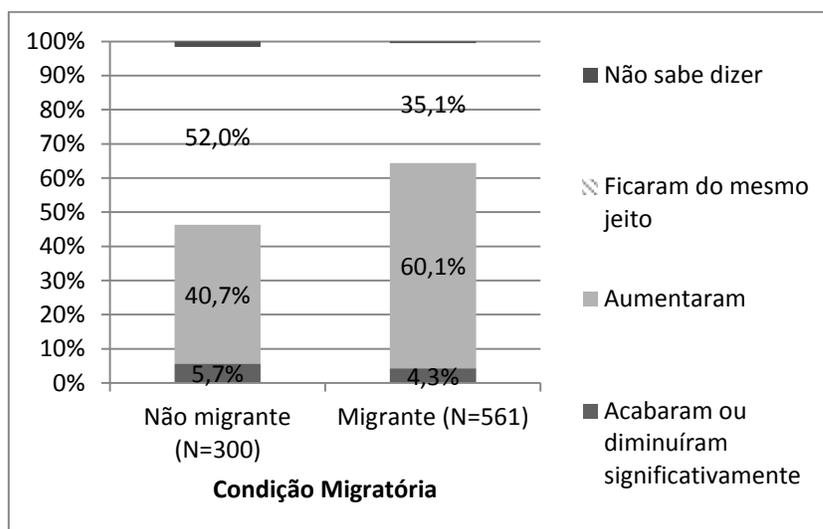
**Gráfico 15: Distribuição dos responsáveis por domicílios urbanos, segundo condição migratória e situação das relações com parentes após migrar para o bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 161 pessoas (não migrantes) e 525 pessoas (migrantes).

**Gráfico 16: Distribuição dos responsáveis por domicílios urbanos, segundo condição migratória e situação das relações com amigos após migrar para o bairro de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 161 pessoas (não migrantes) e 525 pessoas (migrantes).

Independentemente da fonte em questão (parentes ou amigos), é notável a porcentagem de migrantes que relataram aumento na possibilidade de contar com a ajuda das pessoas com quem mantêm laços fortes e fracos.

É também interessante notar a maior participação – estatisticamente significativa – dos não migrantes entre aqueles cujas relações foram pouco alteradas com a mudança de residência. Da mesma forma, esse grupo é o que mais relata diminuição na mobilização dos contatos depois da mudança residencial. Dessa forma, se a mudança residencial aconteceu para ambos os grupos e foi mais positivamente sentida pelos migrantes. Como já dito, é possível que esteja em curso um processo de reagrupação familiar ou de reagrupação de contatos de modo geral, muitos talvez de mesma origem, como sugere Massey et al. (1987). Trata-se de estratégia empregada pelos migrantes e mais severamente ou negativamente sentida pelos não migrantes (mas que trocaram de residência ainda dentro do mesmo município).

Enquanto para os migrantes diminuiu a distância entre requerente e fonte por meio da migração. Já para os não migrantes a situação é oposta: aumentou essa distância e, assim, diminuiu a possibilidade de contar com antigas fontes de ajuda (pais, por exemplo).

Pode haver ainda outro processo em curso, que pode estar mais relacionado ao incremento da ajuda proveniente de amigos e vizinhos. A migração diminui a distância física entre alguns pares, mas também pode aumentá-la em relação a outros. Assim, novas relações sociais devem ser construídas no novo destino, posto que parte das relações antigas será de fato perdida. Assim, a migração pode possibilitar a construção de novas amizades e laços de vizinhança que serão somados aos antigos vínculos, aumentando consideravelmente o leque de opções de fontes.

O interessante é notar que mesmo os “laços fracos” continuam “saudáveis” e vigorosos após a migração, sendo ainda muito utilizados após a mesma, sugerindo, inclusive, que o capital social do migrante também se incrementa na medida em que ele pode se apropriar dos recursos desse tipo de contato com mais facilidade e talvez frequência. Os dados, contudo, não permitem dizer se esses contatos já existiam ou se foram criados recentemente. Não permitem, portanto, aferir se houve rupturas ou construções de contatos na rede de suporte do migrante.

Em contrapartida, os dados permitem apurar os novos contatos, criados após a migração para o atual município de residência. Isso porque os vizinhos representam necessariamente novas fontes de apoio, haja vista que quando o migrante se desvincula de um local de residência e se

vincula a um novo, antigos vizinhos são “deixados” para trás (na origem, mesmo que o contato ainda permaneça) e novos são “obtidos” (quer se queira ou não) no destino.

Como aproximadamente 19% dos migrantes responsáveis por domicílios afirmaram que a mudança para o atual município de residência aumentou a possibilidade de contar com a ajuda de vizinhos, pode-se pensar que para ao menos um quinto dessa população os novos contatos estabelecidos com a vizinhança foram de fato salutareos, proporção digna de atenção.

Dessa forma, os dados são inequívocos ao demonstrarem que a migração possui pouco impacto negativo nas redes de suporte social, uma vez que somente para aproximadamente 5% dos migrantes a mudança de residência diminuiu a possibilidade de contar com qualquer tipo de ajuda. Vale lembrar que há um efeito de sobrevivência dos mais fortes em jogo, em que parcela considerável daqueles que não se integraram ao destino e cujas redes poderiam ter sido mais negativamente impactadas pela migração não foram captados pela pesquisa. Supõe-se que algo semelhante pode estar ocorrendo com o capital social, já que, como demonstrado até o momento, as redes de suporte social, sua estrutura reprodutora, estão se transformando para melhor. Novos contatos são criados e construídos, processo que se refere à diversificação da rede de suporte social do migrante, tanto em termos quantitativos (números de contatos), quanto em termos qualitativos (tipos de contato e recursos disponibilizados por eles).

A qualidade dos contatos (seus atributos, propriedades e características), por sua vez, influencia tanto a quantidade quanto a qualidade do capital social que nasce dessa estrutura de contatos, ou seja, da própria rede. A diversificação e heterogeneidade dos contatos (entre si e em relação ao migrante) pode ser responsável pela diversificação e heterogeneidade de recursos, informações, ajudas, suportes, etc.

É de se supor, portanto, que os dados indicam interações sociais do tipo *linking*,<sup>29</sup> haja vista que a segregação social e espacial tão presente e estruturante do território metropolitano (CUNHA et al., 2006b; CAIADO; PIRES, 2006a; 2006b) condicionaria o convívio entre aqueles mais ou menos semelhantes entre si. Mesmo quando há a ponte ou *bridging* entre indivíduos ou grupos distintos, logo, entre redes sociais, os grupos podem não ser tão diversos assim entre si. Por exemplo, é muito pouco provável que o aumento na possibilidade de contar com a ajuda de

---

<sup>29</sup> Conexão simples entre grupos distintos, mas que mantêm características mais ou menos semelhantes entre si.

vizinhos se dê a partir da migração da empregada e da sua família em direção a um município e bairro de padrão socioeconômico semelhante ao do seu patrão ou vice-versa.

Mesmo com esta restrição, é inegável o papel da migração na diversificação dos contatos e da rede social, dos recursos e do capital social do migrante. Entretanto, outros fatores podem ser essenciais para a compreensão do processo de composição ou estruturação da rede de suporte social do migrante ao longo do tempo e, por que não, do espaço. Diferentes modalidades migratórias e tempos de residência podem dar indícios da forma como essa rede foi construída e dos principais tipos de interações sociais que a compõem.

### **3.1.2 Quem, porventura, podem ser os privilegiados da migração?**

#### ***Modalidade migratória***

#### ***No espaço***

A fim de “dar rosto” àqueles que incrementaram suas formas de suporte por meio da migração, são aqui analisadas as informações provenientes de migrantes responsáveis por domicílios urbanos que afirmaram que a migração possibilitou um incremento na mobilização de ajudas e suportes provindos de amigos, vizinhos ou parentes. É importante atentar para a conjunção “ou” aqui empregada: a sintaxe de seleção desses indivíduos no banco de dados daí deriva. Foram selecionados todos aqueles que afirmaram que a migração possibilitou maior mobilização de uma ou mais fontes. Assim, a análise não se limita àqueles que relataram incremento em todas as fontes, já que neste caso o tamanho da amostra seria diminuto e o erro estatístico, considerável. Ademais, esse grupo não foi comparado com o daqueles que afirmaram que a migração piorou seu acesso às diversas fontes de recursos devido à mesma questão: tamanho amostral reduzido e conseqüente erro estatístico ampliado.

Dessa forma, de todos aqueles migrantes responsáveis por domicílios urbanos que relataram algum tipo de incremento na mobilização de fontes de ajuda ao migrarem para o atual município de residência, 84,3% são migrantes externos e somente 15,7% são intrametropolitanos. A maior participação dos migrantes externos pode se dever ao fato de que esse tipo de modalidade migratória sempre exibiu maior relevância no cenário migratório da região. Ou seja, pode se tratar de um aspecto muito mais quantitativo do que necessariamente qualitativo. Outro suposto seria o de que, por sua condição de “externos” à região e, assim, pela pouca presença de

contatos prévios (mesmo que existissem), a estrutura das redes de suporte social dos externos pode ser mais seriamente afetada (e, neste caso, interessantemente beneficiada) pela migração.

Qualquer novo contato agregado à rede mostra-se fundamental para quem pouco tinha. A pouca experiência e vivência na região dos migrantes externos pode ser um diferencial em relação, por exemplo, aos intrametropolitanos, uma vez que para estes últimos é muito provável a maior presença de contatos disseminados, dada sua experiência migratória prévia no território e maior familiaridade com o território, fato que pode criar uma certa independência deste em relação às suas redes de apoio. Nesse sentido, até mesmo pela proximidade física em relação aos antigos contatos (preexistentes ou estabelecidos ao longo de suas passagens por municípios da RMC), o percentual de migrantes intrametropolitanos que atestam que a migração pouco impactou suas redes de suporte social é ligeiramente maior.

Outros dados sugerem que a experiência migratória prévia (correlacionada, por conseguinte, à maior presença de contatos e à menor distância física entre eles) possui papel ímpar para se aquilatar o impacto da migração na estrutura das redes de suporte social desses indivíduos. Todavia, é preciso deixar o âmbito geral e discorrer sobre os matizes.

Assim, é interessante notar que se há pouca diferença – e, logo, pouca alteração na estrutura da rede de suporte – nas relações estabelecidas entre amigos e vizinhos pós-migração de intrametropolitanos e externos.<sup>30</sup> Essa mesma diferença é deveras acentuada quando se trata das relações estabelecidas com parentes, sendo que 44,4% dos intrametropolitanos mencionaram incremento na utilização dessa fonte, enquanto a parcela dos externos é expressivamente maior: 61,5%.

Como mencionado anteriormente, pode estar em curso um processo de reagrupação familiar, não necessariamente debaixo do mesmo teto, mas balizado pela proximidade físico-geográfica. Esse aspecto se mostra especialmente interessante e vantajoso para os migrantes externos, o que sugere que o fluxo migratório está sendo direcionado pela existência de contatos prévios (principalmente familiares). Tal dado também sugere que esses migrantes podem ser mais dependentes de seus contatos familiares – ou seja, suas redes são mais coesas, caracterizadas por interações sociais do tipo *bounding*. Já os intrametropolitanos podem dispor de um leque mais variado de fontes – mais diversificadas e com interações do tipo *linking/bridging*. No entanto,

---

<sup>30</sup>Ainda assim, há uma diferença não trivial entre intrametropolitanos e externos com relação à possibilidade de contar com a ajuda de vizinhos: 43,8% dos intrametropolitanos relataram um incremento na mobilização dessa fonte, em relação a 51,5% dos externos. Ou seja, uma diferença de quase oito pontos percentuais.

vale frisar que são necessários outros dados (captados por meio de entrevistas qualitativas) para que se possa afirmar algo sobre a forma de cada uma das redes. No presente momento, estas são apenas algumas hipóteses de trabalho.

Parcela considerável dos intrametropolitanos (38,6%) nasceu na região, assim, é muito possível que haja mais familiares, assim como amigos, antigos vizinhos e conhecidos em geral no território e que eles minimizem os impactos que a migração, porventura, poderia ter sobre a estrutura de suas redes de suporte. Talvez resida aí a explicação para o fato de eles serem os que mais reportam que a migração pouco mudou a dinâmica de suas interações sociais com amigos, vizinhos e familiares. Diferentemente do que ocorre com os externos, a distância físico-geográfica entre fonte e requerente para eles não é necessariamente um problema, até mesmo porque sua família (seus contatos, de modo geral) possivelmente já se encontra distribuída no território metropolitano, o qual dispõe de imensas facilidades de locomoção entre distintas e mesmo longínquas áreas. Ou seja, a distância física não é necessariamente um empecilho para as trocas de recursos e ajudas entre intrametropolitanos e seus parentes (ou amigos e ex-vizinhos). Muitas vezes, a distância geográfica em relação aos seus familiares nasce da dinâmica associada às etapas específicas do curso de vida dos indivíduos, por exemplo, o casamento e a constituição de um novo lar.<sup>31</sup>

De forma inédita constata-se que, para os migrantes externos, a migração parece ter tido um impacto mais sensível e benéfico nas suas redes de suporte. Isso ocorre muito provavelmente porque eles pouco tinham (em termos de quantidade de contatos e da qualidade deles), principalmente em comparação aos intrametropolitanos. Para os que vieram de outras regiões, a migração constituiu uma estratégia de superação de riscos e adversidades, gerando numerosas oportunidades novas.

### ***Tempo de residência***

#### ***Ao longo do tempo***

O tempo de residência na região representa outro elemento primordial para se compreender o maior ou menor impacto da migração na estrutura da rede, haja vista que o maior

---

<sup>31</sup> Um provérbio popular ilustra muito bem este processo de saída da casa da família e constituição de um novo domicílio e família: “quem casa, quer casa, longe da casa onde se casa”.

tempo de permanência e vivência no território metropolitano atenuaria as diferenças entre externos e intrametropolitanos, por meio da construção de contatos ao longo do tempo e não necessariamente por meio das distintas localidades onde os migrantes residiram.

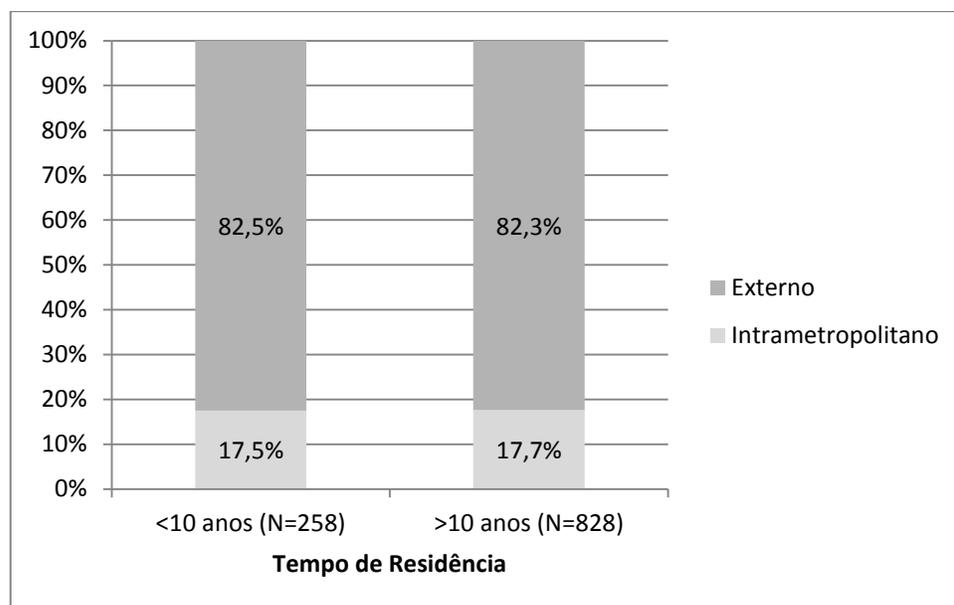
Partindo da lógica da experiência migratória prévia dos intrametropolitanos como um relevante diferencial em relação aos externos (já que aqui trabalhamos com a definição de migrante a partir da sua última etapa migratória) e das suas redes de suporte social, possivelmente as redes de migrantes mais recentes são mais severamente (e talvez, negativamente) impactadas pela migração do que as dos de longa data, independentemente da modalidade migratória em questão, uma vez que eles ainda não dispuseram de tempo suficiente para estabelecer novos contatos no destino.

Isso não quer dizer que a rede dos migrantes recém-aportados seja necessariamente pior do que a dos mais antigos, mas diante da migração, a rede pode passar por um período de rearranjo, com a ruptura de numerosos contatos ou sua utilização menos recorrente, ainda que com novas possibilidades de estabelecimento de outros tantos laços de amizade, vizinhança e, inclusive, parentesco (através da filiação – aliança).

Dessa forma, aproximadamente 21% dos migrantes chefes de domicílio residiam na RMC há menos de dez anos, enquanto os demais (79%) viviam nessa região há mais de uma década. Fica claro, portanto, que a migração já desempenhou no passado um papel mais importante para a região. Ainda assim, não é de se menosprezar a proporção de migrantes recentes e a importância destes fluxos migratórios mais atuais nos diversos tipos de processos desenvolvidos.

Verifica-se a mesma distribuição quando a variável tempo de residência é analisada segundo a modalidade migratória. Assim, tanto para intrametropolitanos quanto para externos, 21% dos migrantes são recentes e 79%, de longa data. Fica claro, portanto, que a migração de externos se mostra primordial no contexto regional, sendo este um fluxo que perdura até mais recentemente.

**Gráfico 17: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo modalidade migratória e tempo de residência na região. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**

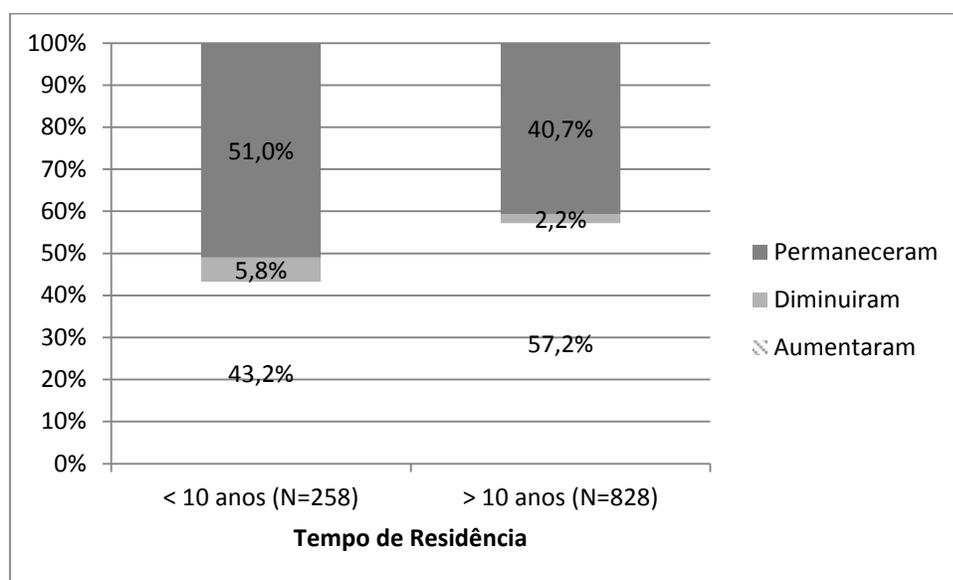


**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Cabe ponderar, no entanto, que talvez os mais antigos não teriam migrado para a região como responsáveis por domicílios, mas como dependentes, ou seja, não seriam necessariamente migrantes por opção, já que não tinham poder de decisão sobre migrar ou permanecer. Nesse sentido, o motivo individual “acompanhar família” pode ter sido central, além de um indício de todos aqueles que vieram como dependentes, trazidos “a reboque” e não devido a sua ânsia de reagrupar-se a um núcleo familiar distante. Tal situação pode ter de fato ocorrido ao menos para 33,7% dos chefes migrantes com mais de dez anos de residência na RMC, uma vez que eles afirmaram que vieram para a região acompanhando seus familiares. No entanto, adotando outra perspectiva e observando outros dados, pode haver uma considerável parcela de migrantes de longa data que possivelmente chegou à região já como responsável, visto que somente 29,1% vieram acompanhados de pais e irmãos, sendo que os demais trouxeram cônjuges e filhos ou vieram sozinhos. Ou seja, é pouco provável que estes últimos tenham migrado como dependentes, uma vez que chegaram à região com suas famílias constituídas ou conseguiram migrar por conta própria.

O artifício de considerar apenas as informações prestadas pelos responsáveis pelos domicílios foi particularmente interessante na análise dos dados dos migrantes de longa data, uma vez que garantiu a minimização da influência dos dependentes. É digna de nota, ainda, a porcentagem de chefes migrantes que reportaram algum tipo de incremento em suas relações com amigos, vizinhos e parentes: 43,2% dos migrantes recentes e 57,2% dos antigos (Gráfico 18).

**Gráfico 18: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo tempo de residência na região e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

A migração foi, portanto, particularmente aproveitada pelos chefes migrantes de longa data. Como já ventilado no início desta seção, migrantes mais recentes provavelmente não tiveram tempo suficiente para reorganizar sua rede de apoio e não é casual, portanto, que para eles a migração tenha reduzido a possibilidade de contar com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos – ao menos nos momentos subsequentes à migração.

A explicação para impacto e benefício ocasionado pela migração parece girar novamente em torno do incremento e do acúmulo de experiências no território – e também de vida, de recursos, de ativos, etc., logo, processo de construção-desconstrução, coesão-diversificação de contatos da rede de suporte.

Contudo, como aclarado anteriormente, boa parte dos migrantes recentes é também externa. Pode parecer um paradoxo: como os dados podem indicar que são os migrantes externos os maiores beneficiados pela migração e, ao mesmo tempo, os mais recentes terem suas redes mais seriamente e negativamente impactadas pela mesma migração, sendo que boa parte dos migrantes recentes são também externos?

O que os dados parecem sugerir é que se trata da transformação de uma estrutura de rede de suporte social que foi particularmente interessante e aproveitada por aqueles que possuíam esta mesma estrutura mais carente, menos capaz ou mais limitada a certos tipos de interações (de coesão: familiares, por exemplo) – como é o caso dos externos – do que aqueles que partem de uma base minimamente estruturada/dada/herdada como é o caso dos naturais/não migrantes ou intrametropolitanos.

Mas que eles (externos) superaram essa dificuldade inicial ao longo do tempo de residência na região, possivelmente através do acúmulo de experiências sobre ela e, logo, geração e também acúmulo de contatos aí.

Esse acúmulo de experiências nasce tanto da maior circulação no território quanto do tempo de residência na região. Trata-se de um acúmulo “no espaço” e “ao longo do tempo”, levando em conta o quesito modalidade migratória intrametropolitana.

Ou seja, para quem pouco tinha, a migração teve grande impacto. A mudança trouxe numerosos benefícios para sua rede, tanto por meio de mecanismos de coesão, com o reagrupamento de contatos (familiares ou não), quanto a partir da diversificação da rede de apoio, com o estabelecimento de novos contatos. A aquisição de contatos e o acúmulo de experiências ao longo do tempo de residência desses chefes na região poderiam atuar, portanto, como fatores de equalização dessa população migrante em relação à população não migrante. Com o passar do tempo, eles seriam então semelhantes aos naturais ou não migrantes tanto quanto os naturais ou não migrantes o são entre si.

Em linhas gerais, fica evidente que a migração possui impactos na composição da rede social do migrante de distintas formas, de acordo com suas especificidades e particularidades. Inicialmente, a migração é responsável pela construção (até certo ponto forçada) de novos contatos, especialmente os de amizade e vizinhança. Consequentemente, diversifica-se a rede de suporte do migrante, logo, dos seus recursos, ao longo das possíveis etapas migratórias do indivíduo e do grupo na metrópole. Com o passar do tempo, a rede de suporte do migrante tende

a uma espécie de sedimentação, decorrida tanto – e talvez, principalmente – da sua fixação no território, quanto da cristalização de determinados contatos, sejam eles com amigos, sejam com vizinhos, sejam com familiares. Não se trata mais de um processo de diversificação de contatos e recursos, mas talvez da efetividade e seleção destes. Nesse sentido, desenvolve-se um processo de coesão da rede de apoio. Isso, contudo, não anula a relevância do primeiro estágio responsável pela formação e diversificação da sua rede social para o seu sucesso e efetividade atuais.

Os dados aqui apresentados instigam futuras investigações e desdobramentos. Há mais de uma década, os movimentos para a RMC são compostos por fluxos populacionais de indivíduos e grupos mais carentes e provenientes de mais longa distância. Assim, a migração parece ter impactado significativamente as redes de suporte justamente dos mais vulneráveis e não daqueles que dispõem de outros meios – ou ativos – para enfrentar os diversos tipos de adversidades e riscos e que, em maior ou menor medida, e tomando os devidos cuidados comparativos, são os mais semelhantes aos naturais/não migrantes. Nesse sentido, as clássicas variáveis sociodemográficas podem dar novos indícios sobre se a população beneficiada pela migração foi, em efeito, a mais vulnerável socialmente.

### **3.1.3 Variáveis sociodemográficas clássicas: sexo, estado civil e idade**

Vignolli (2006) sugere que a condição de ser ou estar vulnerável socialmente está associada ao perfil sociodemográfico da população, bem como de suas transformações ao longo do tempo.

Segundo o primeiro:

existem argumentos consistentes para sustentar que a instabilidade familiar, em particular as separações e divórcios, gera, entre outras adversidades, bruscas oscilações nos ganhos domésticos, o que pode conduzir a uma reclassificação dos domicílios como pobres (VIGNOLLI, 2006, p. 108).

Vignolli (2006) ressalta ainda que tal constatação não deve conduzir a políticas improcedentes ou autoritárias, mas que é insumo relevante para a redefinição de indivíduos e famílias vulneráveis, com repercussões óbvias em suas redes de apoio e suporte social. Da mesma forma que variáveis sociodemográficas “clássicas” ou básicas (sexo, estado civil e idade)

são imprescindíveis ao menos para se compreender a vulnerabilidade a determinados riscos, elas também podem ser relevantes para entender a construção, composição e estruturação da rede de suporte social do migrante, tanto ao longo das suas etapas migratórias, quanto ao longo do tempo (curso de vida, tempo de residência no local, etc.). Isso porque a rede se modifica e se transforma tanto quanto esses atributos individuais, que são também elementos imprescindíveis para se compreender os motivos pelos quais a rede de apoio de determinado indivíduo é “assim” e não “assado”.

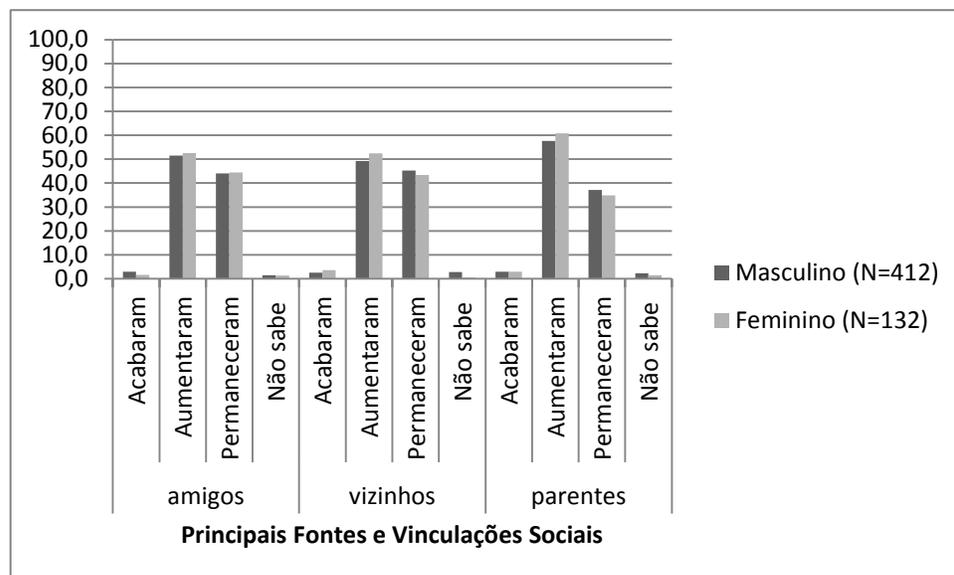
### *Sexo*

É possível que também ocorram distinções na forma como as redes de suporte de homens e mulheres são construídas, mas principalmente mobilizadas, haja vista a existência de diferenças não triviais entre os sexos e assimetrias de gênero.

A maioria dos responsáveis pelos domicílios urbanos (incluindo migrantes e não migrantes) da RMC é homem (74%), logo, apenas um quarto dos domicílios urbanos é chefiado por elas. A composição é a mesma quando são analisados somente os domicílios cujos responsáveis são migrantes: 74,6% são chefiados por homens e o restante (25,4%), por mulheres.

Há, portanto, que se ponderar que provavelmente haverá nas análises um efeito relevante de composição do grupo populacional em questão. Possivelmente haverá uma participação sempre mais notável de homens em detrimento das chefes mulheres, independentemente do quesito a ser pormenorizado. Mesmo assim, há poucas diferenças entre as fontes de apoio mobilizadas pelos dois grupos (Gráfico 19).

**Gráfico 19: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo sexo e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



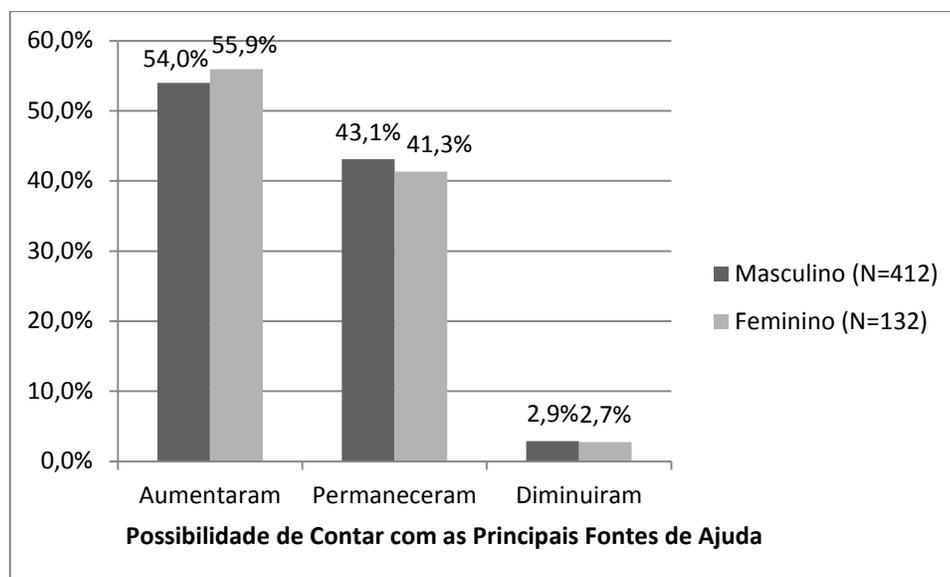
**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 407 homens e 135 mulheres.

Tendo em vista o sexo dos responsáveis pelo domicílio, não há distinções em suas formas de suporte que poderiam sugerir ao pesquisador tomar a migração como um elemento que impactou a rede de suporte social de mulheres migrantes mais (ou menos) do que a de homens.

Ainda assim, independentemente da fonte e do tipo de interação em questão (e mesmo se tratando de uma diferença mínima), as mulheres migrantes sempre atestam em maior proporção que a migração para o atual município de residência possibilitou maior interação com amigos, vizinhos e parentes. A análise da “tendência geral” também se mostra instigante (Gráfico 20).

**Gráfico 20: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo sexo e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

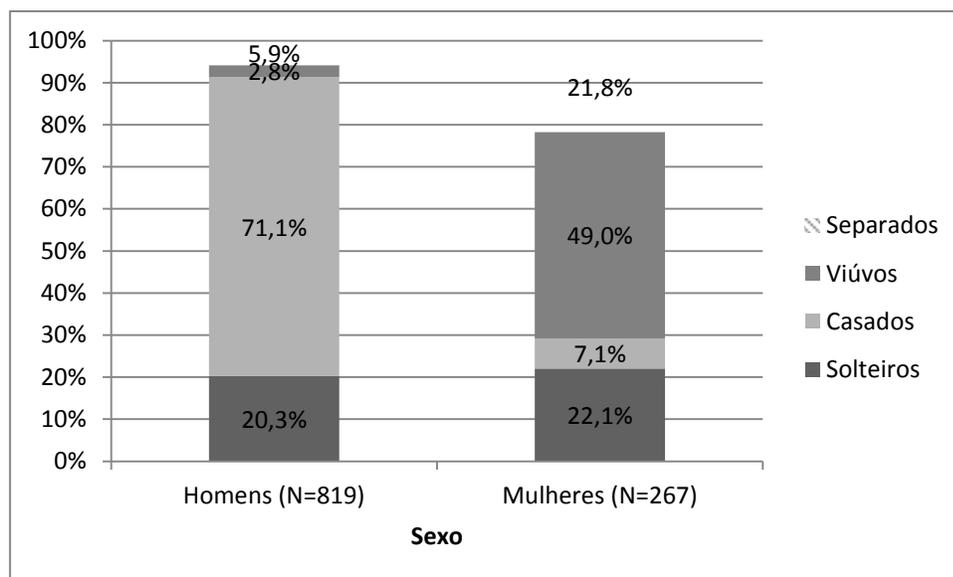
**Nota:** Dados não disponíveis para 407 homens e 135 mulheres.

De modo geral, independentemente da fonte de apoio em questão, os dados sugerem que as mulheres foram as principais beneficiadas com a mudança para o atual município de residência, ainda que a diferença entre ambos os sexos seja, de fato, pequena. Parece ser este mais um indício de que são, em efeito, as populações mais vulneráveis socialmente aquelas que experimentaram incremento de suas interações sociais após a migração e, logo, impactos mais profundos na estrutura de suas redes de suporte social, haja vista que a literatura (VIGNOLLI, 2006) aponta também a maior vulnerabilidade social dos domicílios chefiados por mulheres, até mesmo porque elas recebem salários menores, mesmo sendo tão ou mais capacitadas do que os homens e ocupando posições no mercado de trabalho equivalentes às deles. No presente estudo, a média do acumulado dos rendimentos individuais dos chefes migrantes homens é de R\$1.113,27, enquanto para as mulheres o valor corresponde a R\$856,78. Trata-se de uma diferença considerável para aqueles que pouco têm.

Além do mais, usualmente os domicílios sob responsabilidade feminina tendem a ser chefiados somente por elas (MORE; 1990, GOLDANI, 1994), ou seja, sem necessariamente a

participação do cônjuge (Gráfico 21), ainda que outros integrantes do domicílio possam incrementar essa renda.

**Gráfico 21: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo sexo e estado civil. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Novamente, os dados do presente estudo estão de acordo com a literatura, uma vez que demonstram que aproximadamente 71% dos migrantes homens responsáveis por domicílios urbanos são casados, ao passo que a maioria das chefes migrantes responsáveis pelo domicílio é solteira, viúva ou separada — em suma, “sozinha”.

Há, portanto, que se atentar para o fato de que muito provavelmente a população feminina pode ser mais suscetível a diversos riscos, ou seja, é mais propensa a vivenciar, em algum momento de sua vida, uma situação de vulnerabilidade, posto que de um lado elas geralmente recebem menores salários – o que as torna mais suscetíveis ao risco do pobreza –, e de outro não há necessariamente uma possível complementação da renda domiciliar com a adição da renda do cônjuge, uma vez que esta figura simplesmente inexistente (muitas delas são solteiras, viúvas ou divorciadas).

Possivelmente os domicílios com chefia feminina são os que exibem maior razão de dependência, o que poderia conduzir a uma situação de vulnerabilidade social ou, pior, continuar

a reproduzi-la, já que elas ganham menos, não há renda alternativa proveniente do cônjuge, o número de adultos economicamente ativos é menor e o de dependentes (idosos e crianças) possivelmente maior.

Todavia, até mesmo pelo fato de estarem sozinhas, elas são obrigadas a estabelecer relações sociais com outros indivíduos possivelmente extradomicílio, diferentemente (MORE, 1990; FLAHERTY; RICHMAN, 1989) do que poderia ocorrer se estivessem casadas – nesse caso, boa parte dos recursos poderiam ser fornecidos e mobilizados pelo e através do cônjuge. Contudo, na falta ou ausência deste, é preciso encontrar outras soluções, ou melhor, fontes que precisam ser – obrigatoriamente – construídas (VAUX, 1985; DUE et al.; 1999).

### *Estado civil*

#### *Estar só. Estar separado. Estar junto. Estar.*

Indícios da relevância e da correlação entre estado civil e a forma como a rede de suporte é mobilizada no período pós-migração foram minimamente discutidos na seção anterior. O estado civil é aqui analisado, pois, por um lado, ele dá algumas pistas da forma como as redes sociais são mobilizadas e, por outro, de como elas são construídas de acordo com cada estágio da vida do migrante.

Supõe-se, no presente estudo, que as diferenças apresentadas pelos entrevistados na forma como suas redes de suporte são mobilizadas condicionam-se, entre vários fatores, por estágios específicos de seu curso de vida, sendo que o estado civil, mesmo que uma forma muito rudimentar de apreensão destas etapas, é uma aproximação ou ilustração delas. Até certo ponto, nada mais óbvio, pois muitas vezes o estado civil se mostra associado à idade do indivíduo. Ou seja, há mais chances de solteiros serem, na verdade, chefes domiciliares jovens; casados, possivelmente, já são mais maduros, ao passo que viúvos provavelmente são idosos (KALMIJN; VERMUNT, 2007).

Foram adotadas quatro categorias de estado civil: solteiro, casado, viúvo e separados. A primeira delas é composta pelos responsáveis mais jovens,<sup>32</sup> que convivem ou não com outros membros familiares dentro do mesmo domicílio. Considerando que a média de idade desses

---

<sup>32</sup>A média de idade desse grupo (migrantes responsáveis por domicílios urbanos) é de 39,7 anos, enquanto a mediana é de 37 anos. Interessantemente trata-se de um grupo bem envelhecido.

solteiros é de quase 40 anos, supõe-se que poucos deles morem com seus familiares. A segunda categoria compõe-se de indivíduos mais maduros ou envelhecidos,<sup>33</sup> possivelmente em uma posição mais estável no mercado de trabalho. Ademais, há pelo menos mais um integrante intradomiciliar neste caso: o cônjuge. As diferenças significativas nas redes de suporte social entre os dois grupos tornam-se plausíveis, haja vista as diferenças nas características sociodemográficas de ambos: a rede de suporte de um jovem solteiro possivelmente é deveras distinta daquela correspondente de um senhor(a) casado(a).

Por sua vez, o terceiro grupo é composto por viúvos, possivelmente um grupo ainda mais idoso<sup>34</sup> do que o dos casados e com implicações quantitativas nas suas redes de suporte, até mesmo pela morte do cônjuge e de amigos, vizinhos, conhecidos, etc. que se encontram na mesma faixa etária (efeito de coorte).

Por fim, o quarto grupo compreende os separados/divorciados, que podem se encontrar em distintos grupos etários,<sup>35</sup> mas possivelmente a maioria se encontra em faixa etária compatível com a dos casados. Devido ao seu estado civil, essas pessoas também experimentam uma possível diminuição de sua rede de suporte com a separação do cônjuge (e dos conhecidos e amigos dele) (Gráfico 22).

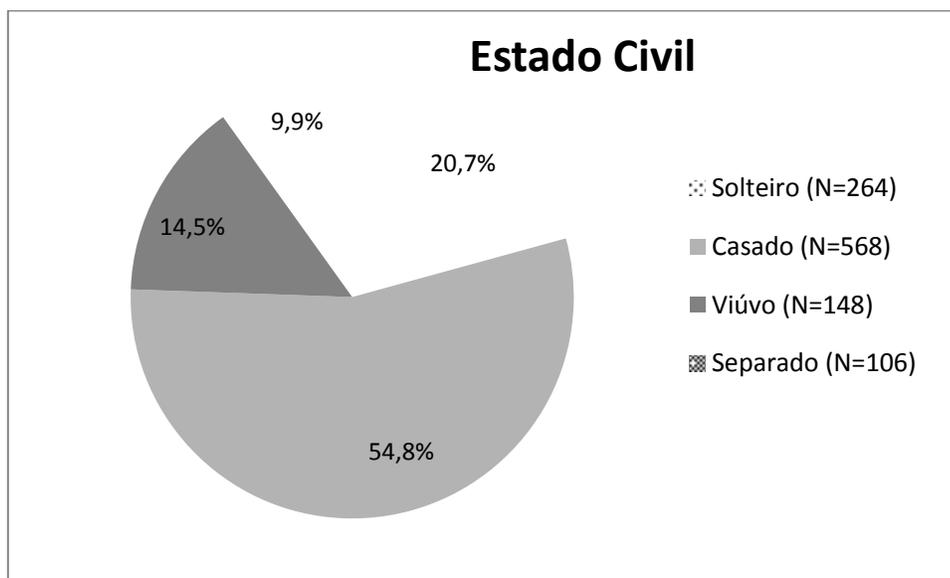
---

<sup>33</sup> A média de idade dos chefes migrantes casados é de 51,2 anos e a mediana, de 51 anos.

<sup>34</sup> A média de idade dos chefes migrantes viúvos é de 65,1 anos, enquanto a mediana corresponde a 67 anos.

<sup>35</sup> A média de idade deles é de 53,5 anos e a mediana é igual a 53 anos.

**Gráfico 22: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo estado civil. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Tomando-se o conjunto dos chefes migrantes, verifica-se que a maioria é casada, ou seja, dispõe de parceiro, que pode ser requerido em um momento de maior dificuldade. Do lado oposto, não é menos importante a parcela da população que se encontra “só” (45,1%), ou seja, que mesmo estando em estágios distintos do curso de vida – ou no mínimo em faixas etárias distintas – não conta com a figura do parceiro ou cônjuge.

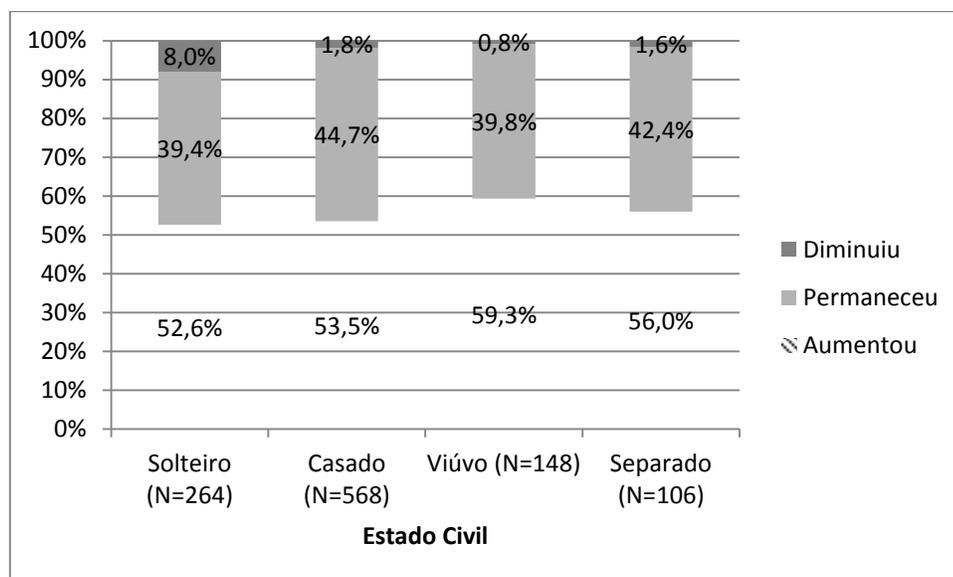
Não se pretende afirmar que a simples presença do cônjuge seria um diferencial fundamental para mitigar a situação de vulnerabilidade social do entrevistado. Tal suposição seria demasiado simplista ao menosprezar e desconsiderar outros elementos macrosociais e motivos individuais tão importantes quanto a existência de parceiro e sua coresidência. Contudo, a presença de cônjuge pode ser de fato um relevante condicionante para o estabelecimento de outros contatos provedores de ajuda, de modo a impactar decisivamente a estrutura da rede de suporte do ego, para não dizer de todo o domicílio. Mesmo porque o simples fato de se estar casado demonstra que, afora os laços de familiaridade herdados através da consanguinidade, outros laços de parentesco por filiação/aliança foram construídos com outros indivíduos e grupos, fato que inexoravelmente está atrelado ao processo de formação e à composição final da rede de suporte dos indivíduos, migrantes ou não. O casamento permite, assim, ampliar e acessar a rede

de suporte tanto por meio de critérios quantitativos (número de contatos), quanto qualitativos (contatos – em teoria – com mais afinidades entre si, garantindo coesão do grupo), já que um novo conjunto de contatos será agregada à rede de suporte inicial: cunhados e cunhadas, sogro e sogra, tios e tias, entre outros.

O grupo de pessoas que não possuem cônjuge (solteiras, viúvas e separadas) é internamente muito heterogêneo, essencialmente porque agrega categoriais correspondentes a estágios característicos de seus cursos de vida. Ou seja, além do fato de não possuírem cônjuge, há poucas características, propriedades e atributos em comum entre essas pessoas. Nesse sentido, o elemento-chave de diferenciação entre os grupos de casados e sozinhos é de fato a presença ou não de um cônjuge (MILARDO, 1987) e os efeitos decorrentes, conforme explicitado no parágrafo anterior, como a mobilização ou não de recursos intradomicílio ou a partir da família construída (GERSTEL; RIESSMAN; ROSENFELD, 1985; WENGER et al., 2007; MOTA-PINTO et al., 2010; ALONSO, 2012).

Assim, a perspectiva aqui se altera um pouco. Em vez de tratar a respeito dos beneficiados pela migração, enfocam-se os que relataram a diminuição na possibilidade de dispor de alguns contatos da rede de suporte social. Destaca-se que houve pouca variação percentual entre os que reportaram aumento e permanência do padrão de interações e relações sociais com amigos, vizinhos e parentes, com predomínio de pessoas casadas (Gráfico 23).

**Gráfico 23: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo estado civil e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Entretanto, os chefes migrantes solteiros foram os mais impactados pela migração e suas redes foram também as mais impactadas negativamente, talvez até pelo simples fato de se verem, de um momento para o outro, separados de seus antigos contatos familiares da origem. Ademais, diferentemente dos outros grupos, os solteiros nunca experimentaram a construção de laços por meio do matrimônio.

Essa hipótese parece plausível, haja vista que a maior diminuição ocorreu entre os contatos familiares, e 43% dos chefes migrantes entrevistados que relataram diminuição da possibilidade de contar com a ajuda de familiares eram solteiros. Essa proporção superou a registrada pelos separados (10%). Ou seja, para separados e viúvos, mesmo com a ruptura do casamento, alguns dos contatos familiares permaneceram. Além disso, por já se encontrarem em estágios mais avançados do curso de vida, há repercussões óbvias na quantidade de contatos estabelecidos. Essas pessoas já dispunham de uma quantidade de contatos tal que a migração não impactou tão fortemente a estrutura da sua rede de suporte social.

Por fim, outra possível explicação para os efeitos da migração na diminuição das redes de suporte dos solteiros é que uma significativa parcela deles reside há menos de uma década

(44,0%) na região, diferentemente do que ocorre com os casados (16,4%), com os viúvos (12,6%) ou com os separados (12,1%). Em comparação com os demais, os solteiros tiveram pouco tempo de residência para reconstruir os contatos que foram perdidos, rompidos ou ficaram simplesmente inertes a partir da migração. O tempo de residência, a experiência sobre a região e estágios mais avançados do curso de vida parecem ser elementos cruciais para compreender por que a migração abriu novas portas para algumas pessoas e para outras, não.

### *Idade*

#### *Ao longo do tempo de cada um*

Do mesmo modo como realizado nas seções anteriores, os dados foram aqui gerados levando-se em conta unicamente o responsável pelo domicílio. A partir desse artifício de seleção, alguns aspectos da influência da estrutura etária e efeitos de composição são minimizados, posto que as crianças e, de modo geral, todos os dependentes do domicílio não são computados. Como apontado por Oliveira (1982), o pressuposto desse tipo de recorte é que a experiência deste indivíduo em particular (o chefe, fosse ele pai ou mãe, homem ou mulher, etc.) é determinante, quando não fundamental, para o entendimento do que ocorre com o grupo<sup>36</sup>. Sua experiência condiciona a experiência de seus dependentes e neles reverbera.

Todavia, tal pressuposto embasa-se em uma visão assimétrica dos papéis exercidos pelos integrantes do grupo (família, domicílio, etc.), já que o “eixo e direção seriam dados pela experiência de seus chefes” (OLIVEIRA, 1982). Mesmo assim, tal seleção se mostra relevante, já que do contrário é muito provável que as redes de suporte social dos “dependentes” sejam também, muito “dependentes” dos responsáveis pelo domicílio, uma vez que possivelmente eles são os principais provedores de – ao menos – recursos materiais desta unidade.

Ainda cabe ponderar que este recorte metodológico diminui drasticamente o número de integrantes da amostra; por este motivo, os grupos etários foram reagrupados,<sup>37</sup> de modo que as

---

<sup>36</sup> A delimitação do grupo depende da pesquisa que está sendo realizada, ou seja, depende do recorte dado. Assim, o grupo pode ser tanto a família, como o domicílio, ou ainda, a unidade doméstica. Essas delimitações não serão detalhadas no presente estudo, mesmo se reconhecendo que as mesmas são essenciais para o aprofundamento das questões da pesquisa.

<sup>37</sup> Esta junção dos dados etários se mostrou especialmente válida para os mais jovens, uma vez que o número de jovens chefes ou responsáveis pelos domicílios com menos de 20 anos era reduzido demais.

futuras desagregações segundo outras variáveis de interesse ainda mantivessem considerável confiabilidade estatística.

Os grupos etários são quatro:

a) jovens e adultos jovens (até 34 anos);

b) adultos entre 35 e 49 anos;

c) adultos entre 50 e 64 anos;

d) idosos (65 anos e mais).

Talvez mais importante do que a definição dos grupos etários são os critérios que levaram a esses recortes. Pressupõe-se que as redes sociais dos responsáveis pelo domicílio são distintas de acordo com a idade destes. Assim, possivelmente chefes jovens e adultos jovens podem ainda se encontrar em uma fase de construção e formação de sua rede social.

Como sugerido por Vignolli (2006), por exemplo, o envelhecimento populacional pode se desdobrar em uma situação de vulnerabilidade social, haja vista que:

as adversidades que o envelhecimento impõe são vinculadas à **perda de fontes de recursos (como o trabalho, as redes familiares e os contatos sociais)** e à deterioração física e mental em etapas posteriores da vida (VIGNOLLI, 2006, p. 121, grifo nosso).

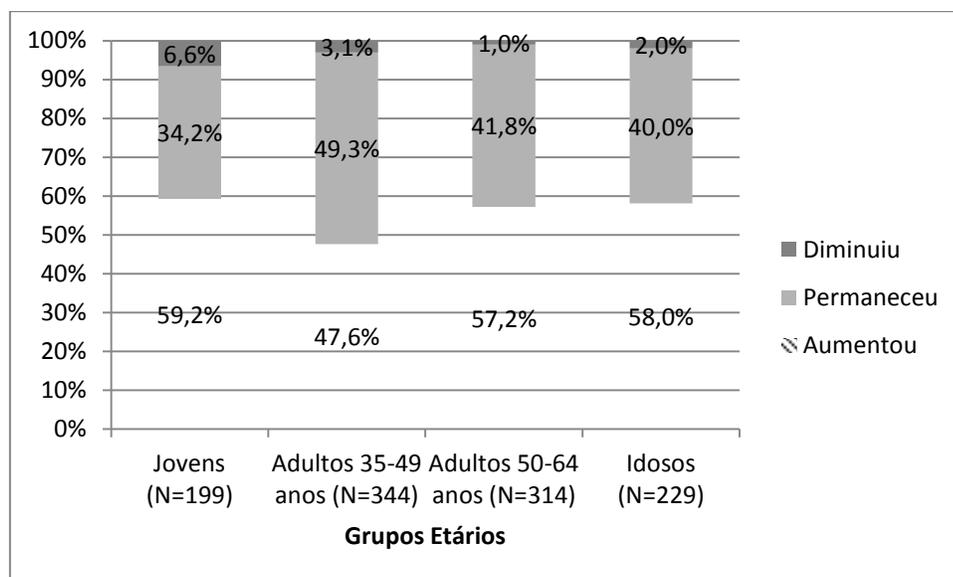
Dessa forma, como sugerido pela literatura (FURMAN; BUHRMESTER, 1992; MCPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001), a estrutura etária pode impactar a rede social dos idosos para o bem ou, como sugerido por Vignolli (2006), para o mal. Resta saber, assim, qual a estrutura etária da população sob análise.

A maioria dos chefes está na idade adulta (62,3%), sendo 31,4% com idade entre 35 e 49 anos e 30,9%, entre 50 e 64 anos.

O segundo grupo mais importante é o dos idosos, que participam com 22,0% no total de responsáveis por domicílios migrantes. E, por fim, 15,7% dos chefes são jovens.

Pode-se partir do princípio de que a variável idade se comporte como a variável estado civil, porque há de fato correlação entre ambas, o que os dados corroboram (Gráfico 24).

**Gráfico 24: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo grupos etários e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Interessantemente a maior diminuição na possibilidade de contar com a ajuda de diversas fontes de suporte após a mudança para o atual município de residência ocorreu entre os chefes migrantes mais jovens e não, como sugerido por Vignolli (2006), entre os mais idosos. Ainda assim, é notável a participação dos responsáveis entre 35 e 49 anos no total daqueles que relataram, assim como os jovens, diminuição na possibilidade de contar com ajudas de suas redes de suporte.

Possivelmente os impactos da migração, nesse caso deletérios, talvez sejam mitigados com o passar do tempo ou com o curso de vida, mesmo que esta suposição seja ainda um tanto vaga ou genérica, já que não se trabalha aqui com categorizações e estágios do curso de vida. No entanto, como há uma forte correlação entre as variáveis, tal suposição é plausível, mesmo que aqui ela não seja verificável.

Assim, as hipóteses explicativas para a diminuição das relações com parentes, amigos e vizinhos entre os grupos de responsáveis mais jovens são semelhantes às já ventiladas com relação ao estado civil. De um lado, a migração apartou antigos contatos, essencialmente aqueles familiares e de parentesco. Possivelmente boa parte deles permaneceu nas áreas de origem, ainda

que o direcionamento para a RMC – área de destino – tenha sido balizado por tais tipos de contatos. De outro lado, por serem jovens e, muito provavelmente solteiros, no momento de chegada ao atual município de residência esses migrantes não contavam com a figura do cônjuge tampouco com os parentes deste. Ou seja, a ruptura em relação a redes caracterizadas pela coesão social e por laços fortes das quais esse grupo era mais dependente foi mais seriamente sentida, haja vista que não havia, no destino, outra fonte de apoio e suporte que passasse a ocupar o papel de destaque que a anterior possuía. E, por fim, não houve para esse grupo tempo suficiente para a reconstrução da sua rede de apoio.

Isso não quer dizer que, com o passar do tempo e o acúmulo de experiências sobre o território, a migração ou esse processo de ruptura não tenham sido benéficos para aqueles que conseguiram se manter no destino.

### **3.1.4 Os diversos capitais**

#### ***Capital humano: escolaridade*** ***Novos horizontes, novas possibilidades***

Gracia e Herrero (2004), ao abordarem as possíveis variáveis operativas da noção de redes sociais, tomam cuidado em categorizá-las de acordo com níveis de análise específicos, afeitos: a) ao indivíduo; b) ao grupo imediato a este (família, por exemplo); c) ao conjunto da sociedade.

Dessa forma, nas seções anteriores, discorreu-se essencialmente sobre as características e os atributos individuais dos migrantes. O principal intuito era dar rosto a esses indivíduos ao pormenorizá-los de acordo com a possibilidade de contar com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos após a migração e, assim, melhor compreender os efeitos desta sobre a estrutura de redes de suporte social.

Porém, afora características sociodemográficas, acredita-se que o conceito de capital humano é também central para se compreender a capacidade de mobilização de contatos após a migração. Adota-se, assim, a escolaridade do indivíduo como uma aproximação do conceito de capital humano. Embora essa construção pudesse ser mais elaborada, não constitui o principal objetivo do presente estudo a construção de uma forma de apreensão mais fidedigna – e provavelmente mais complexa – do conceito de capital humano. Basta, para este momento, algo mais geral e simples.

Assim, a maioria dos migrantes responsáveis pelo domicílio (58,9%) parou seus estudos já no ensino fundamental (primário/ginasial), sem necessariamente concluí-lo. A proporção, como seria de se supor, vai progressivamente diminuindo de acordo com os graus mais elevados de escolaridade: 23,3% deixaram os estudos no ensino médio (colegial) e 9,1%, no superior.

Há enorme diferença entre chefes migrantes e não migrantes nesse quesito, sendo que os primeiros são muito menos escolarizados que os segundos, haja vista que 43,8% dos não migrantes deixaram os estudos no primário/ginásio, 35,1% no colegial e 18,2% no superior (o dobro em comparação à população migrante). Nesse sentido, supõe-se que exista diferença considerável de capital humano entre população migrante e não migrante, com prováveis distinções nas redes de suporte social de uns e de outros. Isso porque a maior escolaridade de um dos grupos pode significar que essa população encontre melhores e maiores oportunidades de ingresso no mercado formal de trabalho ou se mobilize de modo particular (HORVAT; WEININGER; LAREAU, 2003), o que, por sua vez, pode representar mais recursos financeiros e maior independência em relação a sua rede de suporte social ao menos em vista desse tipo particular de recurso.

**Tabela 2: Responsáveis por domicílios urbanos, por ocupação, segundo condição migratória. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**

Condição migratória	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)										NS/NR
	Forças Armadas (policiais)	Dirigentes de Organizações	P. Ciências e das Artes	Técnicos (nível médio)	P. Administrativos	Serviço e Comércio	P. Agropecuários	P. Indústria I	P. Indústria II	P. Reparação e Manutenção	
Não migrante	0,4	5,3	6,2	5,9	3,1	13,3	0,8	16,7	2,2	2,4	43,6
Migrante	0,2	3,0	4,4	3,5	2,4	15,3	1,0	22,3	2,1	3,8	42,0
%	0,3	3,7	4,9	4,2	2,6	14,7	0,9	20,7	2,1	3,4	42,4
<b>T</b> Valores Não Expandidos	5	53	75	68	40	237	12	318	33	57	649
Valores Expandidos	1622	20343	27104	23346	14307	81665	5083	115163	11828	19086	235649

**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). NS = Não sabe. NR = Não respondeu.

Muitos migrantes ocupam posições de “trabalhadores da produção de bens e serviços industriais I”, categoria que engloba, por exemplo, os trabalhadores da construção civil. Em

outros setores da economia, predominam ocupados como “trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas”. Ou seja, há maior participação dos migrantes no setor primário menos qualificado e certa similitude com essa característica no setor terciário.

Contudo, nas ocupações de chefia, administrativas, de profissionais liberais e do setor público predominam os não migrantes, possivelmente com reflexos em sua renda. De fato, a média da renda domiciliar *per capita* dos não migrantes é de R\$ 940,06, enquanto a dos migrantes é de R\$ 618,44, uma diferença considerável.

Os dados sugerem correlação entre as variáveis escolaridade, ocupação e renda, e a diferença de escolaridade entre migrantes e não migrantes reflete-se em melhores oportunidades de trabalho e, por conseguinte, renda para os naturais da região. Entende-se, então, que há uma diferença não trivial de ao menos um tipo de ativo entre os grupos: o econômico-financeiro – mas também, como até aqui discutido, de capital humano.

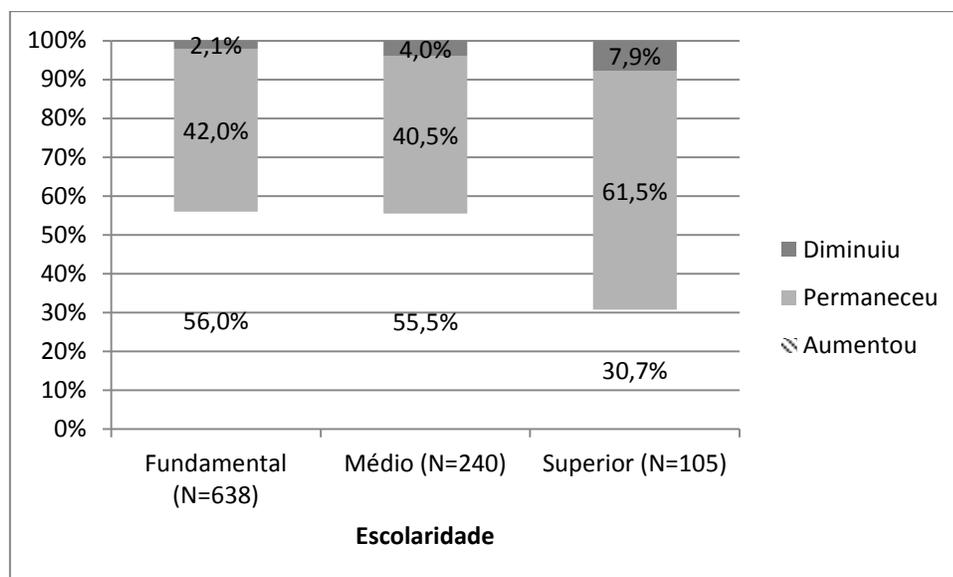
Os não migrantes, pela sua condição financeira mais confortável e favorável, podem encontrar outros meios como forma de enfrentamento de adversidades e riscos – sejam eles quais forem. Trata-se de uma população menos vulnerável que a migrante e com diferenças nítidas na forma como recorre a suas fontes.

Há que se refletir, portanto, que

a migração [...] é, essencialmente, uma opção com a qual contam os domicílios pobres para enfrentar situações potencialmente adversas, e foi, de fato, considerada uma das “respostas demográficas” perante choques externos, **independentemente dos dividendos provocados posteriormente** (VIGNOLLI, 2006, p. 105, grifo nosso).

Notadamente, a população mais vulnerável, composta por migrantes menos escolarizados, foi justamente a que reportou aumento na possibilidade de contar com suas rede de suporte após a migração para o atual município de residência (Gráfico 25).

**Gráfico 25: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo escolaridade e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 14 pessoas.

Entre os que relataram aumento na possibilidade de contar com sua rede após a migração, muitos são justamente os mais vulneráveis dos mais vulneráveis, ou seja, os migrantes menos escolarizados. Interessantemente, entre os mais escolarizados se verificou o percentual mais expressivo (aproximadamente 8%) de pessoas que indicaram diminuição na capacidade de mobilização de sua rede de apoio. Talvez porque estes não dispunham de contatos na região, situação inversa à observada entre os chefes migrantes menos escolarizados.

Novamente, afóra a questão da preexistência de contatos que direcionaria o fluxo migratório, esse mesmo contato preexistente serviria, mesmo que de modo superficial, como fonte de recursos inicial, proporcionando moradia no momento de chegada ou simplesmente informações sobre o destino, minimizando assim os riscos inerentes da migração, bem como proporcionando maiores facilidades de integração.

Para os chefes migrantes mais escolarizados, o motivo principal da migração relacionava-se às melhores oportunidades de emprego e renda vislumbradas na região, não necessariamente associadas à presença de contatos no destino. Este último fato diminuiu consideravelmente a possibilidade de contarem com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos. Assim, 70,4% dos que

deixaram a escola ainda no primário/ginásio chegaram à RMC sem emprego garantido, enquanto para os mais escolarizados (nível superior) a proporção é de 47,3%.

Todavia, entre os migrantes que não tinham emprego garantido, 15,1% dos menos escolarizados foram residir em casas cedidas, de amigos, ou ainda, de parentes. Esta porcentagem para os mais escolarizados é de apenas 5,4%. Trata-se de mais um indício de que os chefes migrantes menos escolarizados e mais vulneráveis já contavam com algum tipo de ajuda e contato na região, independentemente do motivo da migração (falta de emprego na origem, por exemplo), haja vista que seria muito difícil se manter na nova localidade sem qualquer tipo de suporte.

Também é interessante notar que a falta de emprego na origem, ao menos para os menos escolarizados, não significou, *a priori*, oportunidades de emprego no destino, já que muitos chegaram sem emprego garantido. Entretanto, mesmo não havendo garantias de emprego no destino, o fluxo foi, em alguma medida, direcionado para onde havia conhecidos ou fontes de apoio, suportes e recursos. Tal fato reforça a relevância das redes sociais no processo migratório, ajudando na manutenção do fluxo populacional.

Fica patente, ainda, que a diferença de ativos (neste caso, de capital humano) entre os grupos mais e menos escolarizados repercute na forma como as redes de uns e de outros são mobilizadas após a migração, sendo que a oportunidade foi particularmente aproveitada pelos mais vulneráveis socialmente ou no mínimo pelos menos escolarizados.

### ***Capital físico-financeiro: renda Um colchão de amortecimento***

O capital físico-financeiro dos entrevistados, até o momento abordado como atributo de uma parcela da população, agora passa a ser o foco das atenções.

Estudos como os de Eichner e Fontes (2004) apontam que a maior ou menor independência financeira conduz a formas distintas de mobilização da rede de suporte social por parte dos entrevistados. Diante de maior independência financeira, não quer dizer que a rede de suporte deixe de existir, mas tendo em vista o leque de possíveis fontes (parentes, amigos, vizinhos, associações, etc.), há relativa independência das mesmas, posto que o recurso passa a ser mediado por relações de mercado (por exemplo: contrata-se uma babá ou paga-se por uma creche, em vez de solicitar a ajuda de um parente para tomar conta da criança).

O interessante é atentar para o fato de que a falta de dinheiro, dentro dessa lógica, pode levar a uma maior dependência das redes de suporte, sendo que isso não se reflete necessariamente numa vantagem. Isso porque pode até haver mais coesão da rede, mas de que isso adiantará se a rede se mostrar marginalizada/segregada?

Outra hipótese é de que há diferenças expressivas na forma de mobilização das redes de suporte social dos migrantes de acordo com sua condição econômico-financeira.

A fim de se evitar qualquer arbitrariedade na escolha daqueles que poderiam se encaixar na definição de pobres e não pobres, estas duas categorias são aqui definidas a partir da linha da pobreza de Rocha (2003). Nesse sentido, pode-se dizer que os pobres são em sua maioria chefes homens (77,2%), com idade entre 35 e 49 anos (42,3%) (efeitos de coortes precedentes já empobrecidas), casados (55,0%) e minimamente escolarizados (61,0% concluíram apenas o fundamental).

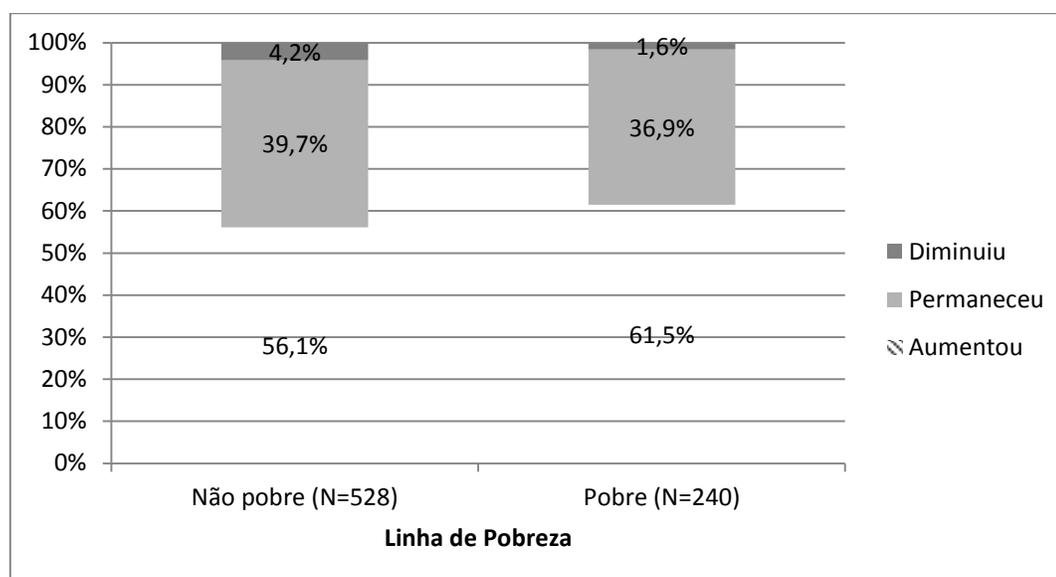
Os não pobres, por sua vez, são também homens (aproximadamente 73%), com distribuição etária semelhante à dos não pobres, mas concentrados no grupo etário entre 50 e 64 anos (aproximadamente 30%), ou seja, ligeiramente mais envelhecidos do que os pobres (fato que garantiria, por exemplo, certo acúmulo de riquezas e bens), também casados (57,1%, haja vista o grupo etário do qual fazem parte) e minimamente escolarizados (53,5% deles frequentaram somente o fundamental).

Segundo o critério escolaridade, aproximadamente 13% dos não pobres concluíram o ensino superior, em comparação a 1% dos pobres. Ou seja, como ressaltado na seção anterior, o capital humano impacta consideravelmente e decisivamente em qual lado da linha da pobreza o responsável pelo domicílio e possivelmente seus dependentes permanecerão.

Interessante é notar que 80,3% dos pobres captados pela pesquisa são migrantes; entretanto, somente 28,4% dos migrantes são pobres, enquanto apenas 19,7% dos não migrantes o são também. Novamente, fica evidente que a população migrante é de modo geral muito mais vulnerável socialmente que a não migrante, até mesmo porque é ela também a menos escolarizada.

Ademais, 61,5% dos migrantes responsáveis por domicílios pobres afirmaram que a mudança para o atual município de residência aumentou a possibilidade de contar com a ajuda de parentes, amigos ou vizinhos (Gráfico 26).

**Gráfico 26: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo linha de pobreza e situação das relações com amigos, vizinhos e parentes após migrar para o município de residência atual. Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

**Nota:** Dados não disponíveis para 318 pessoas.

Ainda é interessante atentar para proporção de não pobres que, em situação oposta, reportaram a diminuição da possibilidade de contar com a ajuda de suas redes de suporte após a migração.

Fica evidente, portanto, que para os pobres a migração foi benéfica em certo sentido, tanto como estratégia de enfrentamento das adversidades encontradas no destino, quanto meio de provável aproximação em relação às antigas fontes de ajuda. Tal explicação não invalida as causas estruturais da migração para a região, pelo contrário, complementa as mesmas, uma vez que é possível que melhores ofertas de emprego e renda na região tenham sido de fato o principal motivo para residir nela. Adicionalmente, essas mesmas oportunidades não deveriam existir nas origens, já que muitos chegaram à região sem emprego garantido ou sem lugar onde residir. Tais constatações valem tanto para os pobres, quanto para os não pobres. Contudo, o que explicaria a diferença entre os dois grupos na possibilidade de contar com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos?

Como ventilado anteriormente, a causa principal a direcionar ambos os grupos para a região reside na possibilidade de obter melhores condições de emprego e de renda e, assim, de

vida, em especial para os pobres. Além disso, o direcionamento para esta região e não outra está também balizado por algo a mais e não se limita à gana de melhores salários, mesmo porque muitos migrantes chegaram à RMC sem emprego garantido. Para o grupo dos grupos, contatos preexistentes na região forneceriam os meios mínimos para se manter nela. Em suma, há uma aproximação entre requerente e fonte, qualquer que ela fosse: família, amizade e origem comum (MASSEY et al., 1987).

O cenário para os não pobres é um tanto distinto. A causa da migração é a mesma (emprego e renda), todavia, com uma diferença não trivial: o emprego e a renda consequente em muito diferem daqueles obtidos pelos pobres. Ademais, para a maioria desse grupo o emprego já era garantido previamente. Ou seja, essas pessoas eram muito menos dependentes de contatos residentes na RMC para conseguir trabalho.

Por fim, o dinheiro não significa necessariamente incremento de interações e relações sociais. Sua ausência poderia, mesmo que de modo indireto, fomentá-las, uma vez que se as soluções não podem ser alcançadas e manejadas pelo mercado e pelo Estado, cabe à comunidade o papel central de fornecê-las.

Não é casual, portanto, que de acordo com todas as variáveis discutidas ao longo deste estudo, os migrantes sempre apresentem maior propensão a mobilizar suas redes de suporte e apoio mediante alguns tipos de contato de forma mais intensa (parentes e família, amigos e vizinhos). Afinal, trata-se de um grupo comparativamente mais vulnerável do que os não migrantes. Com a inoperância do Estado a fim de mitigar as causas da vulnerabilidade social (minimizando riscos e construindo ativos), assim como as desigualdades geradas pelo mercado, essa população mais vulnerável socialmente – leia-se migrantes – acaba por encontrar outros meios de superação de adversidades e riscos.

O primeiro desses meios foi a migração – utilizada como estratégia ou alternativa possível – e o segundo, a constante mobilização de seus contatos preexistentes e o estabelecimento de novos vínculos, ou seja, a manutenção e a constante reconstrução de uma rede de suporte social que de fato dê cabo de suas necessidades mais urgentes.

Assim, as redes de suporte são para os migrantes por demais relevantes, pelo menos por três motivos:

a) o direcionamento do fluxo migratório (56,5% tinham tomado conhecimento a respeito da região a partir das informações de parentes);

b) a diminuição dos custos, inclusive financeiros, do processo migratório (66,5% requerem ajuda financeira a algum tipo de contato da sua rede social; 55,5% a parentes e 11,0% a amigos e vizinhos);

c) o processo de integração à região (vide a constante e maciça presença de migrantes – geralmente aqueles em piores condições sociais – entre os que relataram aumento da mobilização de contatos).

Os dados sugerem, nesse sentido, que a migração foi de fato um elemento “positivo”, uma vez que permitiu a diversificação da rede social do migrante e, ao mesmo tempo, a coesão do grupo. Esta se deu, por exemplo, por meio da recomposição familiar e a construção de novos contatos norteados pelo conceito de homofilia. Contudo, há que se perguntar: como foi a inserção inicial na região? Parcela significativa dos pobres chegou à RMC sem emprego (73,7%). Ademais, 55,2% deles residiu inicialmente em casas alugadas, fato que corrói ainda mais seus poucos recursos. Os dados levam a crer que o primeiro contato com a região se deu em um momento de dificuldades, em que as redes de suporte social cumpriram importante papel para a integração do migrante à região. Pode-se inferir que a “sobrevivência dos mais fortes” (MARTINE, 1980) está diretamente ligada à mobilização das redes sociais por parte dos migrantes.

Todavia, muitos migrantes não conseguiram “virar a mesa”, haja vista que os pobres de hoje são provenientes de um grupo etário mais envelhecido (35 a 49 anos). Essas pessoas não conseguiram superar as adversidades iniciais, mesmo contando com ajudas e suportes provenientes das redes. Esta possível perenidade da vulnerabilidade social (ou mais diretamente de pobreza), mesmo com a diversificação de contatos propiciada pela migração e a possibilidade de receber ajuda deles, está relacionada a pelo menos três dimensões e níveis explicativos.

A primeira se refere à falta de ativos individuais (capital humano e físico-financeiro, por exemplo) que poderiam ser entendidos como formas de enfrentamento a adversidades, riscos e momentos de crise a serem vivenciados ao longo do curso de vida de um indivíduo (migrante ou não). A segunda explicação está associada a um aspecto macrossocial e estrutural, em que a atuação do Estado como formulador e indutor de políticas sociais públicas inclusivas é fundamental. A retração ou simplesmente omissão do Estado condiciona os motivos pelos quais grandes contingentes populacionais persistem marginalizados, segregados, excluídos, pobres, vulneráveis, etc. E, por fim, a migração não garante que haverá conexão vertical entre dois

grupos com características distintas. Mesmo garantindo a efetividade das interações sociais do tipo *bounding* (intragrupo, ou seja, da coesão do mesmo), por meio dos seus laços fortes, e a diversificação da rede social, com a maior mobilização e utilização dos seus laços fracos, a migração pode redundar unicamente em interação horizontal entre dois grupos com características semelhantes entre si.

Portanto, a migração não rompe necessariamente com a vulnerabilidade de indivíduos e grupos, por um lado porque fatores macroestruturais e situacionais persistem; por outro, porque ela tem um poder limitado de diversificação da rede, sobretudo tendo-se em vista uma sociedade tão segregada e desigual como a brasileira. A migração não conduz a uma condição de vulnerabilidade ao restringir quantitativamente a rede social do migrante (rompendo seus contatos e desestruturando, assim, sua rede). Ocorre justamente o oposto, o migrante passa a contar com uma rede social mais vasta em termos quantitativos a cada mudança no interior da metrópole. Contudo, a migração não garante que os novos contatos tecidos serão provenientes de redes sociais menos marginalizadas ou vulneráveis do que aquelas de onde os migrantes são oriundos. Trata-se de uma vulnerabilidade em termos qualitativos – estabelecem-se mais contatos e relações com outros, inclusive outros grupos, mas com recursos e ativos muito semelhantes aos do grupo de origem do migrante.

Em suma, pode-se dizer que o impacto “positivo” da migração na rede social do migrante é limitado,<sup>38</sup> pois não necessariamente rompe com o ciclo de reprodução da pobreza e da vulnerabilidade, tampouco garante uma mobilidade social ascendente (mesmo com a diversificação inicial dos contatos), posto que a relação e interação social ainda são provavelmente construídas com indivíduos e grupos ao mesmo tempo diferentes e semelhantes (outras pessoas e outros grupos, mas com características similares). Ainda assim, a migração começa a fornecer os subsídios para esta ruptura.

Acredita-se também que a migração não conduz necessariamente a uma situação de vulnerabilidade, uma vez que a quantidade de contatos será incrementada e diversificada, tanto de acordo com a modalidade migratória efetivada, quanto em relação ao tempo de residência do migrante na região. A vulnerabilidade provavelmente nasce da condição social em que indivíduos e grupos se encontram, em que suas características, sua falta de ativos e, assim, sua incapacidade

---

<sup>38</sup> A migração tem impacto positivo na rede social do migrante, mas a intensidade desse impacto é uma incógnita.

de resposta perante os diversos riscos – não enfrentados pelos Estado – condicionam sua atual situação.

As redes sociais do migrante e até certa medida a migração podem ser formas de emancipação dessa condição de vulnerabilidade, ainda que de efeito limitado. Nesse sentido, a migração pode ser entendida como um momento de ruptura, que não carrega necessariamente somente aspectos negativos, mas, de forma conjugada, potencialidades inerentes a respeito das diversas oportunidades que podem vir a ser desfrutadas pelos migrantes, independentemente de seus ônus imediatos.

A análise dos dados evidencia que a migração se configurou como uma vantagem justamente para aqueles que pouco ou nada tinham ao possibilitar contar de forma mais corriqueira com as diversas fontes das redes de suporte social. Essas pessoas não poderiam de forma alguma contar com o mercado, tampouco com o Estado, restando-lhes somente a comunidade ou, como uma metáfora desta, suas redes de suporte social. Nesse sentido, os indivíduos com poucos recursos e ativos foram os que realmente se beneficiaram da migração: pessoas pobres, com empregos mais instáveis e menos rentáveis, os menos escolarizados, as mulheres, os migrantes de longa data e externos. Em suma, os mais vulneráveis socialmente.

Como ressalva, os dados sugerem que a migração foi mais intensamente e negativamente sentida pelos migrantes mais jovens e solteiros. Contudo, como há também o caso das vantagens relatadas pelos casados (ou pelos que já foram casados) e migrantes com maior tempo de residência na região, uma primeira hipótese é de que os contatos rompidos pela migração, com o passar do tempo, são reestabelecidos. Retomam-se os antigos contatos, mas principalmente realizam-se novos, o que minimizaria a falta dos anteriores.

Este seria então o melhor dos mundos? Basta então migrar para usufruir de todas as vantagens aqui relatadas? A migração de fato significou a superação da condição de vulnerável por meio de um processo associativo de coesão e diversificação da rede de suporte? Provavelmente não. É fato que a migração garantiu uma situação melhor do que a anterior para os mais vulneráveis, tanto porque sua causa foi mitigada (desigualdades regionais e sociais macroestruturais), quanto porque a rede de apoio deste indivíduo que pouco tinha foi positivamente impactada.

Contudo, como relatado anteriormente, os efeitos sobre a rede de suporte dos mais vulneráveis proporcionados pela migração provavelmente são limitados. Ou seja, as

transformações ocasionadas nessas redes não foram suficientes para romper com o processo de reprodução da vulnerabilidade, haja vista que boa parte dos que chegaram já vulneráveis à região continuarão vulneráveis, até mesmo pelo abismo de realidades entre origem e destino. A diferença é que serão menos vulneráveis do que eram na origem.

## **3.2 Segundo ponto de apoio: semeando e cultivando relações**

### **3.2.1 Transformações nas redes de suporte social de migrantes ao longo do tempo e do espaço: nexos com o curso de vida e etapas migratórias**

Assim como cada indivíduo possui a sua história de vida, a individualidade do conjunto de relações sociais pessoais deles como se manifesta hoje é fruto de um processo que se desenrolou (e não necessariamente se desenvolveu)<sup>39</sup> ao longo dos anos (BIDART; LAVENU, 2005; CLARK; HUANG, 2003; WAIT; DAS, 2010) e do seu espaço de vivência (AVENARIUS, 2012; MAGDOL; BESSEL, 2003) – ou seja, por onde transcorreu cada uma dessas etapas de seu curso de vida.

Mesmo se tratando de uma análise que discorre sobre a história de vida de indivíduos e suas consecutivas etapas migratórias e não necessariamente sobre grupos de indivíduos em um sentido estrito, um denominador comum se repete para todos. Em outras palavras, as redes de suporte podem ser pessoais – ou seja, egocentradas –, mas suas características dizem respeito às características do grupo social do qual os indivíduos fazem parte.

As especificidades das redes de suporte social e do curso de vida de indivíduos saem de foco dessa maneira para que se possa compreender que a constante presença e repetição desses atributos individuais se referem ao grupo, ou seja, ao coletivo e ao social. Nesse sentido, progressivamente e ao longo de toda a vida, novas relações sociais são construídas, enquanto

---

<sup>39</sup>Opta-se aqui pela não utilização da palavra desenvolvimento, pois ela está mais ou menos associada ao sentido de crescimento, aumento, melhoria, aperfeiçoamento, etc. Não é de fato somente isso o que pode se suceder com a rede de suporte social de um indivíduo – particularmente de um migrante – ao longo do tempo e do espaço.

outras tantas simplesmente deixam de existir ou ainda ficam “dormentes/latentes”<sup>40</sup> (MOLINA; LERNER; MESTRES, 2008).

Isto se dá pelo fato de que o indivíduo se move, participa, ou melhor, participará de e pertencerá a (muitas vezes, inclusive, de forma involuntária) diferentes esferas de sociabilidade, diferentes contextos, empregos, cidades, etc., associados a momentos particulares do seu curso de vida, mas também – e não menos importante – a espaços específicos nos quais viveu e conviveu com outros.

Algumas amizades feitas anteriormente — na infância, por exemplo — serão carregadas por toda a vida, enquanto outras tantas simplesmente deixarão de existir. O mesmo se passa com colegas de antigos empregos, com amizades estabelecidas durante o período da faculdade, com familiares, etc. As ilustrações da forma como contatos são agregados às redes poderiam ser tão diversas e numerosas quanto são as histórias de vida de cada indivíduo.

Importante é notar que as redes de apoio testemunham essas transformações ao longo do tempo e do espaço (BIDART, 2008). Elas retratam diferentes camadas de relações sociais de origens e durações diversas, quase como um processo de acúmulo e desvelamento arqueológico. Dessa forma, uma das hipóteses primeiras do presente estudo é de que cada novo encontro – cada novo contato – tecido pelo indivíduo pode abrir uma porta, uma oportunidade, porque carrega em si novos conhecimentos, ideias, insumos, informações, recursos, ajudas, suportes, contatos, etc.

Se o contato com o outro e principalmente com o diferente de si pode estar carregado de novas oportunidades, a forma como o migrante passa a ser visto é totalmente distinta. Ele pode ser um privilegiado da migração e por ter migrado<sup>41</sup>, já que se vê praticamente forçado a estabelecer novos contatos, dada sua condição de migrante ou de “outro” no novo território.

Diferentemente do que aponta a literatura (DEANGELIS, 1995), a capacidade de mobilização do migrante pode ser maior ao longo do tempo comparativamente ao indivíduo que nunca migrou ou sequer trocou de residência. Essa capacidade de mobilização e utilização de contatos não é de forma alguma imediata, mas, como processo que é, desenrola-se ao longo do tempo, transformando-se em importante ferramenta de obtenção e transmissão de recursos. Ou

---

<sup>40</sup>Nessa situação, as relações sociais não deixam de existir. Não se pode dizer que permanecem intensas, pelo contrário, ficam quase num estado de hibernação, mas dadas as condições (proximidade geográfica, por exemplo) podem voltar a ser tão importantes quanto já o foram.

<sup>41</sup>Afora os casos de migração forçada.

seja, o migrante pode ser o primeiro privilegiado pela migração, dado que pode acessar recursos que, em sua origem, seriam intangíveis.

Por certo a diversificação da rede de suporte social de um migrante pode ter inequívocos impactos positivos em situações de adversidade, riscos e vulnerabilidades até então vivenciadas por ele. Neste tocante, o migrante pode se tornar menos vulnerável socialmente (CUNHA, 2004; 2009; KAZTMAN, 1999a1999b; 2001; KATZMAN; FILGUEIRA, 2006; VIGNOLLI, 2006) – haja vista a aquisição de ativos por meio de contatos (BONET I MARTÍ, 2006; LOZARES; MOLINA, 2011) – simplesmente pelo fato de ter migrado, pois este fato acabou por diversificar, de modo voluntário ou não, sua rede de suporte (BONET I MARTÍ, 2006).

Não são poucos os estudos que dão indícios, ao menos em se tratando de recursos imateriais e instrumentais, de que a diversificação de contatos foi sempre bem-vinda (GRANOVETER, 1973; KANAS; VAN TUBERGEN; VAN DER LIPPE, 2011; MOUW, 2003; DEVEREAUX, 2002).

Especialmente em relação à mobilidade residencial e à migração, parte dos estudos e pesquisas sempre prestou especial atenção aos condicionantes e não necessariamente aos seus efeitos (FEIJTEN; VAN HAM, 2009; HEDMAN, 2012; HEDMAN; VAN HAM; MANLEY, 2011; LEE; OROPESA; KANAN, 1994), muitas vezes por entender que os efeitos seriam muito diversos entre si, associados a uma espécie de microescala de análise, mais individual. Para muitos, esses efeitos estariam ligados a fatores psicológicos e não necessariamente sociais. Dentro desse grupo há também estudos que *a priori* direcionaram suas análises para os efeitos deletérios provocados especialmente pela migração, ou seja, “déficits em participação social e comunitária”, bem como redes muito mais homogêneas e coesas formadas praticamente por conterrâneos e sua dificuldade de adequação à sociedade de destino (BUCHAN; CROSON; DAWES, 2002; KASARDA; JANOWITZ, 1974).

Tal perspectiva é comumente aceita pelas teorias de disfunção social, que de certa maneira culpabilizam certos mecanismos (como a migração) por problemas sociais específicos, tais como o aumento da criminalidade (SAMPSON; GROVES, 1988; MCLANAHAN; SANDEFUR, 1994). Em suma, os problemas sociais surgiriam da forma “torta” e disfuncional como famílias e grupos se organizam – visão que aqui se refuta com veemência.

Cabe frisar que ao menos esses estudos se debruçam essencialmente sobre migrações internacionais e não enfocam movimentos migratórios internos e mais circunscritos

espacialmente. Tal distinção é essencial para se compreender os efeitos da migração nas redes de suporte social dos migrantes, haja vista que diferenças significativas, como de língua e cultura, ou simplesmente inexistem (no caso de movimentos internacionais) ou são muito menos intensas.

O processo de integração e seus efeitos, quando se muda para outro país, são totalmente distintos em comparação ao feito de se migrar para outro município da região metropolitana onde já se vivia anteriormente. Mesmo que existam diferenças culturais entre as localidades, a distância física entre os pares é de escala totalmente diversa, assim como as próprias diferenças socioculturais.

Nesse caso, a literatura é muito menos consensual. Alguns autores (BUTLER; MCALLISTER; KAISER, 1973) sugerem que há pouca diferença entre aqueles que migraram e os que não adotaram tal estratégia. Mas há também estudos que dão indícios de que a migração ao menos proporcionou novas oportunidades que foram aproveitadas por muitos (JONES, 1973).

No presente trabalho, não se pressupõe que a migração é “benéfica”, tampouco “maléfica”, para todos, mas sim que ela pode proporcionar numerosas novas oportunidades que não seriam encontradas nos antigos locais de origem, mas que podem ser mobilizadas e aproveitadas justamente pelos mais vulneráveis ou por aqueles que se encontravam em piores condições socioeconômicas.

Por sua vez, estas mesmas oportunidades surgem de um processo inerente de diversificação da rede de suporte social dos migrantes, posto que eles são praticamente obrigados (pela distância física em relação às antigas fontes de apoio) a estabelecer novos contatos. É de se imaginar que boa parte desses contatos se estabelece com amigos ou vizinhos, visto que a vinculação por parentesco segue outras regras sociais muito mais restritivas (VERDERY et al., 2012).

Em suma, o processo de diversificação da rede de suporte social foi um dos possíveis responsáveis pela maior possibilidade de mobilização de recursos (ou aquisição de ativos) e, logo, pela “virada de mesa” em relação a uma condição pregressa de vulnerabilidade.

### **3.2.1 Redes de suporte social de migrantes e não migrantes em momentos iniciais do seu curso de vida**

#### *O horizonte pela frente*

Como o objetivo é compreender os impactos da migração na composição da rede de suporte social e como esses impactos podem ter retirado migrantes de uma situação de vulnerabilidade social, há que se ter em mente que não se trata necessariamente de redes sociais, mas sim de redes que estão alicerçadas em relações (tanto de laços fortes como fracos) que demandam certa reciprocidade e fluência de recursos.

Não se trata, pois, de simplesmente possuir certo número de contatos, mas sim de mobilizar determinado conjunto de contatos (MAGDOL; BESSEL, 2003):

exchange theory implies that more trust should be present between partners who have known each other long enough to accumulate a history of past reciprocal acts. Partners who have not known each other for very long may have more fragile exchange relations because the assumption of future reciprocity is less certain, implying less exchange among newer relationships (MAGDOL; BESSEL, 2003, p. 151, grifo nosso).

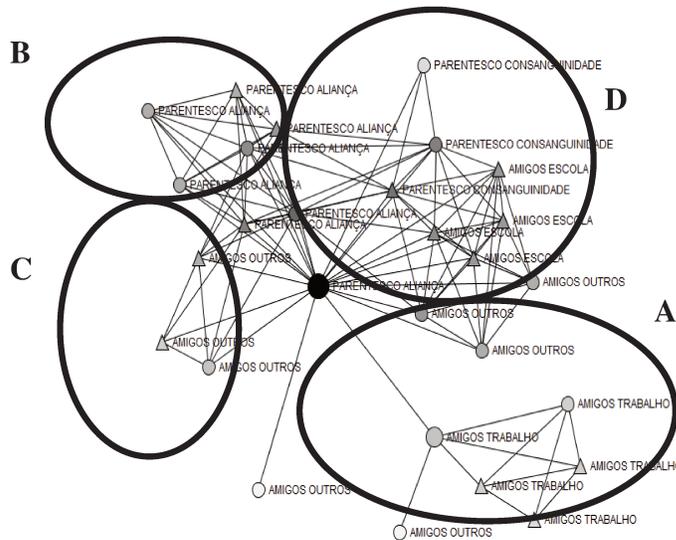
Se a afirmação das autoras for correta, possivelmente há diferenças entre as redes de suporte social de jovens e adultos. É de se supor que o mesmo se dê entre as redes de migrantes recentes e de longa data, intrametropolitanos e externos, etc.; ou seja, de acordo com atributos próprios – como já discutido na primeira seção do atual capítulo.

Um dos casos mais interessantes é o de Franco. Franco<sup>42</sup> em aproximadamente 30 anos, nasceu na região de Campinas e nela foi criado. Atualmente trabalha como profissional liberal. No momento da pesquisa, casara-se há pouco e havia composto um novo domicílio com sua esposa, Clara, no município onde residem seus familiares mais próximos. Franco e Clara não podem ser considerados vulneráveis, dadas algumas de suas características (baixo grau de dependência domiciliar, alta escolaridade, renda, ocupação e trabalho, etc.), mas, atualmente, vivem em uma ZV1. Ambos alegam que os valores da terra, da moradia e dos aluguéis em outras regiões da cidade tornam estas inviáveis para se morar (HEDMAN; VAN HAM; MANLEY, 2011).

---

<sup>42</sup> O nome dos entrevistados foram trocados.

**Figura 8: Diagrama da rede de suporte social de Franco. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulto jovem, não migrante, empregado e casado. Responsável por domicílio urbano.

Opta-se por se discorrer sobre um casal de não vulneráveis em uma zona vulnerável primeiramente para se elucidar que ela é em si heterogênea; segundo, a fim de se retratar um dos pressupostos em questão: o padrão de interações sociais nessas áreas e, por fim, elucidar o poder do curso de vida neste mesmo padrão de relações.

Vale frisar que os nós – ou atores – representados por triângulos se referem a indivíduos do sexo masculino. Círculos, a mulheres.

O tamanho de cada nó demonstra seu grau de intermediação, ou seja, sua capacidade de vinculação entre distintos grupos ou esferas de sociabilidade do entrevistado. A sua gradação de cores indica seu grau de centralidade (quanto mais escuro, mais central). Ou seja, a quantidade de relações sociais que determinado ator mantém com outros nós da rede de suporte social do entrevistado.

Hoje, quem ocupa papel central na rede de suporte social de Franco é sua esposa, Clara (aproximadamente 82% de grau de centralidade), seguida de seu pai (44,4%) e sua mãe (aproximadamente 41%). Nesse sentido, os dados estão em consonância com a literatura que

assevera que os laços fortes de parentesco (consanguinidade e aliança) são responsáveis por boa parte dos recursos de uma rede de apoio (JARIEGO; HOLGADO, 2005).

Boa parte das relações estabelecidas por Franco deriva do fato de ter conhecido Clara e de ter se casado com ela. Isso garantiu que um novo conjunto de contatos relevantes fosse incorporado à rede de suporte dele – em boa medida, familiares ou amigos e conhecidos de Clara.

Dessa forma, ao menos quatro esferas de sociabilidade compõem a rede de apoio de Franco (mas 16 cliques<sup>43</sup> no total – e sua esposa não faz parte de apenas dois, sendo um deles: amigos do emprego). Hoje ela se encontra da seguinte maneira: a) seus amigos do trabalho; b) o grande conjunto familiar formado por seus parentes de aliança; c) os amigos de sua esposa (que agora também são amigos de Franco); d) seus antigos amigos de escola e faculdade (e seus cônjuges) e seus próprios parentes de consanguinidade.

Também é fundamental descrever a composição geral de sua rede de suporte por meio da participação em relação ao total de cada um dos grupos presentes na imagem. Assim, 10% dela era composta por familiares consanguíneos (seus pais essencialmente), 28% por parentes de aliança (cunhados, sogro, sogra, etc.), 14% por antigos amigos de escola e faculdade, 17% por amigos do trabalho, 28% por outros amigos (inclusive seus cônjuges ou namorados) e, por fim, um dado muito interessante, nenhum vizinho.

Dois processos concomitantes podem explicar por que não há participação de vizinhos em sua rede de suporte. O primeiro deles é a mudança para um novo domicílio.

Esta mudança não garantiu que novos contatos fossem realizados com vizinhos em sua nova moradia (que se encontra em um bairro distante geograficamente do de seus pais). Provavelmente isso se deve ao fato de ser este um período de transição, em que novas relações estão sendo estabelecidas, contudo, ainda não figuram no conjunto de relações provedoras de algum tipo de ajuda, recurso, suporte, etc.

Outro possível motivo que pode estar associado à pouca mobilização dos vizinhos é o fato de que boa parte de sua rede social é composta por parentes (haja vista a centralidade de sua esposa e os pais dela) e alguns amigos. Mesmo havendo certa distância física entre os pares, os amigos de Franco não se encontram tão dispersos no território, ou seja, há relativa proximidade física entre eles que garante sua mobilização em reais situações de necessidade (HEDMAN,

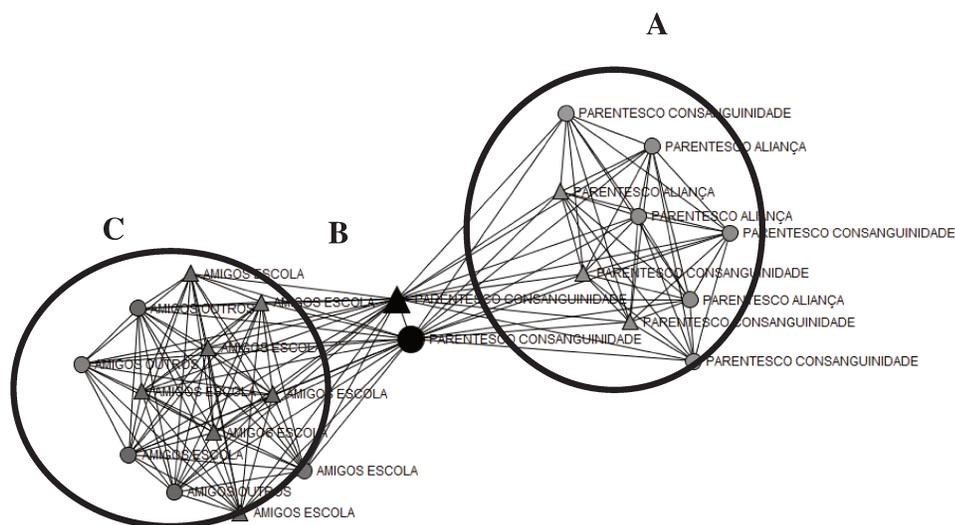
---

<sup>43</sup> De acordo com Scott (2000), um clique pode ser entendido como um subgrafo completo de três ou mais nós, nos quais todos os pontos estão diretamente conectados.

2012). Essa situação seria distinta para um migrante, já que uma porção significativa de seus contatos permaneceria nas antigas áreas de origem.

Contudo, a fim de se aquilatar a importância do casamento na composição da rede de suporte social de Franco, é preciso compará-la com sua rede pré-casamento (Figura 9).

**Figura 9: Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Franco. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulto jovem, não migrante, empregado e solteiro. Dependente de responsável por domicílio urbano.

Quando Franco finalizou o curso profissionalizante, a maior parte da ajuda que recebia era proveniente de seus pais (grupo B). Eles mediavam, inclusive, boa parte de seus contatos, conhecendo-os e também se relacionando com eles (seu pai e sua mãe, por exemplo, apresentavam grau de centralidade de 100%). É notável o fato de que sua rede de suporte restringia-se aos parentes (grupo A), aos amigos (grupo C) e a seus pais, sem nenhuma interação entre os primeiros. Além disso o número de cliques era significativamente menor do que o atual: não passava de 4 (hoje são 16, como mencionado anteriormente). Ou seja, sua rede de suporte era compartimentada, o que leva a crer que pouca (para não dizer nenhuma) informação corria entre grupos distintos, a não ser que antes ela passasse por seus pais.

Também nessa época não havia participação de vizinhos. Contudo, isso não quer dizer que não houvesse qualquer tipo de interação com eles, ou que tal interação nunca tenha ocorrido,

mas apenas que os vizinhos não figuravam então como grandes provedores de ajudas nos moldes como a pesquisa foi estruturada. Com essas pessoas havia relações muito mais simples e eventuais, do tipo desejar um bom dia todas as manhãs, mas nada além disso.

Ademais, quando inquerido, o entrevistado relatou que as relações, por exemplo, lúdicas (jogar futebol na rua ou atividades do gênero) com os vizinhos tinham simplesmente deixado de existir há muito (MAGDOL; BESSEL, 2003).

O casamento, portanto, parece ter deslocado o centro de apoio da rede para uma outra direção, retirando os parentes consanguíneos (pais) de seu foco e passando-o a sua companheira. Esta foi responsável por diversificar a rede de Franco, agregando novos contatos a ela. Tanto assim que o número de contatos da rede pré-casamento era igual a 23 e, da atual, a 28. Ademais, atualmente há maior participação de outros tipos de amigos, não somente aqueles provenientes da escola, ou seja, novos tipos de amizade foram incorporados ao seu conjunto de contatos (28% em relação a 13%).

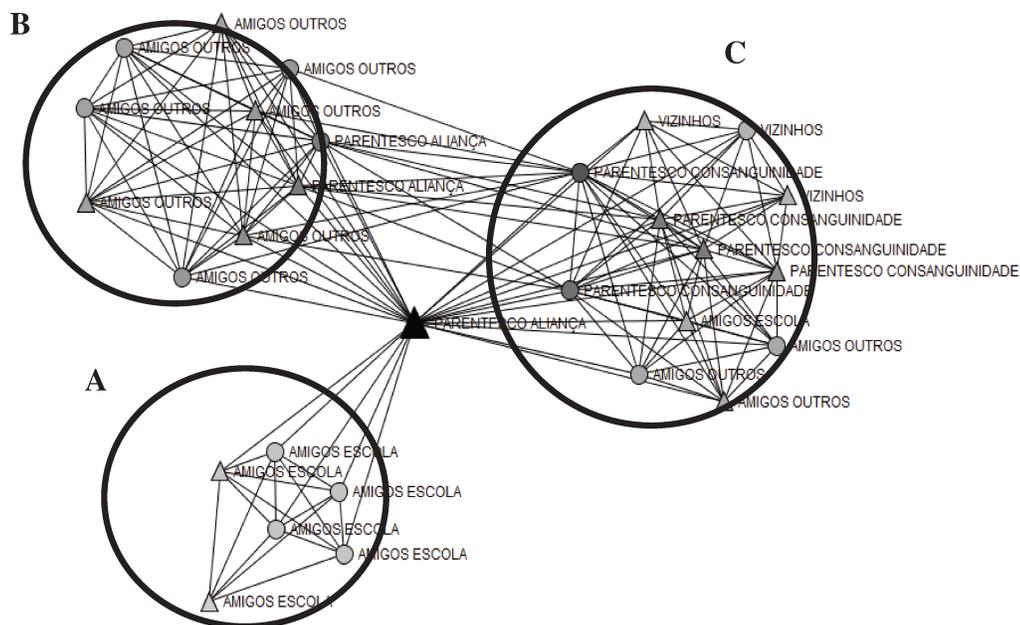
Este incremento corrobora o processo de diversificação de contatos associado ao casamento (e ao conceito de curso de vida), e não à migração.

Clara, assim como Franco, tem aproximadamente 30 anos, está finalizando o curso de graduação e atualmente trabalha em uma indústria da região. Contudo, diferentemente de Franco, é migrante, com diversas etapas migratórias internas à RMC. Ademais, Clara já foi o que pode-se considerar vulnerável, ainda que não seja mais hoje.

Ela viveu em diversas cidades da região, ora acompanhando seus pais (ou seja, o clássico motivo “acompanhando família” como dependente), ora em busca de oportunidades de trabalho em outros municípios, já adulta. Interessantemente, Clara procurou oportunidades de trabalho em municípios onde já residia algum conhecido seu.

Assim como para Franco, o casamento lhe abriu novas portas e o acesso a novas fontes de ajuda estabelecidas, atualmente, com seus parentes e seus amigos (grupo B) (Figura 10).

**Figura 10: Diagrama da rede de suporte social de Clara. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulta jovem, migrante intrametropolitana, empregada e casada. Cônjuge de responsável por domicílio urbano.

A rede de Clara é composta por: 17% por parentes consanguíneos, 10% por parentes de aliança, 24% por amigos de escola, nenhum amigo do trabalho, 37% por outros amigos e, finalmente, 10% por vizinhos.

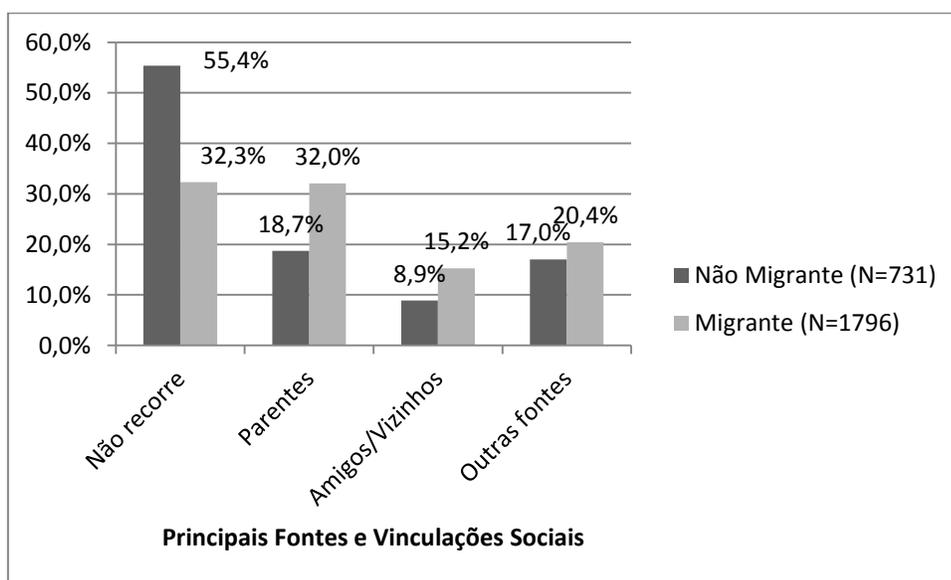
Todavia, a mobilização dos parentes por parte de Clara é significativamente menor do que ocorre com Franco (27%, enquanto a proporção para Franco é de 38%). Se a participação dos parentes é menor, outras fontes estão, portanto, assumindo seu papel ou espaço: 61% do suporte social é proveniente de amigos e 10%, dos vizinhos, proporções notáveis, principalmente se comparadas às de Franco. Parcela considerável (71%) dos recursos, ajudas e suportes (inclusive materiais) é oriunda dos laços fracos e não necessariamente dos laços fortes, como sugere grande parte da literatura acerca de migração e redes (VIRY, 2012).

Segundo Jariego e Holgado (2005), a modalidade migratória é um elemento tão ou mais importante do que estágios do curso de vida, ou ainda, do tempo de residência no processo de diversificação dos contatos de uma rede social. Ou seja, migrantes que se moviam internamente à região possuíam redes sociais mais dispersas no território do que aqueles que não se moviam.

Além disso, essa dispersão geográfica produzia frutos tão diferentes entre si, quanto são as demandas por ajudas, suportes, recursos, etc. Assim, supõe-se que os migrantes, por sua condição e experiência migratória, possuem redes de suporte mais dispersas espacialmente e ao menos mais diversificadas, logo, recursos também mais heterogêneos.

Tomando as relações com vizinhos e amigos como um indicador da heterogeneidade da rede e a fluência de informações mais instrumentais (informações a respeito de oportunidades de emprego, por exemplo), as redes sociais de migrantes são mais heterogêneas do que as dos não migrantes, como ocorre com Clara e Franco. Contudo, como será discutido mais adiante, a heterogeneidade dos contatos não significa que tais relações estão mais aptas a retirar o migrante de uma situação de vulnerabilidade social (Gráfico 27).

**Gráfico 27: Distribuição dos responsáveis por domicílios urbanos e seus cônjuges, segundo condição migratória e possíveis fontes de informação acerca de emprego. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

(1) Consideraram-se as informações sobre a primeira fonte.

**Nota:** Dados não disponíveis para 49 não-migrantes e 52 migrantes.

Segundo os dados, os migrantes lançam mão de forma mais corriqueira das informações prestadas por parentes, mas também por amigos e vizinhos, diferentemente do que ocorre com os não migrantes. Isso não quer necessariamente dizer que a família deixe de ser fundamental para a

mobilização de recursos e sua conseqüente retransmissão, mas que a rede de suporte social de Clara é significativamente mais heterogênea que a de Franco. E que isso se deve a algum fator ou elemento específico que os difere.

Afora a diferença de sexo (mas que também carrega em si uma importante diferença de gênero) e a inserção no mercado de trabalho, a migração pode ter sido um importante mecanismo processual de diversificação da rede de suporte social de Clara (AVERINARIUS, 2012). Pode-se analisar, por exemplo, o possível significado da presença de vizinhos em sua rede e a inexistência desse tipo de contato na rede de Franco. No caso de Clara, os vizinhos nomeados não são novos, ou seja, não são vínculos de vizinhança estabelecidos no novo domicílio formado por ambos, mas vizinhos do tempo em que era solteira, vizinhos de sua antiga residência paterna.

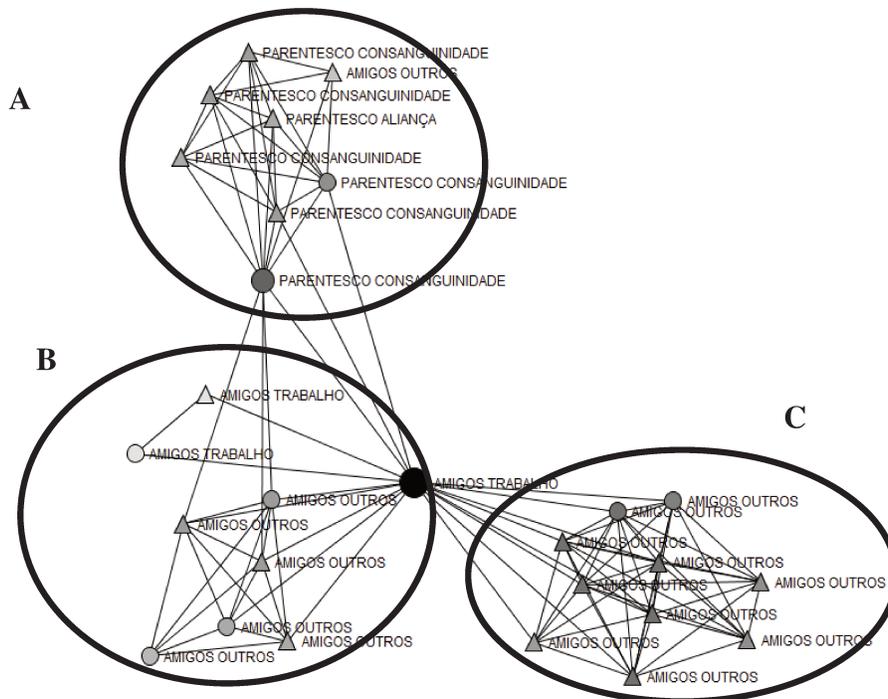
Remontando a história de vida de Clara, seus vizinhos foram os primeiros a lhe prestar ajuda quando ela migrou com a família do município A da RMC para o município B, onde atualmente residem seus pais e os de Franco. Ao longo do tempo, esses vizinhos continuaram a prestar ajuda à família de Clara e à própria Clara, assim como foram por ela ajudados. Clara ainda se encontra com esses vizinhos, especialmente para atividades lúdicas e recreativas (almoços e jantares), além de esporadicamente tomar conta das crianças de sua antiga vizinha. Essas relações perduraram ao longo do tempo e do espaço, mas nasceram da migração de Clara e sua família.

A migração acabou forçando-os – não necessariamente no primeiro momento – a estabelecer novas relações sociais com novos atores, haja vista que a distância física das antigas fontes de ajuda inviabilizou sua mobilização ou as minguou consideravelmente (AVERINARIUS, 2012; VIRY, 2012; MAGDOL; BESSEL, 2003).

A inexistência de vizinhos na rede de suporte de Franco e de novos vizinhos na de Clara atesta ainda que a construção desses contatos no momento subsequente à migração é muito difícil de ocorrer de forma imediata. Contudo, com o passar dos anos, essas relações tendem a ser estabelecidas de alguma forma, seja pela necessidade, seja pelo acaso, mas de uma forma ou de outra associada ao choque inerente à migração.

Algo semelhante aconteceu com Clara. Segundo seu depoimento, a cada migração, o estabelecimento de contatos tomava certo tempo para se concretizar. Mas ocorria. Basta atentar ao fato de que para cada rede social ligada às suas etapas migratórias novos contatos foram estabelecidos (Figuras 11 e 12).

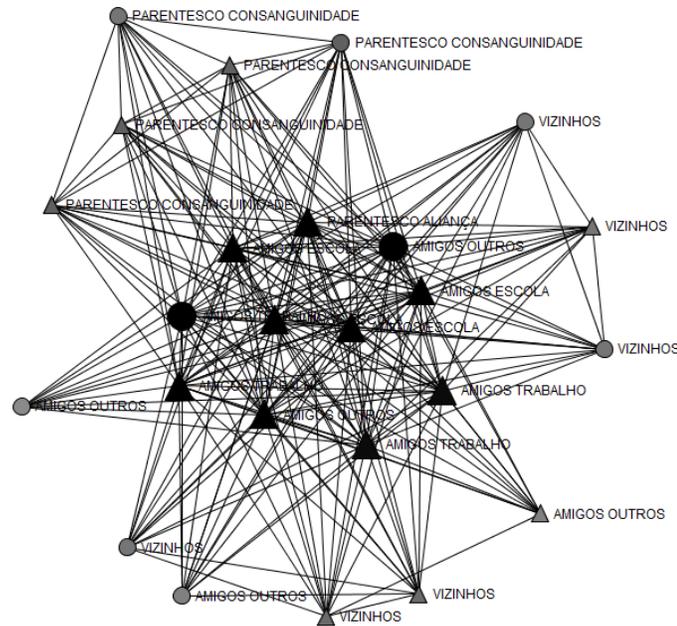
**Figura 11: Diagrama da rede de suporte social de Clara imediatamente após a migração para o atual município de residência. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulta jovem, migrante intrametropolitana, empregada e casada. Cônjuge de responsável por domicílio urbano.

**Figura 12: Diagrama da rede de suporte social de Clara no município de residência anterior. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulta jovem, migrante intrametropolitana, empregada e solteira. Corresidente de domicílio urbano.

Na rede de suporte retratada na Figura 11— justamente anterior ao casamento —, Clara, com seus 25 anos, havia se mudado para um município da região para trabalhar no comércio. Nesse momento, seu principal e mais central contato era uma amiga do trabalho (grau de centralidade de aproximadamente 70%), um antigo contato de seu município de residência anterior, mas que no destino (atual município de residência) era também sua vizinha. Situação esta completamente distinta da de Franco antes do casamento, quando os seus pais desempenhavam um papel central. Aqui (Clara), por sua vez, é justamente um laço fraco o ponto central de sua rede de apoio.

Essa amiga foi responsável por indicar Clara ao emprego, bem como por abrir as portas a dois outros grupos distintos: o grupo B, formado por novos amigos de trabalho, e o grupo C, composto por novos amigos e também antigos amigos que há muito não via (MOUW, 2003), mas que, naquele momento, foram fontes de ajuda e suporte. Possivelmente a distância física em relação a sua família levou Clara a procurar outras fontes de ajuda, haja vista que a família não conseguiria mais suprir todas as suas necessidades sociais básicas ou pelo menos aquelas mais prementes.

Pouco tempo depois, Clara trocou de emprego, mas continuou trabalhando no mesmo município, sendo que a informação sobre esta oportunidade foi a ela transmitida por um novo amigo de trabalho pertencente ao grupo B. Ou seja, a migração acarretou a diversificação de seus contatos e essa diversificação proporcionou novas oportunidades, neste caso, de emprego, mas também outros recursos imateriais, por exemplo, trocas íntimas e discretas como confidências e segredos.

Cinco anos antes (Figura 12), ou seja, quando Clara tinha 20 anos, ela trabalhava em um outro município da região, tendo também aí residido sem a presença de sua família. Nessa época ela compartilhava uma casa com seu namorado de então e com mais outro casal. Viviam relativamente afastados do centro da cidade e trabalhavam no mesmo local de moradia – também nos arrabaldes da cidade.

É notável como esse “núcleo duro”, com a presença de mais alguns antigos amigos de escola e novos amigos de trabalho de ambos os casais, era extremamente coeso. Ademais, também não deixa de ser notável a participação dos vizinhos na sua rede de suporte social neste momento. Tratou-se de uma rede de muita reciprocidade e ajuda mútua, em que se estabeleceram parte dos contatos que perduraram nas redes de suporte futuras.

A rede de contatos de Clara, para não dizer sua rede de suporte social, parece imensamente mais vasta e diversificada do que a de seu atual esposo, Franco. Possivelmente ela não exibira essa conformação se Clara não tivesse vivenciado as etapas migratórias pelas quais passou.

Houve, pelo menos nesse caso, um período de experimentação – de tentativas e erros – associada ao seu estado civil, a sua idade e às consecutivas migrações entre municípios internos à RMC, que realizou no período de pouco menos de 10 anos. A distância física de sua família que cada uma dessas migrações acarretou obrigou Clara a estabelecer novos contatos por onde passasse.

Essa sociabilidade também está associada a aspectos e atributos individuais: sua sociabilidade, empatia, comunicabilidade, etc. Todavia, parece que a migração abriu algumas portas ou, ao menos, possibilitou que Clara as defrontasse.

Muitos desses contatos da fase de “experimentação” foram carregados ao longo do tempo, perdurando em sua rede de suporte independentemente de onde ela estivesse residindo. Mas também é verdade que boa parte dos contatos deixou de existir, ou melhor, entrou em um estado

latente – quase de “hibernação”. Isso se deve a diversos fatores, como discutido por Bidart e Lavenu (2005), mas quase sempre associados às transformações das esferas de sociabilidade desses indivíduos.

O mesmo se passou, em escala e intensidade muito menores, com Franco. No momento em que ele estabeleceu um novo domicílio com Clara, geograficamente distante da casa dos pais, sua rede também foi impactada e diversificada.

Em suma, certa distância física dos laços fortes e mais fortemente a migração levam à diversificação da rede de suporte social dos indivíduos com todos os ônus daí decorrentes, mas também com todos os bônus, como ocorreu para Clara (novas oportunidades de emprego).

Ao estudar a rede de suporte desse casal jovem foi possível apreender com mais fidedignidade os impactos da migração sobre suas redes. Porém, as reverberações do local onde vivem atualmente (ZV1) sobre estas mesmas redes são ainda muito tênues, não passando de indícios. Uma forma de se apreender tais impactos consiste em se debruçar sobre aqueles com muitas estórias para contar.

### **3.2.2 Redes de suporte social de migrantes e não migrantes em momentos mais avançados de seus cursos de vida**

#### ***Quando muito já foi construído***

Na seção anterior verificou-se que o casamento traz consigo a diversificação da rede de suporte, com o acréscimo de amigos e parentes. Porém, o casamento tem efeito de diversificação limitado em comparação com a heterogeneidade provocada pela migração, que parece ter impacto mais agudo sobre a composição da rede de suporte. Ou seja, o casamento tem muito mais efeito de coesão do grupo do que de diversificação do mesmo – ainda que isso de fato ocorra, já que amigos de uns estão sendo agregados às redes de outros.

Dessa forma, pode-se supor que a rede de suporte de um indivíduo mais envelhecido é maior que a de um jovem ou jovem casal, visto que essa rede compreende o produto final de um processo de acúmulo e seleção de contatos ao longo do tempo e do espaço. Tais indícios foram levantados anteriormente de acordo com o tempo de residência dos migrantes na região.

Vale lembrar que os laços fortes passam a ocupar um papel mais central tanto na rede de migrantes quanto na de não migrantes ao longo do tempo. Basta lembrar o caso de Clara. Depois

do casamento, seu esposo passou a desempenhar esse papel, assim como outros parentes. Tal processo de agregação, ou de enxugamento ou ambos da rede de suporte guarda relação com aspectos de seletividade de contatos, mas também com certa independência financeira (ou seja, certa autonomia em relação às redes), com momentos mais avançados do curso de vida individual e a passagem de requerentes a provedores de ajuda (BIDART, 2008; BIDART; LAVENU, 2005).

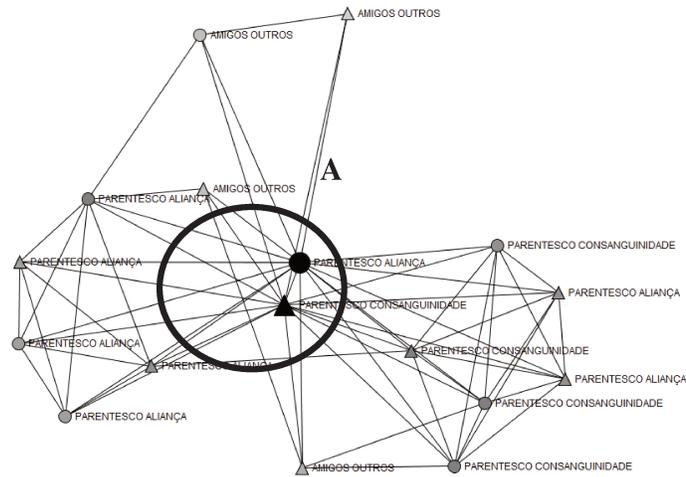
Se, ao longo do tempo, há para todos tanto um processo de acúmulo, como também de seletividade, as redes de suporte de indivíduos e casais, migrantes ou não, tenderiam a ser semelhantes? Teoricamente sim, posto que a participação de familiares na rede de suporte social de migrantes seria progressivamente maior do que a de amigos e vizinhos ao longo do tempo, assim como o que ocorre com os não migrantes. Mas será que isso de fato ocorre?

Justo e Cândida têm mais de 65 anos de idade. Ambos são aposentados e têm um filho beirando os 35 anos (casado e que não mora com eles, mas reside no mesmo município). São naturais da região, nunca se mudaram do atual município de residência, convivem por muitos anos na mesma casa dos pais de Justo.

Assim como Franco e Clara, vivem hoje em uma ZV1, com a diferença de que sempre residiram na mesma ZV1 – ou seja, não houve mobilidade residencial ascendente, mas uma espécie de mobilidade social ascendente, dado que ao longo da vida acumularam alguns bens.

À semelhança do que se sucedeu com a rede de Franco, as redes de suporte de Justo e Cândida não são amplas, mas coesas (voltadas para si mesmas) e com majoritária participação de parentes e familiares, com um claro momento de inflexão: o casamento (Figuras 13 a 16).

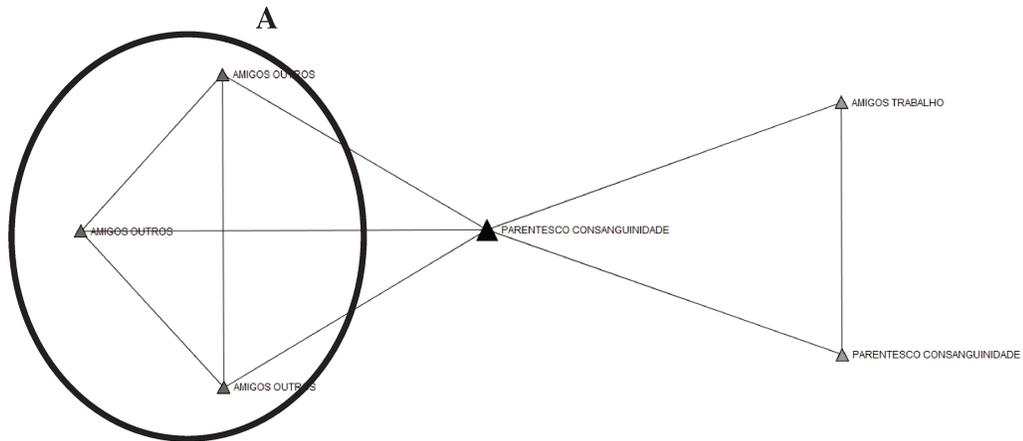
**Figura 13: Diagrama da rede de suporte social de Justo. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Idoso, não migrante, aposentado e casado. Cônjuge de responsável por domicílio urbano.

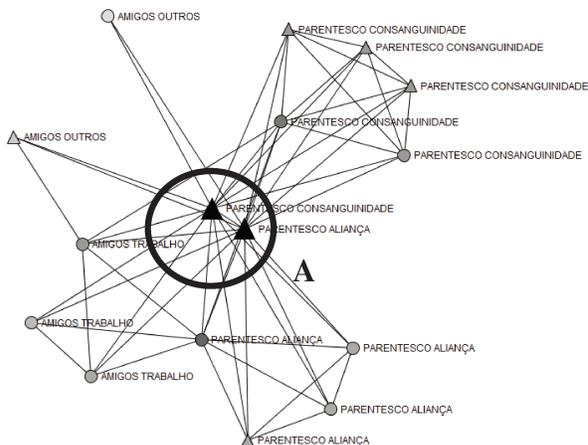
**Figura 14: Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Justo. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulto jovem, não migrante, empregado e solteiro. Dependente de responsável por domicílio urbano.

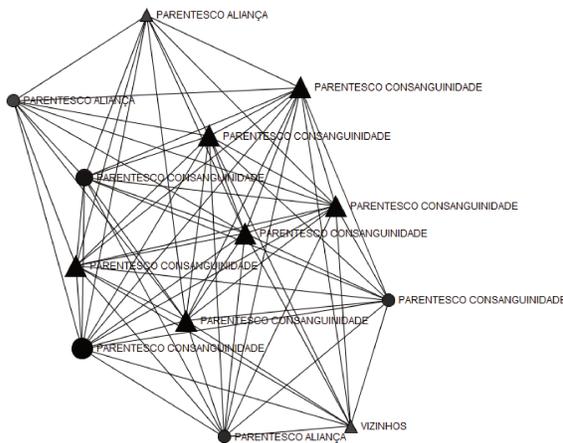
**Figura 15: Diagrama da rede de suporte social de Cândida. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Idosa, não migrante, aposentada e casada. Responsável por domicílio urbano.

**Figura 16: Diagrama da rede de suporte social pré-casamento de Cândida. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulta jovem, não migrante, empregada e solteira. Dependente de responsável por domicílio rural.

O incremento de contatos pós-casamento e ao longo do tempo é marcante no caso de Justo. Ele passou de uma rede com 6 contatos quando solteiro a uma com 17 atualmente. Como se deu esse processo?

Quando jovem geralmente obtinha algum tipo de recurso (e somente lúdico, neste caso) de apenas três amigos (grupo A da Figura 14); o restante era proveniente de seu próprio pai ou de um tio mais próximo. Contudo, com o passar do tempo, o número de contatos se incrementou consideravelmente com a incorporação de parentes e alguns novos casais de amigos de sua esposa.

Outra peça-chave para se compreender tal processo de aquisição de contatos foi o seu filho, por meio de contatos sociais estabelecidos com outros pais, mas que não figuram na rede de suporte aqui ilustrada, já que não foram fontes de recursos, mesmo quando o filho de Justo era criança. A contribuição do filho de Justo se deu principalmente após o seu casamento, após o qual ao menos mais um contato foi adicionado à rede de Justo, sua nora.

A ampliação dos contatos está associada à expansão de seus espaços de vida, às atividades desenvolvidas, a suas características como escolaridade, etc. Em suma, o desenrolar do curso de vida foi também processo ímpar para a agregação de novos contatos à rede de apoio, todavia, de menor impacto que a migração, bastando lembrar o caso de Clara.

O panorama é similar para Cândida, afora o fato de ela partir de uma rede de suporte um pouco mais ampla que a do seu esposo. Como ela vivia em uma área então rural do seu atual município de residência, relativamente afastada da cidade, grande parte de seus contatos girava em torno de sua família, com a presença e solidariedade de alguns vizinhos. Consistia em uma rede extremamente coesa, em que praticamente todos mantinham algum tipo de contato e relação entre si, típica rede de suporte de grupos mais isolados geograficamente e mais dependentes entre si.

Os dois atores centrais de sua rede atualmente são, assim como ocorreu com Justo, seu filho e seu cônjuge (grupo A da Figura 15).

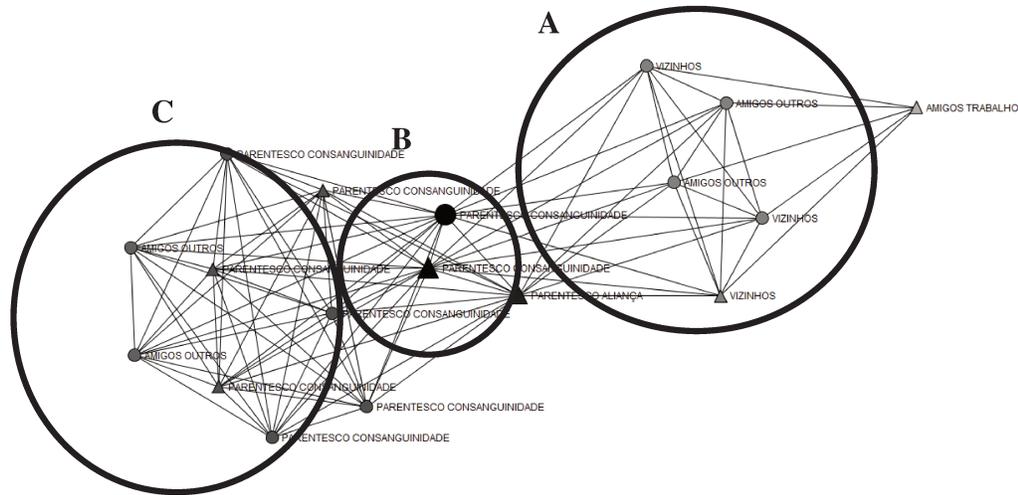
A rede dos não migrantes parece crescer muito alicerçada ou vinculada ao estabelecimento de laços fortes e na adição de pessoas por aliança/filiação, afinal, seus parentes estão mais próximos e muito da ajuda de que necessitam recalca-se sobre os mesmos contatos.

É importante frisar que isso não quer dizer que as relações de amizade e vizinhança inexistam, mas simplesmente que elas não são as principais provedoras de apoios. Isso significa que elas também não são as primeiras a serem requeridas em uma adversidade qualquer, ou seja, não constituem relações responsáveis por retirar essas pessoas de uma situação de vulnerabilidade social. Ademais, constata-se que essas redes mostram-se mais homogêneas,



últimos muitas vezes vinculados a grupos específicos, por exemplo, associações de bairro, igrejas, mas principalmente amigos de amigos. Assim, Inocência vivenciou experiência semelhante à de Clara (Figuras 18 a 20).

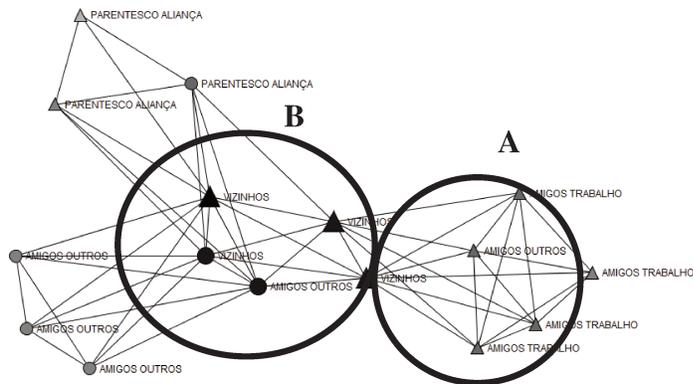
**Figura 18: Diagrama da rede de suporte social de Inocência no momento de chegada à região. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulto jovem, migrante externo, desempregado e casado. Responsável por domicílio urbano em ZV1 do município de residência anterior ao atual.

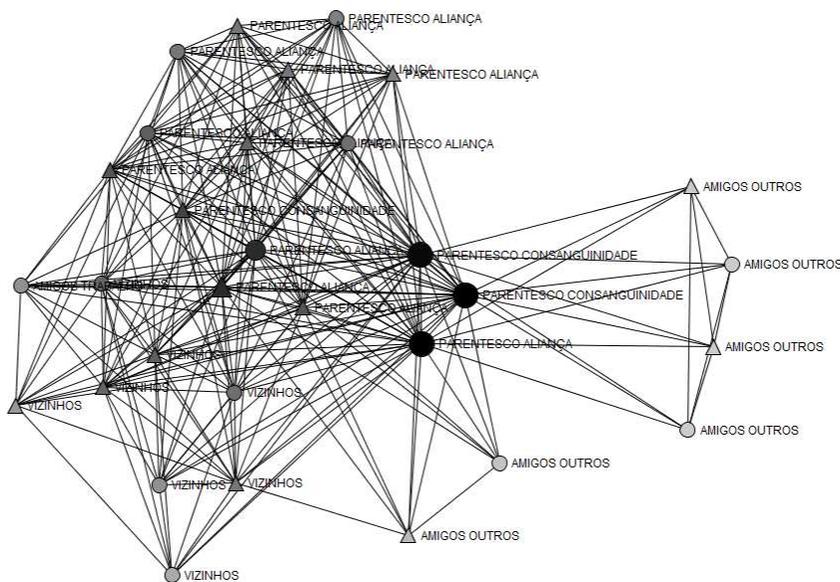
**Figura 19: Diagrama da rede de suporte social de Inocência. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulto, migrante intrametropolitano, empregado e casado. Responsável por domicílio urbano em ZV1 do município de residência atual.

**Figura 20: Diagrama da rede de suporte social atual de Inocêncio. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2012.**



**Fonte:** Elaboração do autor.

(1) Adulto, migrante intrametropolitano, empregado e casado. Responsável por domicílio urbano em ZV2 do município de residência atual.

Na primeira migração realizada por Inocêncio, os atores centrais da sua rede continuavam a ser de sua família (grupo B da Figura 18). Mas não deixa de ser notável o grupo A (do mesmo diagrama), composto essencialmente por amigos e vizinhos.

Já na segunda mudança que realizou, o núcleo da sua rede de suporte social mudou bruscamente, tanto que seus contatos mais importantes passaram a ser justamente amigos e vizinhos (grupo B da Figura 19). Isso se deveu muito à enfermidade de sua esposa no período. Seria de se supor que neste caso outros familiares ajudariam de alguma forma, ou seja, a ajuda recairia sobre os laços fortes, mas quem o ajudou foram seus amigos ou vizinhos, o que se justifica até pela distância física em relação a seus parentes.

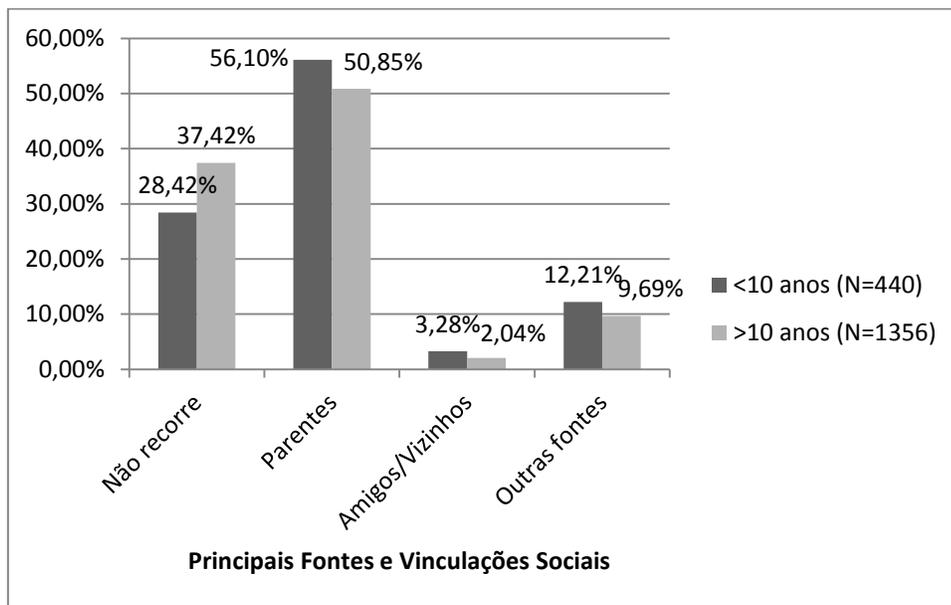
Na terceira e última migração (dentro do mesmo município, mas em direção a uma zona de vulnerabilidade 2), os laços fortes retornam ao centro de sua rede de suporte. São dois os principais motivos: a melhora de sua esposa e os filhos, que nesse momento já eram adultos e independentes financeiramente, ou seja, passaram de dependentes a provedores domiciliares.

Nem por isso os laços fracos deixaram de existir, pelo contrário, são tão numerosos e importantes quanto em outros momentos. Como exemplo dessa relevância, menciona-se que

Inocência retornou ao mercado de trabalho – para complementar sua renda – prestando serviços justamente para um de seus vizinhos.

O que se sucede, muitas vezes, é uma espécie de “enxugamento” da rede de suporte social dos mais idosos (migrantes ou não) para alguns tipos de recursos – essencialmente financeiros – e contatos. Possivelmente isso se deve à maior fixação no território (sedimentação de seus espaços de vida), e à construção de seus próprios laços fortes (filhos, noras, cunhados, sogros e sogras, etc.), fato que repercutiria na menor dependência deles. Outra hipótese é que tal processo está associado ao acúmulo de bens e riquezas ao longo da vida, ou seja, certa autonomia em relação a sua rede de apoio, posto que detém e consegue mobilizar ativos que os mais jovens ainda não dispõem, situação totalmente distinta da de um jovem que está ingressando no mercado de trabalho (Gráfico 28).

**Gráfico 28: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos e seus cônjuges, segundo tempo de residência e possíveis fontes provedoras de ajuda financeira. (1) Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

(1) Consideraram-se as informações sobre a primeira fonte.

**Nota:** Dados não disponíveis para 13 migrantes recentes e 39 migrantes de longa data.

Os dados apresentados no Gráfico 28 confirmam que boa parte dos migrantes com mais de 10 anos de residência na região não recorre a qualquer pessoa. Comparativamente, os migrantes recentes se apoiam mais fortemente nos contatos familiares, mas também em amigos, vizinhos e mesmo em outras fontes.

Os dados sugerem, portanto, que esses responsáveis domiciliares são obrigados a buscar novas fontes de ajuda e suporte por se encontrarem em estágios iniciais de autonomia e independência. Assim, essa condição força a diversificação da rede. Contudo, com o passar do tempo, boa parte desses mesmos contatos é “filtrada”, haja vista que os indivíduos se encontram mais independentes – de acordo com as hipóteses ventiladas anteriormente – desses mesmos laços fracos estabelecidos diante da necessidade, mas que lhes foram muito caros.

Dessa forma, câmbios e até mesmo momentos específicos do curso de vida oferecem também oportunidades específicas. Momentos iniciais de independência levam à diversificação da rede de suporte, enquanto os momentos mais avançados conduzem à coesão da rede. Isso ocorre tanto para migrantes, quanto para não migrantes, no entanto, para os primeiros a distância física em relação a antigos contatos (que inviabiliza trocas diretas e cotidianas com eles) parece catalisar ao menos um desses aspectos, ou seja, a diversificação e heterogeneidade de contatos e recursos.

Mesmo que os laços fracos se retraiam ao longo do tempo, inclusive entre os migrantes, parte significativa de sua rede de suporte social permanecerá alicerçada nesse tipo de contato. Já os não migrantes acabam por não experienciar esse momento tão rico de diversificação inicial. Nesse sentido, é inequívoco o impacto da migração na estrutura e na composição dessas redes.

### **3.3 Terceiro ponto de apoio: possíveis frutos gerados pela migração**

#### **3.3.1 Capital social**

Como sugerido por Degenne (2004), o conceito de capital social possui inegável valor para diversas áreas do conhecimento contemporâneo. Segundo o autor, assiste-se à “emergência de uma nova teoria do capital (‘neo-capital theory’), que elimina a referência às classes e por meio da qual se desenvolvem os conceitos de capital humano, capital cultural e capital social”.

Essa nova teoria focaria seu interesse no “jogo de ações individuais e das posições sociais no processo de capitalização”.

Parece ser consensual que o conceito nasce de uma estrutura de interações e relações sociais e que ele é, portanto, fundamental para se compreender a posição deste indivíduo ou deste grupo no sistema mais geral de estratificação social. Partindo-se desse pressuposto, quaisquer câmbios e transformações na estrutura das redes sociais acarretarão também alterações na quantidade e na qualidade do capital social e, logo, na posição de indivíduos (ou grupos de indivíduos) na pirâmide de estratificação social.

Dessa forma, a migração, como evento de choque, revela-se como um interessante momento de inflexão para o estudo do “antes” e “depois” do capital social que poderia ser mobilizado por meio de uma estrutura de contatos e relações sociais, bem como dos significados de tais câmbios. A migração constituiria um evento situacional que pode ajudar a elucidar o processo de geração, aquisição, mobilização e articulação de novos ativos, entre eles: contatos e seus recursos.

Lin (1999), de um modo muito singelo e direto, define capital social como “[an] investment in social relations with expected returns”. Ou seja, indivíduos se engajam e participam de redes de interações e relações sociais, nutrindo-as com recursos próprios, com o objetivo de, no futuro, alcançarem algum tipo de benefício. Agem, então, com o intuito de retribuições futuras que de algum modo lhes sejam interessantes.

Ainda segundo o mesmo autor, três motivos principais elucidam por que as redes sociais condicionam as ações individuais por meio do controle dos recursos almejados. Primeiro, porque a rede é, ao mesmo tempo, a porta de entrada assim como o elemento regulador da fluência de informações e dos mesmos recursos. O processo de mobilidade social pode ser encarado como um exemplo.

Como Lin (1999) está essencialmente preocupado com a associação entre capital social e melhores oportunidades de alocação profissional no mercado de trabalho, um exemplo seria:

social ties located in certain strategic locations and/or hierarchical positions (and thus better informed on market needs and demands) can provide an individual with useful information about opportunities and choices otherwise not available (LIN, 1999).

O benefício de se manter interações sociais que, porventura, podem garantir a indicação para um posto de trabalho melhor, ou simplesmente assegurá-lo a quem dele necessita, pode ser um processo válido a diversos domínios da vida cotidiana e não só ao que se refere ao mercado de trabalho. Por exemplo, para obtenção de informações variadas, como bairros onde o aluguel é mais barato.

Como segundo motivo, Lin (1999) afirma que seria ingênuo pensar que as relações sociais não guardam em si qualquer tipo de hierarquização. Algumas relações sociais são mais importantes que outras e, por isso mesmo, exercem maior influência nos processos de decisão individuais. Manter interações sociais com indivíduos que ocupam e desempenham papéis cruciais<sup>44</sup>, além de proporcionar novas e talvez melhores oportunidades, condiciona o indivíduo a adotar uma postura semelhante à da referência.

O terceiro motivo residiria no fato de que as melhores oportunidades, recursos e informações são reservados àqueles que compartilham ideais, comportamentos, etc. por meio de mecanismos de reconhecimento intragrupo. Dessa forma, não basta fazer parte de uma rede social; há que se submeter às regras e normas sociais que a regem. Como discutido anteriormente, Portes (2000) ressalta que as redes sociais são reguladas também por processos de coerção social. Espera-se, nesse sentido, que relações sociais de uma rede social reforcem, portanto, o processo de reconhecimento identitário.

As redes sociais constituem, portanto, elemento axial para se compreender a geração, reprodução e mobilização de capital social, bem como são responsáveis por transformações significativas individuais (ou do grupo imediato a este: família, por exemplo). Como constantemente aqui reforçado, elas representam a possibilidade de superação ou mitigação de uma dada situação de vulnerabilidade social.

É o que também atestam Macías e Cortés (2013):

el enfoque relacional lo entiende como una propiedad de las redes de los actores sociales, materializada en los recursos disponibles en su entorno interpersonal, que es producto de una inversión intencional en relaciones con los demás y que puede ser usado como obtener beneficios instrumentales y expresivos.

---

<sup>44</sup> *Structural holes* fazem a ponte entre dois coletivos que não mantêm relação entre si, ou até mesmo entre estratos sociais distintos.

Os mesmos autores cunham o termo “capital social reticular”, tal a importância atribuída a esta estrutura matriz: as redes sociais.

Flap e Boxman (2001) vão além. Sustentam que as redes são um tipo de capital social em si – e não necessariamente a estrutura de onde ele se origina – porque são fundamentais no êxito de algumas metas, encontrar trabalho, por exemplo. Para eles, o capital social é o resultado direto do tamanho da rede, de sua estrutura, das trocas estabelecidas em seu interior e dos recursos que cada um dos seus atores possui.

Desse modo, uma definição talvez mais precisa de capital social seria aquela que conjugasse tanto a primeira assertiva de Lin (1999), quanto a relevância da estrutura que a gerou.

Retornando ao trabalho de Lin (1999), de acordo com seu argumento, a estrutura social é piramidal, sendo que há certa congruência de *status* nela. Ou seja, mesmo não se valendo do conceito de classes (BOURDIEU, 1986), o autor pressupõe uma sociedade piramidal e estratificada, em que o objetivo de quem se encontra na base da pirâmide é galgá-la e, para quem está em seu topo, lá permanecer.

Nesse sentido, a posição ocupada por um indivíduo nessa estrutura mais geral depende não só de seus atributos individuais (capital humano, capital físico-financeiro, ou ainda, capital cultural), como da posição ocupada pelos integrantes de sua rede social. Dessa forma, a mobilidade social ascendente dependeria, em grande medida, de se conhecer e, principalmente, manter interações sociais recíprocas (com o intuito de outras trocas futuras e benefícios mútuos) com alguém do estrato social logo acima,. Isso possibilitaria, inclusive, desenvolver mecanismos de reconhecimento para construir uma nova identidade, ainda que híbrida no primeiro momento, posto que não é definida somente por características do estrato A nem do B.

Como alerta Degenne (2004):

O sucesso da ação de um indivíduo depende antes da posição, na estrutura social, dos indivíduos aos quais ele está ligado do que da sua própria posição. E por quê? Devido a vários processos: a circulação das informações é facilitada; as redes de relações podem influenciar positivamente os tomadores de decisão; as relações aumentam a confiança, a credibilidade; as relações reforçam a identidade e o reconhecimento.

A associação dessa primeira discussão acerca do conceito e a perspectiva migratória pode ser rica especialmente para a segunda, como asseguram Fazito e Soares (2010).

Mesmo quando a migração não é forçada, algumas rupturas, assim como o estabelecimento de ao menos alguns novos contatos são quase uma obrigatoriedade. A migração é um evento interessante para se compreender a emergência e as alterações ocasionadas no montante e na qualidade do capital social a partir de modificações ocasionadas na estrutura que o gera. De um lado, após a migração, pode ocorrer uma severa perda de contatos e, logo, de capital social. Todavia, os contatos podem ser diversificados progressivamente, o que corresponde à renovação da estrutura e, por certo, dos recursos, haja vista que a convivência com diferentes daqueles do grupo de origem é quase uma certeza (novos vizinhos, novos colegas de trabalho, novos amigos, etc.).

Não menos importante é o processo de coesão do grupo a partir da convivência entre iguais. Neste cenário se encaixam processos de reagrupação familiar ou, no mínimo, de indivíduos e grupos que compartilham semelhanças, tais como origem comum (conterrâneos) (MASSEY et al., 1987).

Contudo, o que cabe se perguntar é a significância tanto da coesão intragrupo (*bounding*), como da diversidade intergrupos (*linking/bridging*) e seus impactos na situação de vulnerabilidade social dos envolvidos (LOZARES; MOLINA, 2011). Possivelmente o poder transformador da migração é limitado, principalmente tendo-se em vista o contexto dado por uma sociedade com guturais desigualdades sociais como a brasileira. Por um lado, problemas sociais estruturais perduram, fato que inibe qualquer mobilidade social ascendente ou, como aqui vem sendo discutido, ao menos a mitigação de uma dada situação de vulnerabilidade social. Por outro, as interações sociais verticais do tipo *linking* poderiam garantir o acesso a outros e diversos recursos, porém, em uma sociedade também tão segregada, acabam por reproduzir as desigualdades e, conseqüentemente, as dificuldades de ativos realmente eficazes para a superação da vulnerabilidade. socialmente (assunto do segundo capítulo).

### **3.3.2 Ocupações entre vulneráveis**

A variação no prestígio ocupacional constitui um primeiro indício e forma de ilustração de variações no capital social. O prestígio ocupacional está fortemente vinculado ao capital físico-financeiro (renda, essencialmente) e humano (sobretudo escolaridade). Também se supõe que há maior probabilidade de um indivíduo com determinadas características e de determinado

estrato social se relacionar com outros indivíduos e grupos do mesmo estrato social, ou seja, com características semelhantes às suas.

Como exercício, procurou-se traçar o panorama das ocupações da RMC. Foram selecionados somente os migrantes responsáveis pelos domicílios urbanos entre 15 e 64 anos de idade e suas profissões foram classificadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-2002). Não se trata, ainda, de uma categorização que inclua o *status* ou o prestígio dessas ocupações, mas somente suas funções. Há que se ter em mente que a amostra é consideravelmente reduzida, não possibilitando mais desagregações sem provocar consideráveis erros estatísticos. Desse modo, trabalha-se com um pequeno número de categorias derivadas da CBO (grandes grupos de ocupações), já que, de outra forma, o erro amostral seria imenso.

Além disso, tendo-se em vista fins comparativos e a descrição dos residentes segundo suas ocupações e vulnerabilidade social, são analisadas somente as zonas de vulnerabilidade (ZV) 1 e 3.

Não obstante, foram consideradas dez grandes categoriais de ocupação no total:<sup>45</sup>:

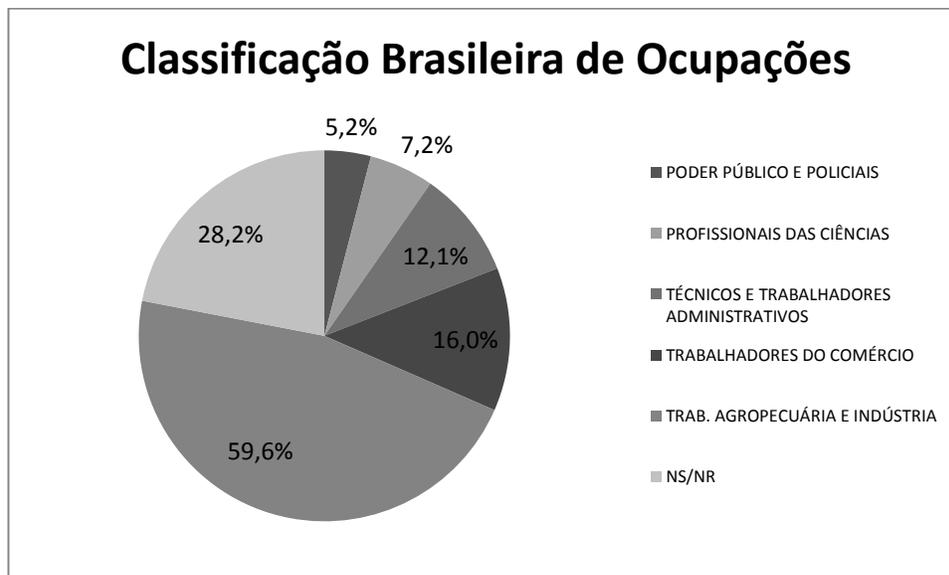
- 1) membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares;
- 2) membros superiores do poder público, dirigentes de organização;
- 3) profissionais das ciências e das artes;
- 4) técnicos de nível médio;
- 5) trabalhadores de serviços administrativos;
- 6) trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas;
- 7) trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca;
- 8) trabalhadores da produção de bens e serviços industriais I;
- 9) trabalhadores da produção de bens e serviços industriais II;
- 10) trabalhadores em serviços de reparação e manutenção.

Algumas categorias foram reagrupadas devido ao tamanho da amostra (Gráfico 29).

---

<sup>45</sup> De acordo com a variável “C009 – Qual sua ocupação e cargo no seu trabalho principal?”.

**Gráfico 29: Distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios urbanos, segundo Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Como seria de se supor, há maior concentração nas ocupações que demandam menor qualificação e, logo, pagam menores salários, base da pirâmide do sistema de estratificação social. É expressivo o conjunto daqueles que exercem atividades ligadas ao “serviço industrial I”<sup>46</sup> (24,2%), bem como de “trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas”<sup>47</sup>

<sup>46</sup> “Este grande grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessários para produzir bens e serviços industriais. O GG 7 concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos, enquanto no GG 8 concentram-se os trabalhadores que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos. Este grande grupo compreende: Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; Trabalhadores da transformação de metais e compósitos; Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; Trabalhadores das indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; Trabalhadores de funções transversais. Este grande grupo não compreende: Trabalhadores de produção de bens e serviços industriais e de manutenção cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de nível superior. Há uma zona de sobreposição entre supervisores de primeira linha e técnicos. A CBO 2002 optou pela inclusão dos supervisores junto com os seus supervisionados, para facilitar o processo de codificação, uma vez que a maioria é oriunda das mesmas ocupações que supervisionam, após longos anos de experiência profissional.” (BRASIL, 2002).

<sup>47</sup> “Este grande grupo compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para as prestações de serviços às pessoas, serviços de proteção e

(16%). Juntas, essas categorias correspondem a aproximadamente 40% das ocupações elencadas. Essa distribuição é usual, visto que se trata de atividades que geralmente mais empregam. Todavia, essas ocupações não demandam grandes capacidades vinculadas à maior escolaridade. Ou seja, parcela expressiva da população migrante (42.904 pessoas) possivelmente não apresenta esse atributo, o que impactará sua situação de vulnerabilidade social mais decisivamente.

Tal afirmação encontra respaldo quando são também analisados os dados dos não migrantes. Nesse caso, sua participação em ocupações da base da pirâmide é sensivelmente menor do que a dos migrantes. Por exemplo, somente 12,9% dos não migrantes exercem ocupações de vendedores de loja ou trabalhadores do comércio. O mesmo se dá de acordo com a ocupação “serviço industrial I”, que não representa mais do que 17,6% do total das ocupações dessa população.

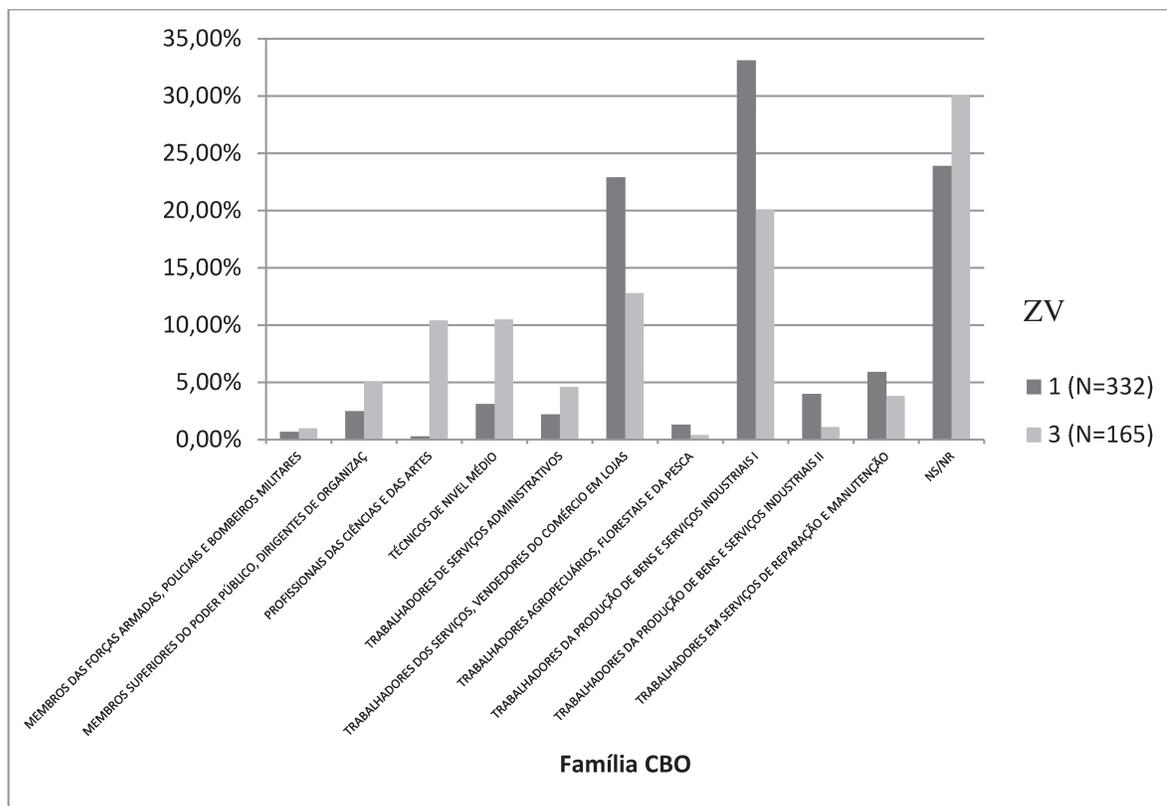
Há, portanto, uma significativa inversão em relação aos migrantes, uma vez que é maior a participação dos não migrantes em ocupações que demandam maior capacitação profissional e, logo, maior nível de escolaridade: 6,5% são profissionais das ciências e das artes; 7,0%, técnicos de nível médio; 5,4%, trabalhadores do setor administrativo, etc.

Como há significativas diferenças entre as populações, presume-se que há, da mesma forma, consideráveis diferenças nas suas situações de vulnerabilidade de acordo com as informações coletadas sobre suas ocupações, haja vista que elas estão associadas à escolaridade e proporcionam renda diferenciada (Gráfico 30).

---

segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados. A maioria das ocupações deste grande grupo requer competências de nível 2 da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações — CIUO 88. Este grande grupo compreende: Trabalhadores dos serviços; Vendedores e prestadores de serviços do comércio. Este grande grupo não compreende: Trabalhadores de prestação de serviços e do comércio cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de nível superior.” (BRASIL, 2002).

**Gráfico 30: Proporção de migrantes responsáveis por domicílios urbanos com menos de 65 anos de idade, segundo zonas de vulnerabilidade e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Região Metropolitana de Campinas, 2007.**



**Fonte:** Unicamp/Nepo. Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos.

Os dados não deixam dúvidas sobre a estreita relação entre ocupação e vulnerabilidade social, posto que mesmo dentro de uma mesma população migrante os menos vulneráveis são justamente aqueles que ocupam posições hierárquicas que demandam maior escolaridade (numa analogia ao capital humano) e que, conseqüentemente, possuem maiores rendimentos (capital físico-financeiro). Ou seja, essas pessoas possuem outros ativos que não necessariamente o social para enfrentar diversos riscos.

Nesse sentido, não é casual a maior dependência dos moradores de zonas mais vulneráveis em relação as suas redes de apoio. Presume-se que para estes a maior mobilização de suas fontes de suporte – como visto na última seção do segundo capítulo e na primeira deste – foi, na verdade, uma de suas poucas alternativas de mitigação de riscos, já que não dispõem de tantos ativos individuais para tanto.

### 3.3.3 As limitações das interações

Outro sinal da vulnerabilidade é dado pelas discrepâncias entre o valor *International Socioeconomic Index* (Isei) entre essas populações: migrante e não migrante, vulneráveis e não vulneráveis.

De modo geral e a partir do mesmo método de seleção (responsáveis por domicílios urbanos das zonas de vulnerabilidade 1 e 3 em idade economicamente ativa – 10 a 64 anos), o valor médio do Isei para o total da população (migrantes e não migrantes dessas áreas) é de 41,12, tendo 34 como sua mediana e 30 como moda. Ou seja, se tomássemos a média como ilustração dos grupos primários, essa população seria composta por: “trabalhadores de usinagem de metais e compósitos” (40), “supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas” (40), “supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica” (40), “mantenedores eletromecânicos” (40), “oficiais de bombeiro militar” (42), “praças de bombeiro militar” (42), “técnicos mecatrônicos e eletromecânicos” (42), “trabalhadores da produção gráfica” (42), “reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão” (42).

Já segundo a condição migratória desses responsáveis (migrantes e não migrantes), as diferenças são mais dignas de nota. Enquanto a média do Isei dos não migrantes é de 43,84, a média entre migrantes é significativamente menor (40,58). Não migrantes podem ser “professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental” (43), “supervisores de vendas e de prestação de serviços” (43) ou “vendedores e demonstradores” (43). Por sua vez, os migrantes encontram-se três escores abaixo, se assemelhando ao conjunto da população como descrito anteriormente.

Fica evidente que, em média, os não migrantes ocupam posições mais técnicas que demandam habilidades ligeiramente mais complexas e, portanto, capacidade e capacitações (escolaridade e cursos especializantes) mais avançadas em comparação às ocupações dos migrantes, fato que repercutiria em maiores rendimentos.

Mais importante do que isso, os recursos mobilizados, requeridos e trocados de mãos por não migrantes e migrantes são de naturezas diferenciadas conforme o grupo. O capital social de um apresenta maiores possibilidades do que o de outro, uma vez que esses grupos compõem estratos também distintos da pirâmide social, com prestígios ocupacionais específicos.

É muito plausível que, devido ao maior tempo de estudo, a estrutura que gera o capital social (redes sociais) de uma pessoa seja distinta – maior e mais diversificada, até pelo fato de entrar em contato e manter relações com maior número de indivíduos, que foram sendo agregados à rede de apoio à medida que a pessoa concluiu o fundamental, o ensino médio e o superior, por exemplo. Também é provável que a escolaridade mais elevada impacte a qualidade do recurso objetivado, haja vista que esses atores podem possuir melhores informações, são menos vulneráveis (ou seja, possuem mais ativos), ocupam posições mais estratégicas e mais prestigiadas, com reflexos em seus recursos materiais, especialmente os físico-financeiros.

A situação de vulnerabilidade social mantém imbricada associação com o prestígio ocupacional e, conseqüentemente, com o capital social de cada um, tanto que migrantes residentes da zona de vulnerabilidade 1 – a mais vulnerável – apresentam Isei médio de 33,83, enquanto responsáveis migrantes residentes em zonas menos vulneráveis da RMC (ZV3) possuem Isei médio de 43,91.

Como processo bidirecional-dialético que é, não é possível afirmar que a vulnerabilidade social derivou em perda de capital social, assim como o inverso. O mais plausível é mesmo uma progressão, ascensão ou mobilidade ascendente do prestígio ocupacional e, concomitantemente, do capital social, ao longo da vida de migrantes e não migrantes, haja vista que quando o Isei é calculado tendo-se em vista a ocupação anterior (e não a atual, como analisado até agora), sua média para o total de responsáveis pelos domicílios é de 38,07.

Interessantemente não há diferenças substanciais segundo a ocupação anterior de acordo com a condição migratória de seus indivíduos. Assim, não migrantes apresentavam Isei médio de 38,93, enquanto os migrantes registravam 38,41 (mediana=34 e moda=30).

Mesmo que não haja diferenças substanciais entre migrantes e não migrantes segundo o prestígio de suas ocupações anteriores, por certo há diferença em relação à atual ocupação, fato que demonstra essa mobilidade ascendente, inclusive entre os migrantes, porém mais intensa para os não migrantes.

Vale notar que a variação do prestígio ocupacional entre emprego atual e anterior para o total da população selecionada foi em média de 8%. Para os não migrantes, a média equivaliu a 12,6%. Todavia, para os migrantes essa variação não ultrapassou 5,7%, proporção significativamente menor do que a apresentada pelo total a população, bem como pelos não migrantes. O que isso pode significar?

Tal diferencial expressa que a migração não possui capacidade para a efetiva transformação de uma dada realidade social, ou melhor, possui um alcance muito limitado. Isso, apesar de a migração ter impactos profundos na estrutura das redes sociais dos envolvidos e ainda que propicie relativa mobilidade social ascendente através de maior prestígio ocupacional e, porventura, maior e melhor capital social aí imbricado. De acordo com a pesquisa qualitativa, havia muito pouca diferença entre o prestígio ocupacional do entrevistado e dos integrantes de sua rede de apoio. Exceção feita a alguns poucos casos, sendo eles justamente as pontes para outros estratos sociais.

De fato, a migração proporciona a diversificação da rede social por meio da agregação e do estabelecimento de novos contatos e, conseqüentemente, da maior heterogeneidade de recursos, entretanto, isso ocorre em um plano horizontal (*bridging*) de fluência de recursos, das características dessas fontes de ajuda, apoio e suporte, do prestígio ocupacional de seus integrantes e, por fim, do capital social oriundo dessa estrutura mais geral.

Todavia, esse quadro possui nuances, em especial quando se retratam os mais vulneráveis socialmente. A variação do prestígio ocupacional (ocupação anterior e atual) dos migrantes da ZV1 foi de 11,0%, proporção semelhante à dos não migrantes. Já para os migrantes da ZV3 essa variação não ultrapassou 6,8%. Se em linhas gerais a migração não possui real eficácia na geração de capital social por meio do incremento do prestígio ocupacional dos que a realizaram, entre os mais vulneráveis isso se torna verdadeiro. Nesse sentido, a migração é uma medida eficaz, estratégia, alternativa ou solução – inclusive garantindo certa mobilidade social ascendente – justamente entre os residentes de zonas mais vulneráveis, ou seja, para quem realmente mais precisa. No entanto, é preciso ter em mente que o incremento do prestígio e, por conseguinte, do capital social obtido por esse estrato social é relativamente importante, mas não em termos “absolutos”. Apesar do crescimento do prestígio ocupacional da ordem de 11% entre indivíduos de zonas mais vulneráveis, eles continuam a ser, por exemplo, marceneiros e não mais garçons. Ou seja, mesmo que a migração garanta vantagens, a distância entre estratos sociais perdura.



## CONCLUSÕES

A migração foi de fato um evento marcante na vida dos envolvidos, mantendo estreita relação com sua teia de contatos, ao mesmo tempo em que impactou essa mesma rede.

De um lado, a preexistência de contatos nas regiões de destino foi um importante condicionante da migração, tanto a de longa distância, quanto aquela mais circunscrita ao território metropolitano. De fato, parcela considerável dos migrantes, mesmo relatando que o principal motivo de sua migração se associava a oportunidades de emprego e renda, partiu de suas áreas de origem sem qualquer garantia de que encontraria trabalho na Região Metropolitana de Campinas.

A causa da migração, nesse sentido, não diz respeito necessariamente a maiores e melhores oportunidades de alocação no mercado de trabalho, mas sim às parcas oportunidades nas suas origens. Mesmo não sendo este o principal assunto desse estudo, parece que as causas ainda nascem de desigualdades significativas e diferenças histórico-estruturais entre regiões de origem e destino.

No entanto, entre as pessoas que migraram para a Região Metropolitana de Campinas sem emprego garantido, mas com o vislumbre de melhores condições de vida, um percentual expressivo foi morar em casas de parentes ou amigos. Outra parcela tomou conhecimento sobre a região por intermédio de parentes, amigos e conhecidos em geral. Dessa forma, o conceito de redes mostrou-se fundamental, estando associado à causa primeira da migração, sendo tão importante quanto ela, ao menos para explicar o forte direcionamento de determinados fluxos para a região, seus municípios e mesmo bairros.

O encurtamento da distância física entre requerente e fonte era algo almejado pelos migrantes, explicando os deslocamentos intraurbanos em muitos casos. A proximidade física em relação à parentes foi primordial sobretudo para aqueles que se encontravam em piores condições socioeconômicas e mais vulneráveis socialmente, haja vista que não dispunham de tantos ativos para o enfrentamento dos mais diversos tipos de riscos. Nesse sentido, a diminuição da distância física entre requerente e fonte configurou-se como um ativo em si, ajudando a explicar o próprio efeito de “sobrevivência dos mais fortes” de Martine (1980).

A maioria dos indivíduos relatou que a migração para a região, o município ou o bairro impactou positivamente a disponibilidade de ajuda de parentes, amigos e, interessante, vizinhos. Utiliza-se aqui o advérbio “interessantemente”, pois este é um novo dado que atesta que novos contatos estão sendo estabelecidos e agregados às redes de apoio dos que migraram, provavelmente diversificando-as, diversificando seus recursos e garantindo novos ativos por meio do incremento do capital social dos envolvidos.

Este novo dado forneceu, então, os primeiros indícios de que, num processo dialético, tanto redes condicionam a migração, quanto esta última impacta – e, como se verificou, positivamente – a composição e, conseqüentemente, a estrutura da rede de suporte social dos migrantes.

Com a migração, a estrutura da rede do migrante é impactada devido ao estabelecimento de novas relações sociais com outros (e outros diferentes em relação ao ego). A possibilidade de contar com a ajuda desses garantiria, ainda, a diversificação de recursos. Dessa forma, viabilizam-se alterações não só na estrutura de contatos, como também em seu componente substantivo. Ou seja, em seu capital social, o que se verificou na pesquisa de campo e também a partir da discussão sobre prestígio ocupacional.

As redes de apoio de migrantes mostraram-se consideravelmente mais diversificadas do que as de não migrantes. Isso se deveu justamente à experiência migratória, bem como às etapas migratórias. A distância física entre o migrante e seus antigos provedores de ajuda, suporte, ajudas e informações praticamente o obriga a estabelecer novas relações sociais com outros diferentes em relação a si. Não é casual, portanto, que independentemente da idade ou do sexo, a composição da rede dos migrantes apresentou diversas vezes uma importante parcela de vizinhos provedores, o que não se verificou entre os não migrantes.

Além disso, essa alternativa – independentemente do tipo de laço em questão (parentes, amigos e vizinhos) – foi especialmente mobilizada pelos residentes de zonas mais vulneráveis. Talvez essa fosse sua única alternativa, uma vez que não dispunham dos meios físico-financeiros necessários para enfrentar os riscos aos quais estavam expostos, nem podiam contar com a presença mais próxima do Estado e de políticas públicas de proteção social e diminuição da vulnerabilidade social. Coube, portanto, à rede de contatos do migrante e ao capital social que conseguiu mobilizar esse papel de “escudo” ou ativo.

Ademais, como visto, a diversificação da rede de apoio propiciada pela migração possibilitou uma espécie de mobilidade social ascendente ao permitir que o migrante ocupasse postos de trabalho que demandavam maiores capacidades e habilidades, o que, por sua vez, levou a melhores rendimentos, ou seja, a outros patamares de capital físico-financeiro. Em suma, a migração em si garantiu a aquisição de ativos materiais. No entanto, se o capital humano não foi necessariamente impactado pela migração, o mesmo se deu com o capital social?

Na verdade, pelo contrário. A mobilidade se deu também pelo convívio com indivíduos provedores pertencentes a outros grupos, cuja ocupação também era mais prestigiada.

Notou-se, assim, que o capital social do migrante, no mínimo, tornou-se diferente do exibido no período pré-migração. Como os dados demonstraram, o capital social, assim como a estrutura de contatos da rede de apoio, tornou-se mais heterogêneo, uma vez que o migrante passou a interagir com indivíduos de outros círculos sociais. Desse modo, sua média de prestígio ocupacional, no momento da pesquisa, mostrou-se maior do que fora no passado, o que, por sua vez, significa que após a migração o indivíduo passou a ter acesso a recursos que lhe eram intangíveis.

E, em sentido mais amplo, a migração proporcionou também mais ativos, logo, maior capacidade de enfrentamento a riscos e menor vulnerabilidade social.

No entanto, a diversificação de contatos e recursos possui poder limitado de transformação de uma dada realidade social, especialmente quando esta é muito adversa. Em outras palavras, a diversificação de contatos e recursos foi particularmente eficaz para os que pouco tinham, mas não se mostrou suficiente para retirar essas pessoas de uma situação de vulnerabilidade social.

Em suma, a migração não conseguiu romper com o ciclo de reprodução da pobreza ou de vulnerabilidades, posto que a mobilidade social ascendente foi muito limitada, não garantindo, por exemplo, maior aquisição de capital humano (instrução, por exemplo) ou de capital físico-financeiro (essas pessoas ainda possuem ocupações cujos salários são muito baixos).

A diferença de prestígio ou *status* ocupacional entre migrantes e não migrantes e, sobretudo, entre vulneráveis e não vulneráveis ainda é muito grande, fato que aponta persistentes desigualdades sociais entre estratos da população brasileira ao longo do tempo e, conseqüentemente, a reprodução dos processos que as mantêm.

O alcance limitado do capital social pode ser também explicado por processos, também persistentes, de segregação socioespacial, já que os migrantes exibiram maior propensão a residir em áreas onde já tinham contatos. Estes, mesmo sendo vizinhos, compartilhavam características mais ou menos comuns com os migrantes.

As relações sociais verificadas, mesmo que entre diferentes, ocorreram num plano mais horizontal. Talvez isso explique o “teto baixo” do poder de transformação do capital social oriundo da rede de apoio modificada de migrantes e vulneráveis.

Assim, mesmo a migração assegurando, de um lado, diversificação de contatos e, de outro, ativos, e se configurando como alternativa ou estratégia possível e benéfica para os envolvidos, sobretudo os mais vulneráveis, ela não proporcionou transformações sociais significativas a ponto de garantir reais superações. Ainda assim, foi realmente eficaz justamente para aqueles que já pouco tinham.

Há que se ter em mente, portanto, que a migração foi particularmente utilizada e vantajosa entre os migrantes mais vulneráveis, mas agindo em um plano muito próximo ao do indivíduo ou de seu coletivo como agente transformador.

A fim de se garantirem outras saídas, são necessárias propostas que atuem sobre a macroestrutura social, favorecendo, por exemplo, o convívio entre os diferentes (apacando a segregação socioespacial). Uma política dessa natureza poderia garantir relações sociais verticais. Em outras palavras, são necessários planos que minimizem os riscos, que fomentem os ativos, garantindo a interação entre os diferentes, diminuindo as desigualdades sociais e, dessa forma, alternativas diversificadas (que não a migração ou a comunidade) para a ascensão social, sobretudo dos mais vulneráveis. Em resumo, para que essas pessoas possam ascender a partir da aquisição de novos ativos.

Mesmo não sendo este o alvo do presente estudo, a presente pesquisa pode fornecer interessantes subsídios, por exemplo, para políticas públicas habitacionais, especialmente aquelas vinculadas a reassentamentos.

## REFERÊNCIAS

- ADAPTAÇÃO. In: **Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <[www.uol.com.br/michaelis](http://www.uol.com.br/michaelis)>. Acesso em: 06 mar. 2011.
- ALONSO, M. F. Social support networks in Spain: the factors that determine models of choice. **International Sociology**, London, v. 27, n. 3, p. 384-402, may 2012.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010462762009000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762009000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2013.
- ASSIS, G. O. **Estar aqui, estar lá... Uma cartografia da vida em dois lugares**. 1995. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1995.
- AVENARIUS, C. B. Immigrant networks in new urban spaces: gender and social integration. **International Migration**, Geneva, v. 50, n. 5, p. 25-55, 2012.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 2000, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.
- \_\_\_\_\_; CUNHA, J. M. P. Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, Fundação SEADE, v. 10, n. 2, p. 102-109, abr./jun.1996.
- \_\_\_\_\_. Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo: o papel dos polos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1994.
- BALDERRAMA, R.; MOLINA II, H. How Good are networks for migrant job seekers?: ethnographic evidence from North Carolina farm labor\* camps. **Sociological Inquiry**, Austin, v. 79, n. 2, p. 190-218, 2009.
- BARRERA JR., M. Social support research in community psychology. In: RAPPAPORT, J.; SEIDMAN, E. (Ed.). **Handbook of community psychology**. New York: Kluwer/Plenum, 2000.
- \_\_\_\_\_. A method for the assessment of social support networks in community survey research. **Connections**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 3, p. 8-13, 1980.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1986.
- BECK, W.; VAN DER MAESEN, L.; WALKER, A. Social quality: from issue to concept. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **The social quality of Europe**. Netherlands: Kluwer Law International, 1997.

- BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 78, abr.2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2012.
- BERRY, J. Acculturation and adaptation in a new society. **International Migration**, Geneva, v. 30, supl.1, p. 69-85, jun.1992.
- BIDART, C. Personal network dynamics and socialization processes: influence of and changes in individual's family and social circles during transitions to adult life. **Revue Francaise de Sociologie**, Paris, v. 49, n. 3, p. 559-583; 684; 686, 2008.
- \_\_\_\_\_; LAVENU, D. Evolutions of personal networks and life events. **Social Networks**, Amsterdam, v. 27, n. 4, p. 359-376, 2005.
- BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. et al. (Org.). **Migração condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980 – 1993**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1997.
- BLAU, P. M.; DUNCAN, O. D. H. **The American occupational structure**. New Jersey: John Wiley & Sons Inc, 1967.
- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1982.
- BONET i MARTI, J. La vulnerabilidad relacional: análisis del fenómeno y pautas de intervención. **Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales (Revista electrónica)**, v. 11, dez.2006. Disponível em: <[http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol11/Vol11\\_4.pdf](http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol11/Vol11_4.pdf)>. Acesso em: 20 janeiro 2012.
- BORGATTI, S. et al. **Ucinet for Windows: software for social network analysis and user's guide**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- BORJAS, G. J. **Friends or strangers: the impact of immigrants on the U.S. economy**. New York: Basic Books, 1990.
- BOTT, E. **Family and social networks**. London: Tavistock, 1957.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986.
- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, Staten Island, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=20F1E848B3C4ADF530F0A460A05E296E.lbroutev121p147>>.

\_\_\_\_\_. **Classificação brasileira de ocupações**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=20F1E848B3C4ADF530F0A460A05E296E.lbroutev121p147>>.

BRAVO, M. A. S.; GONZALES, D. P.; MARTÍN-BARANERA, M. Protective effects of social networks on disability among older adults in Spain. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, Amsterdam, v. 54, n. 1, p. 109-16, 2012.

BUCHAN, N. R.; CROSON, R. T. A.; DAWES, R. M. Swift neighbors and persistent strangers: a cross-cultural investigation of trust and reciprocity in social exchange1. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 108, n. 1, p. 168–206, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/344546>>.

BURT, R.S. The contingent value of social capital. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 42, n. 2, p. 339-365, jun.1997.

\_\_\_\_\_. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos**. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

BUTLER, E. W.; MCALLISTER, R. J.; KAISER, E. J. The effects of voluntary and involuntary residential mobility on females and males. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 35, n. 2, p. 219-227, 1973.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O verso e o reverso da dinâmica metropolitana: mobilidade populacional e estruturação socioespacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006b.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo, SP: Unesp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1997. (Economia e Sociedade, n.8).

CLARK, W. A. V.; HUANG, Y. The life course and residential mobility in british housingmarkets. **Environment and Planning A**, London, v. 35, n. 2, p. 323-339, 2003.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, supl., p. S95-S120, 1988.

COMUNIDADE. In: **Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <[www.uol.com.br/michaelis](http://www.uol.com.br/michaelis)>. Acesso em: 06 mar. 2011.

CONEXÃO. In: **Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <[www.uol.com.br/michaelis](http://www.uol.com.br/michaelis)>. Acesso em: 06 mar. 2011.

CONTI, S. Espaço global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

CUNHA, J. M. P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da RM de Campinas. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5., 2012, Montevideo, Uruguay. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ALAP, 2012.

\_\_\_\_\_. JAKOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 1, p. 115-139, jan./jun.2010.

\_\_\_\_\_. **Intra metropolitan mobility, social networks and vulnerability: a study of the Metropolitan Region of Campinas in São Paulo, Brazil**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2009a.

\_\_\_\_\_. JAKOB, A. A.; CUNHA, T. A. **Dinâmica intra urbana: migração e redes sociais na Região Metropolitana da Baixada Santista**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2009b.

\_\_\_\_\_. Movilidad espacial, vulnerabilidad y segregación socioespacial: reflexiones a partir del estudio de la Región Metropolitana de Campinas. **Notas de Población**, Santiago de Chile, CEPAL, n. 93, 2007a.

\_\_\_\_\_. BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil Contemporáneo. **Notas de Población**, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007b.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006a.

\_\_\_\_\_ et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006b.

\_\_\_\_\_ et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006c.

\_\_\_\_\_. JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006d.

\_\_\_\_\_. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez.2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 1999a. (Relatório Final).

\_\_\_\_\_. **Projeto dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos**. Campinas: Nepo/Unicamp, 1999b. (Relatório Final).

- \_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expansão urbana:** o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.
- CUNHA, T. A.; FREY, H.; JAKOB, A. A. E. Tecendo redes: aplicação das análises de Redes Sociais nos estudos sobre Redes Urbanas: a Região Metropolitana de Campinas como estudo de caso. **Revista Latinoamericana de Población**, Año 7, n. 12, enero/jun.2013.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. E. Tecendo redes: a utilização de conceitos e ferramentas de análises de Redes Sociais para os estudos de Redes Intrametropolitanas de Migração: a Região Metropolitana de Campinas como estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Recife, PE: ANPUR, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana:** o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 20, n. 4, 1996.
- D'ANTONA, A. O.; VANWEY, L. K. Estratégia de amostragem em pesquisas de uso e cobertura da terra. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.
- DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 1, jan./mar.1975.
- DEANGELIS, T. A nation of hermits: the loss of community. **APA Monitor**, Washington, v. 26, p. 45-46, 1995.
- DEGENNE, A. Social capital: a theory of social structure and action. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 303-305, 2004. (Nan Lin, *Social capital: a theory of social structure and action*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001).
- DEVEREAUX, S. Can social safety nets reduce chronic poverty? **Development Policy Review**, London, v. 20, n. 5, p. 657-675, 2002.
- DINERMAN, I. R. Patterns of adaptation among households of U.S. - Bound migrants from Michoacán, Mexico. **International Migration Review**, Staten Island, v.12, n.4, 1978.
- DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.
- DOTA, E. M. **Migração na RM de Campinas:** produção do espaço urbano e impactos sociais. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- DUE, P. et al. Social relations: network, support and relational strain. **Social Science & Medicine**, Inglaterra, v. 48, n.5, p. 661-673, mar.1999.
- DUNCAN, O. D. A socioeconomic index for all occupations. In: REISS, A. J. (Ed.). **Occupations and social status**. New York: Free Press, 1963.

FAZITO, D.; SOARES, W. Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 27-41, 2010. Disponível em: <<http://cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewArticle/101>>.

\_\_\_\_\_; RIOS-NETO, E. L. G. Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos: as redes sociais e o papel de intermediação nos deslocamentos exercido pelas agências de turismo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 305-323, jul./dez.2008.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005. 204f. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2005.

FEIJTEN, P.; VAN HAM, M. Neighbourhood Change... Reason to Leave? **Urban Studies**, Inglaterra, v. 46, n. 10, p. 2103-2122, 2009.

FLAHERTY, J.; RICHMAN, J. Gender differences in the perception and utilization of social support: theoretical perspectives and an empirical test. **Social Science & Medicine**, Inglaterra, v. 28, n. 12, p. 1221-1228, 1989.

FLAP, H.; BOXMAN, E. Getting started: the influence of social capital on the start of the occupational career. In: LIN, N.; COOK, K. S.; BURT, R. S. **Social capital**: theory and research. New York: Aldine Transaction, 2001.

FONTES, B. A. S. M.; EICHNER, K. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **REDES - Revista Hispana para el Análisis Redes Sociales**, Barcelona, v. 7, n. 2, p. 1-31, nov.2004.

FREY, H.; DOTA, E. M. O Censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de Campinas. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, PR, v. 18, n. 1, p. 226-243, 2013.

FURMAN, W.; BUHRMESTER, D. Age and sex differences in perceptions of networks of personal relationships. **Child Development**, Chicago, v. 63, n. 1, p. 103-115, feb.1992.

FUSCO, W. Capital social e dinâmica migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. **Textos NEPO 52**, Campinas, SP, 2007.

\_\_\_\_\_. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos NEPO 40**, Campinas, SP, 2002.

GANZEBOOM, H. B. G.; TREIMAN, D. J. Internationally comparable measures of occupational status for the 1988 international standard classification of occupations. **Social Science Research**, New York, v.25, p. 201-239, 1996.

\_\_\_\_\_; DE GRAAF, P.; \_\_\_\_\_. A standard international socio-economic index of occupational status. **Social Science Research**, New York, v. 21, p. 1-56, 1992.

GARCÍA, A.; MAZA.O. M. El prestigio ocupacional en la tienda de ropa más grande de México. **EMPIRIA - Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, v.26, p. 117-147, 2013. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/revistasuned/index.php/empiria/article/view/7155>>.

GERSTEL, N.; RIESSMAN, C. K.; ROSENFELD, S. Explaining the symptomatology of separated and divorced women and men: the role of material conditions and social networks. **Social Forces**, US, v. 64, n. 1, p. 84-101, sep.1985.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov.1994. (A Família em Destaque).

GOLDTHORPE, J. H. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 1997. (Coleção Ponta, 5).

\_\_\_\_\_. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo, SP: Nobel, 1990.

GOTTLIEB, B. H. Social networks and social support in community mental health. In: \_\_\_\_\_. **Social networks and social support**. London: Sage, 1981.

GRACIA, E.; HERRERO, J. Determinants of social integration in the community: an exploratory analysis of personal, interpersonal and situational variables. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 14, p. 1-15, 2004.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, n. 91, n. 3, p. 481-510, nov.1985.

\_\_\_\_\_. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, may/1973.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio/1997.

\_\_\_\_\_. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 10, n. 2, p. 60-73, 1996.

GRIECO, M. **Keeping it in the family**. London/New York: Tavistock, 1987.

GUALDA, E. **Integración Social de los inmigrantes y modelos teóricos que la explican**. España: Universidad de Huelva, 2007.

HANNEMAN, R.; RIDDLE, M. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, 2005. Disponível em: <<http://wizard.ucr.edu/~rhannema/index.html#news>>. Acesso em: 21 junho 2010.

HARBISON, S. F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: DEJONG, G. F.; GARDNER, R. W. (Org.). **Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries**. New York: Pergamon Press, 1981.

- HASELL, M. J.; SCANZONI, J. H. Social networks and network-friendly housing in the U.S. **International Journal of Comparative Sociology**, Canada, v. 38, n. 3-4, p. 289-296, 1997.
- HEDMAN, L. Moving near family? the influence of extended family on neighbourhood choice in an intra-urban context. **Population, Space and Place**, USA, v. 19, n. 1, p. 32-45, 2012.
- \_\_\_\_\_; VAN HAM, M.; MANLEY, D. Neighbourhood choice and neighbourhood reproduction. **Environment and Planning A**, London, v. 43, n. 6, p. 1381-1399, 2011.
- HIRANO, F. Y. O caminho para casa: o retorno dos Dekasseguis. **Textos NEPO 54**, Campinas, SP, 2008.
- HOGAN, D. J. et al. Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: o caso de Campinas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2001.
- HORVAT, E. M.; WEININGER, E. B.; LAREAU, A. From social ties to social capital: class differences in the relations between schools and parent networks. **American Educational Research Journal**, US, v. 40, n. 2, p. 319-351, 2003.
- HOUSE, J. S.; UMBERSON, D.; LANDIS, K. R. Structures and processes of social support. **American Review of Sociology**, USA, v. 14, p. 293-318, 1988.
- IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 10, n. 26, abr. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a06.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2012.
- IBGE; NESUR/IE/UNICAMP; SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configurações atuais e tendência da rede urbana. Brasília, DF: IPEA, v. 1, 2001a.
- \_\_\_\_\_. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sudeste. Brasília, DF: IPEA, v. 5, 2001b.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.
- ISCO - INTERNATIONAL STANDARD CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS. International Labour Organization. Geneva, 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/>>.
- INSERÇÃO. In: **Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <[www.uol.com.br/michaelis](http://www.uol.com.br/michaelis)>. Acesso em: 6 mar. 2011.
- JACOBI, P. Public and private responses to social exclusion among youth in São Paulo. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, USA, v. 606, n. 1, p. 216-230, 2006.
- JAKOB, A. A. E.; CUNHA, J. M. P.; CUNHA, T. Dinâmica intra-urbana: migração e redes sociais na Região Metropolitana da Baixada Santista. In: ENANPUR, 13., Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: ANPUR, 2009.

\_\_\_\_\_. Delimitando zonas de segregação socioespacial na Baixada Santista a partir de escalas geográficas diferenciadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

\_\_\_\_\_; CUNHA, J. M. P.; YOUNG, A. F. Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_; YOUNG, A. F. O uso de métodos de interpolação espacial de dados nas análises sociodemográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise sócio-demográfica da Constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000.** 2003. 234f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

JARIEGO, I. M.; HOLGADO, D. Lazos fuertes y proveedores múltiples de apoyo: comparación de las formas de representación gráfica de las redes personales. **Empiria - Revista de Metodología de ciencias Sociales**, v. 10, p. 107-127, 2005.

JEANNOTTE, M. S. Social cohesion: insights from Canadian research. In: **Ottawa: strategic research and analysis directorate.** Department of Canadian Heritage, 2003.

JONES, L. M.; FISCHER, C. S. **Studying egocentric networks by mass survey.** Berkeley: Institute of Urban and Regional Development, University of California, 1978. (Working Paper, n. 284).

JONES, S. B. Geographic mobility as seen by the wife and mother. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 35, n. 2, p. 210-218, 1973.

KADUSHIN, C. Friendship among the french financial elite. **American Sociological Review**, US, v. 60, n. 2, p. 202-221, apr.1995.

KALMIJN, M.; VERMUNT, J. K. Homogeneity of social networks by age and marital status: a multilevel analysis of ego-centered networks. **Social Networks**, v. 29, n. 1, p. 25-43, jan.2007.

KANAS, A.; VAN TUBERGEN, F.; VAN DER LIPPE, T. The role of social contacts in the employment status of immigrants. **International Sociology**, London, v. 26, n. 1, p. 95-122, 2011.

KASARDA, J. D.; JANOWITZ, M. Community attachment in mass society. **American Sociological Review**, US, v. 39, n. 3, p. 328-339, 1974.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista da CEPAL**, Santiago de Chile, n. 75, p. 171-189, dic.2001.

- \_\_\_\_\_. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social.** México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos>>.
- \_\_\_\_\_ et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay.** Santiago de Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107).
- \_\_\_\_\_ et al. **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: PNUD/CEPAL, 1999b.
- LEE, B. A.; OROPESA, R. S.; KANAN, J. W. Neighborhood context and residential mobility. **Demography**, Chicago, v. 31, n. 2, p. 249-270, 1994.
- LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2010.
- LIN, N. **Social capital:** a theory of social structure and action. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. Social networks and status attainment. **Annual Review of Sociology**, US, v. 25, p. 467-487, 1999.
- \_\_\_\_\_. Social resources and social mobility: a structural theory of status attainment. In: BREIGER, R. L. (Ed.). **Social mobility and social structure.** New York: Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. Conceptualizing social support. In: \_\_\_\_\_; DEAN, A.; ENSEL, W. **Social support, life events, and depression.** Orlando, Florida: Academic Press, 1986.
- LOMBE, M.; SSEWAMALA, F. M. The role of informal social networks in micro-savings mobilization. **Journal of Sociology & Social Welfare**, USA, v. 34, n. 3, p. 37-51, 2007.
- LOZARES, C.; MOLINA, J. L. Cohesión, vinculación e integración sociales en el marco del capital social. **Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales (Revista Electrónica)**, Barcelona, Espanha, v. 4, n. 2, jun.2011. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 5 janeiro 2011.
- LYONS, M.; SNOXELL, S. Creating urban social capital: some evidence from Informal traders in Nairobi. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 42, n. 7, p. 1077-1097, 2005.
- MAGDOL, L.; BESSEL, D. R. Social capital, social currency, and portable assets: the impact of residential mobility on exchanges of social support. **Personal Relationships**, USA, v. 10, p. 149-169, 2003.
- MARANDOLA JR., E. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 2, jul./dez.2010.
- \_\_\_\_\_. **Habitar em risco:** mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008. 278f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

MARICATO, E. Planejamento urbano no Brasil; as ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. B.; VAINER, C.; \_\_\_\_\_. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARQUES, E; BICHIR, R. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 90, July 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 Apr. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000200006>

\_\_\_\_\_. ¿Como son las redes de los individuos en situación de pobreza en el Brasil urbano? **Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, v. 18, p. 219-251, 2010.

\_\_\_\_\_. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 22, n. 64, jun.2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102)>. Acesso em: 8 maio 2009.

\_\_\_\_\_; TORRES, H. As transformações recentes em São Paulo e o debate das cidades globais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 5, 2000.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA/DIPES, 1994. (Texto para Discussão, n.329).

\_\_\_\_\_. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v. 56, n. 1, 1990.

\_\_\_\_\_. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MASSEY, D. S. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

\_\_\_\_\_ et al. **Return to aztlán**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes sociais, redes territoriais e migrações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

\_\_\_\_\_. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.

MCLANAHAN, S.; SANDEFUR, G. D. **Growing up with a single parent: what hurts, what helps**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994.

MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. Birds of a feather: homophily in social networks. **Annual Review of Sociology**, US, v. 27, p. 415-444, 2001.

MECHANIC, D.; TANNER, J., Vulnerable people, groups, and populations: societal view. **Health Affairs**, US, v. 26, n. 5, p. 1220-1230, 2007.

MERCEDES FERNÁNDEZ, A. Social support networks in Spain: the factors that determine models of choice. **International Sociology**, London, v. 27, n. 3, p. 384-402, mar.2012.

- MILARDO, R. M. Changes in social networks of women and men following divorce: a review. **Journal of Family Issues**, v. 8, n. 1, p. 78-96, mar.1987.
- MITCHELL, J. C. **Social networks in urban situations**: analyses of personal relationships in Central African Towns. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- MITRA, A. Migration, livelihood and well-being: evidence from Indian City Slums. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 47, n. 7, p. 1371-1390, 2010.
- MOLINA, J. L.; LERNER, J.; MESTRES, S. G. Patronos de cambio de las redes personales de inmigrantes en Cataluña. **REDES - Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2856747>>.
- MONTALI, L. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação SEADE, São Paulo, v. 72, 1990.
- MOORE, G. Structural determinants of men's and women's personal networks. **American Sociological Review**, US, v. 55, n. 5, p. 726-735, oct.1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2095868>>. Acesso em: 09/05/2013.
- MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, Grã Bretanha, v. 26, n. 1, 1998.
- MOTA-PINTO, A. et al. A socio-demographic study of aging in the Portuguese population: The EPEPP study. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, Amsterdam, v. 52, n. 3, p. 304-308, may/jun.2011.
- MOUW, T. Social capital and finding a job: do contacts matter? **American Sociological Review**, US, v. 68, n 6, p. 868-898, 2003.
- NEGRI, B. Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos do Jordão, SP. **Anais...** São Paulo, SP: ANPEC, 1992.
- NOGLE, J. The systems approach to international migration: an application of network analysis. **International Migration**, Geneva, v. 32, n. 2, p. 329-342, 1994.
- NYGREN, A.; MYATT-HIRVONEN, O. Life here is just scraping by: livelihood strategies and social networks among peasant households in Honduras. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 36, n. 4, p. 827-854, 2009.
- OFFER, S. The burden of reciprocity: processes of exclusion and withdrawal from personal networks among low-income families. **Current Sociology**, London, v. 60, n. 6, p. 788-805, 2012.
- OJIMA, R. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras**: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. 2007. 166f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3. 1982, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1982.

- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1997.
- PEREIRA, R. H. M. **Processos socioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.
- PESSAR, P. A. The role of households in international migration and the case of the U.S.: bound migration from the Dominican Republic. **International Migration Review**, Staten Island, v. 16, n. 2, p. 342-364, 1982.
- PHAN, M. B.; BLUMER, N.; DEMAITER, E. I. Helping hands: neighborhood diversity, deprivation, and reciprocity of support in non-kin networks. **Journal of Social and Personal Relationships**, London, v. 26, n. 6-7, p. 899-918, 2009.
- PISELLI, F. Communities, places, and social networks. **American Behavioral Scientist**, US, v. 50, mar.2007. Disponível em: <<http://abs.sagepub.com/cgi/content/abstract/50/7/867>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- PITTS, F. R. The medieval river trade network of Russia revisited. **Social Networks**, Amsterdam, v. 1, p. 285-292, 1978/79.
- PORTES, A. Conclusion: theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism. **International Migration Review**, Staten Island, v. 37, n. 3, p. 874-892, 2003.
- \_\_\_\_\_. The two meanings of social capital. **Sociological Forum**, US, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2000.
- \_\_\_\_\_. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, US, v. 24, p. 1-24, 1998.
- \_\_\_\_\_. Immigration theory for a new century: some problems and opportunities. **International Migration Review**, Staten Island, v. 31, n. 4, p. 799-825, 1997.
- \_\_\_\_\_. From south of the border: hispanic minorities in the United States. In: YANS, M. V. **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. Nova York: Oxford University Press, 1990.
- PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Washington, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.
- \_\_\_\_\_. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, US, v. 13, n. 1, 1993.
- QUASHIE, N.; ZIMMER, Z. Residential proximity of nearest child and older adults receipts of informal support transfers in Barbados. **Ageing & Society**, USA, v. 33, n. 2, p. 320-341, 2013.
- RATCLIFFE, W. D.; ZELHART, P. F.; AZIM, H. F. A. **Social networks and psychopathology**: unpublished manuscript. Canada: University of Alberta, 1978.

- RELAÇÃO. In: **Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 6 mar. 2011.
- RIGOTTI, J. I.; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1994.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003.
- ROOT, B. D.; DeJONG, G. F. Family migration in a developing country. **Population Studies**, London, v. 45, n. 2, p. 221-233, 1991.
- SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Migrações internacionais: herança internacionais no Brasil Contemporâneo**. Campinas, SP, FNUAP, 1995.
- SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.
- SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade socioespacial**. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.
- SASAKI, E. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos NEPO**, 39, Campinas, SP, NEPO/UNICAMP, 2000.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: University Press, 1988.
- SCHMINK, M. Household economic strategies: a review and research agenda. **Latin American Research Review**, US, v.19, n.3, 1984.
- SCOTT, J. **Social network analysis: a handbook**. 2.ed. London: Sage Publications, 2000.
- SILVA, R. B. **Vulnerabilidades e mobilidade pendular na Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- \_\_\_\_\_. Migrações internas: considerações teóricas sobre a seu estudo. In: \_\_\_\_\_. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1973.
- SMITH, D.; TIMBERLAKE, M. Cities in global matrices: toward mapping the world-system's city system. In: KNOX, P.; TAYLOR, P. (Ed.). **World cities in a world-system**. Cambridge University Press, 1995.
- SNIJDERS, T.A.B. Prologue to the measurement of social capital. **La Revue Tocqueville**, v. XX, n. 1, p. 27-44, 1999.

SOARES, W. **Da metáfora à substância:** redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 344f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte, MG, 2002a.

\_\_\_\_\_. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002b.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.

THIEME, S.; SIEGMANN, K. A. Coping on women's backs : social capital-vulnerability links through a gender lens. **Current Sociology**, London, v. 58, n. 5, p. 715-737, 2010.

TREIMAN, D. J. **Occupational prestige in comparative perspective.** New York: Academic Press, 1977.

VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana:** tendências e desafios. São Paulo, SP: Nobel, 1990.

VAN DER GAAG, M.; SNIJDERS, T. A. B.; FLAP, H. Position generator measures and their relationship to other social capital measures. In: LIN, N.; ERICKSON, B. **Social capital:** an international research program. Oxford; New York: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. The resource generator: measurement of individual social capital with concrete items. **Social Networks**, Amsterdam, v. 27, p. 1-29, 2005.

VAUX, A. Variations in social support associated with gender, ethnicity, and age. **Journal of Social Issues**, US, v. 41, n. 1, p. 89-110, 1985.

VEIGA, J. E. Cidades imaginárias. In: \_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VERDERY, A. M. et al. Social and spatial networks: kinship distance and dwelling unit proximity in rural Thailand. **Social Networks**, Amsterdam, v. 34, n. 1, p. 112-127, 2012.

VIGNOLLI, J. R. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo, SP: Studio Nobel/FAPESP/Lincon Institute, 2000.

VIRY, G. Residential mobility and the spatial dispersion of personal networks: effects on social support. **Social Networks**, Amsterdam, v. 34, n. 1, p. 59-72, 2012.

WAITE, L.; DAS, A. Families, social life, and well-being at older ages. **Demography**, Chicago, v. 47, Supl. 1, p. S87-S109, 2010.

WENGER, G. C. et al. Social embeddedness and late-life parenthood: Community activity, close ties, and support networks. **Journal of Family Issues**, v. 28, n. 11, p. 1419-1456, 2007.

WOOD, C. Equilibrium and historical perspectives on migration. **International Migration Review**, US, v. 16, n. 2, 1982.

WRIGHT, E. O. **Classes**. London: Verso, 1985. (Verso Classics).

## ANEXO 1

### 1ª QUESTÃO – Mapeamento da rede de suporte social (egocentrada) de contatos do migrante como hoje se encontra.

O intuito aqui é representar a rede pessoal de contatos do migrante atualmente, para que, a partir deste mapeamento inicial, definir quais deles foram construídos por meio das consecutivas mudanças, deslocamentos e etapas migratórias.

1. Fale para mim os nomes das pessoas com as quais o(a) senhor(a) mantém contato (relação, interação socialmente) **atualmente** quando:

Precisa de algum:

1a	Dinheiro emprestado;	<b>Ajuda Material</b>	<b>Ajuda Imaterial/ Instrumental</b>
1b	Ou alimento (aquela xícara de açúcar, ovos, farinha, etc.);		
1c	Ou medicamentos emprestado ou dado;		
1d	Ou instrumento ou equipamento (churrasqueira, cadeira, carro, chave de fenda, fita isolante, etc.).		
2a1	Ou informações sobre oportunidade de emprego, concursos, etc.;	<b>Ajuda Informacional</b>	
2a2	Ou informações sobre casas para alugar;		
2a3	Ou informações sobre a cidade (linhas, tarifas, bairro, horários de ônibus, nome de ruas, etc.)		
2b1	Ou quando precisa de alguma ajuda dentro de casa (lavar, passar, cozinhar, limpar, etc.);	<b>Assistência Física</b>	
2b2	Ou quando precisa de alguma ajuda para cuidar das crianças;		
2b3	Ou quando precisa de alguma ajuda para cuidar de idosos e enfermos;		
2c	Ou quando precisa trocar alguma confidência, segredo, desabafos...;	<b>Interação Íntima/Discreta</b>	
2d	Ou quando precisa de alguma dica e ou orientação sobre algo;	<b>Orientação</b>	
2e	Ou quando precisa ter aquela crítica a respeito de você mesmo. Ou seja, saber se você está no caminho certo. Afinal, amigo bom é aquele que também critica;	<b>Feedback</b>	
2f	Ou quando precisa se divertir (almoço de domingo, baile, churrasco, dançar, sair para beber, assistir um filme, etc.);	<b>Participação Social Lúdica</b>	

Não se esquecer de categorizá-los a partir de três grandes domínios sociais: **parentes, amigos e vizinhos**. Inquirir o entrevistado sobre a existência de uma relação entre os alteres.

### 2ª QUESTÃO – Mapeamento da rede social pessoal de contatos do migrante em cada uma das suas etapas migratórias progressas.

O intuito aqui é representar a rede pessoal de contatos do migrante ao longo do tempo e das suas consecutivas mudanças, deslocamentos e etapas migratórias. Ou seja, a partir da comparação de cada uma destas redes pessoais auferir o impacto da migração em sua rede, já que contatos foram construídos, mas também rompidos.

Repetir e refazer cada uma das etapas da primeira pergunta para cada uma das mudanças, deslocamentos e etapas migratórias pelas quais, porventura, o migrante pode ter passado.

### 3ª QUESTÃO – Mapeamento do seu capital social, ou seja, do seu banco de favores.

Para quais destes indivíduos o(a) senhor(a) fornece os mesmos tipos de ajuda, recursos, suportes e informações? Há outros indivíduos, afora, estes que o procuram para obter ajuda?

## ANEXO 2

Pode-se pensar que um dos motivos pelos quais sejam tão exíguos os trabalhos sobre redes sociais, sobretudo nos estudos demográficos, seria a completa inexistência desse tipo de dado nos fontes tradicionalmente utilizadas pelos demógrafos, em particular os Censos e PNADs. Assim sendo, para apreender, ainda que de forma aproximada, a atuação das redes sociais e do capital social como condicionantes da mobilidade residencial intrametropolitana seria necessário dados especificamente coletados.

Para tanto lançamos mão de uma pesquisa domiciliar amostral realizada em 2007 em duas importantes regiões metropolitanas do interior paulista, no caso, na Região Metropolitana de Campinas (RMC) e na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Assim, embora com limitações, muitas delas intrínsecas ao caráter do tipo de pesquisa transversal que, por exemplo, não permite o acompanhamento, ao longo do tempo dos entrevistados, os dados aqui analisados permitem estabelecer uma série de relações entre o histórico de mobilidade residencial dos indivíduos e aspectos relativos às redes e capital social.

Por esse razão, nos parece fundamental apresentar algumas das características da pesquisa domiciliar utilizada em termos de sua formulação, desenho amostral, quesitos levantados, além de algumas definições utilizadas nesse estudo e derivadas da pesquisa.

A pesquisa domiciliar realizada na Região Metropolitana de Campinas contou com cerca de 1.824 questionários domiciliares, envolvendo cerca de 5.902 pessoas. Estes questionários foram aplicados a partir de uma amostra estratificada em dois estágios utilizando para tanto as chamadas “*Zonas de Vulnerabilidade*”, estratos socioeconômicos criados com base nos dados do Censo Demográfico de 2000 (CUNHA; JAKOB; CUNHA, 2009). Outra importante característica da pesquisa que merece ser destacada é que esta considerou apenas os setores censitários urbanos para o levantamento das informações (ver **Figura 1**).

Entre os elementos enfatizados, destacam-se a composição sociodemográfica dos migrantes, os motivos da migração e, o que muito nos interessa, elementos que permitem avaliar a existência das redes sociais e a aquisição ou perda de capital social.

O questionário da pesquisa é dividido em uma série de módulos, cada um deles versando sobre uma problemática específica. Desse modo, o produto total é dividido em questões e dados sobre características gerais do domicílio, entorno e percepção ambiental (módulo 1),

características sociodemográficas gerais da população (módulo 2), trabalho e rendimentos (módulo 3), mobilidade espacial (módulo 4), família e comunidade (módulo 5), saúde (módulo 6) e, por fim, educação (módulo 7). Em todos os módulos há quesitos que possibilitam, de alguma forma, captar a existência, a atuação e a interação das redes sociais e do capital social com o tema título do módulo.

No caso particular dos módulos 2 e 4 é possível obter informações relevantes sobre parte da trajetória migratória de todos os indivíduos dos domicílios. Dados sobre residência anterior, bem como tempo de residência no município, no bairro e no próprio domicílio são algumas das questões presentes. Comparativamente às fontes usuais de dados, como os dados secundários das amostras de Censos Demográficos e PNAD, tais quesitos são enriquecedores para a discussão sobre a dinâmica migratória intrametropolitana e para a reconstrução das trajetórias migratórias desses domicílios e dos seus chefes (CUNHA, 2009).